BALANÇO GERAL DO

ESTADO DO TOCANTINS

Relatório Gerencial das Contas do Governo

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Exercício de 2010

Processo n 2010/2540/000002 - Volume VIII

GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS

SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
ÉLDON MANOEL BARBOSA CARVALHO

SUBSECRETÁRIO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
JUVENAL GOMES SANTOS

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E SUPERVISÃO DO CONTROLE INTERNO
EDIVALDO GOMES DA SILVA SOUSA

DIRETOR DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS
ISMAEL CARVALHO DO NASCIMENTO

COORDENADOR DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS ESTADUAIS
FLEURY PEREIRA DOS SANTOS

COORDENADOR DE AVALIAÇÃO DE SISTEMAS E RECURSOS TECNOLÓGICOS
ALLYSSON GUSTAVO MOURA GUIMARÃES

EQUIPE TÉCNICA
FABIANE OLIVEIRA MASCARENHAS
KELSENE RAMOS ALENCAR
SILVANO LIMA DA SILVA

EQUIPE DE APOIO
CLEBÉR BARROS ARRAES
FLORIANO RODRIGUES ALVES
IONÁ BEZERRA O. DE ASSUMÇÃO
SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
VALÉRIA MARIA ALMADA GOMES DE C. FONTES

ÍNDICE

1	**APRESENTAÇÃO**	**2170**
2	**ANÁLISES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**	**2171**
2.1	**ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO**	**2173**
2.2	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO**	**2178**
2.2.1	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	2178
2.2.1.1	QUADROS DAS RECEITAS	2179
	- Receita Corrente Líquida	2181
	- Receita Primária Líquida	2182
2.2.1.2	QUADROS DAS DESPESAS	2182
	- Despesa por tipo de crédito	2182
	- Despesa por categoria econômica	2184
	- Despesa realizada por Poderes e Ministério Público	2184
	- Despesa com pessoal em relação a RCL – por Poderes	2185
	- Despesa executada por função	2186
	- Despesa por órgãos, entidades e fundos	2188
	- Cumprimento de Metas Fiscais	2188
	- Superávit Orçamentário	2188
	- Resultado Primário	2189
2.2.1.3	LIMITES CONSTITUCIONAIS	2189
	- Despesa realizada com educação	2190
	- Despesa realizada com saúde	2191
2.2.2	GESTÃO FINANCEIRA	2192
	Quadros do resumo financeiro das receitas e das despesas	2192
2.3	**POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ESTADO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E POR PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, E DO MINISTÉRIO PÚBLICO**	**2193**
2.3.1	POSIÇÃO PATRIMONIAL	2193
2.3.1.1	RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ESTADO – 2009/2010 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO	2194

2.3.1.1.1 GRÁFICOS E QUADROS DA SITUAÇÃO DA DÍVIDA E DAS GARANTIAS 2195
- Dívida Fundada Interna e Externa 2196
- Situação dos Restos a Pagar 2198
- Empréstimos e Financiamentos 2200
2.3.1.2 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA – 2009/2010 2201
2.3.1.2.1 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO 2201
2.3.1.2.2 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – 2009/2010 – AUTARQUIAS DO PODER EXECUTIVO 2202
2.3.1.2.3 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – 2009/2010 – FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO 2203
2.3.1.2.4 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL– 2009/2010 – FUNDOS ESPECIAIS DO PODER EXECUTIVO 2204
2.3.1.3 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL POR PODERES – 2009/2010 2205
2.3.1.3.1 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER EXECUTIVO 2205
2.3.1.3.2 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER LEGISLATIVO 2206
2.3.1.3.3 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER JUDICIÁRIO 2207
2.3.1.3.4 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – MINISTÉRIO PÚBLICO 2208
2.3.2 POSIÇÃO FINANCEIRA 2209
2.3.2.1 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 2209
- Despesa de caráter continuado 2210
2.3.2.2 RESUMO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2210
2.3.2.3 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – GERAL DO ESTADO 2211
2.3.2.4 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER EXECUTIVO 2212
2.3.2.4.1 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2212

2.3.2.4.2 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – AUTARQUIAS 2213
2.3.2.4.3 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDAÇÕES 2214
2.3.2.4.4 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDOS 2215
2.3.2.5. RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER LEGISLATIVO 2216
2.3.2.6. RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER JUDICIÁRIO 2217
2.3.2.7. RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – MINISTÉRIO PÚBLICO 2218
2.3.3 DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR PODER DO ESTADO E POR ÓRGÃOS INDEPENDENTES 2219
3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL 2220
3.1 UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2220
3.1.1 GABINETE DO GOVERNADOR 2220
3.1.2 CASA CIVIL 2223
3.1.3 COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR 2224
3.1.4 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO 2226
3.1.5 SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO 2228
3.1.6 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 2229
3.1.7 CASA MILITAR 2232
3.1.8 VICE-GOVERNADORIA 2234
3.1.9 CORPO DE BOMBEIROS 2235
3.1.10 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO 2239
3.1.11 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE 2240
3.1.12 SECRETARIA DO ESPORTE 2244
3.1.13 SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA 2248
3.1.14 SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2254
3.1.15 SECRETARIA DO GOVERNO 2255
3.1.16 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO 2256
3.1.17 SECRETARIA DA FAZENDA 2258

3.1.18 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA 2261
3.1.19 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA 2272
3.1.20 SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO 2276
3.1.21 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO 2281
3.1.22 SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA 2284
3.1.23 SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE 2293
3.1.24 SECRETARIA DO TRABALHO E DESENV. SOCIAL 2300
3.1.25 SECRETARIA DA JUVENTUDE 2304
3.1.26 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ 2305
3.1.27 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN 2307
3.1.28 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO 2307
3.1.29 SECRETARIA DE SAÚDE 2311
3.1.30 DEFENSORIA PÚBLICA 2312
3.2. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS ESPECIAIS 2315
3.2.1 AUTARQUIAS 2315
3.2.1.1 INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS 2315
3.2.1.2 AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO - ATR 2317
3.2.1.3 ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS – ETSUS 2319
3.2.1.4 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN 2320
3.2.1.5 AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC 2323
3.2.1.6 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS – RURALTINS 2328
3.2.1.7 INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS – ITERTINS 2330
3.2.1.8 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS – JUCETINS 2335
3.2.1.9 INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO TOCANTINS – IPEM 2337

3.2.1.10 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO – ADTUR 2338
3.2.1.11 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DERTINS 2341
3.2.1.12 INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO – PRODIVINO 2345
3.2.1.13 AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO TOCANTINS – AHDU 2346
3.2.1.14 INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV 2348
3.2.1.15 AUTARQUIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS - AGUATINS 2349
3.2.2 FUNDAÇÕES PÚBLICAS 2350
3.2.2.1 FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS 2350
3.2.2.2 FUNDAÇÃO PIONEIROS MIRIM 2352
3.2.2.3 FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS 2354
3.2.3 FUNDOS ESPECIAIS 2356
3.2.3.1 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUMCB 2356
3.2.3.2 FUNDO ESPECIAL DE COMBATE AS CALAMIDADES PÚBLICAS 2357
3.2.3.3 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FUNDES 2358
3.2.3.4 FUNDO DE FARDAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS 2362
3.2.3.5 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM 2363
3.2.3.6 FUNDO DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR – FUNFARDA 2364
3.2.3.7 FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA 2365
3.2.3.8 FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE 2366
3.2.3.9 FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR 2369
3.2.3.10 FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE 2372
3.2.3.11 FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER 2374
3.2.3.12 FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS 2375
3.2.3.13 FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2376
3.2.3.14 FUNDO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO - FUNCASE 2382
3.2.3.15 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS 2383
3.2.3.16 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES

PÚBLICOS DO TOCANTINS 2386
3.2.3.17 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA 2387
3.2.3.18 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO 2389
3.2.3.19 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE 2390
3.2.3.20 FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA 2402
3.2.3.21 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2405
3.2.3.22 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2408
3.2.3.23 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DO TOCANTINS 2414
3.2.3.24 FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA 2415
3.2.3.25 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2416
3.2.3.26 FUNDO DE APOIO A MORADIA POPULAR 2418
3.2.3.27 FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE POPULAR 2420

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E SOCIAL 2422
4.1 ÁREA ECONÔMICA 2424
4.2 ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA 2426
4.3 ÁREA SOCIAL 2428
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 2434

1- APRESENTAÇÃO

Em obediência às disposições legais vigentes e, em especial, à Constituição Estadual, à Lei Estadual nº 1.415/2003, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e ao seu Regimento Interno, a Controladoria-Geral do Estado do Tocantins apresenta o Relatório e Parecer sobre as contas do Governo, referentes ao exercício de 2010, observando as matérias econômica, administrativa, financeira e social, concernentes às informações apuradas nas descrições analíticas das diversas atividades das unidades gestoras do Poder Executivo.

A Prestação de Contas do Governo é ato privativo do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Estadual, artigo 40, inciso VII, e atende aos princípios basilares do direito administrativo, tais como a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Nesse sentido, a Lei Orgânica do TCE/TO define prestação de contas, no artigo 74:

> I – prestação de contas, o procedimento pelo qual pessoa fisica, órgão ou entidade, por final de gestão ou por execução de contrato formal, no todo ou em parte, ou convênio, prestarão contas ao órgão competente da legalidade, legitimidade e economicidade da utilização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, da fidelidade funcional e do programa de trabalho.

Dessa forma, o Relatório Gerencial das Contas do Governo, emitido por esta Controladoria, contém uma análise circunstanciada dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas, executados no exercício de 2010, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e também o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública, mencionando os recursos e as fontes vinculadas.

Para melhor entendimento, os temas estão apresentados de forma contextual e técnica, especificando as execuções das Gestões: Orçamentária, Financeira e Patrimonial. A realização das despesas está demonstrada por funções, programas, ações e outros indicadores, a exemplo do índice de participação de cada função em relação à aplicação dos recursos arrecadados, bem como os orçamentos autorizados e o cumprimento das metas fiscais, que garantem a manutenção do equilíbrio das contas públicas, evidenciando assim os limites legais e constitucionais.

No que se refere à composição das contas, procurou-se demonstrar o desempenho dos Programas e Ações realizadas pelas Unidades Orçamentárias, bem como a aplicabilidade dos recursos, mensurando a efetividade, economicidade e eficácia dos seus resultados físicos e financeiros.

Pelos dados, detalhadamente apresentados nesta prestação de contas, constata-se que, no decorrer do exercício de 2010, procurou-se manter o equilíbrio das contas públicas, tomando medidas de contenção de gastos em razão da frustração na arrecadação da receita que foi de 16,83% em relação à previsão atualizada, mantendo-se de forma regular os principais programas do governo como: educação, saúde, assistência social, segurança pública e transporte.

Os balanços e demais demonstrações contábeis, apresentados pela Secretaria da Fazenda, estão divididos em 7 (sete) volumes assim distribuídos:

Volume I e II – Balanço Geral do Estado: - 1ª parte - Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal (LRF);

Volume III – Balanço do Poder Executivo;

Volume IV – Balanço dos poderes: Legislativo, Judiciário e do Ministério Público;

Volume V – Balanço da Administração Direta;

Volume VI – Balanço das Autarquias, Fundações e Fundos.

Volume VII – Balanço Geral do Estado – 2ª parte - Relatórios Gerenciais; Nota Explicativa; Relatório da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Fiscal.

2 – ANÁLISES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A análise consiste na avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, comprovando os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente do Poder Executivo, demonstrando, inclusive, o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos respectivos direitos e haveres, em consonância aos princípios constitucionais e legais.

A avaliação confere maior confiabilidade às contas públicas e justifica os conceitos técnicos e práticos pertinentes aos instrumentos de gestão, a exemplo do PPA, LDO e LOA que orientam:

a) o orçamento geral autorizado;

b) a execução orçamentária e financeira;

c) o resultado patrimonial e financeiro no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário bem como do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

É importante destacar o orçamento público como instrumento de planejamento que o governo utiliza para materializar seus planos e programas de trabalho em determinado período, por meio da previsão da receita e fixação da despesa.

O processo de planejamento obedece à formalidade definida na Constituição Federal, tendo início no primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, quando é elaborado o plano plurianual para quatro exercícios, com vigência a contar do segundo ano de seu mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.

Nesse contexto, a Constituição Federal estabelece os seguintes instrumentos de planejamento que deverão ser instituídos por lei de iniciativa do Poder Executivo:

a) Plano Plurianual (PPA);

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

c) Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é um instrumento de planejamento estratégico, que estabelece as políticas mais adequadas para os programas, ações, objetivos e metas da administração pública do Governo Estadual, para um período de quatro anos, iniciando, tendo como principal resultado a produção de bens e serviços visando à promoção do bem-estar social.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, além de orientar a elaboração da lei orçamentária anual e dispor sobre as alterações da legislação tributária, configurando, desta forma, o planejamento tático necessário à definição dos rumos e limites na gestão dos recursos público.

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento de planejamento operacional utilizado pelo governo para gerenciar as receitas e despesas públicas, em cada exercício financeiro, com fundamento nos princípios norteadores do orçamento público.

A receita pública é o recebimento de recursos financeiros efetuados por pessoas de direito público, para atender à cobertura das despesas necessárias aos investimentos, às operações e à manutenção da administração. Distingue-se em receita orçamentária e receita extra-orçamentária.

A receita extra-orçamentária compreende os recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, enquanto a receita orçamentária pertence de fato ao Estado e se classifica economicamente em receitas correntes e de capital.

A despesa pública é o gasto programado, na forma da lei autorizativa, que se realiza por ato de empenho, liquidação e pagamento das obrigações financeiras para consecução dos objetivos da Administração Pública.

Consideram-se recursos orçamentários todos aqueles contemplados pela Lei de Orçamento Anual - LOA e recursos extra-orçamentários aqueles que não dependem de prévia autorização legislativa para seu recebimento ou pagamento.

2.1 ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, compreendendo os orçamentos fiscal, da seguridade social e das empresas estatais, referentes ao exercício financeiro de 2010, tem suas diretrizes na Lei Estadual nº 2.173 de 05 de novembro de 2009 (LDO) e aprovado pela Lei n° 2.251, de 07 de dezembro de 2009 (LOA), que **estimou a receita** no valor de **R$ 5.723.932.129,00** e **fixou a despesa** em igual valor, na forma a seguir:

a) Recursos Ordinários: R$ 3.180.948.556,00;

b) Recursos Vinculados: R$ 855.030.147,00;

c) Recursos de Outras Fontes: R$ 1.687.953.426,00.

O valor do orçamento **inicial** foi acrescido de R$ **487.626.302**,00 em decorrência das seguintes alterações: Suplementações, Reduções, Remanejamentos, Transposições e Transferências, passando o orçamento **autorizado** para R$ 6.211.558.431,00, assim distribuído:

a) Recursos Ordinários: R$ 3.188.993.605,00;

b) Recursos Vinculados: R$ 924.769.350,00;

c) Recursos de Outras Fontes: R$ 2.097.795.476,00.

Com as alterações efetivadas, o Orçamento Geral disponibilizou despesas autorizadas nos orçamentos fiscal, no valor de **R$ 4.917.878.239,00** e da Seguridade Social **R$ 1.293.680.192,00**.

Ressalte-se que estas alterações contaram com recursos disponíveis a título de excesso de arrecadação, apurado durante o exercício, por nível de detalhamento das fontes específicas, no valor de **R$ 76.324.180,00;** operações de crédito, observando-se o que determina a LRF, no valor de **R$ 349.064.900,00,** superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2009, no valor de **R$ 61.337.222,00** e crédito extraordinário aberto no exercício no valor de **R$ 900.000,00** . Esses valores justificam a diferença entre o orçamento inicial e o autorizado.

Do total de R$ 6.211.558.431,00 - Orçamento Geral do Estado atualizado – foram consignados R$ 3.517.508.592,00 – 56,63% - na Administração Direta e R$ 2.694.049.839,00 – 43,37% - na Administração Indireta.

A Gestão da receita e da despesa pública, por meio do SIAFEM, para efeito orçamentário, financeiro e patrimonial, envolve os Órgãos e Entidades que compõem a estrutura orçamentária da Administração Pública Estadual, com os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstrados nos quadros abaixo:

QUADRO 01 - Resumo Geral da Receita Atualizada – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS VINCULADOS (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	**3.908.372.369,00**	**717.069.955,00**	**4.625.442.324,00**
Receita Tributária	1.445.723.572,00	55.605.025,00	1.501.328.597,00
Receita de Contribuições	800.000,00	217.851.696,00	218.651.696,00
Receita Patrimonial	39.192.240,00	217.013.000,00	256.205.240,00
Receita de Serviços	5.364,00	2.370.000,00	2.375.364,00
Transferências Correntes	3.053.149.267,00	210.519.234,00	3.263.668.501,00
Outras Receitas Correntes	31.778.952,00	13.711.000,00	45.489.952,00
Restituição	(4.721.023,00)	-	(4.721.023,00)
Dedução para o FUNDEB	(657.556.003,00)	**-**	(657.556.003,00)
RECEITAS DE CAPITAL	**1.344.342.004,00**	**19.998.422,00**	**1.364.340.426,00**
Operações de Crédito	777.139.079,00	-	777.139.079,00
Alienação de Bens	42.705.720,00	-	42.705.720,00
Transferências de Capital	524.497.205,00	8.943.902,00	533.441.107,00
Amort. de Empréstimos	-	11.054.520,00	11.054.520,00
CONTRIBUIÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS	**7.506.772,00**	**152.031.687,00**	**159.538.459,00**
TOTAL	**5.260.221.145,00**	**889.100.064,00**	**6.149.321.209,00**

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2010 - Receita Atualizada.

QUADRO 02 – Resumo Geral da Receita Atualizada – Orçamento Fiscal

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS VINCULADOS (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	**3.908.372.369,00**	**95.416.369,00**	**4.003.788.738,00**
Receita Tributária	1.445.723.572,00	55.605.025,00	1.501.328.597,00
Receita de Contribuições	800.000,00	16.614.808,00	17.414.808,00
Receita Patrimonial	39.192.240,00	573.000,00	39.765.240,00
Receita de Serviços	5.364,00	2.370.000,00	2.375.364,00
Transferências Correntes	3.053.149.267,00	7.042.536,00	3.060.191.803,00
Outras Receitas Correntes	31.778.952,00	13.211.000,00	44.989.952,00
Restituição	(4.721.023,00)	-	(4.721.023,00)
Dedução para o FUNDEB	(657.556.003,00)	**-**	(657.556.003,00)

RECEITAS DE CAPITAL	**1.344.342.004,00**	**11.054.520,00**	**1.355.396.524,00**
Operações de Crédito	777.139.079,00	-	777.139.079,00
Alienação de Bens	42.705.720,00	-	42.705.720,00
Transferências de Capital	524.497.205,00	-	524.497.205,00
Amortização de Empréstimos	-	11.054.520,00	11.054.520,00
CONTRIBUIÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS	**7.506.772,00**	**-**	**7.506.772,00**
TOTAL	**5.260.221.145,00**	**106.470.889,00**	**5.366.692.034,00**

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2010 Receita Atualizada.
OBS.: exceto as fontes 0237, 0241, 0242, 0244 e 0245.

QUADRO 03 – Resumo Geral da Receita Atualizada – Orçamento da Seguridade Social

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS VINCULADOS (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	**-**	**621.653.586,00**	**621.653.586,00**
Receita Tributária	-	-	-
Receita de Contribuições	-	201.236.888,00	201.236.888,00
Receita Patrimonial	-	216.440.000,00	216.440.000,00
Receita de Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	203.476.698,00	203.476.698,00
Outras Receitas Correntes	-	500.000,00	500.000,00
Restituição	-	-	-
Dedução para o FUNDEB	**-**	**-**	**-**
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**8.943.902,00**	**8.943.902,00**
Operações de Crédito	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Transferências de Capital	-	8.943.902,00	8.943.902,00
Amort. de Empréstimos	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS	**-**	**152.031.687,00**	**152.031.687,00**
TOTAL	**-**	**782.629.175,00**	**782.629.175,00**

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2010 Receita Atualizada, fontes: 0237, 0241, 0242, 0244 e 0245.

QUADRO 04 - Resumo Geral da Despesa Autorizada – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**3.152.476.383,00**	**1.003.904.874,00**	**4.156.381.257,00**
Pessoal e Encargos Sociais	1.824.270.075,00	418.392.103,00	2.242.662.178,00
Juros e Encargos da Dívida	49.472.663,00	-	49.472.663,00
Outras Despesas Correntes	1.278.733.645,00	585.512.771,00	1.864.246.416,00
DESPESAS DE CAPITAL	**1.757.401.856,00**	**58.440.318,00**	**1.815.842.174,00**
Investimentos	1.646.340.731,00	50.747.318,00	1.697.088.049,00
Inversões Financeiras	15.502.124,00	7.693.000,00	23.195.124,00
Amortização da Dívida	95.559.001,00	-	95.559.001,00

RESERVA DE CONTINGENCIA	8.000.000,00	**231.335.000,00**	**239.335.000,00**
TOTAL	**4.917.878.239,00**	**1.293.680.192,00**	**6.211.558.431,00**

FONTE – Anexo 11 por fonte - Geral do Estado – dezembro/2010 - Orçamento Autorizado.

Comparando o total da receita prevista atualizada no Quadro 01 – **R$ 6.149.321.209,00** com o total da despesa autorizada demonstrada no Quadro 04 – **R$** 6.211.558.431,00, comprova-se diferença no valor de **R$ 62.237.222,00**, referente ao aumento de despesa com base no superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior e no crédito extraordinário aberto no exercício.

QUADRO 05 – Resumo Geral da Despesa Autorizada – Orçamento Fiscal

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**3.021.269.808,00**	**131.206.575,00**	**3.152.476.383,00**
Pessoal e Encargos Sociais	1.822.166.825,00	2.103.250,00	1.824.270.075,00
Juros e Encargos da Dívida	49.472.663,00	-	49.472.663,00
Outras Despesas Correntes	1.149.630.320,00	129.103.325,00	1.278.733.645,00
DESPESAS DE CAPITAL	**1.755.164.856,00**	**2.237.000,00**	**1.757.401.856,00**
Investimentos	1.644.103.731,00	2.237.000,00	1.646.340.731,00
Inversões Financeiras	15.502.124,00	-	15.502.124,00
Amortização da Dívida	95.559.001,00		95.559.001,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	**8.000.000,00**	**8.000.000,00**
TOTAL	**4.776.434.664,00**	**141.443.575,00**	**4.917.878.239,00**

FONTE – Anexo 11 por fonte, Geral do Estado - Orçamento Autorizado
OBS.: exceto as fontes 0237, 0241, 0242, 0244 e 0245.

QUADRO 06 – Resumo Geral da Despesa Autorizada – Orçamento da Seguridade Social

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**593.670.983,00**	**410.233.891,00**	**1.003.904.874,00**
Pessoal e Encargos Sociais	414.233.103,00	4.159.000,00	418.392.103,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	179.437.880,00	406.074.891,00	585.512.771,00
DESPESAS DE CAPITAL	**46.004.375,00**	**12.435.943,00**	**58.440.318,00**
Investimentos	38.311.375,00	12.435.943,00	50.747.318,00
Inversões Financeiras	7.693.000,00	-	7.693.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	**231.335.000,00**	**231.335.000,00**
TOTAL	**639.675.358,00**	**654.004.834,00**	**1.293.680.192,00**

FONTE – Anexo 11 por fonte - Geral do Estado - Orçamento Autorizado **Obs.:** fontes 0237, 0241, 0242, 0244 e 0245.

Alterações Orçamentárias

Entende-se por alterações orçamentárias as movimentações e os créditos adicionais abertos mediante autorizações legislativas ao poder executivo, para atendimento das necessidades previstas ou de fatos novos que surgem durante o exercício financeiro.

Valendo-se de autorização constante da própria LOA e obedecendo aos ditames da Lei n.° 4.320/64 e da LDO, foram abertos os créditos suplementares e especiais demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 07 – Demonstrativo das Alterações Orçamentárias

DESCRIÇÃO	VALOR R$
Orçamento Inicial (Lei 2251/2009)	
Orçamento Inicial	**5.723.932.129,00**
(+) Créditos Suplementares	**1.138.470.464,00**
(+) Remanejamento	**77.806.400,00**
(+) Transposição	**691.424.376,00**
(+) Transferência	**513.976.092,24**
(+) Créd. Especiais e/ou Extraordinários	**52.866.090,00**
(-) Reduções para atender Créditos Especiais e/ou Extraordinários	**29.289.953,00**
(-) Reduções	**1.957.627.167,24**
= Créditos Orçamentários Autorizados	**6.211.558.431,00**

FONTE – Lei 2251/09 e Balanço Geral do Estado Volume II, fl. 0496

O Orçamento Geral do Estado, inicialmente no valor de R$ 5.723.932.129,00, aprovado pela Lei nº 2251/2009, foi acrescido pelos créditos suplementares de R$ 1.138.470.464,00, remanejamento R$ 77.806.400,00, transposição R$ 691.424.376,00, transferência R$ 513.976.092,24, créditos especiais e/ou extraordinários R$ 52.866.090,00, e sofreu reduções de R$ 1.986.917.120,24, constituindo-se no orçamento autorizado de R$ 6.211.558.431,00, para o exercício financeiro 2010.

QUADRO 08 – Demonstrativo do Aumento Orçamentário

DESCRIÇÃO	VALOR R$
(+) Excesso de Arrecadação	76.324.180,00
(+) Operações de Crédito	349.064.900,00
(+) Superávit Financeiro	61.337.222,00
(+) Crédito Extraordinário Aberto no Exercício	900.000,00
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS ORÇAMENTÁRIOS	**487.626.302,00**

FONTE – Balanço Geral do Estado Volume II, fl. 0496

O orçamento geral para o exercício de 2010 foi acrescido de R$ 487.626.302,00, ou seja; 7,85% sobre a dotação inicial assim distribuído: 1,23% do excesso de arrecadação, 5,62% das operações de crédito, 0,99% do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior e 0,01% referente a crédito extraordinário aberto no exercício.

Para oficializar a abertura dos créditos na forma demonstrada, editaram-se decretos e portarias, conforme indicação às fls. 307 a 348 do Balanço Geral, Volume I.

Os créditos suplementares foram previamente autorizados por leis, abertos por decretos do Poder Executivo e portarias de autoridade designada, em consonância com os dispositivos do art. 6º e com os limites previstos no art. 7º, ambos da Lei nº 2.251, de 07 de dezembro de 2009. Já as movimentações por intermédio de transferência, transposição e remanejamento foram efetuadas pelo executivo com autorização dada pela Lei 2.173, de 05 de novembro de 2009 em seu artigo 50.

2.2 EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO

A execução orçamentária, patrimonial e financeira é entendida como processo de formular diretrizes para elaboração das propostas de programação setorial de desembolso, e procura manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, por meio da Gestão dos recursos de modo a reduzir eventuais insuficiências financeiras.

2.2.1 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Orçamentária é o ato que compreende a execução e o gerenciamento do fluxo dos recursos, sua origem e aplicação, mediante registro da receita e despesa pública, na forma de créditos e dotações orçamentárias, liberadas por cotas ou duodécimos, obedecendo à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso.

A execução da despesa é o processo pelo qual os créditos orçamentários consignados na LOA são aplicados na realização dos programas e ações governamentais.

Como se observa, a Gestão Orçamentária obedeceu à programação, às diretrizes, aos objetivos e metas do PPA, bem como às prioridades estabelecidas pela LDO, sendo evidenciada pelos atos de que resultem na arrecadação da receita, na realização da despesa, no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações do Estado.

A arrecadação da receita foi realizada por meio das agências do Banco do Brasil, com o recolhimento à Conta Única do Tesouro Estadual, havendo efetivação de 89,36**%** comparada com a previsão inicial. Houve uma evolução nas receitas de 16,39**%** em comparação com o exercício de 2009.

A Receita e a Despesa Orçamentárias se desdobram nas categorias econômicas Correntes e de Capital. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário tem por objetivo apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com os valores realizados, permitindo, assim, a apuração do resultado orçamentário.

Outro conceito importante é o da Receita Corrente Líquida que se constitui pelo somatório das receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais, as contribuições de servidores para o plano de seguridade social, bem como as receitas oriundas de compensação entre sistemas de previdência.

De acordo com o parágrafo 3° do artigo 2° da LRF apura-se a receita corrente líquida somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

Encontram-se demonstradas nos quadros a seguir, a Execução Orçamentária das Receitas (prevista e realizada) e Despesas (autorizada e executada, considerando-se os acréscimos e reduções orçamentários), com os valores detalhados por tipo de crédito, acompanhados das respectivas análises:

2.2.1.1 QUADROS DAS RECEITAS

QUADRO 09 - Receitas - Recursos de Todas as Fontes

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	**5.236.864.464,00**	**4.943.635.859,96**	**94,40**
Receita Tributária	1.504.216.024,00	1.394.655.609,50	92,72
» ICMS	1.236.427.028,00	1.093.249.865,28	88,42
» Outras	267.788.996,00	301.405.744,22	112,55
Receita de Contribuições	212.536.888,00	243.512.453,37	114,57
Receita Patrimonial	253.332.528,00	271.863.320,61	107,31
Receita de Serviços	2.375.364,00	2.030.846,28	85,50
Transferências Correntes	3.218.913.708,00	2.975.360.405,28	92,43
» FPE	2.309.060.233,00	2.117.057.239,77	91,68
» Outras	909.853.475,00	858.303.165,51	94,33
Outras Receitas Correntes	45.489.952,00	56.213.224,92	123,57
RECEITAS DE CAPITAL	**989.806.232,00**	**547.214.868,05**	**55,29**
Operações de Crédito	428.074.179,00	360.416.400,95	84,19
Alienação de Bens	15.679.263,00	43.649.898,73	278,39
Amortização de Empréstimos	11.054.520,00	7.279.643,50	65,85
Transferências de Capital	534.998.270,00	135.868.924,87	25,40
TOTAL DAS RECEITAS	**6.226.670.696,00**	**5.490.850.728,01**	**88,18**
(-) RESTITUIÇÃO	**(4.721.023,00)**	**(6.601.869,11)**	139,84
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	**(657.556.003,00)**	**(585.944.311,94)**	89,11
Receitas de C. Intra-Governamental	159.538.459,00	216.362.869,48	135,62
TOTAL	**5.723.932.129,00**	**5.114.667.416,44**	**89,36**

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado volume I, fl. 029

QUADRO 10 - Balanço Orçamentário do Estado – Discriminação das Receitas – 2010

RECEITAS					
RECEITAS	**PREVISTA ATUALIZADA (R$)**	**REALIZADA (R$)**	**% REALIZADA S/PREVISTA**	**% S/MONTANTE REALIZADO**	**DIFERENÇA (REALIZADA - PREVISTA) (R$)**
RECEITAS CORRENTES	**5.287.719.350,00**	**4.943.635.859,96**	**-6,51**	**90,03**	**(344.083.490,04)**
Receita Tributária	1.501.328.597,00	1.394.655.609,50	-7,11	25,40	(106.672.987,50)
» ICMS	1.236.427.028,00	1.093.249.865,28	-11,58	19,91	(143.177.162,72)
» Outras	264.901.569,00	301.405.744,22	13,78	5,49	36.504.175,22
Receita de Contribuições	218.651.696,00	243.512.453,37	11,37	4,43	24.860.757,37
Receita Patrimonial	256.205.240,00	271.863.320,61	6,11	4,95	15.658.080,61
Receita de Serviços	2.375.364,00	2.030.846,28	-14,50	0,04	(344.517,72)
Transferências Correntes	3.263.668.501,00	2.975.360.405,28	-8,83	54,19	(288.308.095,72)
» FPE	2.309.060.233,00	2.117.057.239,77	-8,32	38,56	(192.002.993,23)
» Outras	954.608.268,00	858.303.165,51	-10,09	15,63	(96.305.102,49)
Outras Receitas Correntes	45.489.952,00	56.213.224,92	23,57	1,02	10.723.272,92
RECEITAS DE CAPITAL	**1.364.340.426,00**	**547.214.868,05**	**-59,89**	**9,97**	**(817.125.557,95)**
Operações de Crédito	777.139.079,00	360.416.400,95	-53,62	6,56	(416.722.678,05)
Alienação de Bens	42.705.720,00	43.649.898,73	2,21	0,79	944.178,73
Amortização de Empréstimos	11.054.520,00	7.279.643,50	-34,15	0,13	(3.774.876,50)
Transferências de Capital	533.441.107,00	135.868.924,87	-74,53	2,47	(397.572.182,13)
TOTAL DAS RECEITAS	**6.652.059.776,00**	**5.490.850.728,01**	**-17,46**	**100,00**	**(1.161.209.047,99)**
(-) RESTITUIÇÃO	**(4.721.023,00)**	**(6.601.869,11)**	**39,84**	**-0,12**	**(1.880.846,11)**
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	**(657.556.003,00)**	**(585.944.311,94)**	**-10,89**	**-10,67**	**71.611.691,06**
Receitas de C. Intra-Governamental	159.538.459,00	216.362.869,48	35,62	3,94	56.824.410,48
TOTAL	**6.149.321.209,00**	**5.114.667.416,44**	**-16,83**	**93,15**	**(1.034.653.792,56)**

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado -Volume I, fl. 027

QUADRO 11 - Desempenho das Receitas Correntes do Estado – Exercício 2009 e 2010

RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS	VALOR R$		% 2010/2009	% S/TOTAL	
	2009	2010		2009	2010
Receita Tributária	1.142.739.124,45	1.394.655.609,50	22,04	26,44	28,21
Receita de Contribuições	179.530.752,59	243.512.453,37	35,64	4,15	4,93
Receita Patrimonial	251.812.197,45	271.863.320,61	07,96	5,83	5,50
Receita de Serviços	1.413.012,87	2.030.846,28	43,72	0,03	0,04
Transferências Correntes	2.696.091.965,13	2.975.360.405,28	10,36	62,39	60,19
Outras Receitas Correntes	49.661.110,67	56.213.224,92	13,19	1,15	1,14

TOTAL	**4.321.248.163,16**	**4.943.635.859,96**	**14,40**	**100,00**	**100,00**

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado - exercícios de 2009 e 2010.

QUADRO 12 - Desempenho da Receita Tributária do Estado (Principais Impostos/Taxas)

IMPOSTO - ARRECADADO	2009	2010	% 2010/2009
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	100.948.468,99	156.254.060,98	54,79
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	59.899.699,72	70.303.270,35	17,37
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas a Mercadorias e Prestação de Serviços	919.564.636,00	1.093.249.865,28	18,89
TOTAL	**1.080.412.804,71**	**1.319.807.196,61**	**22,16**

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado - exercícios de 2009 e 2010.

QUADRO 13 - Desempenho da Receita de Capital do Estado - Exercícios 2009 e 2010

RECEITAS EFETIVADAS					
RECEITAS DE CAPITAL - ARRECADADA	VALOR R$		% 2010/2009	% PARTICIPAÇÂO	
	2009	2010		2009	2010
Operações de Crédito	310.244.374,86	360.416.400,95	16,17	67,32	65,86
Alienação de Bens	17.434.619,84	43.649.898,73	50,36	3,78	7,98
Amortização de Empréstimos	3.975.052,45	7.279.643,50	83,13	0,86	1,33
Transferências de Capital	129.197.767,87	135.868.924,87	05,16	28,04	24,83
TOTAL	**460.851.815,02**	**547.214.868,05**	**18,74**	**100,00**	**100,00**

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado - exercícios de 2009 e de 2010.

QUADRO 14 - Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	2010
RECEITAS CORRENTES	**4.311.242.462,18**	**4.937.053.185,64**
DEDUÇÕES:		
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-270.027.407,20	-317.862.923,71
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-523.260.513,41	-585.944.311,94
CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL	-111.196.855,25	-151.548.863,52
COMP. FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-341.368,24	-468.040,45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**3.406.416.318,08**	**3.881.229.046,02**
PERCENTUAL DE EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2010/2009		**13,94**

FONTE –-- Geral do Estado/09 volume II, fl. 553 Geral do Estado/10 volume II, fl.550

Conforme demonstra o quadro 10, destaca-se que houve superação do valor estimado na realização das Receitas de Contribuições de 11,37%, Receita Patrimonial de 6,11% e de Outras Receitas Correntes de 23,57%, porém, houve queda na arrecadação do ICMS de (11,58%), das Operações de Crédito de (53,62%) e das Transferências de Capital de (74,53%). A arrecadação das receitas correntes em 2010 comparada ao ano anterior apresentou evolução de 14,40% correspondente a R$ 622.387.696,80.

As **receitas de capital**, no valor de **R$ 547.214.868,05** aumentaram em **18,74%** se comparadas ao ano anterior e representam **10,70%** da receita total arrecadada no exercício de 2010.

Verificou-se, também, neste ano, evolução de 13,94% da receita corrente líquida em relação ao exercício de 2009, que corresponde ao valor de R$ 474.812.727,94, confirmando melhoria na arrecadação das receitas correntes.

QUADRO 15 – Demonstrativo da Receita Primária Líquida

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS	
	2010	2009
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	**4.301.226.524,37**	**4.015.754.120,65**
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**547.207.043,35**	**460.851.302,17**
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (III)	360.416.400,95	310.244.374,86
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (IV)	7.271.818,80	3.974.539,60
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (V)	43.649.898,73	17.434.619,84
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**135.868.924,87**	**129.197.767,87**
RECEITAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (VII) = (I + VI)	**4.437.095.449,24**	**4.144.951.888,52**

Receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias, deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimento de aplicações financeiras, de amortizações de empréstimos concedidos e alienação de ativos.

QUADRO 16 - Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida

ESPECIFICAÇÃO	2010
Receitas Correntes	**4.937.053.185,64**
(-) Transferências Constitucionais	317.862.923,71
(-) Contribuição - Plano Seguridade Social Servidor	151.548.863,52
(-) Compensação Financeira Entre Regimes de Previdência	468.040,45
(-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	585.944.311,94
Receita Corrente Líquida (A)	**3.881.229.046,02**

QUADRO 17 – Comparativo entre a Receita Corrente Líquida de 2009 e 2010

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
ANO DE 2009	**ANO DE 2010**	**% EVOLUÇÃO**
3.406.416.318,08	3.881.229.046,02	13,94

2.2.1.2 QUADROS DAS DESPESAS

QUADRO 18 - Balanço Orçamentário do Estado - despesa por tipo de crédito – 2010

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/ AUTORIZADA	% S/ MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	**5.985.505.883,00**	**4.505.717.236,14**	**75,28**	**95,61**	**1.479.788.646,86**
Despesas Correntes	**3.930.328.709,00**	**3.525.828.802,99**	**89,71**	**74,82**	**404.499.906,01**
Pessoal e Encargos Sociais	2.022.947.468,00	1.972.279.186,35	97,50	41,85	50.668.281,65
Juros/Encargos da Dívida	49.472.663,00	49.353.032,52	99,76	1,05	119.630,48
Outras Despesas Correntes	1.857.908.578,00	1.504.196.584,12	80,96	31,92	353.711.993,88
Despesas de Capital	**1.815.842.174,00**	**979.888.433,15**	**53,96**	**20,79**	**835.953.740,85**
Investimentos	1.697.088.049,00	872.538.481,48	51,41	18,52	824.549.567,52
Inversões Financeiras	23.195.124,00	11.974.549,67	51,63	0,25	11.220.574,33
Amortização da Dívida	95.559.001,00	95.375.402,00	99,81	2,02	183.599,00
Reserva de Contingência	**239.335.000,00**	**-**	**-**	**-**	**239.335.000,00**
CRÉDITOS INTRA-ORÇAMENTÁRIOS	**226.052.548,00**	**206.660.072,02**	**91,42**	**4,39**	**19.392.475,98**
Despesas Correntes	**226.052.548,00**	**206.660.072,02**	**91,42**	**4,39**	**19.392.475,98**
Pessoal e Encargos Sociais	219.714.710,00	200.511.011,87	91,26	4,25	19.203.698,13
Outras Despesas Correntes	6.337.838,00	6.149.060,15	97,02	0,13	188.777,85
Despesas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
TOTAL	**6.211.558.431,00**	**4.712.377.308,16**	**75,86**	**100,00**	**1.499.181.122,84**
SUPERÁVIT (*)		**402.290.108,28**			

FONTE – Balanço Orçamentário – Geral do Estado - volume I, fl. 0027
* Total arrecadado (Quadro 10) menos total da despesa (Quadro 18).

Os quadros de n.° 10 e 18 demonstram, além da receita arrecadada e das despesas por tipo de crédito, o superávit orçamentário no valor **R$** 402.290.108,28**,** decorrente da diferença positiva entre a receita efetivada e a despesa executada.

As **despesas correntes** relativas à manutenção, ao funcionamento da máquina administrativa e a outras despesas tipicamente administrativas somam **R$ 3.732.488.875,01,** representando **79,21%** do total das despesas realizadas.

As **despesas de capital**, no referido exercício financeiro, somaram **R$ 979.888.433,15,** destacando-se os dispêndios realizados com investimentos na ordem de **R$** 872.538.481,48, que representam 89,04**%** do total das despesas de capital realizadas neste exercício.

QUADRO 19 – Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2009		2010		%
	DESPESA	% PART	DESPESA	% PART	2010/2009
Pessoal e Encargos Sociais	1.780.460.753,98	43,80	2.172.790.198,22	46,11	22,04
Juros e Encargos da Divida	33.837.311,83	0,83	49.353.032,52	1,05	45,85
Outras Despesas Correntes	1.338.650.394,66	32,93	1.510.345.644,27	32,05	12,83
DESPESAS CORRENTES	**3.152.948.460,47**	**77,56**	**3.732.488.875,01**	**79,21**	**18,38**
Investimentos	772.646.329,97	19,01	872.538.481,48	18,52	12,93
Inversões Financeiras	16.003.338,77	0,39	11.974.549,67	0,25	(25,17)
Amortização da Dívida	123.497.551,56	3,04	95.375.402,00	2,02	(22,77)
DESPESAS DE CAPITAL	**912.147.220,30**	**22,44**	**979.888.433,15**	**20,79**	**7,43**
TOTAL	**4.065.095.680,77**	**100,00**	**4.712.377.308,16**	**100,00**	**15,92**

Fonte – Anexo IMPBY/2009 e 2010

No exercício de 2010, o volume de despesas realizadas atingiu um valor de R$ **4.712.377.308,16**. Dos recursos aplicados **79,21%** foram concentrados nas despesas correntes e **20,79%** aplicado nas despesas de capital. Avaliando o volume de despesas realizadas entre 2009 e 2010, evidencia-se um aumento de **15,92%**, todavia as inversões financeiras e a Amortização da Dívida apresentaram queda substancial de 25,17 e 22,77% respectivamente.

QUADRO 20 – Comparativo de Despesa Realizada por Poderes e Ministério Público / Categoria e Grupo

2010								
PODER	PESSOAL	%	OUTROS CUSTEIOS	%	CAPITAL	%	TOTAL	%
Executivo	1.834.371.263,95	84,42	1.464.516.310,13	93,90	938.210.650,64	95,75	4.237.098.224,72	89,91
Legislativo	119.127.141,06	5,48	38.027.384,59	2,44	5.690.771,31	0,58	162.845.296,96	3,46
Judiciário	151.515.463,95	6,97	39.480.958,66	2,53	32.111.063,65	3,28	223.107.486,26	4,73
Ministério Público	67.776.329,26	3,12	17.674.023,41	1,13	3.875.947,55	0,40	89.326.300,22	1,90
TOTAL	**2.172.790.198,22**	**100,00**	**1.559.698.676,79**	100,00	**979.888.433,15**	**100,00**	**4.712.377.308,16**	**100,00**

2009								
PODER	PESSOAL	%	OUTROS CUSTEIOS	%	CAPITAL	%	TOTAL	%
Executivo	1.504.623.929,87	84,51	1.301.096.039,39	94,80	901.239.513,12	98,80	3.706.959.482,38	91,19
Legislativo	102.098.357,05	5,73	23.460.355,47	1,71	1.974.594,37	0,22	127.533.306,89	3,14
Judiciário	117.823.224,92	6,62	30.646.644,04	2,23	8.239.808,91	0,90	156.709.677,87	3,86
Ministério Público	55.915.242,14	3,14	17.284.667,59	1,26	693.303,90	0,08	73.893.213,63	1,82
TOTAL	**1.780.460.753,98**	**100,00**	**1.372.487.706,49**	**100,00**	**912.147.220,30**	**100,00**	**4.065.095.680,77**	**100,00**

PODER	PESSOAL			OUTROS CUSTEIOS			CAPITAL		
	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%
Executivo	1.504.623.929,87	1.834.371.263,95	21,92	1.301.096.039,39	1.464.516.310,13	12,56	901.239.513,12	938.210.650,64	4,10
Legislativo	102.098.357,05	119.127.141,06	16,68	23.460.355,47	38.027.384,59	62,09	1.974.594,37	5.690.771,31	188,20
Judiciário	117.823.224,92	151.515.463,95	28,60	30.646.644,04	39.480.958,66	28,83	8.239.808,91	32.111.063,65	289,71
Ministério Público	55.915.242,14	67.776.329,26	21,21	17.284.667,59	17.674.023,41	2,25	693.303,90	3.875.947,55	459,05
TOTAL	**1.780.460.753,98**	**2.172.790.198,22**	**22,04**	**1.372.487.706,49**	**1.559.698.676,79**	**13,64**	**912.147.220,30**	**979.888.433,15**	**7,43**

QUADRO 21- Resumo das Despesas Realizadas por Categoria/Grupo de Despesa

CATEGORIA/ GRUPO DE DESPESA	2009	% PART	2010	% PART	% 2010/2009
PESSOAL	1.780.460.753,98	43,80	2.172.790.198,22	46,11	22,04
CUSTEIO	1.372.487.706,49	33,76	1.559.698.676,79	33,10	13,64
CAPITAL	912.147.220,30	22,44	979.888.433,15	20,79	7,43
TOTAL	**4.065.095.680,77**	**100,00**	**4.712.377.308,16**	**100,00**	**15,92**

A execução da despesa, no exercício de 2010, apresentou participação na aplicação dos recursos, em relação ao total das despesas, da seguinte forma: pessoal e encargos – 46,11%, custeio - 33,10% e capital – 20,79%. No biênio 2009/2010, observou-se aumento dos dispêndios, principalmente nos gastos com pessoal e encargos sociais que foi de 22,04%.

A aplicação dos recursos orçamentários, no exercício de 2010, importou em R$ 4.712.377.308,16, assim distribuídos: 89,91%, no poder executivo, 3,46% no Legislativo, 4,73% no Judiciário e 1,90% no Ministério Público.

As despesas com pessoal e encargos sociais (sem deduções) tiveram um incremento nominal de 22,04% em 2010 comparando ao exercício de 2009. Sua participação, em relação ao total da despesa, passou de 43,80% no exercício de 2009 para 46,11% em 2010.

QUADRO 22 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal em relação à RCL

PODERES	DESPESA DE PESSOAL		%Gasto com pessoal/ RCL 2010	% Limite Máximo da LRF	% Limite Prudencial	% Evolução da Despesa 2010 / 2009
	2009	2010				
Executivo (*)	1.500.843.692,38	1.852.757.712,99	47,74%	49,00%	46,55%	23,45%
Legislativo	91.916.552,53	107.571.295,39	2,77%	3,00%	2,85%	17,03%
Judiciário	115.635.330,59	144.765.344,47	3,73%	6,00%	5,70%	25,19%
Ministério Público	55.915.242,14	63.076.892,38	1,63%	2,00%	1,90%	12,82%
CONSOLIDADO (*)	1.764.310.817,64	2.168.171.245,23	55,86%	60,00%	57,00%	22,89%

FONTE – Volume II Balanço Geral – fls. 562 e 566

Com base na Receita Corrente Líquida, para fins de limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, os gastos com pessoal nos Poderes e Órgãos mantiveram-se abaixo de seus limites prudenciais exceto o Poder Executivo com

1,19% acima da margem prudencial. Comparando-se os gastos com pessoal consolidados no biênio 2010/2009, verifica-se um aumento de 22,89%.

QUADRO 23 - Demonstrativo da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – Poder Executivo – 2010

Despesa Bruta com Pessoal	**2.015.057.915,52**
Pessoal Ativo	1.863.875.113,18
Pessoal Inativo e Pensionista	151.182.802,34
Despesas não Computadas (art. 19, § 1° da LRF)	162.300.202,53
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	11.008.361,84
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	9.860,12
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	273.188,81
(-) Inativos com Recursos Vinculados	151.008.791,76
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP	**1.852.757.712,99**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.881.229.046,02
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO TDP/RCL	**47,74**
LIMITE MÁXIMO 49%	**1.901.802.232,55**
LIMITE PRUDENCIAL 46,55%	**1.806.712.120,92**

FONTE – Volume II Balanço Geral do Estado – fl. 0566

Os gastos com pessoal e encargos, relativos ao Poder Executivo, representam 47,74% da Receita Corrente Líquida, situando-se acima do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 22 que é de 46,55%.

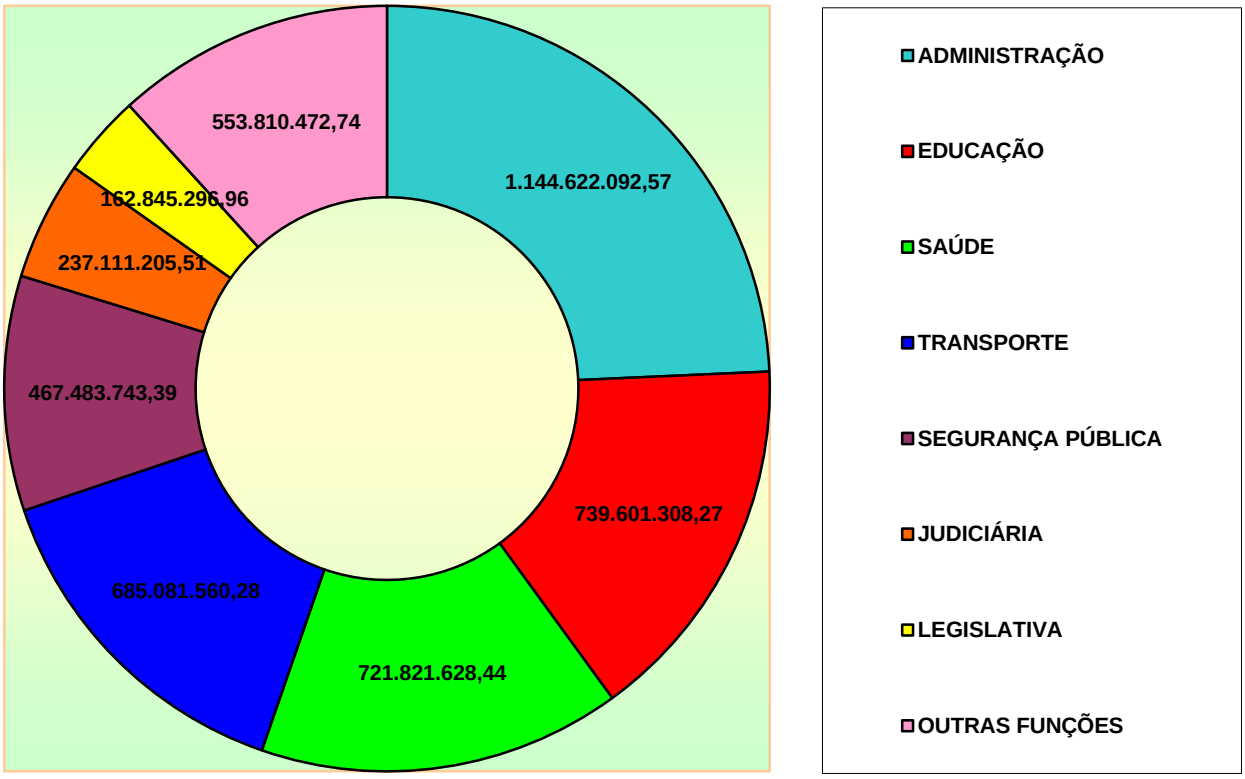
QUADRO 24 - Demonstrativo das Despesas Executadas por Função

DESPESAS POR FUNÇÃO	VALOR	%
	2010	PARTICIPAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO	**1.144.622.092,57**	**24,29**
EDUCAÇÃO	**739.601.308,27**	**15,69**
SAÚDE	**721.821.628,44**	**15,32**
TRANSPORTE	**685.081.560,28**	**14,54**
SEGURANÇA PÚBLICA	**467.483.743,39**	**9,92**
JUDICIÁRIA	**237.111.205,51**	**5,03**
LEGISLATIVA	**162.845.296,96**	**3,46**
PREVIDÊNCIA SOCIAL	**161.977.575,98**	**3,44**
ENCARGOS ESPECIAIS	**144.314.987,18**	**3,06**
COMUNICAÇÕES	**39.241.829,34**	**0,83**
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**35.463.019,44**	**0,75**
AGRICULTURA	**30.808.741,17**	**0,65**
INDUSTRIA	**25.501.773,60**	**0,54**
ESSENCIAL À JUSTIÇA	**23.519.353,17**	**0,50**
HABITAÇÃO	**14.835.494,97**	**0,31**
URBANISMO	**13.557.205,30**	**0,29**
GESTÃO AMBIENTAL	**13.021.958,14**	**0,28**
CULTURA	**11.885.608,55**	**0,25**

ENERGIA	9.283.341,21	0,20
DIREITOS DA CIDADANIA	7.951.315,24	0,17
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	7.810.153,70	0,17
COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.971.140,71	0,13
DESPORTO E LAZER	3.692.005,01	0,08
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.567.909,50	0,05
TRABALHO	1.912.608,81	0,04
SANEAMENTO	494.451,72	0,01
TOTAL	4.712.377.308,16	100,00

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fls. 075

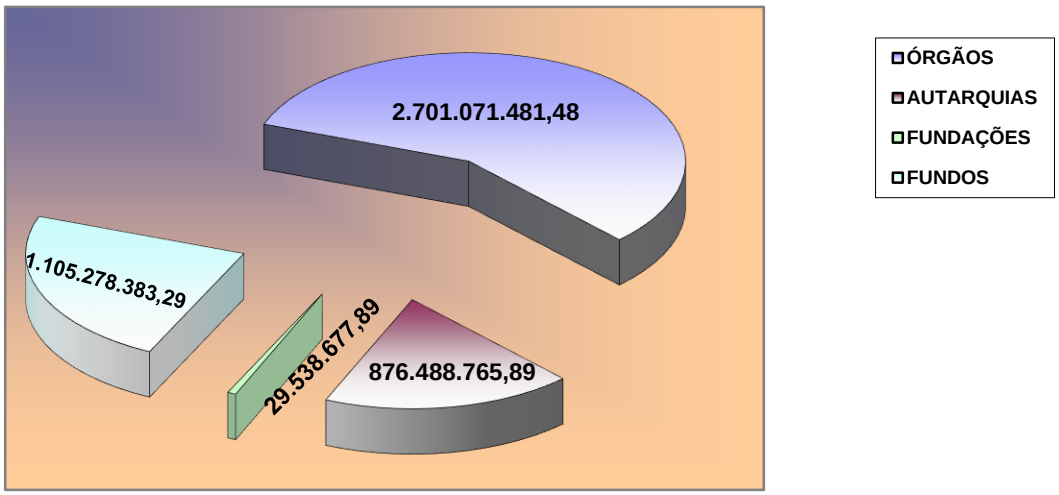
GRÁFICO 01 – Despesas por Função de Governo



Observa-se, por meio do gráfico acima, que as cinco funções de Governo que obtiveram maiores participações nas despesas foram: Administração com **R$ 1.144.622.092,57**; Educação com **R$ 739.601.308,27**; Saúde com **R$ 721.821.628,44**; Transporte com **R$ 685.081.560,28** e Segurança Pública com **R$ 467.483.743,39**.

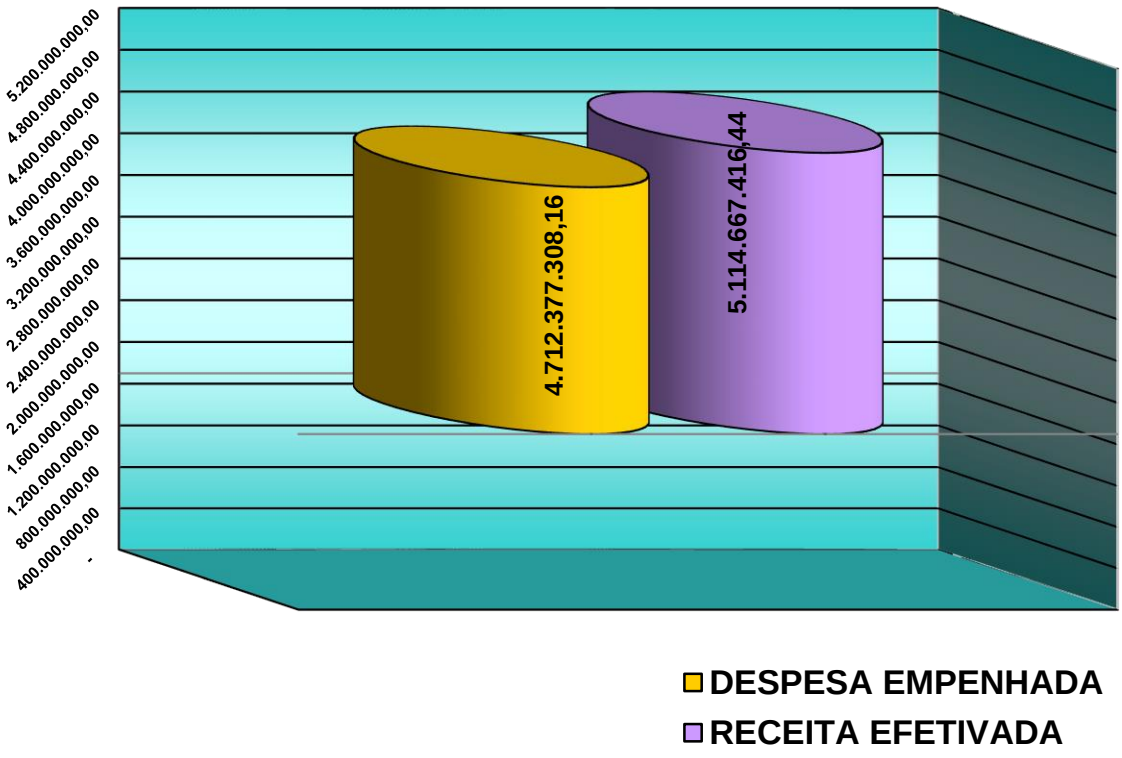
A composição da despesa totalizada por Órgãos e Entidades do Estado, no presente exercício, levando-se em consideração as administrações direta e indireta estão evidenciadas no gráfico abaixo:

GRÁFICO 02 – Despesas Executada por Órgãos, Entidades (Autarquias e Fundações) e Fundos



Os orçamentos autorizados estão distribuídos entre os órgãos, autarquias, fundações e fundos especiais, no âmbito dos poderes do Estado, conforme valores constantes do Gráfico n.° 02. Chama-se atenção para as Fundações, estas, com a menor consignação orçamentária e só tiveram realização de apenas **R$ 29.538.677,29** do orçamento geral do Estado, e para os Órgãos, pois estes detêm a maior parcela orçamentária, o equivalente a **R$**. **2.701.071.481,48**.

GRÁFICO 03 - Cumprimento de Metas Fiscais



O gráfico acima demonstra um superávit orçamentário de **R$ 402.290.108,28**, equivalente a **7,87%** da receita arrecadada.

QUADRO 25 – Demonstrativo das Despesas Primárias Líquidas

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS LIQUIDADAS	
	2010	2009
DESPESAS CORRENTES (I)	**3.724.435.055,58**	**3.134.033.012,85**
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (II)	49.353.032,52	33.835.848,76
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	3.675.082.023,06	3.100.197.164,09
DESPESAS DE CAPITAL (IV)	**951.182.777,09**	**873.704.189,47**
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS (V)	9.233.198,17	15.001.971,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (VI)	95.375.402,00	123.497.551,56
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VII) = (IV - V - VI)	846.574.176,92	735.204.665,95
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)	**36.757.626,10**	**57.357.015,38**
DESPESAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (IX) = (III + VII + VIII)	**4.558.413.826,08**	**3.892.758.845,42**
RESULTADO PRIMÁRIO (X) = (VII QUADRO 15 – IX QUADRO 25)	**(121.318.376,84)**	**252.193.043,10**
META DO RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE 2010	14.710.000,00	

Despesa Primária Líquida corresponde ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

O Resultado Primário apurado no exercício de 2010 foi de R$ (121.318.376,84), que, comparado com a meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o período de R$ 14.710.000,00, evidencia um déficit primário de R$ 136.028.376,84.

2.2.1.3 LIMITES CONSTITUCIONAIS

Os limites constitucionais são aqueles previstos diretamente nas constituições Federal e Estadual, por esta razão devem ser rigorosamente observados, sob pena de sanções políticas e administrativas.

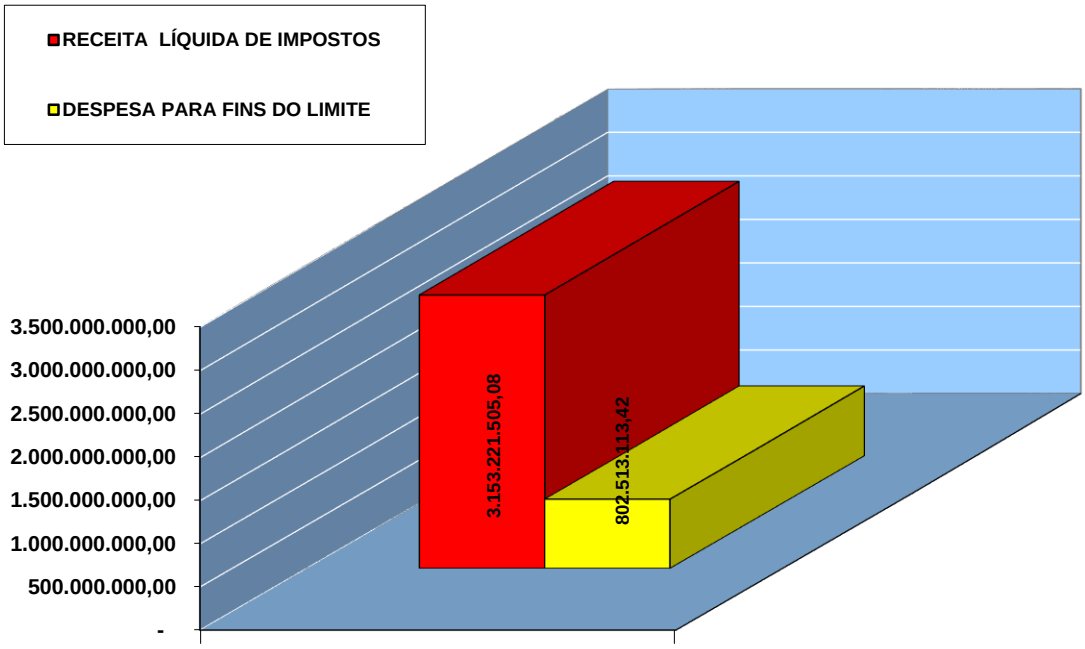
O Governo do Estado cumpriu os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal exceto quanto à meta de resultado primário.e o limite prudencial para a despesa com pessoal do Poder Executivo. Destaca-se a aplicação nas áreas de Educação e Saúde, conforme demonstração abaixo:

QUADRO 26 - Comparativo das despesas realizadas com Educação – 2010/2009

ESPECIFICAÇÃO	2010	2009	% 2010/2009
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	**3.153.221.505,08**	**2.721.122.231,06**	**15,88**
Aplicação na Educação	802.513.113,42	710.849.408,63	12,89
% de Aplicação Realizada	25,45	26,12	(2,57)
LIMITE CONSTITUCIONAL MÍNIMO A APLICAR	25	25	

Na aplicação de recursos destinados à educação, em 2010, constatou-se um acréscimo de **12,89%** em relação ao exercício de 2009. Esse crescimento foi proveniente do aumento na arrecadação da Receita. A aplicação na área de educação atendeu ao Limite determinado na Constituição federal de 1988, em seu art. 212, que é de 25% da receita resultante de impostos. Em cumprimento a este dispositivo constitucional, o Governo do Estado do Tocantins aplicou 25,45%, equivalente a R$ **802.513.113,42**.

GRÁFICO 04 – Limite de Despesas com Educação e Cultura



De acordo com o gráfico acima, o valor de R$ 802.513.113,42, correspondente a 25,45% da receita resultante de impostos e transferências constitucionais e legais, superando o percentual mínimo de 25% previsto no art. 212 da Constituição Federal para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

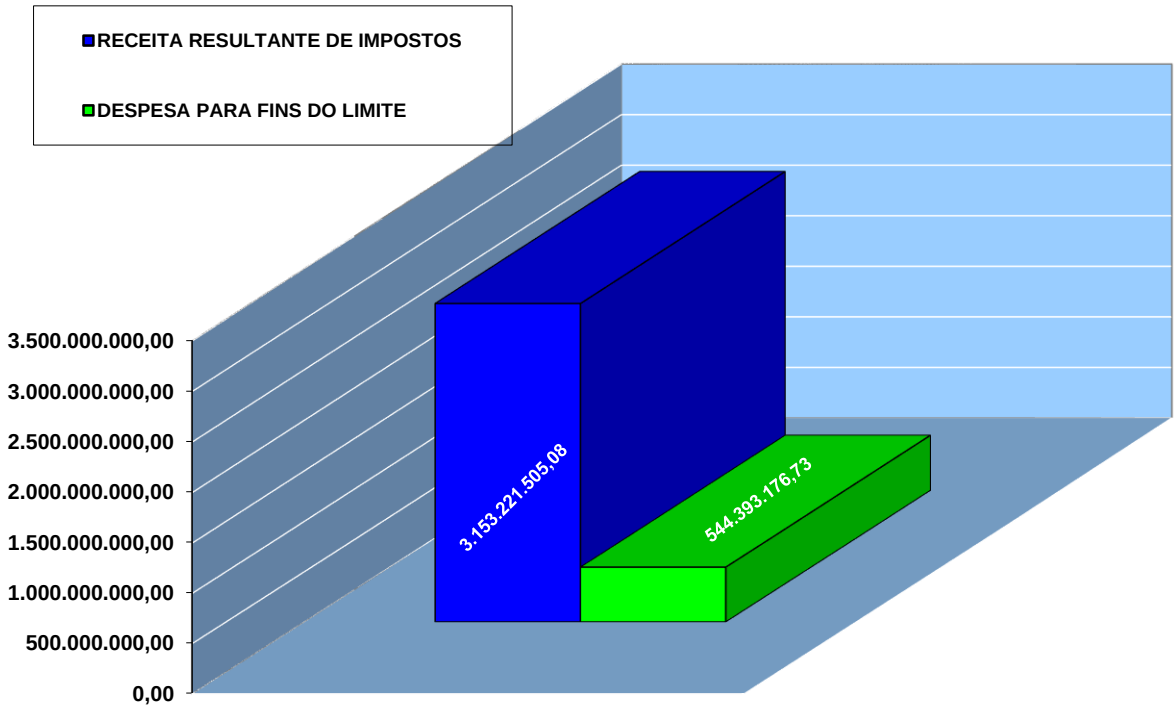
QUADRO 27 – Comparativo das despesas realizadas com Saúde – 2010/2009

ESPECIFICAÇÃO	2010	2009	% 2010/2009
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	**3.153.221.505,08**	**2.721.122.231,06**	**15,88**
Aplicação na Saúde	544.393.176,73	426.358.873,24	27,68
% de Aplicação Realizada	17,26	15,67	10,15
LIMITE CONSTITUCIONAL	12	12	

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, no art. 77, inciso II, determina a aplicação de recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde de 12%. Conforme demonstrado no quadro acima foram gastos 17,26% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, superando 5,26% do limite da lei.

Comparando o período 2010 com o de 2009 constata-se que, a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais apresentou uma evolução de 15,88% e a aplicação de recursos na Saúde teve um implemento de 27,68%.

GRÁFICO 05 – Limite de Despesas com Saúde



Em relação à Saúde, o gasto de R$ 544.393.176,73, correspondente a 17,26% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, superando o índice de 12% determinado pelo art. 77, inciso II dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

2.2.2 GESTÃO FINANCEIRA

A Gestão Financeira cuida de registrar a movimentação de numerário, ou seja, os recebimentos e pagamentos de receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, os ativos e passivos financeiros.

A Gestão Financeira tem como instrumento operacional o Sistema Informatizado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM para o efetivo controle dos recursos financeiros movimentados na Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, observando a programação financeira e respectivo cronograma mensal de desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, conforme demonstrativos e resumos de balanços financeiros apurados no exercício em análise, a seguir:

QUADRO 28 – Resumo Financeiro da Receita e da Despesa – Geral do Estado

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**4.898.315.917,05**	**ORÇAMENTÁRIA**	**4.505.717.236,14**
CORRENTES	4.351.108.873,70	CORRENTES	3.525.828.802,99
CAPITAL	547.207.043,35	CAPITAL	979.888.433,15
REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	216.351.499,39	**DESP. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA**	206.660.072,02
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.115.514.677,66	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS**	6.404.041.783,80
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**1.976.005.892,48**	**SALDO PARA O EXERCÍCO SEGUINTE**	**2.089.768.894,62**
TOTAL	**13.206.187.986,58**	**TOTAL**	**13.206.187.986,58**

FONTE – Balanço Financeiro **-** Volume I, fl. 054 - Geral do Estado.

QUADRO 29 - Participação da Receita e da Despesa – Geral do Estado – em percentual

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**37,09**	**ORÇAMENTÁRIA**	**34,12**
CORRENTES	32,95	CORRENTES	26,70
CAPITAL	4,14	CAPITAL	7,42
REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	**1,64**	**DESP. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**1,56**
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**46,31**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS**	**48,49**
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**14,96**	**SALDO PARA O EXERCÍCO SEGUINTE**	**15,82**
TOTAL	**100,00**	**TOTAL**	**100,00**

FONTE – Balanço Financeiro **-** Volume I, fl. 054 - Geral do Estado.

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos de receitas e dispêndios (despesas) de recursos financeiros, destacando-se as receitas e despesas, autorizadas por Lei (orçamentária), dos pagamentos e recebimentos executados, independentes da execução orçamentária (extra-orçamentária), conjugando-se, ainda, com os saldos das disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passam para o exercício seguinte.

O ingresso de recursos está composto por **37,09%,** de receita orçamentária, **1,64%** de receita corrente intra-orçamentária, **46,31** de receita extra-orçamentária e **14,96%** de saldo financeiro do exercício anterior.

O dispêndio de recursos Orçamentários alcançou percentual de **34,12%** desdobrados em Despesas Correntes – 26,70% e Despesas de Capital - 7,42%, as despesas correntes intra-orçamentárias - **1,56%** as despesas Extra-Orçamentárias atingiram **48,49%,** e o saldo para o exercício seguinte corresponde a **15,82%**.

2.3 - POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ESTADO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E POR PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.3.1 POSIÇÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial demonstra e controla a situação do patrimônio composto por bens móveis, imóveis, intangíveis, créditos, obrigações e valores, registrados nos ativos e passivos dos órgãos e entidades do Estado. Ela também mostra o resultado da execução orçamentária e extra-orçamentária aumentando ou diminuindo quantitativa ou qualitativamente o patrimônio público na forma dos quadros e gráficos a seguir:

QUADRO 30 - DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA - 2010

ORIGEM	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	RECEBIMENTO (Principal + Atualização)	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
ICMS	900.260.238,30	94.338.641,68	106.085.836,23	19.871.187,33	4.830.660,44	1.075.982.868,44
IPVA	27.082.563,06	-	2.904.953,36	2.359.713,71	-	27.627.802,71
NÃO TRIBUTÁRIA	579.318,81	3.532.169,63	293.125,16	96.681,03	3.536,81	4.304.395,76
SUBTOTAL	**927.922.120,17**	**97.870.811,31**	**109.283.914,75**	**22.327.582,07**	**4.834.197,25**	**1.107.915.066,91**
PROCON - NÃO TRIBUTÁRIA	7.563.254,09	127,69	834.536,16	259.211,96	-	8.138.705,98
TOTAL GERAL	**935.485.374,26**	**97.870.939,00**	**110.118.450,91**	**22.586.794,03**	**4.834.197,25**	**1.116.053.772,89**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Volume VII – fls. 1875 a 1878

Os direitos do Estado provenientes da Dívida Ativa em 2009 era de R$ 935.485.374,26, durante o exercício de 2010 houve inscrição no valor de R$ 97.870.939,00, atualização de R$ 110.118.450,91, recebimento de R$ 22.586.794,03 e cancelamento de R$ 4.834.197,25, ficando, como créditos a receber no final do exercício a importância de R$ 1.116.053.772,89. A diferença entre os saldos demonstrados revela um crescimento da Dívida Ativa em 2010 de 19,30% em relação ao ano anterior.

2.3.1.1 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – 2009/2010 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO

QUADRO 31 - Resumo dos Valores Patrimoniais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2009**	**2010**	**TÍTULO**	**2009**	**2010**
ATIVO FINANCEIRO	1.982.491.635,69	2.153.888.318,67	PASSIVO FINANCEIRO	269.040.787,16	120.674.447,33
DISPONÍVEL	1.974.603.404,54	2.087.924.038,66	DÍVIDA FLUTUANTE	267.175.485,16	119.606.686,51
REALIZÁVEL	7.888.231,15	65.964.280,01	PASSIVO PERMANENTE	3.556.244.904,52	5.028.555.408,36
PERMANENTE	2.786.006.420,00	3.201.434.302,81	SOMA DO PASSIVO REAL	3.825.285.691,68	5.149.229.855,69
SOMA DO ATIVO REAL	4.768.498.055,69	5.355.322.621,48	ATIVO REAL LÍQUIDO	943.212.364,01	206.092.765,79
ATIVO COMPENSADO	2.121.930.184,44	2.351.901.427,06	PASSIVO COMPENSADO	2.121.930.184,44	2.351.901.427,06
TOTAL	**6.890.428.240,13**	**7.707.224.048,54**	**TOTAL**	**6.890.428.240,13**	**7.707.224.048,54**

FONTE – Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Geral do Estado – Volume I, fl. 060

Neste quadro destaca-se que o passivo permanente, em 2009, no valor de R$ 3.556.244.904,52 passou, em 2010, para R$ 5.028.555.408,36 que representa em percentual um aumento de 41,40, bem superior ao aumento dos ativos. Esta situação contribuiu significativamente para a queda do ativo real líquido em 78,15%.

QUADRO 32 – Resumo dos Valores Patrimoniais em Percentuais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2009**	**2010**	**TÍTULO**	**2009**	**2010**
ATIVO FINANCEIRO	28,77	27,95	PASSIVO FINANCEIRO	3,9	1,57
DISPONÍVEL	28,66	27,09	DÍVIDA FLUTUANTE	3,88	1,55
REALIZÁVEL	0,11	0,86	PASSIVO PERMANENTE	51,61	65,24
PERMANENTE	40,43	41,54	SOMA DO PASSIVO REAL	55,52	66,81
SOMA DO ATIVO REAL	69,20	69,48	ATIVO REAL LÍQUIDO	13,69	2,67
ATIVO COMPENSADO	30,80	30,52	PASSIVO COMPENSADO	30,8	30,52
TOTAL	**100**	**100**	**TOTAL**	**100**	**100,00**

FONTE – Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Geral do Estado – Volume I, fl. 060

O demonstrativo acima evidencia que a composição patrimonial sofreu mudanças no exercício de 2010, em comparação com o ano de 2009, principalmente no passivo permanente onde a participação era de 51,61% passou para 65,24% e no ativo real líquido que apresentou redução em sua composição alterando de 13,69% para 2,67%. Os bens registrados no ativo permanente representam 40,43% do total do patrimônio do Estado.

QUADRO 33 - Evolução Patrimonial/2010 – Tomando-se por Base o Exercício de 2009

ATIVO	% 2010/2009	PASSIVO	% 2010/2009
ATIVO FINANCEIRO	8,65	PASSIVO FINANCEIRO	-55,15
DISPONÍVEL	5,74	PASSIVO PERMANENTE	41,40
REALIZÁVEL	736,24	SOMA DO PASSIVO REAL	34,61
PERMANENTE	14,91	ATIVO REAL LÍQUIDO	-78,15

FONTE – Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Geral do Estado – Volume I, fl. 060

Este quadro demonstra os percentuais de comportamento patrimonial no exercício financeiro de 2010 em relação a 2009 do Balanço Geral do Estado. Chama atenção o crescimento do ativo realizável em 736,24**%**, do ativo permanente em 14,91% e do passivo permanente em 41,40%, já no passivo financeiro houve queda de 55,15% e o reflexo no ativo real líquido foi também uma redução de 78,15%.

2.3.1.1.1 GRÁFICOS E QUADROS DA SITUAÇÃO DA DÍVIDA E DAS GARANTIAS

A Dívida Pública Consolidada se caracteriza pelas obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, com base na Lei nº 101/2000 art. 29, I.

É classificada como Dívida Consolidada ou Fundada quando representa compromissos assumidos com vencimento superior a doze meses e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, com base na Lei 4.320/64 artigos 98 e 105 § 4º.

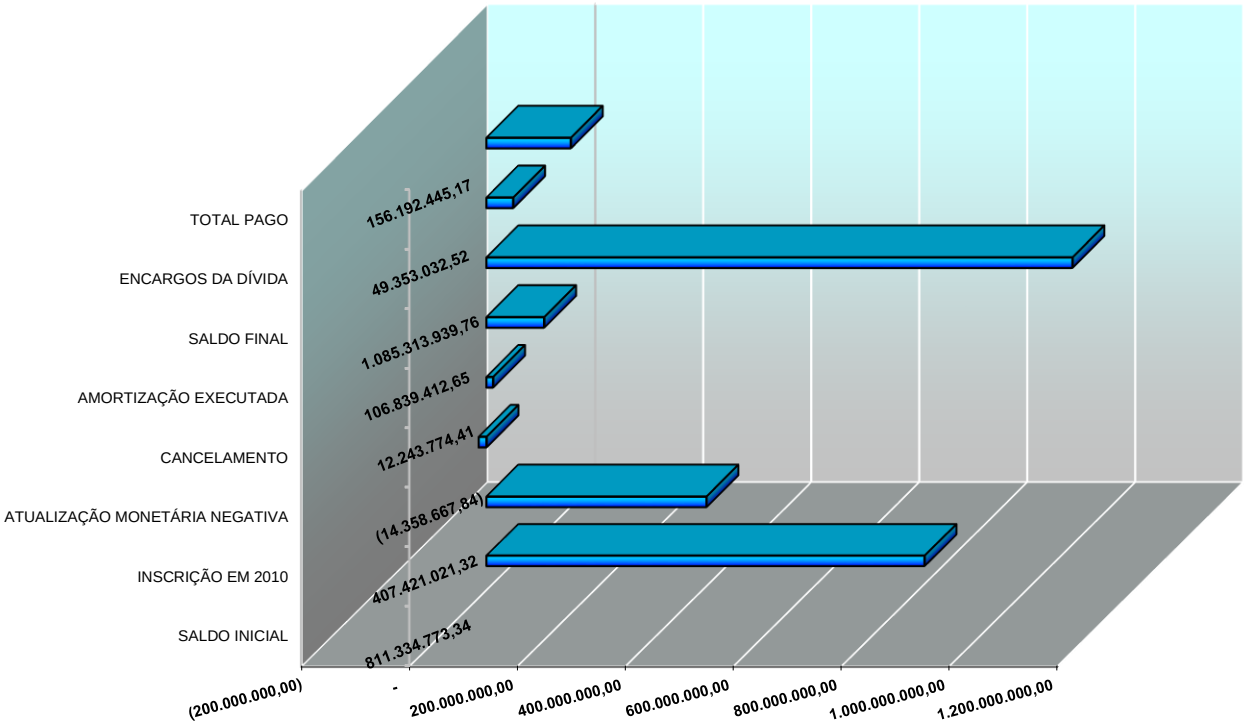
O limite da dívida é fixado em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) para cada esfera de governo e aplicado igualmente a todos os entes da Federação que façam parte de seu cálculo, constituindo, para cada um deles, limites máximos estabelecidos pela Resolução do Senado Federal n° 40.

QUADRO 34 – Demonstrativo dos Limites da Dívida e Operações de Crédito – 2009 e 2010

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE 2009		ANO DE 2010		LIMITE MÁXIMO
	VALOR	% sobre a RCL	VALOR	% sobre a RCL	
RCL	**3.406.416.318,08**	**-**	**3.881.229.046,02**	**-**	**-**
Divida Consolidada Líquida	374.954.520,06	11,01	634.992.752,93	16,36	200%
Operações de Crédito	136.644.374,86	4,01	235.003.884,12	6,05	16%

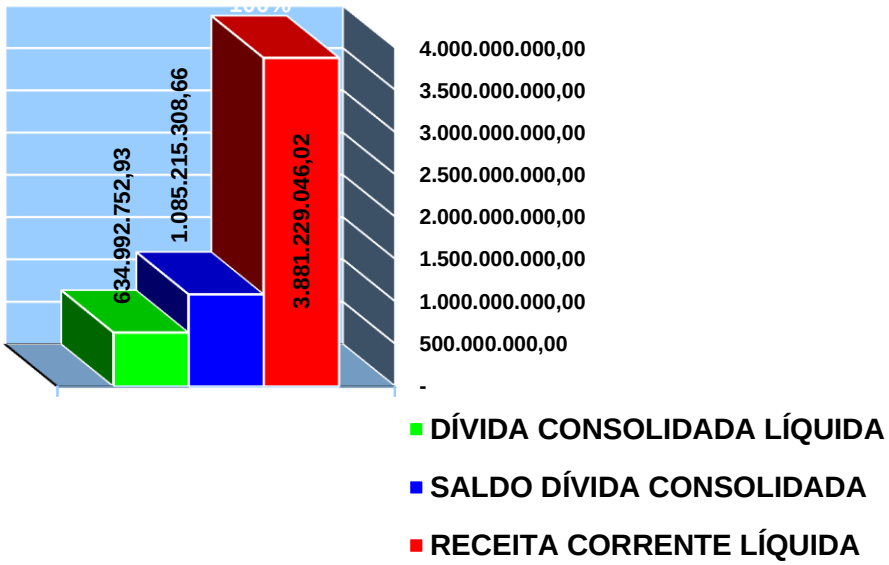
Conforme demonstrado no quadro acima, o Estado encontra-se em situação bastante favorável em relação à dívida consolidada líquida e operações de crédito: a dívida atingiu 16,36% que tem como parâmetro máximo um percentual de 200% enquanto as operações de crédito alcançaram 6,05% do limite de 16%, definidos pelas Resoluções nº 40 e 43 do Senado Federal respectivamente, percentuais calculados com base na Receita Corrente Líquida - RCL.

GRÁFICO 06 – Situação da Dívida Fundada e seus Encargos



No exercício de 2010 os pagamentos com a amortização, juros e encargos da dívida fundada, demonstrados no Gráfico – 06, atingiram a quantia de **R$ 156.192.445,17,** equivalente a **5,26%** do total pago com recursos ordinários do Tesouro Estadual no exercício em comento, restando um saldo a pagar no valor de **R$ 1.085.313.939,76**, conforme gráfico acima.

GRÁFICO 07 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida



O Gráfico n.° 07 demonstra percentual de 16,36% da Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida, situação favorável quanto ao endividamento do Estado, considerando o limite de 200% definido pela Resolução nº 40 do Senado Federal.

QUADRO 35 - Comparativo da Dívida Fundada (exceto regime previdenciário)

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	Variação %
	Valor (R$)	Valor (R$)	2010/2009
Divida consolidada	811.221.353,24	1.085.215.308,66	33,78
Deduções	436.266.833,18	450.222.555,73	3,20
Dívida Consolidada Líquida	**374.954.520,06**	**634.992.752,93**	**69,35**
Receita Corrente Líquida	**3.406.416.318,08**	**3.881.229.046,02**	**13,94**
Percentual da Div. Consolidada/RCL	**23,81**	**27,96**	**17,43**
Percentual da Div. Consolidada Líquida/RCL	**11,01**	**16,36**	**48,60**
Limite de Comprometimento Permitido 200%	**6.812.832.636,16**	**7.762.458.092,04**	**13,94**

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume II, fl. 0567

A Dívida Consolidada Líquida do Estado, no exercício de 2010, é de R$ 634.992.752,93, que representa aumento de 69,35% em relação ao exercício de 2009.

QUADRO 36 – Demonstrativo da Dívida Interna e Externa

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA	2009	2010	Variação % 2010/2009
Inscrição (a)	351.381.029,31	407.421.021,32	15,95
*Atualização Monetária (b)	(127.901.990,14)	(14.358.667,84)	(88,77)
Amortização (c)	144.469.151,31	106.839.412,65	(26,05)
Cancelamento (d)	1.457.727,03	12.243.774,41	739,92
RESULTADO = a - b - c - d	**77.552.160,83**	**273.979.166,42**	**253,28**

*Observação: 1 - resultado positivo = aumento da dívida
2 - resultado negativo = redução da dívida

Considerando as movimentações configuradas no quadro acima, verifica-se que a dívida em 2010 teve um crescimento de R$ 273.979.166,42, montante este que, se comparado ao do ano de 2009 representa um aumento 253,28%.

QUADRO 37 – Demonstrativo Comparativo de pagamento da Dívida e seus encargos

Composição da Dívida	2009	2010	Variação % 2010/2009
Juros e Encargos da Dívida	33.837.311,83	49.353.032,52	45,85
Amortização	144.469.151,31	106.839.412,65	(26,05)
TOTAL	**178.306.463,14**	**156.192.445,17**	(12,40)

O Estado, em 2010, pagou juros, encargos e amortização da dívida no valor de R$ 156.192.445,17. O pagamento no exercício em curso se comparado ao do ano de 2009 demonstra uma redução de 12,40%.

QUADRO 38 – Situação dos Restos a Pagar dos exercícios de 2009/2010

Ano	Processados				Não Processados				Total Inscrito
	(*) Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	
2009	196.369.060,01	2.121.007,95	193.398.869,19	849.182,87	59.008.478,45	7.244.190,90	51.404.202,63	360.084,92	255.377.538,46
2010	64.671.633,78	-	-	-	37.119.560,41	-	-	-	101.791.194,19
2010/2009	**-67,07**				**-37,09**				**-60,14**

Obs.: (*) em 2010: inscritos mais o saldo anterior.

Os restos a pagar processados e não processados inscritos apresentaram redução nominal de 60,14%, entre os exercicios 2010 e 2009.

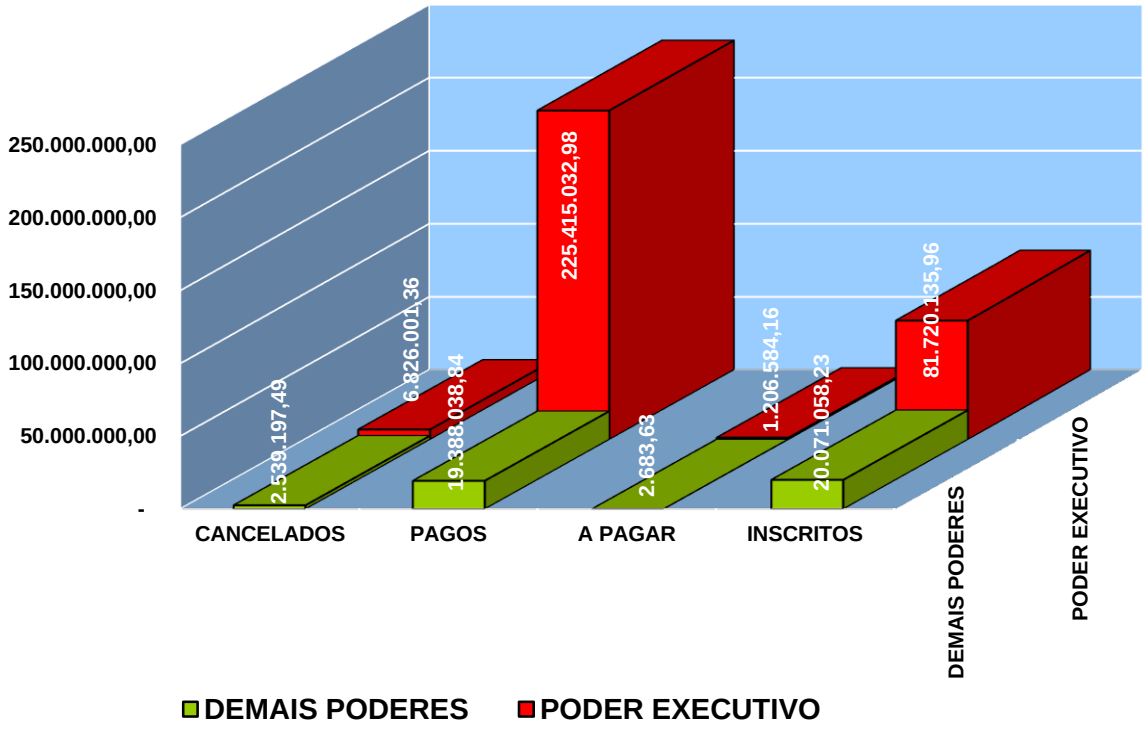
Em dezembro de 2009, existia um saldo inscrito de R$ 255.377.538,46 de restos a pagar, dos quais 76,89% eram processados e 23,11% não processados, desse valor 3,67% foram cancelados, 95,86% foram pagos e 0,47% passaram pendentes de pagamento.

Em 2010, os restos a pagar inscritos mais o saldo anterior apresentaram um volume de R$ 101.791.194,19, em que 63,53% referem-se a restos a pagar processados e 36,47% não processados, de modo que a quitação dos mesmos deverá ocorrer durante o exercício de 2011.

Para efeito de esclarecimento conceitual, a definição de restos a pagar processados e não processados está fundamentada nos artigos 36 e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, transcritos a seguir:

> "Art.36 – Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
>
> Parágrafo único – os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

GRÁFICO 08 - Execução de Restos a Pagar em 2010



Os Restos a Pagar, regularmente registrados e demonstrados no Gráfico n.° 08, estão assim detalhados:

a) A soma dos valores cancelados, pagos e a pagar no gráfico acima totalizam **R$ 255.377.538,46** e representam os Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores sendo: - R$ **243.327.450,84** em 2009 e R$ **12.050.087,62**, saldo remanescente de 2008. Destaca-se também que no Poder Executivo o montante foi de – **R$ 233.447.618,50** e nos demais Poderes de - **R$ 21.929.919,96,** (fonte: Balanço Geral do Estado Volume II, fl. 0554 e 0564).

b) No Exercício Financeiro de 2010 passou, juntamente com saldo remanescente, Restos a Pagar no valor de **R$ 101.791.194,19,** assim distribuído: Poder Executivo R$ 81.720.135,96 e demais Poderes R$ 20.071.058,23. (fonte: Balanço Geral do Estado Volume II, 0564).

QUADRO 39 - Demonstrativo da Dívida reconhecida como Despesa de Exercícios Anteriores

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/AUTORIZADA	% S/MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
Despesas Correntes	**123.538.785,77**	**113.473.229,88**	**91,85**	**43,60**	**10.065.555,89**
Pessoal e Encargos	22.126.081,69	21.946.192,98	99,19	8,43	179.888,71
Outras Despesas Correntes	101.412.704,08	91.527.036,90	90,25	35,17	9.885.667,18
Despesas de Capital	**168.282.436,67**	**146.811.415,64**	**87,24**	**56,40**	21.471.021,03
Investimentos	165.542.933,67	144.071.913,53	87,03	55,35	21.471.020,14
Inversões Financeiras	2.739.503,00	2.739.502,11	100,00	1,05	0,89
TOTAL	**291.821.222,44**	**260.284.645,52**	**89,19**	**100**	**31.536.576,92**

FONTE – Anexo 11 – Geral do Estado - volume I, fls. 0102 a 0303.

A execução de despesas de exercícios anteriores, demonstrada no Quadro n.° 38, no total de **R$ 260.284.645,52** é composta de 43,60**%** com despesas correntes e de 56,40**%** com despesas de capital.

QUADRO 40 – Comparativo das Operações de Créditos Realizadas nos exercícios – 2009 e 2010

Empréstimos e Financiamentos	2009	2010	% 2010/2009
Operações de Crédito	**136.644.374,86**	**235.003.884,12**	**71,98**
Internas	6.701.990,36	90.836.020,17	1255,36
Externas	129.942.384,50	144.167.863,95	10,95
Por Antecipação da receita	-	-	-
Total das Operações de Crédito (A)	**136.644.374,86**	**235.003.884,12**	**71,98**
Receita Corrente Líquida – RCL (B)	**3.406.416.318,08**	**3.881.229.046,02**	**13,94**
% das Operações de Crédito Internas e Externas sobre a RCL (A/B)	**4,01**	**6,05**	**50,99**
Limite Constitucional para realização de Operações de Crédito Internas e Externas.	16%	16%	

FONTE – Geral do Estado - volume II, fl. 0569

Considera-se operação de crédito, na forma da LRF, art. 29, inciso III, como sendo compromisso financeiro assumido em razão de abertura de créditos, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivados financeiros.

Segundo a LRF, a contratação de operações de crédito em cada exercício fica limitada ao montante da despesa de capital.

Outro limite determinado pela resolução do Senado Federal n° 43, art. 7 é de 16% sobre a RCL.

As informações acima registradas, referentes ao exercício de 2010, demonstram que as operações de crédito internas e externas foram responsáveis pela totalidade dos compromissos financeiros assumidos por intermédio desse procedimento.

Denota-se também que foi respeitada a regra constante na Constituição Federal, art. 167, inc. III c/c. a LRF, além disso, houve crescimento das Operações de Crédito sobre a Receita Corrente Líquida, passando de 4,01% no exercício anterior para 6,05% em 2010.

2.3.1.2 – RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA – 2009/2010

2.3.1.2.1 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

QUADRO 41 – Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2009**	**2010**	**TÍTULO**	**2009**	**2010**
ATIVO FINANCEIRO	**387.976.547,29**	**284.121.840,51**	**PASSIVO FINANCEIRO ***	**231.576.022,63**	**74.682.486,85**
DISPONÍVEL	384.665.293,80	223.603.589,08	DÍVIDA FLUTUANTE	229.804.942,22	73.621.743,12
REALIZÁVEL	3.311.253,49	60.518.251,43	PASSIVO PERMANENTE	795.248.055,48	1.119.203.332,00
PERMANENTE	2.340.208.978,71	2.649.129.409,99	SOMA DO PASSIVO REAL	1.026.824.078,11	1.193.885.818,85
SOMA DO ATIVO REAL	**2.728.185.526,00**	**2.933.251.250,50**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**1.701.361.447,89**	**1.739.365.431,65**
ATIVO COMPENSADO	1.565.192.536,77	1.655.130.334,70	PASSIVO COMPENSADO	1.565.192.536,77	1.655.130.334,70
TOTAL	**4.293.378.062,77**	**4.588.381.585,20**	**TOTAL**	**4.293.378.062,77**	**4.588.381.585,20**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**	**TÍTULO**	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**
ATIVO FINANCEIRO	**-26,77**	**9,69**	**PASSIVO FINANCEIRO ***	**-67,75**	**2,55**
DISPONÍVEL	-41,87	7,63	DÍVIDA FLUTUANTE	-67,96	2,51
REALIZÁVEL	1727,65	2,06	PASSIVO PERMANENTE	40,74	38,15
PERMANENTE	13,20	90,31	SOMA DO PASSIVO REAL	16,27	**40,70**
SOMA DO ATIVO REAL	**7,52**	**100**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**2,23**	**59,30**
ATIVO COMPENSADO	5,75		PASSIVO COMPENSADO	5,75	
TOTAL	**6,87**		**TOTAL**	**6,87**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fl. 1255
* incluído o valor pendente a curto prazo.

O demonstrativo constante do Quadro n.° 40 evidencia a situação Patrimonial da Administração Direta Estadual, cujas contas, em 2010, estão assim compostas:

I – Ativo:

a) Disponível – 7,63%;

b) Ativo Realizável – 2,06%;

c) Ativo Permanente – 90,31%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 2,55%;

b) Passivo Permanente – 38,15%;

c) Ativo Real Líquido – 59,30%.

A situação líquida em 2009 era de R$ 1.701.361.447,89, e em 2010 passou para R$ 1.739.365.431,65. O crescimento foi de 2,23% que representa em R$ 38.003.983,76, revelando-se assim, uma evolução moderada do Patrimônio Líquido.

2.3.1.2.2 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2009/2010 – Autarquias do Poder Executivo

QUADRO 42 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2009**	**2010**	**TÍTULO**	**2009**	**2010**
ATIVO FINANCEIRO	**131.310.632,24**	**111.041.982,48**	**PASSIVO FINANCEIRO ***	**21.515.880,55**	**47.186.850,53**
DISPONÍVEL	118.964.940,46	106.495.919,20	DÍVIDA FLUTUANTE	21.423.646,51	47.183.069,64
REALIZÁVEL	12.345.691,78	4.546.063,28	PASSIVO PERMANENTE	5.735.341,43	9.426.392,00
PERMANENTE	280.159.416,92	372.772.382,07	SOMA DO PASSIVO REAL	27.251.221,98	56.613.242,53
SOMA DO ATIVO REAL	**411.470.049,16**	**483.814.364,55**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**384.218.827,18**	**427.201.122,02**
ATIVO COMPENSADO	211.712.944,72	250.706.377,71	PASSIVO COMPENSADO	211.712.944,72	250.706.377,71
TOTAL	**623.182.993,88**	**734.520.742,26**	**TOTAL**	**623.182.993,88**	**734.520.742,26**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**	**TÍTULO**	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**
ATIVO FINANCEIRO	**-15,44**	**22,95**	**PASSIVO FINANCEIRO ***	**119,31**	**9,75**
DISPONÍVEL	-10,48	22,01	DÍVIDA FLUTUANTE	120,24	9,75
REALIZÁVEL	-63,18	0,94	PASSIVO PERMANENTE	64,36	1,95
PERMANENTE	33,06	77,05	SOMA DO PASSIVO REAL	107,75	11,70
SOMA DO ATIVO REAL	**17,58**	**100**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**11,19**	**88,30**
ATIVO COMPENSADO	18,42		PASSIVO COMPENSADO	18,42	
TOTAL	**17,87**		**TOTAL**	**17,87**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl.1519.

* incluído o valor pendente a curto prazo.

O Quadro de n.° 41 evidencia a composição da situação patrimonial das autarquias, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 22,01%, Realizável 0,94% e no Ativo Permanente – 77,05%; e originada em Passivo Financeiro – 9,75%, Passivo Permanente – 1,95% e Ativo Real Líquido – 88,30%. Em relação ao exercício anterior, observa-se um acréscimo de 11,19% do Ativo Real Líquido.

2.3.1.2.3 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2009/2010 – Fundações do Poder Executivo

QUADRO 43 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2009**	**2010**	**TÍTULO**	**2009**	**2010**
ATIVO FINANCEIRO	**1.785.620,00**	**911.501,11**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**960.049,06**	**6.188,55**
DISPONÍVEL	1.726.453,85	814.034,96	DÍVIDA FLUTUANTE*	960.049,06	6.188,55
REALIZÁVEL	59.166,15	97.466,15	PASSIVO PERMANENTE	-	137323,30
PERMANENTE	10.677.965,00	10.537.461,75	SOMA DO PASSIVO REAL	960.049,06	143.511,85
SOMA DO ATIVO REAL	**12.463.585,00**	**11.448.962,86**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**11.503.535,94**	**11.305.451,01**
ATIVO COMPENSADO	11.767.296,38	32.256.418,96	PASSIVO COMPENSADO	11.767.296,38	32.256.418,96
TOTAL	**24.230.881,38**	**43.705.381,82**	**TOTAL**	**24.230.881,38**	**43.705.381,82**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**	**TÍTULO**	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**
ATIVO FINANCEIRO	**-48,95**	**7,96**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**-99,36**	**0,05**
DISPONÍVEL	-52,85	7,11	DÍVIDA FLUTUANTE*	-99,36	0,05
REALIZÁVEL	64,73	0,85	PASSIVO PERMANENTE	-	1,20
PERMANENTE	-1,32	92,04	SOMA DO PASSIVOREAL	-85,05	1,25
SOMA DO ATIVO REAL	**-8,14**	**100**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**-1,72**	**98,75**
ATIVO COMPENSADO	174,12		PASSIVO COMPENSADO	174,12	
TOTAL	**80,37**		**TOTAL**	**80,37**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fls. 1634

Este demonstrativo evidencia a composição da situação patrimonial das Fundações, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 7,11% – Ativo Realizável – 0,85% - e Ativo Permanente – 92,04%; e originada em Passivo Financeiro – 0,05% – Passivo Permanente – 1,20% e Ativo Real Líquido – 98,75%.

No Ativo Permanente houve redução de 1,32% em relação ao ano anterior e no Ativo Real Líquido também ocorreu redução de 1,72%.

2.3.1.2.4 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2009/2010 - Fundos Especiais do Poder Executivo

QUADRO 44 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2009**	**2010**	**TÍTULO**	**2009**	**2010**
ATIVO FINANCEIRO	**1.498.572.998,97**	**1.771.374.483,14**	**PASSIVO FINANCEIRO ***	**52.142.997,73**	**12.360.409,97**
DISPONÍVEL	1.469.246.716,43	1.757.010.495,42	DÍVIDA FLUTUANTE*	52.141.010,18	12.357.173,77
REALIZÁVEL	29.326.282,54	14.363.987,72	PASSIVO PERMANENTE	2.755.261.507,61	3.899.788.361,06
PERMANENTE	154.960.059,37	168.995.049,00	**SOMA DO PASSIVO REAL**	**2.807.404.505,34**	**3.912.148.771,03**
SOMA DO ATIVO REAL	**1.653.533.058,34**	**1.940.369.532,14**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**-**	**-**
ATIVO REAL A DESCOBERTO	**1.153.871.447,00**	**1.971.779.238,89**			
ATIVO COMPENSADO	333.257.406,57	413.808.295,69	PASSIVO COMPENSADO	333.257.406,57	413.808.295,69
TOTAL	**3.140.661.911,91**	**4.325.957.066,72**	**TOTAL**	**3.140.661.911,91**	**4.325.957.066,72**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**	**TÍTULO**	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**
ATIVO FINANCEIRO	**18,20**	**45,28**	**PASSIVO FINANCEIRO ***	**-76,30**	**0,32**
DISPONÍVEL	19,59	44,91	DÍVIDA FLUTUANTE	-76,30	0,32
REALIZÁVEL	-51,02	0,37	PASSIVO PERMANENTE	41,54	99,68
PERMANENTE	9,06	4,32	**SOMA DO PASSIVO REAL**	**39,35**	**100,00**
SOMA DO ATIVO REAL	**17,35**	**49,60**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**-**	**-**
ATIVO REAL A DESCOBERTO	**70,88**	**50,40**			
ATIVO COMPENSADO	24,17		PASSIVO COMPENSADO	24,17	
TOTAL	**37,74**		**TOTAL**	**37,74**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1707
* incluído o valor pendente a curto prazo

O Quadro de n.° 43 mostra a composição da situação Patrimonial consolidada dos Fundos Estaduais, cuja aplicação de recursos (Ativo) está distribuída em Disponível – 44,91%, Ativo Realizável – 0,37%, Ativo Permanente – 4,32% e Ativo Real a Descoberto – 50,40%; e originada em Passivo Financeiro – 0,32% e Passivo Permanente – 99,68%.

Em relação ao ano anterior o Ativo Disponível teve aumento de 19,59%, o Permanente de 9,06% e o Realizável uma queda de 51,02%. O Passivo Financeiro reduziu 76,30%, o Passivo Permanente cresceu 41,54% e o Passivo Real a Descoberto aumentou 70,88%.

2.3.1.3 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL POR PODERES 2009/2010

2.3.1.3.1 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO

QUADRO 45 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2009	2010	TÍTULO	2009	2010
ATIVO FINANCEIRO	**1.948.503.219,70**	**2.141.382.262,47**	**PASSIVO FINANCEIRO ***	**247.471.757,45**	**103.342.717,37**
DISPONÍVEL	1.940.615.662,04	2.075.418.345,95	DÍVIDA FLUTUANTE	245.606.455,45	102.274.956,55
REALIZÁVEL	7.887.557,66	65.963.916,52	PASSIVO PERMANENTE	3.549.376.468,34	5.022.582.174,50
PERMANENTE	2.677.928.380,27	3.060.707.448,70	SOMA DO PASSIVO REAL	3.796.848.225,79	5.125.924.891,87
SOMA DO ATIVO REAL	**4.626.431.599,97**	**5.202.089.711,17**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**829.583.374,18**	**76.164.819,30**
ATIVO COMPENSADO	2.112.689.575,32	2.341.150.796,57	PASSIVO COMPENSADO	2.112.689.575,32	2.341.150.796,57
TOTAL	**6.739.121.175,29**	**7.543.240.507,74**	**TOTAL**	**6.739.121.175,29**	**7.543.240.507,74**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2010/2009	COMPOSIÇÃO/2010	TÍTULO	2010/2009	COMPOSIÇÃO/2010
ATIVO FINANCEIRO	**9,90**	**41,16**	**PASSIVO FINANCEIRO ***	**-58,24**	**1,99**
DISPONÍVEL	6,95	39,90	DÍVIDA FLUTUANTE	-58,36	1,97
REALIZÁVEL	736,30	1,26	PASSIVO PERMANENTE	41,51	96,55
PERMANENTE	14,29	58,84	SOMA DO PASSIVO REAL	35,00	**98,54**
SOMA DO ATIVO REAL	**12,44**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**-90,82**	**1,46**
ATIVO COMPENSADO	10,81		PASSIVO COMPENSADO	10,81	
TOTAL	**11,93**		**TOTAL**	**11,93**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 0630
* incluído o valor pendente a curto prazo

O Quadro n.° 44 evidencia a situação patrimonial do Poder Executivo, que em 2010, esta assim composta:

I – Ativo:

a) Disponível – 39,90%;

b) Ativo Realizável – 1,26%;

c) Ativo Permanente – 58,84%;

II - Passivo:

a) Passivo Financeiro – 1,99%;

b) Passivo Permanente – 96,55%;

c) Ativo Real Líquido – 1,46%.

O Ativo Permanente em 2009 era de R$ 2.677.928.380,27, em 2010 de R$ 3.060.707.448,70, revelando uma melhora no resultado com crescimento de 14,29%. No Passivo o aumento mais significativo aconteceu no Permanente, passando de R$ 3.549.376.468,34 para R$ 5.022.582.174,50.

2.3.1.3.2 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL - PODER LEGISLATIVO

QUADRO 46 - Resumo ao Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2009**	**2010**	**TÍTULO**	**2009**	**2010**
ATIVO FINANCEIRO	**13.600.282,38**	**5.115.432,75**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**9.983.188,52**	**3.464.329,27**
DISPONÍVEL	13.183.782,38	2.731.805,50	DÍVIDA FLUTUANTE *	9.983.188,52	3.464.329,27
REALIZÁVEL	416.500,00	2.383.627,25	PASSIVO PERMANENTE	4.187.045,53	3.641.473,70
PERMANENTE	26.352.168,97	30.985.354,52	SOMA DO PASSIVO REAL	14.170.234,05	7.105.802,97
SOMA DO ATIVO REAL	**39.952.451,35**	**36.100.787,27**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**25.782.217,30**	**28.994.984,30**
ATIVO COMPENSADO	6.291.581,57	6.172.648,92	PASSIVO COMPENSADO	6.291.581,57	6.172.648,92
TOTAL	**46.244.032,92**	**42.273.436,19**	**TOTAL**	**46.244.032,92**	**42.273.436,19**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**	**TÍTULO**	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**
ATIVO FINANCEIRO	**-62,39**	**14,17**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**-65,30**	**9,60**
DISPONÍVEL	-79,28	7,57	DÍVIDA FLUTUANTE *	-65,30	9,60
REALIZÁVEL	472,30	6,60	PASSIVO PERMANENTE	-13,03	10,09
PERMANENTE	17,58	85,83	SOMA DO PASSIVO REAL	-49,85	**19,68**
SOMA DO ATIVO REAL	**-9,64**	**100**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**12,46**	**80,32**
ATIVO COMPENSADO	-1,89		PASSIVO COMPENSADO	-1,89	
TOTAL	**-8,59**		**TOTAL**	**-8,59**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1032

O demonstrativo acima evidencia situação Patrimonial do Poder Legislativo Estadual, cujos grupos de contas, em 2010, estão assim compostos:

I – Ativo:

a) Disponível - 7,57%;

b) Realizável - 6,60%

b) Ativo Permanente - 85,83%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro - 9,60%;

b) Passivo Permanente - 10,09%;

c) Ativo Real Líquido – 80,32%.

O Ativo Financeiro deste exercício comparado com o do ano anterior apresentou redução de 62,39%, já o Realizável e Permanente.apresentaram

crescimento de 472,30% e 17,58% respectivamente. O Passivo Financeiro sofreu redução de 65,30% e o Passivo Permanente de 13,03%, contudo, o efeito no Ativo Real Líquido foi positivo com acréscimo de 12,46%.

2.3.1.3.3 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER JUDICIÁRIO

QUADRO 47 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2009**	**2010**	**TÍTULO**	**2009**	**2010**
ATIVO FINANCEIRO	**17.988.241,67**	**8.864.308,90**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**9.210.051,99**	**15.291.160,01**
DISPONÍVEL	17.398.074,18	8.453.773,30	DÍVIDA FLUTUANTE	9.210.051,99	15.291.160,01
REALIZÁVEL	590.167,49	410.535,60	PASSIVO PERMANENTE	2.024.515,51	1.760.535,94
PERMANENTE	55.707.426,29	79.884.719,78	SOMA DO PASSIVO REAL	11.234.567,50	17.051.695,95
SOMA DO ATIVO REAL	**73.695.667,96**	**88.749.028,68**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**62.461.100,46**	**71.697.332,73**
ATIVO COMPENSADO	1.027.694,75	3.002.717,77	PASSIVO COMPENSADO	1.027.694,75	3.002.717,77
TOTAL	**74.723.362,71**	**91.751.746,45**	**TOTAL**	**74.723.362,71**	**91.751.746,45**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**	**TÍTULO**	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**
ATIVO FINANCEIRO	**-50,72**	**9,99**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**66,03**	**17,23**
DISPONÍVEL	-51,41	9,53	DÍVIDA FLUTUANTE	66,03	17,23
REALIZÁVEL	-30,44	0,46	PASSIVO PERMANENTE	-13,04	1,98
PERMANENTE	43,40	**90,01**	SOMA DO PASSIVO REAL	51,78	**19,21**
SOMA DO ATIVO REAL	**20,43**	**100**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**14,79**	**80,79**
ATIVO COMPENSADO	192,18		PASSIVO COMPENSADO	192,18	
TOTAL	**22,79**		**TOTAL**	**22,79**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1096

O resumo acima evidencia a situação Patrimonial do Poder Judiciário Estadual, cujos grupos de contas, no exercício de 2010, estão assim distribuídos:

I – Ativo:

a) Disponível – 9,53%;

b) Ativo Realizável – 0,46%;

c) Ativo Permanente – 90,01%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 17,23%;

b) Passivo Permanente – 1,98%;

c) Ativo Real Líquido – 80,79%.

O Ativo Permanente aumentou em 43,40%, o Passivo Financeiro em 66,03% e o Ativo Real Líquido em 14,79% em relação ao exercício anterior. Esta situação revela uma melhoria do patrimônio.

2.3.1.3.4 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO 48 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2009**	**2010**	**TÍTULO**	**2009**	**2010**
ATIVO FINANCEIRO	**3.406.559,43**	**1.320.477,40**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**3.382.456,69**	**1.370.403,53**
DISPONÍVEL	3.405.885,94	1.320.113,91	DÍVIDA FLUTUANTE	3.382.456,69	1.370.403,53
REALIZÁVEL	673,49	363,49	PASSIVO PERMANENTE	656.875,14	571.224,22
PERMANENTE	26.018.444,47	29.856.779,81	SOMA DO PASSIVO REAL	4.039.331,83	1.941.627,75
SOMA DO ATIVO REAL	**29.425.003,90**	**31.177.257,21**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**25.385.672,07**	**29.235.629,46**
ATIVO COMPENSADO	1.921.332,80	1.575.263,80	PASSIVO COMPENSADO	1.921.332,80	1.575.263,80
TOTAL	**31.346.336,70**	**32.752.521,01**	**TOTAL**	**31.346.336,70**	**32.752.521,01**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**	**TÍTULO**	**2010/2009**	**COMPOSIÇÃO/2010**
ATIVO FINANCEIRO	**-61,24**	**4,24**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**-59,48**	**4,40**
DISPONÍVEL	-61,24	4,23	DÍVIDA FLUTUANTE	-59,48	4,40
REALIZÁVEL	-46,03	0,01	PASSIVO PERMANENTE	-13,04	1,83
PERMANENTE	14,75	**95,76**	SOMA DO PASSIVO REAL	-51,93	**6,23**
SOMA DO ATIVO REAL	**5,95**	**100**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**15,17**	**93,77**
ATIVO COMPENSADO	-18,01		PASSIVO COMPENSADO	-18,01	
TOTAL	**4,49**		**TOTAL**	**4,49**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1164

O extrato acima evidencia a situação Patrimonial do Ministério Público Estadual, cujos grupos de contas estão, em 2010, assim compostos:

I – Ativo:

a) Disponível – 4,23%;

b) Ativo Realizável – 0,01%

c) Ativo Permanente – 95,76%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 4,40%;

b) Passivo Permanente – 1,83%;

c) Ativo Real Líquido – 93,77%.

O Ativo Disponível sofreu uma redução em 2010 com relação ao ano anterior de 61,24% e o Permanente um acréscimo de 14,75%. O Passivo Financeiro

reduziu 59,48% e o Ativo Real Líquido uma evolução de 15,17% passando de R$ 25.385.672,07 para R$ 29.235.629,46.

2.3.2 POSIÇÃO FINANCEIRA

A posição Financeira demonstra o cumprimento das metas financeiras do Estado, com base na programação e no cronograma mensal de desembolso, em cumprimento ao art. 8º da Lei 101/2000, ao art. 67 da Lei 2.173/2009 e divulgados por meio da Portaria SEFAZ n.° 001/2009, resultando na disponibilidade financeira apurada no final o exercício de 2010 e, a seguir, apresentada nos resumos e balanços específicos:

2.3.2.1 – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

QUADRO 49 – Programação Financeira – Fonte 0100 – Exercício de 2010

RECEITAS PREVISTAS									
COMPETÊNCIA	**1º SEMESTRE**		**%**	**2º SEMESTRE**		**%**	**EXERCÍCO 2010**		**%**
	PREVISTO	**REALIZADO**	**DESEMPENHO**	**PREVISTO**	**REALIZADO**	**DESEMPENHO**	**PREVISTO**	**REALIZADO**	**DESEMPENHO**
ICMS	575.289.443,82	512.172.537,27	89,03	656.416.561,18	579.447.176,84	88,27	1.231.706.005,00	1.091.619.714,11	88,63
IPVA	31.134.193,23	33.296.140,18	106,94	34.049.967,77	36.951.091,60	108,52	65.184.161,00	70.247.231,78	107,77
Outros (ITCD/IRRF/TAXAS DIV)	62.184.070,69	70.042.280,42	112,64	81.928.312,31	93.693.159,02	114,36	144.112.383,00	163.735.439,44	113,62
TOTAL REC. TRIBUTÁRIA	**668.607.707,74**	**615.510.957,87**	**92,06**	**772.394.841,26**	**710.091.427,46**	**91,93**	**1.441.002.549,00**	**1.325.602.385,33**	**91,99**
Receita de Contribuições	**-**	**-**	**0,00**	**-**	**-**	**0,00**	**-**	**-**	**0,00**
Receita Patrimonial	**15.218.691,91**	**7.366.594,62**	**48,40**	**14.985.736,09**	**8.719.326,38**	**58,18**	**30.204.428,00**	**16.085.921,00**	**53,26**
Receita de Serviço	**1.797,36**	**1.906,86**	**106,09**	**3.566,64**	**-**	**0,00**	**5.364,00**	**1.906,86**	**35,55**
Transf. Constitucionais (FPE)	1.169.364.426,07	1.054.250.646,26	90,16	1.139.695.806,93	1.062.806.593,51	93,25	2.309.060.233,00	2.117.057.239,77	91,68
Outras Transf. / Demais Rec. Correntes	17.790.841,83	51.627.031,65	290,19	40.441.143,17	61.534.925,37	152,16	58.231.985,00	113.161.957,02	194,33
Outras Receitas Correntes	**1.187.155.267,90**	**1.105.877.677,91**	**93,15**	**1.180.136.950,10**	**1.124.341.518,88**	**95,27**	**2.367.292.218,00**	**2.230.219.196,79**	**94,21**
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	**1.870.983.464,91**	**1.728.757.137,26**	**92,40**	**1.967.521.094,09**	**1.843.152.272,72**	**93,68**	**3.838.504.559,00**	**3.571.909.409,98**	**93,05**
Dedução para o FUNDEF	(322.412.723,54)	(278.723.713,48)	86,45	(335.143.279,46)	(307.220.598,46)	91,67	(657.556.003,00)	(585.944.311,94)	89,11
TOTAL GERAL RECEITAS	**1.548.570.741,37**	**1.450.033.423,78**	**93,64**	**1.632.377.814,63**	**1.535.931.674,26**	**94,09**	**3.180.948.556,00**	**2.985.965.098,04**	**93,87**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Volume VII, fls. 2076 e 2080.

QUADRO 50 – Cronograma de Desembolso – Fonte 0100 – Exercício de 2010.

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO									
COMPETÊNCIA	1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			EXERCÍCIO 2010		
	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO
DÍVIDA (Amortização e Encargos)	89.962.246,79	73.606.944,73	81,82	104.044.637,50	14.559.841,23	13,99	176.679.997,00	144.728.434,52	81,92
Pessoal e Encargos Sociais	703.701.159,72	848.940.371,15	120,64	693.250.421,24	731.798.214,52	105,56	1.524.685.846,00	1.892.673.662,02	124,14
Pioneiros Mirins/Jovem Cidadão/Ag.Mirins	20.858.984,52	10.032.117,64	48,09	21.530.412,98	9.698.816,89	45,05	41.717.969,00	22.649.570,11	54,29
PIS/PASEP	17.265.000,00	14.524.235,84	84,13	7.113.706,50	13.725.533,09	192,94	34.530.000,00	30.499.825,33	88,33
Quota Custeio	25.237.380,00	74.339.871,35	294,56	58.963.410,00	70.616.439,61	119,76	50.474.760,00	160.846.140,10	318,67
Transferência a Municípios IPVA	15.567.096,62	18.512.568,81	118,92	16.111.036,97	17.914.378,21	111,19	32.592.080,50	39.276.911,10	120,51
Transferência a Municípios ICMS/IPI	143.822.360,97	129.196.013,45	89,83	129.213.199,57	125.644.500,16	97,24	305.233.725,50	278.586.012,61	91,27
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	**1.016.414.228,62**	**1.169.152.122,97**	**115,03**	**1.030.226.824,76**	**983.957.723,71**	**95,51**	**2.165.914.378,00**	**2.569.260.555,79**	**118,62**
DISPONIBILIDADE A PROGRAMAR	**532.156.512,75**	**280.879.300,81**	**52,78**	**497.780.032,02**	**305.857.901,00**	**61,44**	**1.015.034.178,00**	**416.704.542,25**	**41,05**

FONTE: – Balanço Geral do Estado – Volume VII, fls. 2076 e 2080.

2.3.2.2 – RESUMO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

QUADRO 51– Resumo das Disponibilidades Financeiras 2010

DESCRIÇÃO	DISPONIBILIDADE BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE LÍQUIDA
RECURSOS PRÓPRIOS	**93.158.053,56**	**39.334.639,31**	**53.823.414,25**
0100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	55.175.200,56	21.388.939,13	33.786.261,43
0240 - RECURSOS PRÓPRIOS	37.982.853,00	17.945.700,18	20.037.152,82
RECURSOS VINCULADOS	**421.737.700,86**	**44.580.332,53**	**377.157.368,33**
0210 - COTA-PARTE FUNDO DESENV ESPORTE - INDESP	1.122.849,98	1.095,25	1.121.754,73
0211 - CONTRIB DO FUNDO NAC DE DES DA EDUCAÇÃO	4.670.129,87	2.130.460,54	2.539.669,33
0214 - FUNDEB	10.409.808,72	6.532.565,04	3.877.243,68
0216 - COTA-PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	951.704,18	958.028,19	(6.324,01)
0223 - REC DE CONVÊNIOS COM A INICIATIVA PRIVADA	6.167.942,06	143.999,20	6.023.942,86
0224 - CONTRIB DE INTERV NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CID	1.113.685,04	-	1.113.685,04
0225 - RECURSOS DE CONV COM ÓRGÃOS FEDERAIS	261.726.272,73	2.758.773,21	258.967.499,52
0226 - ALIENAÇÃO DE BENS	5.640.550,26	1.814.435,09	3.826.115,17
0227 - COTA-PARTE DO CONV DETRAN/SSP/PM	1.043.796,10	33.316,18	1.010.479,92
0228 - OPER FINANC NÃO REEMBOLSÁVEIS - INTERNAS	2.947.907,60	4.586,05	2.943.321,55
0229 - OPER FINANC NÃO REEMBOLSÁVEIS - EXTERNAS	1.004.085,00	-	1.004.085,00
0230 - RECURSOS DE CONV MUNICIPAIS	29.706,38	8.090,30	21.616,08
0235 - COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	1.736.378,43	244.911,16	1.491.467,27
0237 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS - FNAS	284.954,20	-	284.954,20
0242 - ASSITÊNCIA MÉDICA	18.907.265,07	50.283,71	18.856.981,36
0245 - TETO FINANCEIRO GLOBAL SAÚDE	64.986.729,36	232.184,71	64.754.544,65
4219 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	36.832.087,65	28.958.926,70	7.873.160,95
4220 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	2.063.538,32	688.145,13	1.375.393,19
5236 - DOAÇÕES	98.309,91	20.532,07	77.777,84

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	**1.638.992.564,25**	**-**	**1.638.992.564,25**
0241 - RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	1.638.992.564,25	-	1.638.992.564,25

FONTE – Balancete Geral do Estado – Volume II, fl. 0563

2.3.2.3 – RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO - GERAL DO ESTADO

QUADRO 52 – Resumo das Receitas e Despesas - Valores em Reais - 2010

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**5.114.667.416,44**	**ORÇAMENTÁRIA**	**4.712.377.308,16**
RECEITAS CORRENTES	4.351.108.873,70	DESPESAS CORRENTES	3.525.828.802,99
RECEITAS DE CAPITAL	547.207.043,35	DESPESAS DE CAPITAL	979.888.433,15
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	216.351.499,39	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	206.660.072,02
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**6.115.514.677,66**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**6.404.041.783,80**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	5.722.710.198,02	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	5.860.885.498,15
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	392.804.479,64	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	450.441.823,40
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	797.541,18
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	43.872,82
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	91.873.048,25
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**1.976.005.892,48**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**2.089.768.894,62**
DISPONÍVEL	1.974.603.404,54	DISPONÍVEL	2.087.924.038,66
AGENTES ARRECADADORES	1.402.487,94	AGENTES ARRECADADORES	1.844.855,96
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**13.206.187.986,58**	**TOTAL**	**13.206.187.986,58**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume I, fl. 054

O Quadro de n.° 51 revela a situação financeira do Estado, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas do período, foi suficiente para atender as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2011, no valor de R$ 2.089.768.894,62.

2.3.2.4 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER EXECUTIVO

QUADRO 53 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2010

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**5.093.166.159,35**	**ORÇAMENTÁRIA**	**4.671.091.303,88**
RECEITAS CORRENTES	4.330.136.356,61	ORÇAMENTÁRIAS	4.057.368.172,83
RECEITAS DE CAPITAL	546.678.303,35	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	179.730.051,89
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	216.351.499,39	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	433.993.079,16
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**5.575.958.028,00**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**5.862.787.831,54**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	5.187.009.908,42	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	5.323.487.595,95
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	388.948.119,58	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	446.585.773,34
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	797.541,18
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	43.872,82
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	91.873.048,25
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**1.942.018.149,98**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**2.077.263.201,91**
DISPONÍVEL	1.940.615.662,04	DISPONÍVEL	2.075.418.345,95
AGENTES ARRECADADORES	1.402.487,94	AGENTES ARRECADADORES	1.844.855,96
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**12.611.142.337,33**	**TOTAL**	**12.611.142.337,33**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 0624.

O Quadro de acima demonstra a situação financeira do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir todas as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício e sobrar saldo, para o exercício de 2011, no valor de R$ 2.077.263.201,91.

2.3.2.4.1 – RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

QUADRO 54 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2010

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**3.774.592.692,18**	**ORÇAMENTÁRIA**	**3.729.784.041,11**
RECEITAS CORRENTES	3.526.469.128,39	ORÇAMENTÁRIAS	2.551.536.484,56
RECEITAS DE CAPITAL	246.564.334,14	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.028.712.560,02
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.559.229,65	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	149.534.996,53

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**3.631.588.341,89**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**3.837.881.657,90**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.242.954.908,03	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.391.097.487,81
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	388.633.433,86	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	446.029.960,59
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	710.336,68
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	43.872,82
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**385.526.886,02**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**224.042.221,08**
DISPONÍVEL	384.665.293,80	DISPONÍVEL	223.603.589,08
AGENTES ARRECADADORES	861.592,22	AGENTES ARRECADADORES	438.632,00
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**7.791.707.920,09**	**TOTAL**	**7.791.707.920,09**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fl. 1249

O Quadro de n.° 53 evidencia a situação financeira da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no período, foi suficiente para cobrir todas as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2011, no valor de R$ 224.042.221,08.

2.3.2.4.2 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – AUTARQUIAS

QUADRO 55 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2010

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**830.373.691,96**	**ORÇAMENTÁRIA**	**876.488.765,89**
RECEITAS CORRENTES	109.194.407,21	ORÇAMENTÁRIAS	864.103.165,04
RECEITAS DE CAPITAL	284.367.615,95		-
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	436.811.668,80	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.385.600,85
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**1.253.346.101,55**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**1.227.498.189,32**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.250.236.693,81	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.224.064.722,14
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	3.109.407,74	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	3.345.014,03
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	88.453,15
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**131.287.003,06**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**111.019.841,36**
DISPONÍVEL	118.964.940,46	DISPONÍVEL	106.495.919,20
AGENTES ARRECADADORES	540.895,72	AGENTES ARRECADADORES	1.406.223,96

RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	11.781.166,88	RECURSOS PRÓPRIOS	3.117.698,20
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**2.215.006.796,57**	**TOTAL**	**2.215.006.796,57**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1514

O Quadro de n.° 54 revela a situação financeira das Autarquias do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2011, no valor de R$ 111.019.841,36.

2.3.2.4.3 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDAÇÕES

QUADRO 56 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2010

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**29.614.515,57**	**ORÇAMENTÁRIA**	**29.538.677,89**
RECEITAS CORRENTES	149.358,01	ORÇAMENTÁRIAS	29.324.767,91
RECEITAS DE CAPITAL	35.000,00		-
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	29.430.157,56	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	213.909,98
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**37.216.252,26**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**38.166.208,83**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	37.203.136,92	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	38.153.093,49
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	13.115,34	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	13.115,34
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**1.785.620,00**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**911.501,11**
DISPONÍVEL	1.726.453,85	DISPONÍVEL	814.034,96
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	59.166,15	RECURSOS PRÓPRIOS	97.466,15
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**68.616.387,83**	**TOTAL**	**68.616.387,83**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1629

O Quadro de n.° 55 demonstra a situação financeira das Fundações do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2011, no valor de R$ 911.501,11.

2.3.2.4.4- RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDOS

QUADRO 57 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2010

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**1.508.799.076,75**	**ORÇAMENTÁRIA**	**1.105.278.383,29**
RECEITAS CORRENTES	715.295.980,09	ORÇAMENTÁRIAS	1.060.752.818,63
RECEITAS DE CAPITAL	16.240.093,26		-
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	562.470.733,66	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	214.792.269,74	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	44.525.564,66
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**1.307.808.575,15**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**1.438.532.995,18**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.306.758.803,80	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.345.606.213,49
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.048.522,70	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.053.733,44
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	1.248,65	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	91.873.048,25
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**1.494.560.546,21**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**1.767.356.819,64**
DISPONÍVEL	1.469.246.716,43	DISPONÍVEL	1.757.010.495,42
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	25.313.829,78	RECURSOS PRÓPRIOS	10.346.324,22
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**4.311.168.198,11**	**TOTAL**	**4.311.168.198,11**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1701

O Quadro de n.° 56 mostra a situação financeira dos Fundos do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2011, no valor de R$ 1.767.356.819,64.

2.3.2.5. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER LEGISLATIVO

QUADRO 58 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2010

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**160.868.741,37**	**ORÇAMENTÁRIA**	**162.845.296,96**
RECEITAS CORRENTES	2.057.862,40	ORÇAMENTÁRIAS	156.594.611,89
RECEITAS DE CAPITAL	-		-
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	158.810.878,97	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.250.685,07
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**182.309.848,98**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**188.818.143,02**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	181.544.519,00	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	188.052.813,04
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	765.329,98	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	765.329,98
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**13.600.282,38**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**5.115.432,75**
DISPONÍVEL	13.183.782,38	DISPONÍVEL	2.731.805,50
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	416.500,00	RECURSOS PRÓPRIOS	2.383.627,25
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**356.778.872,73**	**TOTAL**	**356.778.872,73**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1027

O Quadro de n.° 57 demonstra a situação financeira do Poder Legislativo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2011, no valor de R$ 5.115.432,75.

2.3.2.6. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER JUDICIÁRIO

QUADRO 59 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2010

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**205.484.349,97**	**ORÇAMENTÁRIA**	**223.107.486,26**
RECEITAS CORRENTES	18.773.850,77	ORÇAMENTÁRIAS	208.597.309,81
RECEITAS DE CAPITAL	528.740,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	186.181.759,20		-
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	14.510.176,45
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**263.926.484,93**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**255.427.281,41**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	261.285.142,11	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	252.785.938,59
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	2.641.342,82	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	2.641.342,82
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**17.988.241,67**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**8.864.308,90**
DISPONÍVEL	17.398.074,18	DISPONÍVEL	8.453.773,30
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	590.167,49	RECURSOS PRÓPRIOS	410.535,60
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**487.399.076,57**	**TOTAL**	**487.399.076,57**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1091

O Quadro de n.° 58 revela a situação financeira do Poder Judiciário Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2011, no valor de R$ 8.864.308,90.

2.3.2.7. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO 60 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2010

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**89.141.244,91**	**ORÇAMENTÁRIA**	**89.326.300,22**
RECEITAS CORRENTES	140.803,92	ORÇAMENTÁRIAS	83.157.141,61
RECEITAS DE CAPITAL	-		-
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	89.000.440,99	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.169.158,61
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**110.011.307,51**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**111.912.024,23**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	109.561.620,25	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	111.462.646,97
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	449.687,26	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	449.377,26
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**3.405.885,94**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**1.320.113,91**
DISPONÍVEL	3.405.885,94	DISPONÍVEL	1.320.113,91
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	-	RECURSOS PRÓPRIOS	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**202.558.438,36**	**TOTAL**	**202.558.438,36**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1160

O Quadro de n.° 59 demonstra a situação financeira do Ministério Público Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suprir as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2011, no valor de R$ 1.320.113,91.

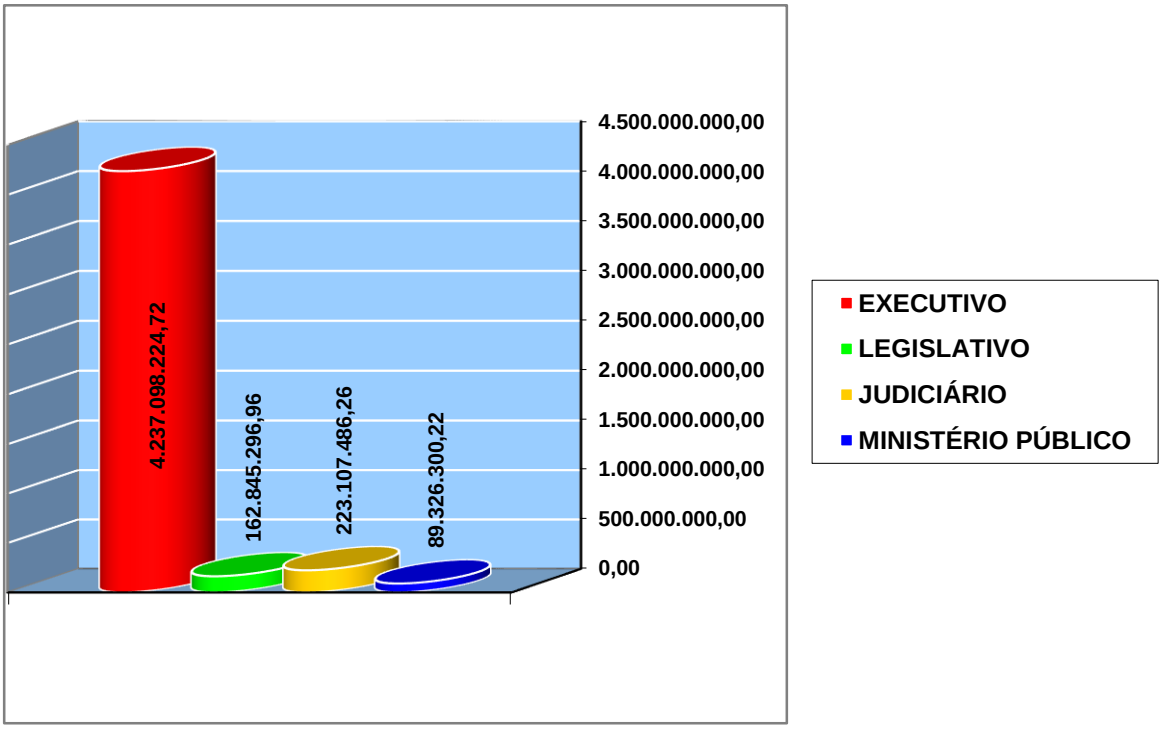
2.3.3. – DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR PODER DO ESTADO E POR ÓRGÃOS INDEPENDENTES

QUADRO 61 - Resumo da Despesa Autorizada e Executada por Poder do Estado e Órgão Independente – 2010

PODER	DESPESA			
	AUTORIZADA	EXECUTADA	% DE REALIZAÇÃO	% DE PARTICIAPAÇÃO
EXERCUTIVO	5.698.691.300,00	4.237.098.224,72	74,35	89,91
LEGISLATIVO	175.306.615,00	162.845.296,96	92,89	3,46
JUDICIÁRIO	244.398.841,00	223.107.486,26	91,29	4,73
MINISTÉRIO PÚBLICO	93.161.675,00	89.326.300,22	95,88	1,90
TOTAL	**6.211.558.431,00**	**4.712.377.308,16**	**75,86**	**100**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Volume III fl. 650; Volume IV fls. 1037 e 1101; e Volume IV fl. 1169.

GRÁFICO 09 – Execução da Despesa por Poder do Estado e Órgão Independente



O gráfico nº 09 mostra a execução da despesa por Poder. Do total executado de R$ 4.712.377.308,16, o Poder Executivo realizou dispêndio de R$ 4.237.098.224,72, este representa 89,91%, seguido do Poder Judiciário com uma execução de R$ 223.107.486,26, equivalente a 4,73%, na sequência o Poder Legislativo com R$ 162.845.296,96 - percentual de 3,46% e, em quarto e último lugar o Ministério Público com R$ 89.326.300,22, equivalente a 1,90% do orçamento executado.

3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL

A Lei n.° 1.950, de 07 de agosto de 2008, e suas alterações, estabelece a Estrutura Básica e Operacional do Poder Executivo, permitindo, por ato do Chefe do Executivo, a promoção de reformas necessárias à adequação dos órgãos, entidades e unidades a que integram.

A Estrutura Básica acima referenciada compreende a administração direta, indireta e fundacional cuja composição é a seguinte:

3.1. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A Administração Direta, composta por 30 unidades gestoras, desenvolve atividades com o objetivo de alcançar as finalidades do Poder Executivo, obedecendo os limites de suas atribuições e competências estabelecidas e observando os cinco macroobjetivos definidos no Plano Plurianual 2008/2011.

3.1.1 GABINETE DO GOVERNADOR

Criado pelo Decreto n.º 1.069, de 27 de outubro de 2000, sob a denominação de Chefia do Gabinete Pessoal do Governador, tendo sido alterada sua denominação através do Decreto n.º 1.488, de 22 de abril de 2002, para Gabinete do Governador, estabelecendo a estrutura operacional e as suas competências. O Decreto n.º 1.697, de 27 de janeiro de 2003, ampliou suas atribuições e atividades, alterado pelo Decreto n.° 2.928, de 16 de janeiro de 2007.

A missão da Chefia de Gabinete do Governador é dar assistência direta e imediata ao Governador do Estado, especialmente na supervisão e execução de suas ordens e decisões, recepcionar, selecionar e estudar expedientes encaminhados ao Governador, bem como acompanhar a tramitação destes. Assistir a Administração e as finanças do Palácio Araguaia, da Residência Oficial, da Pousada do Jalapão e da Pousada do Cantão. Acompanhar os assuntos administrativos em matérias relacionadas ao Executivo, Legislativo, Judiciário e as Instituições vinculadas ou conveniadas a esse, bem como a execução das políticas de governo, observando a transparência, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 37.465.561,00**, com execução de **85,36%**, ou seja, de **R$ 31.980.473,77**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 62 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	5.851.534,00	4.989.116,81	85,26	862.417,19
Manutenção de Serviços de Transportes	9.907.556,00	9.428.401,57	95,16	479.154,43
Manutenção de Recursos Humanos	13.434.997,00	13.114.085,39	97,61	320.911,61
Ações de Informática	1.343.164,00	315.755,09	23,51	1.027.408,91
TOTAL	**30.537.251,00**	**27.847.358,86**	**91,19**	**2.689.892,14**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Gabinete do Governador.

QUADRO 63 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0018

PROGRAMA - GESTÃO PARA RESULTADOS	
Objetivo:	MODERNIZAR OS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO VISANDO A MELHORIA NA QUALIDADE DA ELABORAÇÃO, DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.
Justificativa:	A DEFICIÊNCIA NO PLANEJAMENTO E NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS, E A INEXISTÊNCIA DE SISTEMATICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, FAZ NECESSÁRIO A MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. A NÃO MODERNIZAÇÃO ACARRETARÁ NO DESCOLAMENTO ENTRE O PLANEJADO, O EXECUTADO E AS DEMANDAS DA SOCIEDADE, INVIABILIZANDO O ALCANCE DE RESULTADOS.
Estratégia:	A IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA SE DARÁ A PARTIR DA SINERGIA ENTRE ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E MUNICIPAL, INSTITUIÇÕES, SERVIDORES PÚBLICOS E ATORES SOCIAIS. O GERENCIAMENTO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA SEPLAN/DPPP. A SECAD TERÁ RESPONSABILIDADE NA ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL E NA IMPLEMENTAÇÃO DO SICAP. SERÃO DESENVOLVIDOS SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA E SISTEMA INFORMATIZADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA GESTÃO PARA RESULTADO	SOMATÓRIO DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DE CADA AÇÃO/N° DE AÇÕES EXECUTADAS	-	31/12/2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1430	AMPLIAÇÃO DA REDE DIGITAL DO ESTADO.	2.715.178,00	462.075,92	17,02	PERCENTUAL	25	5	20,00
TOTAL		**2.715.178,00**	**462.075,92**	**17,02**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Gabinete do Governador.

QUADRO 64 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0086

PROGRAMA – GESTÃO DA GOVERNADORIA	
Objetivo:	ASSISTIR AO GOVERNADOR E SUPERVISIONAR AS SUAS ORDENS E DECISÕES PARA AS DEFINIÇÕES DAS ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES POLÍTICAS, PARA TOMADA DE DECISÃO.
Justificativa:	MELHORAR A QUALIDADE DAS AÇÕES DA GOVERNADORIA.
Estratégia:	COORDENAR AS AÇÕES DO GABINETE DO GOVERNADOR E AS RELAÇÕES COM AS DEMAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2138	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PALÁCIO ARAGUAIA.	927.119,00	857.101,68	92,45	m²	642.000	642.000	100,00
2139	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GARAGEM CENTRAL DO ESTADO.	154.297,00	122.559,31	79,43	ÁREA EM m²	10.000	10.000	100,00
2140	MANUTENÇÃO DA RESIDÊNCIA OFICIAL DO GOVERNADOR.	318.636,00	313.534,96	98,40	PERCENTUAL	25	25	100,00
2141	MANUTENÇÃO DO HANGAR DO ESTADO.	124.517,00	108.681,42	87,28	PERCENTUAL	25	25	100,00
2143	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE AJUDÂNCIA DE ORDEM.	365.296,00	365.295,25	100,00	PERCENTUAL	25	25	100,00
2144	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO AOS CIDADÃOS USUÁRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO.	16.567,00	16.567,00	100,00	PERCENTUAL	25	25	100,00
TOTAL		**1.906.432,00**	**1.783.739,62**	**93,56**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Gabinete do Governador.

QUADRO 65 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0093

PROGRAMA – GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO	
Objetivo:	PROMOVER O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO, ARTICULANDO E DIVULGANDO AS AÇÕES DE GOVERNO, ASSESSORANDO O GOVERNADOR NO SEU RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA E A COMUNIDADE, DISPONIBILIZANDO INFORMAÇÕES AO PODER EXECUTIVO E AOS DEMAIS PODERES, COORDENANDO, SUPERVISIONANDO E CONTROLANDO A PUBLICIDADE NO ÂMBITO DAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÕES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO.
Justificativa:	CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DE PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM OBSERVÂNCIA A NORMA CONSTITUCIONAL, PARA APRIMORAR A COMUNICAÇÃO E PERMITIR MAIOR PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL, MELHORANDO A QUALIDADE DOS RESULTADOS DE GESTÃO.
Estratégia:	LEVANTAR INFORMAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS POR CADA UM DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO, E TRANSFORMÁ-LAS EM CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS, E DIVULGÁ-LAS À SOCIEDADE, ATRAVÉS DOS DIVERSOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, COMO: TELEVISÃO, RÁDIO, JORNAIS IMPRESSOS, REVISTAS, FOLDERS, CARTAZES E OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS	TOTAL DO ORÇAMENTO EXECUTADO / TOTAL ORÇAMENTO APROVADO * 100	83,31	31/12/2009	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1157	IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA.	2.306.700,00	1.887.299,37	81,82	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**2.306.700,00**	**1.887.299,37**	**81,82**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Gabinete do Governador.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
37.465.561,00	31.980.473,77	85,36	5.485.087,23

3.1.2 CASA CIVIL

A Casa Civil constituí-se órgão da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, com amparo na Lei n.° 1.950, de 7 de agosto de 2008, Decreto n.° 3.878, de 16 de novembro de 2009, Decreto n.° 3.454, de 08 de agosto de 2008, e Decreto nº. 3.456, de 08 de agosto de 2008.

São competências pertinentes a Casa Civil:

a) assistir e assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições;

b) verificar previamente a constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais;

c) elaborar os projetos de leis e todos os atos do processo legislativo;

d) encaminhar a tramitação de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;

e) acompanhar a tramitação de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;

f) publicar os atos e decretos editados e as leis sancionadas ou promulgadas pelo Chefe do Executivo Estadual;

g) administrar o Diário Oficial do Estado;

h) controlar e guardar os Atos do Governador do Estado;

i) acompanhar as matérias inerentes aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes;

j) acompanhar os assuntos administrativos em matérias relacionadas ao executivo, legislativo e Judiciário e às instituições vinculadas ou conveniadas a esses, e a execução das políticas de Governo.

As atribuições da Casa Civil foram desenvolvidas por meio do programa de Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 3.007.183,00**, com execução de **85,85%**, ou seja, **R$ 2.581.759,54**, demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 66 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	441.159,00	241.170,13	54,67	199.988,87
Manutenção de Serviços de Transportes	55.000,00	1.560,00	2,84	53.440,00
Manutenção de Recursos Humanos	2.307.183,00	2.239.292,99	97,06	67.890,01

Ações de Informática	203.841,00	99.736,42	48,93	104.104,58
TOTAL	**3.007.183,00**	**2.581.759,54**	**85,85**	**425.423,46**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Casa Civil.

3.1.3 POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

A missão da Instituição está prevista no art. 144, § 5º, da Constituição Federal, onde prevê que às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

De igual modo, a Constituição Estadual prevê como missão da Polícia Militar:

a) o policiamento ostensivo de prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário;

b) atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública e com a garantia do poder de polícia dos órgãos e entidades da administração púbica, em especial das áreas fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural.

As atribuições do Comando Geral da Polícia Militar foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no Programa de Apoio Administrativo e Finalístico – Polícia Militar na Defesa Social. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 285.658.066,00**, com percentual de execução de **90,30%**, ou seja, **R$ 257.939.087,57**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 67 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	5.515.833,00	4.340.044,32	78,68	1.175.788,68
Manutenção de Serviços de Transportes	18.336.811,00	16.642.511,39	90,76	1.694.299,61
Manutenção de Recursos Humanos	219.303.215,00	210.434.823,15	95,96	8.868.391,85
Ações de Informática	405.450,00	74.689,96	18,42	330.760,04
TOTAL	**243.561.309,00**	**231.492.068,82**	**95,04**	**12.069.240,18**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

QUADRO 68 - FINALÍSTICO - 0007

PROGRAMA - POLÍCIA MILITAR NA DEFESA SOCIAL	
Objetivo:	DEFENDER A SOCIEDADE CONTRA OS ATENTADOS DE TODA NATUREZA, ESPECIALMENTE CONTRA A VIDA, O PATRIMÔNIO, AS LIBERDADES INDIVIDUAIS E À CIDADANIA EM TODOS OS SEUS ASPECTOS.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA TEM SE CONSTITUÍDO NUM DOS MAIS GRAVES PROBLEMAS QUE AFETAM A NAÇÃO BRASILEIRA, SENDO NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO INJETE NAS POLÍCIAS, DE FORMA A MODERNIZAR OS SEUS DIVERSOS SETORES DE GESTÃO TANTO O INSTITUCIONAL COMO DO CONHECIMENTO, UMA VEZ QUE AS NECESSÁRIAS EFICIÊNCIA E EFICÁCIA ESTÃO ATRELADAS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO AFETAS AOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS. É NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO OFEREÇAM UMA MELHOR

	ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL AOS SETORES ESSENCIAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DE MODO A GARANTIR SEGURANÇA NO ENFRENTAMENTO DAS DEMANDAS CRIMINAIS E SOCIAIS, QUE A CADA DIA SE TORNAM MAIS VULTOSAS E COMPLEXAS. NO ESTADO DO TOCANTINS, EMBORA A SITUAÇÃO ATUAL NÃO SEJA ALARMANTE, A VIOLÊNCIA TEM SE MANIFESTADO CRESCENTE, PRINCIPALMENTE NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, O QUE TEM CONDUZIDO EM UM CLIMA INCÔMODO POR PARTE DA POPULAÇÃO, SENDO NECESSÁRIO, POIS, A ADOÇÃO DE UM CONJUNTO DE MEDIDAS, CONSTANTES DESTE PROGRAMA, A FIM DE EVITAR QUE O ESTADO TENHA A NECESSIDADE DE ADOTAR MEDIDAS EXTREMAS DE REPRESSÃO NO FUTURO, A EXEMPLO DO QUE ACONTECE EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, ONDE A CRIMINALIDADE FUGIU AO CONTROLE DO PODER PÚBLICO.
Estratégia:	ESTE PROGRAMA SERÁ IMPLEMETADO ATRAVÉS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ, COM O APOIO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP, E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS COM O INTUITO DE REDUZIR A CRIMINALIDADE E PROPORCIONAR SEGURANÇA A SOCIEDADE TOCANTINENSE, ATRAVÉS DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DOS POLICIAIS, AMPLIAÇÃO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS POLICIAIS, AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, DA REDE DE COMUNICAÇÃO, DO ARMAMENTO, ASSISTÊNCIA BIO-PSICO-SOCIAL AOS PROFISSIONAIS DA PM, APARELHAMENTO DAS UNIDADES DA PM, AUMENTO DE EFETIVO POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO, IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DA PM, INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DA PM E REFORMAS DAS UNIDADES DA PM.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
VARIAÇÃO PERCENTUAL MÉDIA DOS CRIMES VIOLENTO CONTRA PESSOA	Nº DE CRIMES ATUAIS / Nº TOTAL DE CRIMES DO ANO ANTERIOR(2007) * 100-100	163,75	dez/2007	30
VARIAÇÃO % DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	Nº DE CRIMES ATUAIS/Nº DE CRIMES DO ANO ANTERIOR(2007)*100-100	-9,78	dez/2007	-40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1042	IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS AÉREOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	196.537,00	40.184,20	20,45	UNIDADE	1	1	100,00
1137	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DA PM.	392.143,00	350.061,45	89,27	UNIDADE	1	1	100,00
1138	REFORMA DAS UINIDADES DA PM.	158.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1202	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA POLÍCIA MILITAR.	7.674.610,00	5.689.664,00	74,14	UNIDADE	43	481	1.118,60
1203	INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DA POLÍCIA MILITAR.	4.430.000,00	2.600,00	0,06	UNIDADE	18	0	0,00
2216	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍCIA MILITAR.	3.409.550,00	149.550,00	4,39	UNIDADE	40	27	67,50
2217	ASSISTÊNCIA BIO-PSICO-SOCIAL AOS PROFISSIONAIS DA POLÍCIA MILITAR.	975.171,00	0,00	0,00	UNIDADE	1.000	0	0,00
2218	AMPLIAÇÃO DO ARMAMENTO DA POLÍCIA MILITAR.	869.021,00	666.504,46	76,70	UNIDADE	680	680	100,00
2221	AMPLIAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.	870.000,00	188.356,00	21,65	UNIDADE	387	480	124,03
2222	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL AOS POLICIAIS MILITARES.	3.797.000,00	295.141,35	7,77	UNIDADE	4.106	236	5,75
6014	INDENIZAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES RELATIVOS AO MANDADO DE SEGURANÇA N. 698/93	19.319.200,00	19.059.432,69	98,66	UNIDADE	5.482	2.900	52,90
TOTAL		**42.091.232,00**	**26.441.494,15**	**62,82**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

QUADRO 69 - FINALÍSTICO - 0133

PROGRAMA – SEGURANÇA COMUNITÁRIA E ESCOLAR	
Objetivo:	PROPORCIONAR UM AMBIENTE DE SEGURANÇA E TRANQUILIDADE NAS ESCOLAS E COMUNIDADES.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA É UM PROBLEMA SOCIAL QUE ESTÁ PRESENTE NAS AÇÕES DENTRO DAS ESCOLAS, MANISFESTA DE DIVERSAS FORMAS ENTRE TODOS OS ENVOLVIDOS NO PROCESSO EDUCATIVO. ISSO NÃO DEVERIA ACONTECER, POIS ESCOLA É LUGAR DE FORMAÇÃO DA ÉTICA E DA MORAL DOS SUJEITOS ALI INSERIDOS, SEJAM ELES ALUNOS, PROFESSORES OU DEMAIS FUNCIONÁRIOS. A VIOLÊNCIA ESTA ESTAMPADA NAS RUAS DAS CIDADES, OS LATROCÍNIOS, OS CONTRABANDOS, OS CRIMES EM GERAL, TEM LEVADO JOVENS A PERDER A CREDIBILIDADE EM UMA SOCIEDADE JUSTA E IGUALITÁRIA, CAPAZ DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM IGUAIS CONDIÇÕES PARA TODOS, TORNANDO-OS VIOLENTOS.A DIMINUIÇÃO DOS ÍNDICES DA VIOLÊNCIA PASSA POR MEDIDAS PREVENTIVAS DE LONGO PRAZO, É PRECISO INTERVIR POSITIVAMENTE NO PROCESSO EDUCATIVO E FORTALECIMENTO INDIVIDUAL DOS FUTUROS CONDUTORES DA SOCIEDADE, ASSIM CONSIDERADOS OS CIDADÃOS BRASILEIROS, CONTRA AS INVESTIDAS DE CRIMINOSOS E DE OUTRAS FORMAS

	DE CHAMAMENTO AO USO DE DROGAS E À PRÁTICA DE AÇÕES ANTI-SOCIAIS. A DEPENDÊNCIA DE DROGAS REPRESENTA AOS USUÁRIOS O COMPROMETIMENTO DE SEU FUTURO, DA QUALIDADE DE SUAS RELAÇÕES SOCIAIS, MAIOR PROPENSÃO AO ENVOLVIMENTO EM CRIMES E INGRESSO NUM CICLO VICIOSO DE DECADÊNCIA DE VALORES, VIOLÊNCIA E PERDA DA CAPACIDADE LABORATIVA. O PÚBLICO MAIS PROPENSO À DEPENDENCIA É COMPOSTO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PELO FATO DE ENCONTRAREM MENOS PREPARADOS PARA RESISTIREM AOS APELOS E INCENTIVOS AO USO, PRESENTES NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E NA IDEOLOGIA DA SOCIEDADE DE CONSUMO, EM QUE SE PRIVILEGIA O TER EM DETRIMENTO DO SER E POUCO SE INVESTE NA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS VALORES EQUIVOCADOS IMPLÍCITOS NESSE MODELO. SEGUNDO O OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS-OBID A PREVENÇÃO NÃO É SÓ O MEIO FÁCIL PARA AFASTAR A SOCIEDADE DO PERIGO DAS DROGAS É TAMBEM O MAIS VIÁVEL FINANCEIRAMENTE, POIS A CADA R$1,00 GASTO COM PREVENÇÃO, SE GASTA R$10,00 COM REPRESSÃO E R$20,00 COM TRATAMENTO.
Estratégia:	IMPLANTAÇÃO DE UMA REDE DE PREVENÇÃO E OSTENSIVIDADE NAS ESCOLAS POR MEIO DE CONVÊNIOS E PARCERIAS COM A POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA E COMUNIDADE ESCOLAR. A ESTRATÉGIA A SER IMPLEMENTADA CONSISTE NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES: PATRULHA NAS ESCOLAS; IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS-PROERD; FORTALECIMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA; CAPACITAÇÃO DOS MULTIPLICADORES DE POLÍTICAS PREVENTIVAS AO USO DE DROGAS E PROMOÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE CONSELHEIROS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA CAPACITADOS	NÚMERO DE CONSELHEIROS COMUNITÁRIOS CAPACITADOS/ NÚMERO DE CONSELHEIROS EXISTENTES X 100	-	-	-
ÍNDICE DE CONSEG'S IMPLANTADOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CONSELHOS IMPLANTADOS/ TOTAL DE MUNICÍPIOS X 100	15,82	30/10/2009	37,41
ÍNDICE DE CONSEG'S EM FUNCIONAMENTO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CONSELHOS IMPLANTADOS/ TOTAL DE MUNICÍPIOS X 100	3,60	30/10/2009	37,41
ÍNDICE DE ESCOLAS COM PATRULHAMENTO ESCOLAR	NÚMERO DE ESCOLAS COM PATRULHAMENTO/ NÚMERO TOTAL DE ESCOLAS QUE NECESSITAM DE PATRULHAMENTO X 100	-	-	-
INDÍCE DE APLICAÇÃO DO PROERD NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	ESCOLAS ATENDIDAS/ TOTAL DE ESCOLAS COM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2020	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS - PROERD	5.525,00	5.524,60	99,99	UNIDADE	84	84	100,00
2042	PATRULHA NAS ESCOLAS	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	58	0	0,00
TOTAL		**5.525,00**	**5.524,60**	**99,99**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
285.658.066,00	257.939.087,57	90,30	27.718.978,43

3.1.4 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

A Controladoria-Geral do Estado, instituída pelo Decreto n.° 1.719, de 13 de março de 2003, foi reestruturada pelo Decreto n.° 3.777, de 22 de setembro de 2009, e pelo Decreto n.° 3.454, de 08 de agosto de 2008, exerce suas atribuições por força dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e pelos artigos 32 e 36 da Constituição Estadual, na forma da Lei n.° 1.415, de 20 de novembro de 2003, c/c o

do decreto n.° 3.456, de 08 de agosto de 2008, que dispõe da organização, composição e funcionamento dos Núcleos Setoriais de Controle Interno .

Tem como missão assistir direta e imediatamente ao Governador do Estado quanto aos assuntos e providências pertinentes à defesa do patrimônio e ao controle da gestão administrativa, primando pela transparência, eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados à sociedade.

As atividades da Controladoria foram executadas por meio das ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas, em conformidade com os objetivos e metas definidos no PPA 2008-2011, como se observa nas especificações abaixo.

QUADRO 70 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	142.580,00	139.615,86	97,92	2.964,14
Manutenção de Serviços de Transportes	29.000,00	22.366,06	77,12	6.633,94
Manutenção de Recursos Humanos	2.242.564,00	2.143.406,33	95,58	99.157,67
Ações de Informática	23.500,00	22.649,23	96,38	850,77
TOTAL	**2.437.644,00**	**2.328.037,48**	**95,50**	**109.606,52**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Controladoria-Geral do Estado.

QUADRO 71 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0014

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Objetivo:	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32 E 36 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, RECEPCIONADOS PELA LEI ESTADUAL Nº 1.415/2003, VISANDO A MELHORIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.
Justificativa:	DESENVOLVER O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DO CONTROLE DOS ATOS DE GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS ESTADUAIS, POR INTERMÉDIO DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA,ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL,UTILIZANDO COMO INSTRUMENTOS A AUDITORIA, A FISCALIZAÇÃO E A INSPEÇÃO.INTEGRAM O SISTEMA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, COMO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO, E OS DEMAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ESTRUTURA BÁSICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL,COMO NÚCLEOS SETORIAIS DE CONTROLE INTERNO.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO EXECUTADAS E GERENCIADAS DE FORMA DIRETA PELA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, COM A PARTICIPAÇÃO DOS NÚCLEOS SETORIAIS DE CONTROLE INTERNO, INSTALADOS EM CADA ÓRGÃO OU ENTIDADE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE TÉCNICA PRÓPRIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, A EXEMPLO DA AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE AVALIAÇÕES REALIZADAS	(TOTAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO AVALIADOS/TOTAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO) X 100	100	2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2039	AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO	5.500,00	0,00	0,00	UNIDADE	43	68	158,14

	ESTADUAL.							
2040	AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.	5.500,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
2041	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.	38.000,00	4.337,50	11,41	UNIDADE	200	181	90,50
TOTAL		**49.000,00**	**4.337,50**	**8,85**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Controladoria-Geral do Estado.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
2.486.644,00	2.332.374,98	93,80	154.269,02

3.1.5 SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

A Secretaria de Representação do Estado foi instituída por meio da Lei n.º 1, de 23 de janeiro de 1989, e a sua estrutura atual está definida através do Decreto n.º 3.011, de 25 de abril 2007. Os Decretos n.º 3.454 e n.º 3.456, ambos do dia 08 de agosto de 2008, dispõem, respectivamente, que a Assessoria de Comunicação e o NUSCIN têm suas unidades setoriais nas respectivas estruturas operacionais dos órgãos e entidades.

A sua missão consiste em representar o Estado em Brasília juntos aos órgãos, Entidades e Parlamentares Federais e Estaduais, e apoiá-lo na busca de recursos para seu desenvolvimento; articular junto aos setores público e privado, no âmbito do Governo Federal, Instituições e Organismos Internacionais, para fins de captação de recursos, investimentos, desenvolvimento dos negócios e da economia do Estado; divulgar as ações governamentais do Estado; promover o apoio logístico ao Governador e Secretários de Estado e aos dirigentes de entidades quando da sua permanência em Brasília; e, prestar apoio a outros órgãos do Estado no encaminhamento de assuntos que lhe forem afetos.

As atribuições da Secretaria de Representação do Estado foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no Programa de Apoio Administrativo. Para esse programa foram destinados recursos na ordem de **R$ 3.453.856,00**, sendo utilizado **93,88%** na sua execução, conforme se observa no quadro abaixo.

QUADRO 72 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	435.833,00	387.857,47	88,99	47.975,53
Manutenção de Serviços de Transportes	63.616,00	63.613,99	100,00	2,01
Manutenção de Recursos Humanos	2.923.902,00	2.762.979,89	94,50	160.922,11

Ações de Informática	30.505,00	28.033,47	91,90	2.471,53
TOTAL	**3.453.856,00**	**3.242.484,82**	**93,88**	**211.371,18**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 de Secretaria de Representação do Estado.

3.1.6 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A Procuradoria Geral do Estado, prevista na Constituição do Estado do Tocantins de 1989 na Seção II, Art. 51, foi instituída inicialmente como Advocacia Geral do Estado por meio da Lei n.° 259, de 02 de fevereiro de 1991.

Por intermédio da Lei n.º 007, de 05 de fevereiro de 1994, fica revogada a Lei n.º 259/1991 e é reestruturada a Procuradoria Geral do Estado do Tocantins, definindo-se a sua competência, instituindo o seu plano de carreira e adotando outras providências.

A Lei Complementar n.º 20, de 17 de julho de 1999, dispõe sobre a organização e funcionamento da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências.

A Lei n.º 1.237, de 29 de junho de 2001, institui a Função Especial Comissionada para os Procuradores do Estado e adota outras providências.

O Decreto n.º 1.268, de 24 de agosto de 2001, estabelece o subsídio de cargos de provimento em comissão da Procuradoria Geral do Estado.

A Lei Complementar n.º 30, de 24 de janeiro de 2002, altera a Lei Complementar n.º 20, de 17 de junho de 1999, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado.

O Decreto n.º 1.653, de 06 de dezembro de 2002, dispõe sobre os quantitativos dos cargos de Procurador do Estado.

O Decreto n.º 1.690, de 17 de janeiro de 2003, dispõe sobre a estrutura operacional da Procuradoria Geral do Estado e estabelece o subsídio dos cargos de provimento em comissão quando ocupados por Procurador do Estado.

A Lei n.º 1.438, de 03 de março de 2004, disciplina os subsídios dos Procuradores de Estado.

A Lei n.º 1.531, de 22 de dezembro de 2004, que altera os subsídios dos Procuradores de Estado, acrescendo-lhes novos valores.

Atos governamentais de n.º 5.951 e n.° 5.963 – PRM, ambos de 2006, que elevou a mudança de níveis os Procuradores do Estado e o Decreto n.º 2.870, de 23 de outubro de 2006, que fixa o quadro permanente da PGE/TO.

O Decreto n.º 2.956, de 01 de março de 2007, que alterou o Decreto n.º 1.690, de 17 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a estrutura operacional da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins estabelecendo subsídios dos cargos de provimento em comissão quando ocupados por Procurador do Estado.

A Lei n.° 1.968, de 23 de outubro de 2008, que aumentou os subsídios dos Procuradores do Estado.

Por último, a Lei Complementar n.° 59, de 14 de outubro de 2009, que altera a Lei Complementar n.° 20, de 17 de junho de 1999.

A Procuradoria Geral do Estado tem a missão de representar judicial e extrajudicialmente o Estado, incluindo os seus órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, promovendo-lhes a defesa em qualquer juízo ou instância e orientando-os quanto aos instrumentos e procedimentos jurídicos adequados à solução de problemas a eles inerentes, assim como, assessoramento jurídico direto ao Chefe do Poder Executivo ao qual está diretamente subordinada.

Aqui procuramos destacar as atribuições desenvolvidas por esta Procuradoria Geral do Estado, por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Finalístico e de Serviço ao Estado. Para estes programas, foram disponibilizados recursos autorizados na ordem de **R$ 35.311.190,00**, com execução de **94,65%**, ou seja, de **R$ 33.421.708,32**, como demonstramos nos quadros a seguir.

QUADRO 73 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.130.000,00	618.017,37	54,69	511.982,63
Manutenção de Serviços de Transportes	355.000,00	161.382,90	45,46	193.617,10
Manutenção de Recursos Humanos	19.063.454,00	18.064.287,17	94,76	999.166,83
Ações de Informática	1.007.000,00	871.412,77	86,54	135.587,23
TOTAL	**21.555.454,00**	**19.715.100,21**	**91,46**	**1.840.353,79**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Procuradoria-Geral do Estado.

QUADRO 74 - SERVIÇO AO ESTADO - 0015

PROGRAMA - DEFESA DOS INTERESSES JURÍDICOS E PATRIMONIAIS DO ESTADO

Objetivo:	DEFENDER O ESTADO DO TOCANTINS JUDICIAL E EXTRA-JUDICIAL COM O INTUITO DE PRESERVAR SUA INTEGRIDADE SÓCIO-ECONÔMICA E PATRIMONIAL, BEM COMO DEFENDER O CHEFE DO PODER EXECUTIVO.
Justificativa:	O ESTADO ATRAVÉS DE SEUS ÓRGÃOS É, CONSTANTEMENTE, ACOMETIDO DE UM GRANDE NÚMERO DE PROCESSOS NA ÁREA JURÍDICA, CARECENDO, PORTANTO, DA REPRESENTAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, NA PESSOA DO PROCURADOR GERAL JUNTAMENTE COM OS DEMAIS PROCURADORES QUE LHE ASSESSORAM, SEM A QUAL O ESTADO SOFRERIA DANOS MATERIAIS, PATRIMONIAIS E FINANCEIROS IRREPARÁVEIS, UMA VEZ QUE AAS AÇÕES CORRERIAM A REVELIA, TORNANDO-SE INVIÁVEL A ADMINISTRAÇÃO.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO ATRAVÉS DAS COORDENADORIAS DESTA PROCURADORIA, COM RECURSOS ORDINÁRIOS DO ESTADO. APESAR DE TER AÇÕES DE CARÁTER CONTÍNUO, EXISTEM PROJETOS COM TEMPO DETERMINADO DE IMPLANTAÇÃO. O PROJETO DE DEMARCAÇÃO DOS LIMITES DIVISÓRIOS DO ESTADO SERÁ IMPLEMENTADO PELO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE PROCESSOS EXECUTADOS	NÚMERO PROCESSOS EXECUTADOS / TOTAL PROCESSOS PROGRAMAADOS X 100	38,41	30/06/2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2050	REGULARIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO.	10.000,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	2	0	0,00
6008	PAGAMENTO DECORRENTES DE PRECATÓRIOS.	11.918.659,00	11.894.531,64	99,80	UNIDADE	80	16	20,00
6011	INDENIZAÇÃO POR ACORDO EM FACE A DESISTÊNCIA DO PROCESSO JUDICIAL.	1.812.077,00	1.812.076,47	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**13.740.736,00**	**13.706.608,11**	**99,75**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Procuradoria-Geral do Estado.

QUADRO 75 - FINALÍSTICO - 0025

PROGRAMA - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTADUAL	
Objetivo:	AUMENTAR O NÚMERO DE IMÓVEIS REGULARIZADOS, PERMITINDO ASSIM, AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL MAIOR ACESSO ÀS LINHAS DE CRÉDITO, BEM COMO, OBJETIVA ATUALIZAR O CADASTRO NACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS TEM UM GRANDE NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS NECESSITANDO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PARA QUE O PRODUTOR RURAL CONSIGA ACESSAR O CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OS PROGRAMAS VOLTADOS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA. BEM COMO O ACESSO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. DESTA FORMA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTÁ DIRETAMENTE RELACIONADA COM O AUMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO.
Estratégia:	O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA INICIA-SE COM O DIAGNÓSTICO PARA IDENTIFICAÇÃO DE TERRAS DEVOLUTAS, AS QUAIS SÃO POSTERIORMENTE ARRECADADAS E MATRICULADAS EM NOME DO ESTADO, REALIZANDO-SE A MEDIÇÃO, DEMARCAÇÃO E GEORREFERENCIAMENTO DAS MESMAS. EM SEQUÊNCIA, PROCEDE-SE A VISTORIA OCUPACIONAL DAQUELAS ÁREAS E, ESTANDO PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS, EMITE-SE O TÍTULO DEFINITIVO DO IMÓVEL AO SEU OCUPANTE. PARA A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA SÃO CELEBRADOS CONVÊNIOS E PARCERIAS COM ÓRGÃOS DA ESFERA ESTADUAL E FEDERAL, BEM COMO DA INICIATIVA PRIVADA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE TÍTULOS EMITIDOS	Nº DE TÍTULOS DEFINITIVOS EMITIDOS / Nº DE IMÓVEIS A SEREM EMITIDOS X 100	1.497	2007	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2053	AÇÃO DISCRIMINATÓRIA DE TERRAS PÚBLICAS.	15.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	9	0	0,00
TOTAL		**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Procuradoria-Geral do Estado.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
35.311.190,00	33.421.708,32	94,65	1.889.481,68

3.1.7 CASA MILITAR

A Casa Militar foi reestruturada através do Decreto n.º 1.488, de 22 de abril de 2002, alterado pelo Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2002, sendo extinto automaticamente o Gabinete de Segurança Institucional, instituído pelo Decreto n.° 1.215, de 20 de junho de 2001.

Na reestruturação foram criadas as Diretorias de Transporte, de Administração e Finanças e de Serviço Aéreo, ficando a Garagem Central do Estado integrando a nova estrutura.

Conforme Decretos n.º 1.697, de 27 de janeiro de 2003, e n.º 1.710, de 20 de fevereiro de 2003, já sob novo Comando, a CAMIL passou por alterações na sua estrutura. Tais mudanças visaram uma melhor operacionalização dos serviços prestados pela pasta, tendo sido desvinculados da CAMIL o Serviço Aéreo do Estado e a Garagem Central do Estado, ficando vinculados diretamente ao Gabinete do Governador, bem como a desvinculação do CEAD (Conselho Estadual Anti-drogas), a cargo da Secretaria Estadual da Juventude. Retornou à responsabilidade da CAMIL a Coordenação da Defesa Civil do Estado, sendo criada a Secretaria Executiva de Defesa Civil. Também foi criada a Coordenadoria de Comunicação Social (DOE n.º 2.485, de 27/07/2005) que acrescentou na estrutura operacional da CAMIL a Diretoria de Administração e Finanças, a Coordenadoria de Controle Interno e o Centro de Ensino e Pesquisa sobre Desastres e Assessoria Técnica de Avaliação de Danos, em conforme Lei Complementar n.º 45. de 03 de abril de 2006 (DOE n.° 2.139, de 04/04/06), foi desvinculado a Coordenadoria de Defesa Civil do Estado passando as suas atribuições para o Corpo de Bombeiros do Estado do Tocantins.

No exercício de 2007, já sob novo comando, a Casa Militar passou por alterações em sua estrutura, conforme Decretos n.º 2.915, de 02 de janeiro de 2007, n.º 2.928, de 16 de janeiro de 2007 e n.º 3.146, de 18 de setembro de 2007, acrescentando na estrutura operacional os seguintes cargos:

- Assessor Jurídico;

- Assessor de Comunicação;

- Coordenador de Administração;

- Coordenador de Finanças;

- Coordenador de Atividades de Inteligência;

- Coordenador de Tecnologia da Informação;

- Diretor de Inteligência e Segurança;

- Ajudante de Ordem da Vice Governadoria;

- Chefe da Assessoria Especial de Operacionalização e fiscalização de Aeronaves;

- Coordenador de Segurança das Comunicações.

Em 08/08/2008 o Decreto n.º 3.454, dispõe sobre a ASCOM – Assessoria de Comunicação, com unidades setoriais nas respectivas estruturas operacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo. Ainda em 08/08/2008, o Decreto n.º 3.456, dispõe sobre a organização operacional, composição e funcionamento dos Núcleos Setoriais de Controle Interno.

Em 18/08/2008, através dos atos administrativos n.º 2.871 e n.º 2.930, todos os servidores ocupantes de cargos de natureza especial, em comissão, e de funções gratificadas, foram exonerados e nomeados.

Em 10/09/2009, em razão da mudança de governo da gestão 2007-2010 do Estado do Tocantins, a Casa Militar passou por nova alteração no seu comando, conforme Ato n.º 3.011, de 10/09/2009, publicado em Diário Oficial n.º 2.973, de 11 de setembro de 2009.

As demais mudanças ocorridas foram de ordens administrativas internas, todas inerentes a ajustamentos de funções.

A Missão da Casa Militar está em coordenar a supervisão e o controle das ações especiais, zelando pela segurança das autoridades governamentais e seus familiares, zelar pela segurança do Palácio Araguaia e residências oficiais, assessoramento pessoal em assuntos militares, coordenar as atividades de inteligência e segurança das comunicações e controlar e inspecionar os meios de transporte do governador.

Melhorar a organização das ações especiais direcionadas à função institucional da Casa Militar, que demandam aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, bem como melhor planejamento na promoção da defesa permanente garantindo a segurança das autoridades governamentais.

As atribuições da Casa Militar foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 3.908.324,00**, com execução de **85,88%**, ou seja, de **R$ 3.356.569,72**, como demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 76 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.047.399,00	787.868,99	75,22	259.530,01
Manutenção de Serviços de Transportes	517.500,00	349.213,68	67,48	168.286,32
Manutenção de Recursos Humanos	2.301.765,00	2.211.684,09	96,09	90.080,91
Ações de Informática	41.660,00	7.802,96	18,73	33.857,04
TOTAL	**3.908.324,00**	**3.356.569,72**	**85,88**	**551.754,28**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Casa Militar.

3.1.8 VICE-GOVERNADORIA

As normas de criação da Vice-Governadoria do Estado do Tocantins estão contidas no Decreto n.º 2.294, de 16 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial n.º 1.825, de 21 de Dezembro de 2004, onde institui a Vice-Governadoria e dispõe sobre a estrutura operacional e o quadro de cargos em comissão e adota outras providências. Posteriormente, houve alterações referentes às atividades, funções, estrutura operacional e o quadro de cargos em comissão desta pasta por meio do Decreto n.° 3.841, de 23 de outubro de 2009, publicado no Diário Oficial n.° 3.003, de 26 de outubro de 2009.

A missão da Vice-Governadoria é auxiliar o Governo do Estado na implementação de suas diretrizes de políticas, bem como a articulação com os segmentos da sociedade com vistas ao sucesso dos empreendimentos governamentais e exercer representação política e social. E tem o objetivo de fornecer o suporte técnico-administrativo para o pleno exercício das atribuições oriundas do cargo de Vice-Governador.

As atribuições da Vice-Governadoria foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas, foram autorizados recursos na ordem de **R$ 2.492.040,00**, com execução de **92,29 %**, ou seja, **R$ 2.299.859,69**, como serão demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 77 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	189.540,00	120.636,30	63,65	68.903,70
Manutenção de Serviços de Transportes	64.780,00	43.428,87	67,04	21.351,13
Manutenção de Recursos Humanos	2.180.040,00	2.088.176,34	95,79	91.863,66
Ações de Informática	8.580,00	6.738,50	78,54	1.841,50
TOTAL	**2.442.940,00**	**2.258.980,01**	**92,47**	**183.959,99**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Vice-Governadoria.

QUADRO 78 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0086

PROGRAMA – GESTÃO DA GOVERNADORIA	
Objetivo:	ASSISTIR AO GOVERNADOR E SUPERVISIONAR AS SUAS ORDENS E DECISÕES PARA AS DEFINIÇÕES DAS ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES POLÍTICAS, PARA TOMADA DE DECISÃO.
Justificativa:	MELHORAR A QUALIDADE DAS AÇÕES DA GOVERNADORIA.
Estratégia:	COORDENAR AS AÇÕES DO GABINETE DO GOVERNADOR E AS RELAÇÕES COM AS DEMAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-	METAS FÍSICAS

		FINANCEIRAS						
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2156	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE AJUDÂNCIA DE ORDEM DO VICE-GOVERNADOR	49.100,00	40.879,68	83,26	PERCENTUAL	25	25	100,00
TOTAL		**49.100,00**	**40.879,68**	**83,26**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Vice-Governadoria.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
2.492.040,00	2.299.859,69	92,29	192.180,31

3.1.9 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

O Corpo de Bombeiro foi instituído pela Lei Complementar n.º 45, de 03 de abril de 2006, antes suas atribuições eram desenvolvidas pelo Comando Geral da Polícia Militar.

O Corpo de Bombeiros Militar, previsto pelo art. 144, § 5º, da Constituição Federal, tem suas missões definidas pela Constituição Estadual e pela Lei Complementar n.º 45, art. 2°, incisos I a VII, sendo:

- **Constituição Estadual:**

  Art. 117. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, competindo, entre outras, as seguintes atividades para:

  I - .....

  II - o Corpo de Bombeiros Militar:

  a) a coordenação e execução de ações de defesa civil;

  b) a prevenção e o combate aos incêndios;

  c) proteção, busca e salvamento em alturas, terrestre e aquático de pessoas e bens;

  d) estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;

  e) perícia de incêndios;

  f) resgate de vítimas de acidentes e sinistros;

  g) analisar projetos contra incêndio e pânico, fiscalizar sua execução, aplicar sanções e interdições em edificações ou locais de concentração de público que não apresente as condições de segurança exigidas por normas vigentes.

  III - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, a função de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal."

- **Lei Complementar nº 45, de 03/04/2006:**

"Art. 2º. Compete ao CBMTO:

I - o planejamento e execução de ações preventivas, emergenciais ou de socorro, assistenciais e recuperativas no âmbito da defesa civil, devendo dar atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes e sinistros nos locais em que estiver instalado sem prejuízo de outros sistemas de atendimento federal, estadual e municipal;

II - o estabelecimento de normas relativas à segurança do cidadão e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;

III - formação e coordenação de brigadas de incêndio;

IV - firmar convênios com órgãos federais, estaduais e municipais para execução de ações preventivas e relativas de defesa civil;

V - a perícia de incêndios:

a) preventiva, quanto a perigo potencial de incêndios e acidentes em edificações e estruturas temporárias;

b) nos locais de sinistros;

VI - o exercício do poder de polícia no âmbito de sua competência, especialmente:

a) na fiscalização:

1. de empresas especializadas na produção e comercialização de produtos destinados à prevenção de desastres e sinistros e à segurança contra incêndio e pânico em edificações, aplicando as penalidades e medidas administrativas previstas em lei;

2. e acompanhamento da execução de projetos, impondo sanção administrativa como notificação, multa, cassação de atestado, apreensão de produtos perigosos e seus respectivos meios de acondicionamento, embargo de obra e interdição de atividades;

3. das instalações e medidas de segurança contra pânico e incêndio nas edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares, comerciais, industriais e de serviços em geral, inclusive, quando da construção, reforma, ampliação e mudança de ocupação;

4. das instalações e medidas de segurança contra incêndio e acidentes em eventos temporários;

b) na análise prévia de projetos em áreas de armazenagem, estocagem, manipulação e transporte de produtos perigosos;

c) na realização de vistorias em locais com ameaça de catástrofe ou sinistro, podendo requisitar apoio dos demais órgãos estaduais com a finalidade de minorar os riscos, remover pessoas, suspender licença de funcionamento e emissão de parecer técnico nestas condições para os fins legais ou por solicitação de outro órgão;

VII - as atribuições de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal."

As atribuições do Corpo de Bombeiros Militar foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 43.329.697,00**, com execução de **60,93%**, ou seja, **R$ 26.399.865,51**, conforme demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 79 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	995.413,00	940.331,96	94,47	55.081,074
Manutenção de Serviços de Transportes	725.299,00	626.596,77	86,39	98.702,23
Manutenção de Recursos Humanos	23.766.846,00	22.824.283,93	96,03	942.562,07
Ações de Informática	258.597,00	185.662,14	71,80	72.934,86
TOTAL	**25.746.155,00**	**24.576.874,80**	**95,46**	**1.169.280,20**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Corpo de Bombeiros Militar.

QUADRO 80 - FINALÍSTICO - 0008

PROGRAMA - DEFESA CONTRA SINISTROS	
Objetivo:	GARANTIR A POPULAÇÃO DO TOCANTINS UMA PROTEÇÃO GLOBAL FRENTE AOS DESASTRES DE QUALQUER NATUREZA.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS TEM CRESCIDO MUITO NA ÚLTIMA DÉCADA E JUNTO COM ESSE CRESCIMENTO HOUVE UM AUMENTO POPULACIONAL, NAS MESMAS PROPORCÕES AUMENTARAM OS RISCOS E A DEMANDA DE ATENDIMENTO AS EMERGÊNCIAS E DESASTRES. COMO AO CORPO DE BOMBEIROS COMPETE O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PREVENTIVAS, EMERGENCIAIS OU DE SOCORRO,ASSISTENCIAIS E RECUPERATIVAS NO ÂMBITO DA DEFESA CIVIL, DEVENDO DAR ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR A VÍTIMAS DE ACIDENTES E SINISTROS. ENTRETANTO, JUNTO A ESSE CRESCIMENTO TEM AUMENTADO O NÚMERO DE ACIDENTES, SEGUNDO DADOS ESTATÍSTICOS DO ORGÃO O AUMENTO PERCENTUAL DOS ÚLTIMOS 4 (QUATRO) ANOS FOI DE 61% EM RELAÇÃO A 2005. A FALTA DE IMPLANTAÇÃO DESSE PROGRAMA PROVOCA VÁRIAS CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS COMO: A NÃO REDUÇÃO DE TEMPO RESPOSTA, AGILIDADE, MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DIFICULDADE NA FORMAÇÃO DOS BOMBEIROS NA MAIS DIVERSA ATIVIDADE VOLTADOS PARA A SOCIEDADE E OUTROS. PORTANTO, ESSA IMPLANTAÇÃO MINIMIZARÁ ESSAS CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS.
Estratégia:	A ESTRATÉGIA A SER IMPLEMENTADA CONSISTE NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES SENDO ELAS: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO E COMBATE A INCÊNDIOS; CAPACITAÇÕES; MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO; CAMPANHAS DE ORIENTAÇÕES A SINISTROS; MATERIAL DIDÁTICO; APARELHAMENTO DAS UNIDADES; CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES E AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA REPRIMIDA EXISTENTE NO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
VARIAÇÃO PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS PRESTADOS À POPULAÇÃO	PERCENTUAL OBTIDO = Nº DE ATENDIMENTOS PRESTADOS EM 2009 MENOS Nº DE ATENDIMENTOS PRESTADOS EM 2008 * 100 / Nº DE ATENDIMENTOS PRESTADOS EM 2008.	19	31/12/2007	46

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1104	APARELHAMENTO DAS UNIDADES DO CBMTO.	244.531,00	79.806,84	32,64	UNIDADE	600	147	24,50
1140	REFORMA DE UNIDADE E SUB-UNIDADE DO CBMTO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1246	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EMBARCAÇÕES DO CBMTO.	15.251.020,00	508.340,00	3,33	UNIDADE	7	4	57,14
2231	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTOS E COMBATE A INCÊNDIO.	1.771.661,00	966.962,92	54,58	UNIDADE	17.870	15.900	88,98

2232	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO CBMTO.	34.210,00	34.210,00	100,00	UNIDADE	15	6	40,00
2234	AMPLIAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO DO CBMTO.	59.579,00	17.400,00	29,20	UNIDADE	253	18	7,11
2439	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS DE ORIENTAÇÃO ASSISTENCIAL E DE CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA SINISTRO.	5.305,00	0,00	0,00	UNIDADE	106	0	0,00
TOTAL		**17.366.306,00**	**1.606.719,76**	**9,25**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Corpo de Bombeiros Militar.

QUADRO 81 – FINALÍSTICO - 0110

PROGRAMA - PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A SINISTROS E EMERGÊNCIAS	
Objetivo:	CRIAR E CAPACITAR COORDENADORIAS MUNICIPAIS DE DEFESA CIVIL- CONDECS PARA AUMENTAR A COBERTURA DE ATENDIMENTO A SINISTROS E EMERGÊNCIAS E MINIMIZAR DESASTRES.
Justificativa:	O ESTADO DE TOCANTINS TEM CRESCIDO ACENTUADAMENTE, TANTO EM TERMOS POPULACIONAIS QUANTO ECONÔMICOS, ALIADO A ESTE CRESCIMENTO TEM SURGIDO PROBLEMAS EM MESMA PROPORÇÃO, AUMENTANDO OS RISCOS E CONSEQUENTEMENTE A DEMANDA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA E DE DESASTRES. COMO A DEFESA CIVIL CABE A PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA ENFRETAMENTO DE DESASTRES, RESPOSTAS E ARTICULAÇÃO DA RECONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS AFETADOS. SEGUNDO HISTÓRICO DE DESSASTRES DO ÓRGÃO, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS A DEFESA CIVIL ENFRETOU DIVERSOS DESASTRES SENDO QUE NAS REGIÕES ONDE EXISTE MAIOR PRECIPITAÇÃO HIDRICA JÁ OCORRERAM VÁRIAS DESASTRES COMO: ENCHENTES, ENXURRADAS, ALAGAMENTOS E VENDAVAIS. NA REGIÃO CENTRAL E SUL OS DESASTRES DE MAIOR DESTAQUE SÃO: ACIDENTES AUTOMOBISTICOS E INCÊNCDIOS FLORESTAIS. NAS REGIÕES DE MENOR PRECIPITAÇÃO HÍDRICA DO ESTADO EXISTEM GRANDES PREVALÊNCIAS DE ESTIAGEM, SECA E INCÊNDIOS FLORESTAIS. A FALTA DE ESTRUTURAÇÃO O POUCO EMPENHO DO MUNICÍPIO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS CONDECS E MUDANÇA CONSTANTE DE SEUS TÉCNICOS, PARA O ENFRETAMENTO DOS DESASTRES NO ESTADO, PODERÁ OCASIONAR A FALTA DE MECANISMOS DE RESPOSTA RÁPIDA GERANDO O AGRAVAMENTO DAS CONSEQUÊNCIAS DOS DESASTRES. A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS COM VISTAS A IDENTIFICAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DOS DESASTRES, A OPERACIONALIZAÇÃO DOS COMITÊS: DE PREVENÇÃO E RESPOSTAS AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS, DE ACIDENTES COM PRODUTOS PERIGOSOS E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE DESASTRES, BEM COMO A CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE CONDECS, FACILITARÁ O DESENVOLVIMENTO DO ÓRGÃO.
Estratégia:	ESSE PROGRAMA ARTICULARÁ COM ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS EXISTENTES EM TODO O ESTADO. ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE ORTALECIMENTO DO SISTEMA DE DEFSA CIVIL; PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO AO DESATRES E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO. A EXECUÇÃO SERÁ COM RECURSOS ORDINÁRIOS E DE CONVÊNIOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PORCENTAGEM DE CIDADES TOCANTINENSES COM CONDECS IMPLANTADAS E CAPACITADAS	(Nº DE CONDECS CAPACITADAS EM 2009 *100 / QTD DE MUNICIPIOS TOCANTINENSES) MENOS (Nº DE CONDECS CAPACITADAS EM 2008 * 100 / QTD DE MUNICIPIOS TOCANTINENSES).	5,75	31/12/2007	100
PORCENTAGEM DE CIDADES TOCANTINENSES COM CONDECS	(Nº DE CONDECS EM 2009 *100 / QTD DE MUNICIPIOS TOCANTINENSES) MENOS (Nº DE CONDECS EM 2008 * 100 / QTD DE MUNICIPIOS TOCANTINENSES)	8,9	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4234	FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE DEFESA CIVIL.	217.236,00	216.270,95	99,56	UNIDADE	573	179	31,24
TOTAL		**217.236,00**	**216.270,95**	**99,56**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Corpo de Bombeiros Militar.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
43.329.697,00	26.399.865,51	60,93	16.929.831,49

3.1.10 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO - SECOM

A Secretaria da Comunicação – SECOM, foi criada pela Lei Estadual n.° 1.124, de 01 de fevereiro de 2000, que foi revogada pela Lei Estadual n.° 1.950, de 07 de agosto de 2008, tendo como finalidade o planejamento, a execução, a supervisão e acompanhamento das ações do governo, voltadas às divulgações institucionais, conforme Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008. Podemos ressaltar o Decreto n.° 3.454/2008 e o Decreto n.° 3.456/2008, respectivamente. Tem como missão a criação e implantação de meios destinados a atender a divulgação de campanhas institucionais e educativas do Governo.

As atribuições da Secretaria da Comunicação foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 48.332.494,00,** com execução de **91,73%**, ou seja, **R$ 44.335.540,72**, como demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 82 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	664.542,00	402.110,40	60,51	262.431,60
Manutenção de Serviços de Transportes	527.400,00	323.307,82	61,30	204.092,18
Manutenção de Recursos Humanos	6.453.761,00	6.239.107,99	96,67	214.653,01
Ações de Informática	69.233,00	16.484,54	23,81	52.748,46
TOTAL	**7.714.936,00**	**6.981.010,75**	**90,49**	**733.925,25**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Comunicação - SECOM.

QUADRO 83 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0093

PROGRAMA – GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO	
Objetivo:	PROMOVER O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO, ARTICULANDO E DIVULGANDO AS AÇÕES DE GOVERNO, ASSESSORANDO O GOVERNADOR NO SEU RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA E A COMUNIDADE, DISPONIBILIZANDO INFORMAÇÕES AO PODER EXECUTIVO E AOS DEMAIS PODERES, COORDENANDO, SUPERVISIONANDO E CONTROLANDO A PUBLICIDADE NO ÂMBITO DAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÕES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO.
Justificativa:	CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DE PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM OBSERVÂNCIA A NORMA CONSTITUCIONAL, PARA APRIMORAR A COMUNICAÇÃO E PERMITIR MAIOR PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL, MELHORANDO A QUALIDADE DOS RESULTADOS DE GESTÃO.
Estratégia:	LEVANTAR INFORMAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS POR CADA UM DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO, E TRANSFORMÁ-LAS EM CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS, E DIVULGÁ-LAS À SOCIEDADE, ATRAVÉS DOS DIVERSOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, COMO: TELEVISÃO, RÁDIO, JORNAIS IMPRESSOS, REVISTAS, FOLDERS, CARTAZES E OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS	TOTAL DO ORÇAMENTO EXECUTADO / TOTAL ORÇAMENTO APROVADO * 100	83,31	31/12/2009	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1157	IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA	1.258.200,00	1.258.199,58	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
1272	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADO ANGELO AGNOLIM.	300.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1281	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADO IDERVAL SILVA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1292	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1303	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADO CÉSAR HALUM.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1327	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADO FÁBIO MARTINS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1343	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADO AMÉLIO CAYRES.	80.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1349	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADA LUANA RIBEIRO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1359	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADO PAULO ROBERTO RIBEIRO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1366	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1377	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADO ZÉ VIANA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1390	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADO MARCELO LELIS.	320.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1403	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADO JOSÉ GERALDO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1415	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1422	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO – E.P. DEPUTADA JOSI NUNES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
2043	CAPACITAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIDORES.	3.850,00	0,00	0,00	UNIDADE	10	0	0,00
2133	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO.	38.655.508,00	36.096.330,39	93,38	UNIDADE	80.000	80.000	100,00
TOTAL		**40.617.558,00**	**37.354.529,97**	**91,97**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Comunicação - SECOM.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
48.332.494,00	44.335.540,72	91,73	3.996.953,28

3.1.11 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN

A Secretaria do Planejamento – SEPLAN, foi criada pela Lei n.° 1.046, de 28 de janeiro de 1999, e tem por finalidade executar as funções de planejamento, ordenamento regional e urbano, meio ambiente, ciência e tecnologia, e tem como missão:

- A elaboração, a coordenação e o gerenciamento dos planos de governo;

- A formulação, coordenação e implementação dos sistemas estatísticos e de pesquisas sócio-econômicas;

- A elaboração, coordenação e acompanhamento da programação orçamentária;

- O acompanhamento e assessoramento, no âmbito do planejamento estratégico, das unidades da estrutura básica do Poder Executivo e da administração pública direta e indireta;

- A condução das relações intersubjetivas dos órgãos do Estado e da União;

- As negociações econômico-financeiras com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras;

- A representação supletiva do Estado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e junto aos organismos regionais de desenvolvimento;

- A realização do zoneamento ecológico-econômico.

As atribuições da Secretaria do Planejamento foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo, Finalísticos, Gestão de Políticas Pública e de Serviços ao Estado. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 35.279.762,00**, com execução de **26,97%**, ou seja, de **R$ 9.514.887,97**, como demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 84 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	431.030,00	294.520,32	68,33	136.509,68
Manutenção de Serviços de Transportes	189.161,00	169.606,84	89,66	19.554,16
Manutenção de Recursos Humanos	5.891.324,00	5.689.074,34	96,57	202.249,66
Ações de Informática	184.892,00	123.103,98	66,58	61.788,02
TOTAL	**6.696.407,00**	**6.276.305,48**	**93,73**	**420.101,52**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria do Planejamento - SEPLAN.

QUADRO 85 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0018

PROGRAMA - GESTÃO PARA RESULTADOS	
Objetivo:	MODERNIZAR OS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO VISANDO A MELHORIA NA QUALIDADE DA ELABORAÇÃO, DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.
Justificativa:	A DEFICIÊNCIA NO PLANEJAMENTO E NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS, E A INEXISTÊNCIA DE SISTEMATICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, FAZ NECESSÁRIO A MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. A NÃO MODERNIZAÇÃO ACARRETARÁ NO DESCOLAMENTO ENTRE O PLANEJADO, O EXECUTADO E AS DEMANDAS DA SOCIEDADE, INVIABILIZANDO O ALCANCE DE RESULTADOS.
Estratégia:	A IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA SE DARÁ A PARTIR DA SINERGIA ENTRE ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E MUNICIPAL, INSTITUIÇÕES, SERVIDORES PÚBLICOS E ATORES SOCIAIS. O GERENCIAMENTO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA SEPLAN/DPPP. A SECAD TERÁ RESPONSABILIDADE NA ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL E NA IMPLEMENTAÇÃO DO SICAP. SERÃO DESENVOLVIDOS SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA E SISTEMA INFORMATIZADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA GESTÃO PARA RESULTADO	SOMATÓRIO DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DE CADA AÇÃO/N° DE AÇÕES EXECUTADAS	20	13/12/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1154	IMPLANTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS	2.014.001,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1257	EXECUÇÃO DO PROJETO PNAGE-TO.	1.861.855,00	308.398,12	16,56	UNIDADE	1	1	100,00
2168	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO ESTRATÉGICA.	6.750.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
2236	ASSESSORAMENTO TÉCNICO EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.	43.760,00	41.360,00	94,52	UNIDADE	1	1	100,00
2238	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.	2.231.024,00	264.856,19	11,87	UNIDADE	110	92	83,64
2242	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.	4.533,00	2.493,75	55,01	UNIDADE	1	0	0,00
2243	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INFORMATIZADO EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.	4.050.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**16.955.173,00**	**617.108,06**	**3,64**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria do Planejamento - SEPLAN.

QUADRO 86 - FINALÍSTICO - 0019

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO PADRÃO DE VIDA DAS COMUNIDADES REGIONAIS, POR MEIO DA MELHORIA DO ACESSO AOS MERCADOS, ÀS OPORTUNIDADES DE TRABALHO, À INFRA-ESTRUTURA E AOS SERVIÇOS SOCIAIS, AO MESMO TEMPO EM QUE ASSEGURA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E A PROTEÇÃO DE ECOSSISTEMAS FRÁGEIS, SEMPRE CONTANDO COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS, GARANTIDAS A TRANSPARÊNCIA E A GOVERNABILIDADE.
Justificativa:	FORMULADO EM 1999 COMO UMA CONTINUIDADE DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO (3714-BR). A PARTIR DE 2002 O PROJETO EVOLUIU-SE PARA UMA MAIOR ABRANGÊNCIA EM TRERMOS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO, VISTO QUE A INTEGRAÇÃO DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL SÃO INTERDEPENDENTES NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ABORDA A QUESTÃO DO TERRITÓRIO E PRIORITARIAMENTE QUATRO REGIÕES DO ESTADO: SUDESTE (ARRAIAS, TAGUATINGA, DIANÓPOLIS, NATIVIDADE E PARANÂ), NORTE (BICO DO PAPAGAIO), NORDESTE (GOIATINS E PEDRO AFONSO) E LESTE (JALAPÃO).
Estratégia:	SERÁ EXECUTADO DE FORMA MULTISETORIAL, ENVOLVENDO A SEPLAN, A SEINF E O DERTINS. SERÃO ESTABELECIDOS TRÊS MACRO-COMPONENTES: A) PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL; B) CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL; E C) MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
IMPACTO DA MELHORIA GERENCIAL NA APLICAÇÃO DE RECURSOS POR KM CONSERVADOS	1º - KM CONSERVADOS / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO-BASE; 2º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE; 3º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / KM CONSERVADOS ANO-BASE X 100.	100	out/2010	115

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1141	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	293.168,00	12.453,32	4,25	UNIDADE	1	0	0,00
1142	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.	687.500,00	0,00	0,00	UNIDADE	16	0	0,00
1143	CAPACITAÇÃO DE ATORES LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL.	802.100,00	91.482,98	11,41	UNIDADE	37	227	613,51
1148	IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	102.100,00	0,00	0,00	UNIDADE	5	0	0,00
1149	ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.	100.600,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1162	FOMENTO AOS APL'S NO ESTADO.	1.416.100,00	1.215,00	0,09	UNIDADE	10	0	0,00
1256	REFORMA DE PRÉDIO PÚBLICO.	1.062.965,00	849.017,12	79,87	UNIDADE	1	0,92	92,00
2245	FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS.	190.100,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
2246	OPERACIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES TÉCNICAS REGIONAIS.	1.387.787,00	605.136,90	43,60	UNIDADE	4	4	100,00
2247	ATUALIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0,5	50,00
2249	LEVANTAMENTOS DOS RECURSOS NATURAIS.	1.980.633,00	877.256,11	44,29	UNIDADE	139	100	71,94
2250	MANUTENÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE USUÁRIOS DO TOCANTINS.	400,00	137,25	34,31	UNIDADE	1	0,5	50,00
2251	ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA GEOGRÁFICO DE INFORMAÇÕES.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0,2	20,00
2252	REALIZAÇÃO DO ZONEAMENTO AMBIENTAL DO TOCANTINS.	3.053.229,00	180.687,08	5,92	UNIDADE	139	0	0,00
2255	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS NATURAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0,5	50,00
2258	AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.	110.100,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0,5	50,00
2260	ESTUDOS PARA REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO.	433.100,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**11.619.882,00**	**2.617.385,76**	**22,53**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria do Planejamento.

QUADRO 87 - SERVIÇO AO ESTADO - 0115

PROGRAMA - INFORMAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO	
Objetivo:	DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DO ESTADO E SEUS MUNICÍPIOS PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO.
Justificativa:	ESSE PROGRAMA SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE DE CONHECER A REALIDADE DO ESTADO DO TOCANTINS, SUAS DIMENSÕES,INVESTIMENTOS E POTENCIALIDADES NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA TOCANTINENSE.
Estratégia:	ESSE PROGRAMA CONSISTE BASICAMENTE NA COMPILAÇÃO, TABULAÇÃO, PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DISPONÍVEIS E A ELABORAÇÃO DE PUBLICAÇÕES SOBRE O ESTADO DO TOCANTINS. A METODOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO SERÁ: 1 - OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS ATRAVÉS DE PESQUISAS DE CAMPO; 2 - COMPILAÇÃO DE INFORMAÇÕES SECUNDÁRIAS EM MEIO ON-LINE E/OU IMPRESSO; 3 - PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES; 4 - ANÁLISE CRITICA E ELABORAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES; 5 - PUBLICAÇÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA	NÚMERO DE SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO ATENDIDAS / NÚMERO TOTAL DE SOLICAÇÕES DE INFORMAÇÃO X 100	90	31/12/2009	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2266	CÁLCULO DO ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	1	0,1	10,00
2268	ELABORAÇÃO DO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO MUNICIPAL E REGIONAL.	100,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0,8	80,00
2269	CONSTRUÇÃO DE INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS.	4.100,00	1.510,64	36,84	UNIDADE	1	0,9	90,00
2270	CÁLCULO DO PRODUTO INTERNO BRUTO ESTADUAL E MUNICIPAL.	4.100,00	2.578,03	62,88	UNIDADE	2	2	100,00
TOTAL		**8.300,00**	**4.088,67**	**49,26**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria do Planejamento - SEPLAN.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
35.279.762,00	9.514.887,97	26,97	25.764.874,03

3.1.12 SECRETARIA DO ESPORTE - SESPO

A Secretária do Esporte foi criada por meio da Medida Provisória n.° 328, de 01 de janeiro de 1999, sendo o primeiro órgão a difundir o esporte mais efetivamente no Estado do Tocantins, ocorrendo sua primeira reestruturação por meio do Decreto n.° 1.038, de 16 de outubro de 2000, atribuindo-lhe a promoção e difusão do esporte tocantinense em todas as suas modalidades e níveis. Em 12 de agosto de 2008, foi publicado o Decreto n.° 3.460, redefinindo a estrutura da Secretaria.

Por meio do Decreto n.° 3.881, de 20 de novembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura operacional da Secretaria do Esporte, em seu art. 2° fora definido seu objetivo no desenvolvimento da Política Estadual de incentivo ao esporte, visando a excelência esportiva de nossos atletas e a inclusão social do individuo, levando a todos a oportunidade da prática esportiva e de lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento integral da população e tendo como missão fomentar e desenvolver ações que visem fortalecer a prática esportiva em todo território Tocantinense, através das diversas modalidades esportivas.

A Secretaria do Esporte tem como missão divulgar, disseminar e desenvolver o esporte em sua melhor forma, contribuindo para a inserção social e identidade cultural da população de nosso estado. Tendo como objetivo o desenvolvimento de Política Estadual para o esporte, visando a excelência esportiva de nossos atletas, a inclusão social do individuo, levando a todos a oportunidade da prática esportiva e de lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento integral da população (pessoas comuns, jovens, estudantes, atletas amadores e profissionais) como objetivo maior. A atuação da SESPO, justifica-se por ser como instrumento de operacionalização da política estadual do esporte, para que esta seja estendida e alcançada por todos no Estado.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Finalístico. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 17.599.765,00**, com execução de **58,18%**, ou seja, de **R$ 10.239.345,52**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 88 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	190.314,00	165.572,67	87,00	24.741,33
Manutenção de Serviços de Transportes	219.651,00	168.395,69	76,67	51.255,31
Manutenção de Recursos Humanos	6.333.042,00	6.216.306,11	98,16	116.735,89
Ações de Informática	10.417,00	3.316,04	31,83	7.100,96
TOTAL	**6.753.424,00**	**6.553.590,51**	**97,04**	**199.833,49**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria do Esporte.

QUADRO 89 – FINALÍSTICO - 0043

PROGRAMA - ESPORTE PARA TODOS	
Objetivo:	PROPORCIONAR AOS ATORES DO DESPORTO E LAZER E SOCIEDADE EM GERAL, O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SEGMENTO ESPORTIVO, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO CIDADÃO.
Justificativa:	CONFORME PRECEITUA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ESPECIFICAMENTE EM SEU ART. 217, É DEVER DO ESTADO (UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS) FOMENTAR PRÁTICAS DESPORTIVAS FORMAIS E NÃO FORMAIS, BEM COMO INCENTIVAR O LAZER COMO FORMA DE PROMOÇÃO SOCIAL. A REGULAMENTAÇÃO INSTITUÍDA PELA LEI FEDERAL Nº 9.615/1998 CUJA NOVA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 9.981/2000, RECONHECE AS SEGUINTES MANIFESTAÇÕES DO DESPORTO: A) A EDUCACIONAL, PRATICADO NOS SISTEMAS DE ENSINO E EM FORMAS ASSISTEMÁTICAS DE EDUCAÇÃO, EVITANDO-SE A SELETIVIDADE, A HIPERCOMPETITIVIDADE DE SEUS PRATICANTES, B) DE PARTICIPAÇÃO, DE MODO VOLUNTÁRIO, COMPREENDENDO AS MODALIDADES DESPORTIVAS PRATICADAS COM A FINALIDADE DE CONTRIBUIR PARA A INTEGRAÇÃO DOS PRATICANTES NA PLENITUDE DA VIDA SOCIAL, NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E C) DE RENDIMENTO, PRATICADO SEGUNDO NORMAS GERAIS E LEGAIS E REGRAS DE PRÁTICA DESPORTIVA, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, COM A FINALIDADE DE OBTER RESULTADOS E INTEGRAR PESSOAS E COMUNIDADES DO PAÍS E ESTAS COM AS DE OUTRAS NAÇÕES. INCONTESTÁVEL A VIABILIDADE DO PROGRAMA, CONSIDERANDO QUE SUAS AÇÕES ESPECÍFICAS SERÃO FINANCIADAS COM RECURSOS DO TESOURO E RECURSOS VINCULADOS AO SETOR DO ESPORTE, EM FUNÇÃO DA LEI FEDERAL 10.672/2003, (RECURSOS DO INDESP) E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL.
Estratégia:	O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS POR MEIO DA SECRETARIA DO ESPORTE ESTARÁ DESENVOLVENDO A POLÍTICA ESTADUAL DO DESPORTO, EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, PREFEITURAS, ENTIDADES ESPORTIVAS, INSTITUIÇÕES PRIVADAS BUSCANDO O ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA AO MAIOR NÚMERO DE CIDADÃOS. AS PARCERIAS DAR-SEÃO POR MEIO DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA E TÉCNICA NA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA, NA CAPACITAÇÃO DOS ENVOLVIDOS NO ESPORTE, NO APOIO DAS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS QUANTO À ELABORAÇÃO/EXECUÇÃO DOS PROJETOS, ACOMPANHAMENTO DAS ETAPAS INERENTES AO PROGRAMA E AINDA A MOBILIZAÇÃO, FORTALECIMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS POR MEIO DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E/OU OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS E REALIZAÇÃO DAS AÇÕES QUE GARANTAM A CONTINUIDADE E A CONSECUÇÃO DO OBJETIVO DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICES DE EVENTOS REALIZADOS	SOMATORIO DAS TAXAS DAS AÇÕES / NUMERO TOTAL DAS AÇÕES	28,8	30/06/2008	100
ÍNDICE DE SOLICITAÇÕES ATENDIDAS	SOMATORIO DAS TAXAS DE SOLICITAÇÕES DAS AÇÕES / NUMERO TOTAL DAS AÇÕES	30,28	31/12/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1010	APARELHAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA.	100.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	27	0	0,00
1121	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	9	0	0,00
1122	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA.	796.937,00	290.127,80	99,19	UNIDADE	7	0	0,00
1267	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO TOINHO ANDRADE.	70.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1275	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO SARGENTO ARAGÃO – SUPLENTE EM EXERCÍCIO.	300.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1291	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E.P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1293	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS – E.P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1301	INFRAESTRUTURA ESPORTIVA - E.P. DEPUTADO CÉSAR HALUM.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1304	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS ESPORTIVA - E.P. DEPUTADO CÉSAR HALUM.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1310	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	180.000,00	66.574,81	36,99	EMENDA PARLAMENTAR			
1313	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS ESPORTIVA - E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1336	INFRAESTRUTURA ESPORTIVA - E.P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1341	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO AMÉLIO CAYRES.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1347	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADA LUANA RIBEIRO.	350.000,00	100.000,00	28,57	EMENDA PARLAMENTAR			
1358	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO PAULO ROBERTO RIBEIRO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1360	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO FABIO MARTINS.	80.000,00	79.975,94	99,97	EMENDA PARLAMENTAR			
1364	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS ESPORTIVA - E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	40.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1365	CONVÊNIOS COM ENTIDADES ESPORTIVAS – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	100.000,00	20.000,00	20,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1376	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS ESPORTIVA - E. P. DEPUTADO ZÉ VIANA.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1382	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO JUNIOR COIMBRA.	100.000,00	34.113,76	34,11	EMENDA PARLAMENTAR			
1388	INFRAESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO MARCELO LELIS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1389	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS ESPORTIVA - E. P. DEPUTADO MARCELO LELIS.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1395	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO SANDOVAL CARDOSO.	275.000,00	140.822,48	51,21	EMENDA PARLAMENTAR			
1400	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO JOSÉ GERALDO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1401	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS ESPORTIVA - E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1402	PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS - E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1407	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO STALIN BUCAR.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1414	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS ESPORTIVA - E. P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1420	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADA JOSI	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			

	NUNES.							
1421	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADA JOSI NUNES.	200.000,00	155.220,00	77,61	EMENDA PARLAMENTAR			
1426	PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS - E. P. DEPUTADO EDUARDO BONAGURA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1427	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO EDUARDO BONAGURA.	150.000,00	67.471,55	44,98	EMENDA PARLAMENTAR			
1432	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO SANDOVAL CARDOSO.	175.000,00	100.000,00	57,14	EMENDA PARLAMENTAR			
1433	CONVÊNIOS COM ENTIDADES ESPORTIVAS – E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO.	180.000,00	30.000,00	16,67	EMENDA PARLAMENTAR			
1434	CONVÊNIOS COM ENTIDADES ESPORTIVAS – E. P. DEPUTADO EDUARDO DERTINS.	100.000,00	80.000,00	80,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1441	CONVÊNIOS COM ENTIDADES ESPORTIVAS – E. P. DEPUTADO IDERVAL SILVA.	325.000,00	325.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1454	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	60.000,00	22.816,92	38,03	EMENDA PARLAMENTAR			
1456	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADA LUANA RIBEIRO.	200.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1459	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO MARCELO LELIS.	150.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1461	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	270.000,00	83.987,66	31,11	EMENDA PARLAMENTAR			
1463	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS ESPORTIVA - E. P. DEPUTADA JOSI NUNES.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1465	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO AMELIO CAYRES.	300.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1466	CONVÊNIOS COM ENTIDADES ESPORTIVAS – E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	60.000,00	60.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1468	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO ZE VIANA.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1471	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1472	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO.	300.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1475	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	200.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1479	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO STALIN BUCAR.	75.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1480	CONVÊNIOS COM ENTIDADES ESPORTIVAS – E. P. DEPUTADA SOLANGE DUALIBE.	90.000,00	90.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1500	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1501	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	60.000,00	34.104,91	56,84	EMENDA PARLAMENTAR			
1503	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO PAULO ROBERTO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1506	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS ESPORTIVA - E. P. DEPUTADO ANGELO AGNOLIM.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1512	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA – E. P. DEPUTADO ZÉ VIANA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1515	CONVÊNIOS COM ENTIDADES ESPORTIVAS – E. P. DEPUTADO ZÉ VIANA.	60.000,00	60.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
2178	PRODUÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS POR DETENTOS - PINTANDO A LIBERDADE.	1.231.607,00	129.997,50	10,56	UNIDADE	36.400	11.835	32,51
2179	CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES DA SESPO E PESSOAS ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES ESPORTIVAS.	125.865,00	29.418,00	23,37	UNIDADE	610	898	147,21
2181	PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS.	1.416.680,00	425.671,90	30,05	UNIDADE	120	162	135,00
2182	CONVÊNIOS COM ENTIDADES ESPORTIVAS.	624.692,00	624.691,20	100,00	UNIDADE	59	29	49,15

2183	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.	20.418,00	1.696,00	8,31	UNIDADE	6.296	130	2,06
2184	IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE INICIAÇÃO ESPORTIVA.	1.065.554,00	503.593,62	47,26	UNIDADE	140	148	105,71
2428	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESPORTIVAS.	134.588,00	130.470,96	96,94	UNIDADE	27	27	100,00
TOTAL		**10.846.341,00**	**3.685.755,01**	**35,64**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria do Esporte.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
17.599.765,00	10.239.345,52	58,18	7.360.419,48

3.1.13 SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA - SECIJU

A Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins – SECIJU, foi instituída pelo Decreto n.° 1.717, de 13 de março de 2003, posteriormente sendo revogado pelo Decreto n.º 2.751, de 22 de maio de 2006, n.° 3.407, de 11 de junho de 2008, e, n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, combinado com os Decretos n.° 3.454 e n.° 3.456, ambos do dia 08 de agosto de 2008, que alterou sua estrutura organizacional, cabendo-lhe a promoção e a defesa dos direitos humanos, a política judiciária, o monitoramento da execução penal, a administração das atividades relacionadas à política criminal e penitenciária do Estado, a defesa e proteção dos direitos da criança e adolescente, a articulação com os outros Poderes do Estado e com os segmentos organizados e as lideranças sociais e comunitárias, a promoção do relacionamento com a sociedade civil organizada, que de fato, é quem tem mais interesse que as políticas tanto de prevenção quanto de benefícios realmente aconteçam.

Vinculados a Secretaria da Cidadania e Justiça estão:

- Fundo Estadual Antidrogas;
- Fundo Estadual de Defesa do Consumidor;
- Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Fundo Estadual dos Direitos da Mulher;
- Conselho Estadual dos Direitos Humanos;
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher;
- Conselho Estadual Antidrogas;
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Penitenciário.

As atribuições da Secretaria da Cidadania e Justiça foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 65.484.150,00**, com execução de **53,53%**, ou seja, de **R$ 35.054.808,08**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 90 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.184.169,00	2.398.620,24	75,33	785.548,76
Manutenção de Serviços de Transportes	591.581,00	329.893,43	55,76	261.687,57
Manutenção de Recursos Humanos	24.529.702,00	23.477.082,36	95,71	1.052.619,64
Ações de Informática	160.920,00	149.312,50	92,79	11.607,50
TOTAL	**28.466.372,00**	**26.354.908,53**	**92,58**	**2.111.463,47**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Cidadania e Justiça - SECIJU.

QUADRO 91 - FINALÍSTICO - 0100

PROGRAMA - ADMINISTRAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Objetivo:	GARANTIR A RESSOCIALIZAÇÃO E CUSTÓDIA DOS REEDUCANDOS E SEGURANÇA À ADMINISTRAÇÃO.
Justificativa:	EXISTEM ÁREAS DEFICIENTES DE ESTABELECIMENTOS CORRECIONAIS E DE ESTRUTURAS DE SEGURANÇA E APARELHAMENTO, QUE VIABILIZEM A RESSOCIALIZAÇÃO, NÃO EXISTINDO A DIFERENCIAÇÃO DOS DETENTOS PROVISÓRIOS DOS CONDENADOS, DE AMBOS OS SEXOS, NÃO CUMPRINDO INTEGRALMENTE COM A LEI DE EXECUÇÃO PENAL; AS DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO E TRANSFERÊNCIA, SUPERLOTAÇÃO, INSUFICIÊNCIA APARELHAGEM E CONSEQUENTEMENTE, DIFICULDADE NO MONITORAMENTO DOS PRESÍDIOS E SEU CORPO FUNCIONAL SÃO SITUAÇÕES PRESENTES E QUE SE NADA FOR FEITO O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO ESTARÁ COMPROMETIDO COM RISCOS CRESCENTES DE FUGAS E REINCIDÊNCIA CRIMINAL.
Estratégia:	CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS, PRESÍDIO FEMININO, CASAS DE ALBERGADO, COM REAPARELHAMENTO E MONITORAMENTO DOS REFERIDOS PRESÍDIOS, BEM COMO A COM APLICAÇÃO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS. SERÃO ESTABELECIDAS PARCERIAS COM OS MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS. O GERENCIAMENTO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E PRISIONAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMEROS DE PRESOS	10% SOBRE O NÚMERO MAIS RECENTE	1.947	20/09/2007	2.849

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1024	CONSTRUÇÃO DE CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1029	ADEQUAÇÃO FÍSICA DE UNIDADES PRISIONAIS.	3.426.963,00	2.135.084,33	62,30	UNIDADE	10	1	10,00
1222	CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO FEMININO.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	60	0	0,00
1223	CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO DE SEGURANÇA MÁXIMA NA REGIÃO SUDESTE.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	120	0	0,00
1224	CONSTRUÇÃO DE CASA DE ALBERGADOS PARA EGRESSOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1225	CONSTRUÇÃO DE PENITENCIÁRIA MASCULINA.	23.558.116,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	400	0	0,00
1226	CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE PRISIONAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1239	IMPLANTAÇÃO DA CORREGEDORIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO.	500,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	1	0	0,00

1240	IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS.	77.383,00	18.477,79	23,88	UNIDADE	1	0,5	50,00
1241	APARELHAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO ESTADO DO TOCANTINS.	643.800,00	287.809,99	44,70	PORCENTAGEM	60	20	33,33
1242	IMPLANTAÇÃO DE LAVANDERIA NOS PRESÍDIOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
2091	MANUTENÇÃO DA ESCOLA PARA SERVIDORES PENITENCIÁRIOS.	1.500,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2288	CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	552	0	0,00
2289	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA REEDUCANDOS E EGRESSOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	150	0	0,00
2291	ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS APENADOS E EGRESSOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	180	0	0,00
2293	ALIMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA.	4.487.903,00	4.135.690,00	92,15	UNIDADE	1.602	1.359	84,83
2297	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DOS PRESOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	160	0	0,00
TOTAL		**32.196.165,00**	**6.577.062,11**	**20,43**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Cidadania e Justiça - SECIJU.

QUADRO 92 - FINALÍSTICO - 0107

PROGRAMA - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	
Objetivo:	DESENVOLVER AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, BEM COMO ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE CULTURA DE RESPEITO, DE TOLERÂNCIA E DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, IMPLANTANDO SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO COM VISTAS A PERMITIR O ACESSO A DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA.
Justificativa:	DEVIDO AO ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ESTADO, TENDO 40 CASOS REGISTRADOS EM 2003, CONSTANDO INCLUSIVE NO RANKING INTERNACIONALDA ONU, BEM COMO, A PRECARIEDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ DESENVOLVIDO POR UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, QUE ELABORARÁ CONVÊNIOS E PARCERIAS COM ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO, NO SENTIDO DE DISPONIBILIZAR AOS SETORES MAIS VULNERÁVEIS DA SOCIEDADE TOCANTINENSE PRODUTOS E SERVIÇOS DESTINADOS À PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. PARA TANTO, NECESSÁRIO SE FAZ CRIAR UM BANCO DE DADOS ATUALIZADO, COM CADASTRO DE TODOS OS COLABORADORES E VOLUNTÁRIOS E TODAS AS INFORMAÇÕES ATINENTES AO PROGRAMA. PARA O APOIO PEDAGÓGICO, PSICOSSOCIAL E JURÍDICO, NECESSÁRIA A CONTRATAÇÃO OU DISPONIBILIZAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO, TAIS COMO PEDAGOGOS, PSICÓLOGOS, ADVOGADOS ETC. SERÃO FIRMADOS AINDA, CONVÊNIOS COM AS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL, A FIM DE GARANTIR A SEGURANÇA E PROTEÇÃO DOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA. REUNIÕES DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO SERÃO FEITAS TRIMESTRALMENTE, E AINDA, VISITAS DE INTERCÂMBIO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO. AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS EM ÂMBITO ESTADUAL, MAS, DE FORMA GRADATIVA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Nº DE PESSOAS ATENDIDAS	(TOTAL DE DENÚNCIAS INVESTIGADAS / TOTAL DE CASOS DENUNCIADOS) X 100	16.819	31/10/2007	32.819

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1108	ESTRUTURAÇÃO DO GRUPO EXECUTIVO DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO À TORTURA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1238	CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS RELATIVO A COMUNIDADE TRADICIONAL AFRO-DESCENDENTES E POVOS INDÍGENAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	25	0	0,00
1244	IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS.	1.627,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2190	ACOMPANHAMENTO TÉCNICO AS COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS.	6.000,00	1.930,50	32,18	UNIDADE	17	1	5,88
2298	CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES DA SECIJU.	5.000,00	3.960,00	79,20	UNIDADE	150	2	1,33
2300	REALIZAÇÃO DE EVENTOS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS.	26.700,00	0,00	0,00	UNIDADE	6	0	0,00

2301	BALCÃO DA CIDADANIA.	2.601.196,00	1.058.160,06	40,68	UNIDADE	763.150	41.334	5,42
2307	REALIZAÇÃO DE EVENTOS VOLTADOS À PREVENÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO.	3.700,00	0,00	0,00	UNIDADE	10	0	0,00
TOTAL		**2.644.223,00**	**1.064.050,56**	**40,24**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Cidadania e Justiça - SECIJU.

QUADRO 93 - FINALÍSTICO - 0108

PROGRAMA - TOCANTINS SEM DROGAS	
Objetivo:	ENFRENTAR A QUESTÃO DAS DROGAS DE MODO ABRANGENTE DESDE A PREVENÇÃO PRIMÁRIA, ACOMPANHAMENTO PESSOAL E FAMILIAR, TRATAMENTO E/OU PROCESSO DE RECUPERAÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL.
Justificativa:	O PROBLEMA DE USO DE DROGAS ESTÁ AFETANDO GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE; ATENDENDO A DEMANDA DA SOCIEDADE, QUE ENTENDE QUE É DEVER DO ESTADO ESTABELECER MECANISMOS DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS, É NECESSÁRIO A EXISTÊNCIA DE UMA POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS, OBEDECENDO AS DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA NACIONAL ANTIDROGAS.
Estratégia:	AS AÇÕES DO PROGRAMA SERÃO EXECUTADAS DE FORMA DIRETA, DE MANEIRA QUE POSSAM ENFRENTAR A OFENSIVA DAS DROGAS, NO QUE SE REFERE AO SEU COMBATE, PREVENÇÃO, REPREENSÃO AO USO INDEVIDO E O OFERECIMENTO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO DEPENDENTE QUÍMICO E SUA REINSERÇÃO SOCIAL. PARA ISSO SERÁ INCENTIVADA A CRIAÇÃO E O FORTALECIMENTO DE CONSELHOS MUNICIPAIS ANTIDROGAS EM TODOS OS MUNICÍPIOS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE COMBATE ÀS DROGAS, ENVOLVENDO A SOCIEDADE, A FAMÍLIA E TODOS OS SEGMENTOS ORGANIZADOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	**Fórmula do Cálculo**	**Índice Atual**	**Data da Apuração**	**Índice Desejado**
PERCENTUAL DE ESTUDANTES USUÁRIOS DE DROGAS	REDUÇÃO PERCETUAL SOBRE ÍNDICE ANTERIOR - (%)	19,8	31/12/2005	16,04

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
1048	IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE REFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1514	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PREVENÇÃO E DIFUSÃO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	90.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
2129	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PREVENÇÃO E DIFUSÃO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS.	37.880,00	32.100,00	84,74	UNIDADE	4	1	25,00
TOTAL		**127.880,00**	**32.100,00**	**25,10**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Cidadania e Justiça - SECIJU.

QUADRO 94 - FINALÍSTICO - 0116

PROGRAMA - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	
Objetivo:	COMBATER A VIOLÊNCIA EM TODOS OS NÍVEIS CONTRA A MULHER, ATRAVÉS DA CONSCIENTIZAÇÃO A RESPEITO DOS SEUS DIREITOS, FISCALIZANDO A APLICAÇÃO DA PENAS PREVISTAS EM LEI.
Justificativa:	A VIOLENCIA CONTRA A MULHER ESTÁ PRESENTE NO ESTADO, ENTÃO A IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA PERMITIRÁ A REDUÇÃO DESTE TIPO DE VIOLENCIA, CAPACITANDO AS CONSELHEIRAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, PROMOVENDO EVENTOS DE DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO, COMO TAMBÉM A MENUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA DO CEDIM.
Estratégia:	CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS E MUNICIPAIS; PROMOÇÃO DE EVENTOS DE DIVULGAÇÃO; CONSCIENTIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA DOS CEDIM.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	**Fórmula do Cálculo**	**Índice Atual**	**Data da Apuração**	**Índice Desejado**
Nº DE ATENDIMENTOS À MULHERES VÍTIMAS DE AGRESSÃO	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIA * PERCENTUAL DE CRESCIMENTO PREVISTOS	6.993	31/12/2006	12.884

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1054	IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER.	361.135,00	36.536,42	10,12	UNIDADE	5	1	20,00
1055	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA.	2.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
2130	PROMOÇÃO DE EVENTOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.	1.836,00	523,38	28,51	UNIDADE	4	1	25,00
2131	MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA.	14.275,00	6.319,47	44,27	UNIDADE	5	2	40,00
TOTAL		**379.246,00**	**43.379,27**	**11,44**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Cidadania e Justiça - SECIJU.

QUADRO 95 - FINALÍSTICO - 0130

PROGRAMA – ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO	
Objetivo:	PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E SUAS FAMÍLIAS, ATRAVÉS DE UM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO HUMANO, EFICIENTE, EFETIVO E EFICAZ EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E EMILIBERDADE, ESTIMULANDO AS POTENCIALIDADES PESSOAIS, A SUPERAÇÃO DA PRÁTICA INFRACIONAL E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROJETO DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE.
Justificativa:	A NECESSIDADE DE GARANTIA DE ATENDIMENTO DIGNO AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO TOCANTINS, ALIADA A ALGUNS CASOS DE REINCIDÊNCIA E AO SURGIMENTO DE NOVAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CENÁRIO TOCANTINENSE, JUSTIFICAM A EXECUÇÃO DESTE PROGRAMA. ALÉM DISSO, É ATRIBUIÇÃO DA SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA, POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, GARANTIR AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL CONDIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE VIDA QUE FAVOREÇA SUA AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO, ESTIMULE SUAS POTENCIALIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS E PROPORCIONE O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FORMAL, ESPORTE, ESPIRITUALIDADE E LAZER, FOMENTANDO A VIVÊNCIA COMUNITÁRIA E A PROFISSIONALIZAÇÃO.
Estratégia:	ATENDER AS FAMÍLIAS, OS ADOLESCENTES NA FASE FINAL DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E OS ADOLESCENTES EGRESSOS; GARANTIR ALIMENTAÇÃO AOS ADOLESCENTES INFRATORES EM CUMPRIMENTO AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE E OS SERVIDORES DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO; IMPLANTAR, AMPLIAR E MANTER AS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO ATENDENDO AOS PARÂMETROS ARQUITETÔNICOS DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE, PROPICIANDO AOS SOCIOEDUCANDOS, SOCIOEDUCADORES E SERVIDORES EM GERAL ESTRUTURA ADEQUADA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	SOMATÓRIO DA TAXA DE IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO, TAXA DE AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO E TAXA DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EGRESSO E FAMÍLIA DIVIDIDO POR 3	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2135	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO.	434.468,00	285.350,16	65,68	UNIDADE	5	5	100,00
2132	ALIMENTAÇÃO DOS ADOLESCENTES E SERVIDORES DAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO E SEMI-LIBERDADE.	941.396,00	697.957,45	74,14	UNIDADE	495	350	70,71
TOTAL		**1.375.864,00**	**983.307,61**	**71,47**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Cidadania e Justiça - SECIJU.

QUADRO 96 - FINALÍSTICO - 0133

PROGRAMA – SEGURANÇA COMUNITÁRIA E ESCOLAR	
Objetivo:	PROPORCIONAR UM AMBIENTE DE SEGURANÇA E TRANQUILIDADE NAS ESCOLAS E COMUNIDADES.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA É UM PROBLEMA SOCIAL QUE ESTÁ PRESENTE NAS AÇÕES DENTRO DAS ESCOLAS, MANISFESTA DE DIVERSAS FORMAS ENTRE TODOS OS ENVOLVIDOS NO PROCESSO EDUCATIVO. ISSO NÃO DEVERIA ACONTECER, POIS ESCOLA É LUGAR DE FORMAÇÃO DA ÉTICA E DA MORAL DOS SUJEITOS ALI INSERIDOS, SEJAM ELES ALUNOS, PROFESSORES OU DEMAIS FUNCIONÁRIOS. A VIOLÊNCIA ESTA ESTAMPADA NAS RUAS DAS CIDADES, OS LATROCÍNIOS, OS CONTRABANDOS, OS CRIMES EM GERAL, TEM LEVADO JOVENS A PERDER A CREDIBILIDADE EM UMA SOCIEDADE JUSTA E IGUALITÁRIA, CAPAZ DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM IGUAIS CONDIÇÕES PARA TODOS, TORNANDO-OS VIOLENTOS.A DIMINUIÇÃO DOS ÍNDICES DA VIOLÊNCIA PASSA POR MEDIDAS PREVENTIVAS DE LONGO PRAZO, É PRECISO INTERVIR POSITIVAMENTE NO PROCESSO EDUCATIVO E FORTALECIMENTO INDIVIDUAL DOS FUTUROS CONDUTORES DA SOCIEDADE, ASSIM CONSIDERADOS OS CIDADÃOS BRASILEIROS, CONTRA AS INVESTIDAS DE CRIMINOSOS E DE OUTRAS FORMAS DE CHAMAMENTO AO USO DE DROGAS E À PRÁTICA DE AÇÕES ANTI-SOCIAIS. A DEPENDÊNCIA DE DROGAS REPRESENTA AOS USUÁRIOS O COMPROMETIMENTO DE SEU FUTURO, DA QUALIDADE DE SUAS RELAÇÕES SOCIAIS, MAIOR PROPENSÃO AO ENVOLVIMENTO EM CRIMES E INGRESSO NUM CICLO VICIOSO DE DECADÊNCIA DE VALORES, VIOLÊNCIA E PERDA DA CAPACIDADE LABORATIVA. O PÚBLICO MAIS PROPENSO À DEPENDENCIA É COMPOSTO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PELO FATO DE ENCONTRAREM MENOS PREPARADOS PARA RESISTIREM AOS APELOS E INCENTIVOS AO USO, PRESENTES NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E NA IDEOLOGIA DA SOCIEDADE DE CONSUMO, EM QUE SE PRIVILEGIA O TER EM DETRIMENTO DO SER E POUCO SE INVESTE NA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS VALORES EQUIVOCADOS IMPLÍCITOS NESSE MODELO. SEGUNDO O OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS-OBID A PREVENÇÃO NÃO É SÓ O MEIO FÁCIL PARA AFASTAR A SOCIEDADE DO PERIGO DAS DROGAS É TAMBEM O MAIS VIÁVEL FINANCEIRAMENTE, POIS A CADA R$1,00 GASTO COM PREVENÇÃO, SE GASTA R$10,00 COM REPRESSÃO E R$20,00 COM TRATAMENTO.
Estratégia:	IMPLANTAÇÃO DE UMA REDE DE PREVENÇÃO E OSTENSIVIDADE NAS ESCOLAS POR MEIO DE CONVÊNIOS E PARCERIAS COM A POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA E COMUNIDADE ESCOLAR. A ESTRATÉGIA A SER IMPLEMENTADA CONSISTE NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES: PATRULHA NAS ESCOLAS; IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS-PROERD; FORTALECIMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA; CAPACITAÇÃO DOS MULTIPLICADORES DE POLÍTICAS PREVENTIVAS AO USO DE DROGAS E PROMOÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE CONSELHEIROS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA CAPACITADOS	NÚMERO DE CONSELHEIROS COMUNITÁRIOS CAPACITADOS/ NÚMERO DE CONSELHEIROS EXISTENTES X 100	-	-	-
ÍNDICE DE CONSEG'S IMPLANTADOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CONSELHOS IMPLANTADOS/ TOTAL DE MUNICÍPIOS X 100	15,82	30/10/2009	37,41
ÍNDICE DE CONSEG'S EM FUNCIONAMENTO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CONSELHOS IMPLANTADOS/ TOTAL DE MUNICÍPIOS X 100	3,60	30/10/2009	37,41
ÍNDICE DE ESCOLAS COM PATRULHAMENTO ESCOLAR	NÚMERO DE ESCOLAS COM PATRULHAMENTO/ NÚMERO TOTAL DE ESCOLAS QUE NECESSITAM DE PATRULHAMENTO X 100	-	-	-
INDÍCE DE APLICAÇÃO DO PROERD NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	ESCOLAS ATENDIDAS/ TOTAL DE ESCOLAS COM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2136	CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES DE POLÍTICAS PREVENTIVAS AO USO DE DROGAS.	294.400,00	0,00	0,00	UNIDADE	150	0	0,00
TOTAL		**294.400,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Cidadania e Justiça - SECIJU.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
65.484.150,00	35.054.808,08	53,53	30.429.341,92

3.1.14 SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Secretaria de Ciência e Tecnologia, foi criada em 29 de novembro de 2005, por meio do Decreto n.º 2.588, sob forma de órgão público do Poder Executivo Estadual, como pessoa jurídica de direito público, porém, somente no dia 1º de fevereiro de 2006, iniciou suas atividades com a nomeação do primeiro secretário desta pasta, através do Ato n.º 706 NM, de 31 de janeiro de 2006, Diário Oficial n.º 2.097, de 01 de fevereiro de 2006. A estrutura operacional do órgão está combinado com os Decretos n.º 3.454 e n.º 3.456, ambos do dia 08 de agosto de 2008 (dispõem, respectivamente, que a Assessoria de Comunicação e o NUSCIN têm sua unidades setoriais nas respectivas estruturas operacionais dos órgãos e entidades), e por meio do Anexo Único ao Decreto n.° 3.789, de 23 de setembro de 2009, Diário Oficial n.º 2.982, de 23 de setembro de 2009.

A Secretaria tem vinculada em sua estrutura um órgão de decisão colegiada, o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia - CECT, que é composto por treze membros e respectivos suplentes de entidades que reconhecidamente têm em suas atividades envolvimento com Ciência, e Tecnologia. Esse Conselho, dentre as suas várias competências, deve formular a Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de acordo com os interesses do Estado, apreciando e aprovando os planos e programas que traduzam tal política.

Tem como missão fomentar as atividades de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Tem por finalidade e competência: formular, fomentar e executar as ações de política estadual de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação; planejar; promover e apoiar ações e atividades de incentivo à ciência, as ações de ensino superior, pesquisa científica e extensão; instituir e gerir centros tecnológicos; e gerenciar os fundos estaduais pertinentes, respeitando as suas legislações específicas. Os objetivos são: contribuir para a consolidação, expansão e aprimoramento da base física de apoio às iniciativas científicas e de desenvolvimento tecnológico, instalada no Estado; concorrer para a capacitação dos recursos humanos dedicados ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento experimental e serviços técnicos, atuantes nas instituições que integram o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia; contribuir para a capacitação profissional da força de trabalho do Estado, no sentido de viabilizar investimentos geradores de trabalho e renda; contribuir para a modernização do sistema produtivo do Estado e para transformação da sua base técnica, através do uso intensivo da ciência, tecnologia, inovação, educação profissional e educação superior; contribuir para inserção de conhecimento científico e tecnológico nos processos de produção de bens e serviços, com resultados na melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos gerados; contribuir para a conservação dos recursos naturais renováveis, de maneira a torná-los fonte permanente de renda para suporte de desenvolvimento sócio-econômico. Têm como público alvo à sociedade acadêmica, pesquisadores, IES – Instituição de Ensino Superior, empresas públicas e privadas de base tecnológicas.

As atribuições da Secretaria de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 13.027.471,00**, com

execução de **94,08%**, ou seja, de **R$ 12.256.629,49**, como demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 97 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	628.069,00	562.282,01	89,53	65.786,99
Manutenção de Serviços de Transportes	140.215,00	94.932,90	67,71	45.282,10
Manutenção de Recursos Humanos	11.958.385,00	11.568.400,08	96,74	389.984,92
Ações de Informática	300.802,00	31.014,50	10,31	269.787,50
TOTAL	**13.027.471,00**	**12.256.629,49**	**94,08**	**770.841,51**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

3.1.15 SECRETARIA DO GOVERNO

A Secretaria do Governo instituída pelo Decreto n.º 1.128, de 19 de fevereiro de 2001, teve sua estrutura alterada quando da edição do Decreto n.º 1.483, de 12 de abril de 2002, que incorporou suas atribuições às da então Secretaria da Justiça denominando-a Secretaria do Interior e Justiça, situação que perdurou até a março de 2003, quando a Secretaria do Governo foi recriada em 13 de março de 2003, pelo Decreto n.º 1.718, sucessora da antiga Secretaria teve sua última alteração na estrutura com base na Lei Estadual n.º 1.950, de 7 de agosto de 2008, e no Decreto n.º 3.460, de 12 de agosto de 2008, e com a competência de coordenar as ações políticas do Governo; acompanhar as matérias afetas aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes e da execução das ordens emanadas do Governador do Estado; a articulação com os municípios, os Poderes Legislativo e Judiciário, a representação do Estado no Congresso Nacional, os segmentos organizados e as comunidades, as lideranças políticas e sociais. A estrutura atual da Secretaria de Governo está organizada com base no Decreto n.° 2.928, de 16 de janeiro de 2007.

Suas atribuições e atividades foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 36.118.958,00**, com execução de **94,89%,** ou seja, de **R$ 34.273.816,04**, como demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 98 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	556.834,00	492.544,19	88,45	64.289,81
Manutenção de Serviços de Transportes	183.848,00	170.504,70	92,74	13.343,30

Manutenção de Recursos Humanos	35.279.961,00	33.512.455,12	94,99	1.767.505,88
Ações de Informática	75.645,00	75.644,38	100,00	0,62
TOTAL	**36.096.288,00**	**34.251.148,39**	**94,89**	**1.845.139,61**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria do Governo.

QUADRO 99 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0132

PROGRAMA – GESTÃO DAS POLÍTICAS DE GOVERNO	
Objetivo:	FORTALECER A GESTÃO DA POLÍTICA DE GOVERNO, ARTICULANDO OS DIVERSOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, NÃO-GOVERNAMENTAIS, ENTIDADES CIVIS REPRESENTATIVAS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM A FINALIDADE DE INTEGRAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS.
Justificativa:	PROPORCIONAR AOS GESTORES MUNICIPAIS E VEREADORES, CONHECIMENTOS TECNICOS ATRAVES DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO, ENCONTROS REGIONAIS, QUE OS LEVEM A ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS PELOS MINISTERIOS, REALIZANDO OFICINAS E/OU SEMINARIOS SOBRE ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS E FORMALIZANDO CONSORCIOS INTERDISCIPLINARES PARA APROVEITAMENTO E MULTIPLICAÇÃO DA CAPITAL INTELECTUAL NOS MUNICIPIOS.
Estratégia:	INTEGRAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GOVERNO POR MEIO DE MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE E POLÍTICOS, DESENVOLVENDO AÇÕES QUE ARTICULEM OS DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE COM UMA MESMA FINALIDADE; CAPACITANDO E CERTIFICANDO SOCIAL E PROFISSIONALMENTE DIVERSOS GRUPOS DA SOCIEDADE, POR MEIO DE CURSOS DISPONIBILIZADOS PELA SECRETARIA, ELABORANDO E DISTRIBUINDO CARTILHAS E APOSTILAS EDUCATIVAS; REALIZANDO PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS E POLÍTICAS; DESCENTRALIZANDO AS AÇÕES SOCIAIS EM DEMANDAS ITINERANTES, CONTRATANDO CONSULTORIAS; CERTIFICANDO RESULTADOS ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GOVERNO
Prazo de Execução:	2009-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	NÚMERO DE MUNICÍPIO ATENDIDOS / NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIO X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1103	IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS INSTITUCIONAL.	02,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2442	INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.	22.668,00	22.667,65	100,00	UNIDADE	12	12	100,00
2443	ASSESSORAMENTO A GESTÃO MUNICIPAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	12	0	0,00
2444	ASSISTÊNCIA A ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	12	0	0,00
TOTAL		**22.670,00**	**22.667,65**	**99,99**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria do Governo.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
36.118.958,00	34.273.816,04	94,89	1.845.141,96

3.1.16 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SECAD

A Secretaria da Administração – SECAD, tem a missão de buscar o fortalecimento e a excelência da gestão pública estadual, promovendo a modernização da atividade administrativa, com foco no acompanhamento de

resultados e na qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado do Tocantins. Tendo o Poder Executivo como público alvo, a Secretaria da Administração deve ser referência em modernização da gestão pública. Sua finalidade é a orientação normativa e o controle técnico dos sistemas administrativos de Pessoal, Material, Patrimônio e Serviços Gerais, gerindo os subsistemas de registro e controle de pessoal, recrutamento, seleção e treinamento, correição administrativa e regime disciplinar, direitos e deveres dos servidores públicos estaduais, bem como controlar e coordenar a situação dos bens móveis e semoventes do Poder Executivo Estadual.

As atribuições da Secretaria da Administração foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses ações foram autorizados recursos da ordem de **R$ 13.262.942,00**, com execução de **91,51%**, ou seja, de **R$ 12.137.113,77**, como demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 100 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.070.458,00	668.088,68	62,41	402.369,32
Manutenção de Serviços de Transportes	68.943,00	53.647,47	77,81	15.295,53
Manutenção de Recursos Humanos	11.028.017,00	10.650.528,01	96,58	377.488,99
Ações de Informática	57.000,00	26.060,06	45,72	30.939,94
TOTAL	**12.224.418,00**	**11.398.324,22**	**93,24**	**826.093,78**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Administração - SECAD.

QUADRO 101 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0055

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA GESTÂO PÚBLICA	
Objetivo:	BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO SERVIDOR E SOCIEDADE ATREAVÉS DA GESTÃO INSTITUCIONAL, DE LOGÍSTICA E DE RECURSOS HUMANOS.
Justificativa:	NO DIAGNÓSTICO ELABORADO POR OCASIÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS REALIZADOS NO ESTADO, FORAM IDENTIFICADOS, DENTRE OUTROS, PROBLEMAS DE DEFICIÊNCIA GERENCIAL, AUSÊNCIA DO SETOR PÚBLICO, CENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E BUROCRACIA. NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DESSES PROBLEMAS, FOI CONCEBIDO O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉGIDE DA VONTADE POLÍTICA DO GOVERNO ESTADUAL, SURGINDO COM ISSO A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO MODELO GERENCIAL VOLTADO PARA O CUMPRIMENTO DE METAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO COMO PRINCÍPIOS BÁSICOS A GESTÃO PARTICIPATIVA, A GERÊNCIA DE PROCESSOS, A TRANSPARÊNCIA, A MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS E A GARANTIA DA SATISFAÇÃO DO CIDADÃO. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA APRESENTA COMO CONDICIONANTES FAVORÁVEIS À SUA IMPLEMENTAÇÃO, DENTRE OUTROS, A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E O GOVERNO FEDERAL, NO TOCANTE À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DO PORTE DO PNAGE - PROGRAMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO GESPÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO, AMBOS VOLTADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E CONSEQUENTEMENTE, PARA A EXCELÊNCIA DA PERFORMANCE DA MÁQUINA PÚBLICA. A NÃO-PRIORIZAÇÃO DO PROGRAMA PROPOSTO E SUAS AÇÕES ESTRUTURANTES PODERÁ ACARRETAR EM CONSEQÜÊNCIAS IMPREVISÍVEIS QUANTO À VIDA ÚTIL DOS SISTEMAS DESATUALIZADOS QUE ORA OPERAMOS E, EM FACE DA MODERNIZAÇÃO PREVISTA PARA O ESTADO, EM ENTRAVES E DANOS SIGNIFICATIVOS PARA AS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DEPENDENTES DIRETAMENTE DA EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE-MEIO PARA O ALCANCE DOS SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.
Estratégia:	APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS, DOS MODELOS E SISTEMAS DE GESTÃO, DOS SISTEMAS DE PESSOAL E DE PATRIMÔNIO, BEM COMO O APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE UMA FUNÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, REGIDA PELOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, FORMATANDO ASSIM UMA GESTÃO PÚBLICA

	ORIENTADA PARA RESULTADOS E PARA O CIDADÃO, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM A SEPLAN, SEFAZ E OUTROS ÓRGÃOS DE GESTÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	(TOTAL DE CIDADÃOS SATISFEITOS / TOTAL DE CIDADÃOS ATENDIDOS) * 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1109	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.	438.997,00	410.264,86	93,46	UNIDADE	1	1	100,00
1115	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO.	6.510,00	6.509,25	99,99	UNIDADE	5	5	100,00
2031	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO RÁPIDO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO – É PRA JÁ DE GURUPI.	276.717,00	143.476,13	51,85	UNIDADE	1	1	100,00
2033	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO RÁPIDO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO – É PRA JÁ DE ARAGUAINA.	316.300,00	178.539,31	56,45	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**1.038.524,00**	**738.789,55**	**71,14**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Administração - SECAD.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
13.262.942,00	12.137.113,77	91,51	1.125.828,23

3.1.17 SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ

A Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins – SEFAZ, tem sua base legal instituída na Lei n.º 001, de 23 de janeiro de 1989, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 004, de 16 de fevereiro de 1989, com as alterações posteriores, bem como o Decreto n.º 3.899, de 3 de dezembro de 2009, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 3.030, de 4 de dezembro de 2009.

À Secretaria da Fazenda são atribuídas as seguintes competências:

I – formular, coordenar e executar funções do sistema tributário do Estado, compreendendo tributação, arrecadação e fiscalização;

II – gerir os sistemas financeiro e contábil do Tesouro Estadual;

III – elaborar, coordenar e executar a programação financeira e contábil mensal e anual do Tesouro do Estado;

IV – manter e controlar:

a) o equilíbrio financeiro do Tesouro Estadual;

b) os compromissos que onerem direta ou indiretamente o Tesouro Estadual;

c) as operações de crédito de responsabilidade direta ou indireta do Estado;

d) os sistemas de informação destinados a realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentário-financeira do Tesouro;

V – gerir a Conta Única do Tesouro Estadual;

VI – adquirir bens e serviços;

VII – emitir atestado ou declaração de regularidade do Estado quanto ao cumprimento das obrigações principais e acessórias previstas nas Constituições Federal e Estadual e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tem como missão maximizar a arrecadação para suprir o Estado com os recursos financeiros necessários ao seu desenvolvimento econômico e social, e seu objetivo é dotar a Secretaria da Fazenda de condições técnicas, instrumentais e de instalações objetivando o incremento da arrecadação e introduzir a Educação Tributária para o melhor atendimento ao cidadão.

As atribuições da Secretaria da Fazenda foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 187.656.286,00**, com execução de **81,66%**, ou seja, de **R$ 153.231.082,61**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 102 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	23.739.308,00	23.688.396,63	99,79	50.911,37
Manutenção de Serviços de Transportes	1.387.000,00	1.304.187,08	94,03	82.812,92
Manutenção de Recursos Humanos	128.756.104,00	122.936.223,25	95,48	5.819.880,75
Ações de Informática	598.000,00	556.708,46	93,10	41.291,54
TOTAL	**154.480.412,00**	**148.485.515,42**	**96,12**	**5.994.896,58**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Fazenda.

QUADRO 103 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0021

PROGRAMA – MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL	
Objetivo:	DOTAR A SECRETARIA DA FAZENDA DE CONDIÇÕES TÉCNICAS, TECNOLÓGICAS, INSTRUMENTAIS E DE INSTALAÇÕES, OBJETIVANDO O INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO, APRIMORANDO A EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA O MELHOR ATENDER AO CIDADÃO.
Justificativa:	A SECRETARIA DA FAZENDA ESTÁ REALIZANDO ESFORÇOS NO SENTIDO DE APRIMORAR O PLANEJAMENTO O QUE IRÁ PROPORCIONAR MAIOR AGILIDADE NA GESTÃO DE SUA ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MELHORAR O DESEMPENHO DOS SERVIDORES E A SEGURANÇA NO ACESSO AS INFORMAÇÕES, NECESSÁRIAS AO BOM ATENDIMENTO AO CIDADÃO, OBJETIVANDO O CONSTANTE CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO.

Estratégia:	IMPLEMENTAR AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E COLOCÁ-LAS EM FUNCIONAMENTO; DOTAR AS DELEGACIAS, POSTOS FISCAIS E AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO E SEDE DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS NECESSÁRIOS PARA O SEU FUNCIONAMENTO; CONTRATAR CONSULTORIA PARA REDESENHAR PROCESSOS E DESENVOLVER SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÕES; INTERLIGAR AS UNIDADES DA SEFAZ; CONSTRUIR, REFORMAR, MANTER E MOBILIAR A SEDE E UNIDADES DA SEFAZ; FIRMAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM ÓRGÃOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL; TODAS AS AÇÕES SERÃO REALIZADAS DENTRO DAS NORMAS VIGENTES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PREVISÃO E REALIZAÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA	(RECEITA REALIZADA / RECEITA PREVISTA) X 10	109	31/12/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1130	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO AMBIENTE FISICO DAS UNIDADES FISCAIS.	1.444.114,00	1.443.913,31	99,99	UNIDADE	3	2	66,67
1131	REFORMA DO AMBIENTE FISICO DAS UNIDADES FISCAIS.	325.816,00	325.814,94	100,00	UNIDADE	6	2	33,33
1132	AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO DAS UNIDADES MÓVEIS DAS REGIONAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1133	IMPLEMENTAÇÃO E RENOVAÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS DAS REGIONAIS.	309.692,00	288.379,90	93,12	UNIDADE	389	249	64,01
1134	MODERNIZAÇÃO DA SEDE E ANEXOS DA SECRETARIA DA FAZENDA.	63.637,00	62.911,12	98,86	UNIDADE	3	1	33,33
1135	AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DAS REGIONAIS.	67.128,00	67.128,00	100,00	UNIDADE	210	30	14,29
1136	IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS TRIBUTÁRIO, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.	20.879.648,00	2.474.401,50	11,85	PERCENTAGEM	20	11,85	59,25
2005	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	300	0	0,00
2201	MANUTENÇÃO DO AMBIENTE FÍSICO DAS UNIDADES FISCAIS.	26.992,00	26.991,42	100,00	UNIDADE	22	6	27,27
TOTAL		**23.117.027,00**	**4.689.540,19**	**20,29**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Fazenda.

QUADRO 104 – FINALÍSTICO - 0023

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL	
Objetivo:	IMPLEMENTAR, PROMOVER E INSTITUCIONALIZAR O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL.
Justificativa:	O ESTADO PARA SE MODERNIZAR NECESSITA PROPORCIONAR CAPACITAÇÕES, APRIMORAMENTO E FORMAR UMA A CONSCIÊNCIA CIVICA, CULTURAL E FISCAL DOS SERVIDORES PUBLICOS, ALUNOS E SOCIEDADE EM GERAL, OBJETIVANDO A RESPONSABILIDADE SOCIAL.
Estratégia:	CAPACITAR GESTORES E SERVIDORES PÚBLICO, FORMAR MULTIPLICADORES DO PROGRAMA, COORDENAR E MONITORAR O PROGRAMA ATRAVÉS DE VISITAS TÉCNICAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
QUANTIDADE DE PROFESSORES E TÉCNICOS FORMADOS	(PROFESSORES E TÉCNICOS FORMADOS / NÚMERO VAGAS OFERTADAS PELO PNEF) X 100.	54	31/12/2010	100
QUANTIDADE DE GESTORES E SERVIDORES PÚBLICOS QUALIFICADOS	(GESTORES E SERVID ORES PUBLICO CAPACITADO/NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS PELO PNEF) x 100	46	21/12/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1218	TOCANTINS NOTA NA MÃO.	16.547,00	16.547,00	100,00	**AÇÃO NÃO PREVISTA NO PPA**			

2202	CAPACITAÇÃO DE GESTORES E SERVIDORES PÚBLICOS.	100,00	0,00	0,00	UNIDADE	104	48	46,15
2203	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS AGENTES MULTIPLICADORES.	42.100,00	39.480,00	93,78	UNIDADE	2.970	830	27,95
2204	GESTÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL.	100,00	0,00	0,00	PERCENTAGEM	100	0	0,00
TOTAL		**58.847,00**	**56.027,00**	**95,21**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Fazenda.

QUADRO 105 – FINALÍSTICO - 0119

PROGRAMA – FOMENTO AO CAPITAL DE EMPRESAS ESTATAIS	
Objetivo:	PROMOVER O FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO QUE GEREM BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E/OU SOCIAIS ÀS ÁREAS DE SUA INFLUÊNCIA, EM CONSONÂNCIA COM O PLANO DO GOVERNO E COM AS NECESSIDADES E POTENCIALIDADES LOCAIS
Justificativa:	A IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MECANISMOS DE FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS TORNA-SE VITAL PARA A INDUÇÃO E ESTÍMULO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO ESTADO VISANDO O MELHOR APROVEITAMENTO DE NOSSAS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E A AMPLIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. EM NENHUM MOMENTO PODE SER DESCURADA A ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS,AGROINDUSTRIAIS E INDUSTRIAIS, BEM COMO A SUA EXPANSÃO REGIONAL DE FORMA DESCENTRALIZADA E EFICIENTE. ASSIM ESTAREMOS CONTRIBUINDO PARA ACELERAR AS TAXAS DE INOVAÇÃO E DE INTRODUÇÃO DE NOVOS PROCESSOS E TECNOLOGIAS, TRAZENDO PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARA AS DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO.
Estratégia:	SERÁ DADO CONTINUIDADE À GESTÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO, INSTITUÍDA PELA LEI 1.298, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2002. SERÃO ALOCADOS RECURSOS HUMANOS, ALOCAÇÃO DE AMBIENTE FÍSICO APROPRIADO, APARELHAMENTO E REALIZADO TREINAMENTO DE SERVIDORES. SERÃO SUBSCRITOS R$ 6.000.000,00 (SEIS MILHÕES DE REAIS) COMO CAPITAL SOCIAL DA AGÊNCIA EM AÇÕES NOMINATIVAS ORDINÁRIAS, SEM VALOR NOMINAL E COM DIREITO A VOTO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
6001	AUMENTO DE CAPITAL DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS.	10.000.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**10.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Fazenda.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
187.656.286,00	153.231.082,61	81,66	34.425.203,39

3.1.18 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA - SEDUC

A Secretaria da Educação e Cultura foi criada por meio da Lei n.º 001, de 23 de janeiro de 1989, alterada pela Lei n.º 1.124, de 1° de fevereiro de 2000, revogada pelas Leis n.° 1.950 e n.º 1.951, de 7 de agosto de 2008.

Sua missão consiste em garantir a todos o acesso, a permanência e o sucesso na educação básica, assegurando a gestão democrática e a inovação educacional.

As atribuições institucionais da Secretaria da Educação e Cultura foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo e Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 838.125.997,00**, com execução de **85,97%**, ou seja, de **R$ 720.516.362,98,** como demonstram os quadros a seguir.

QUADRO 106 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	9.401.143,00	7.777.795,71	82,73	1.623.347,29
Manutenção de Serviços de Transportes	2.820.155,00	1.853.469,69	65,72	966.685,31
Manutenção de Recursos Humanos	68.702.173,00	64.336.869,09	93,65	4.365.303,91
Ações de Informática	353.465,00	266.386,69	75,36	87.078,31
TOTAL	**81.276.936,00**	**74.234.521,18**	**91,34**	**7.042.414,82**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Educação e Cultura - SEDUC.

QUADRO 107 – FINALÍSTICO - 0027

PROGRAMA - QUALIDADE DA ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS

Objetivo:	GARANTIR A ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, DOTANDO-A DOS MEIOS NECESSÁRIOS À SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E DE ELEMENTOS FAVORÁVEIS À APRENDIZAGEM.
Justificativa:	DURANTE OS ENCONTROS REGIONAIS PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2008-2011, A COMUNIDADE ALERTOU PARA A NECESSIDADE DE MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA E O APARELHAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES. NOS ÚLTIMOS ANOS A SEDUC TEM INVESTIDO SIGNIFICATIVAMENTE EM ADEQUAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS, COM VISTAS A PROPORCIONAR AMBIÊNCIA SALUBRE E CONFORTÁVEL, ADEQUADOS AO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. PORÉM, AINDA FAZ-SE NECESSÁRIO A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS, AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS EDUCACIONAIS.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO A PARTIR DE LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS, MELHORIAS E AMPLIAÇÕES NA REDE FÍSICA ESTADUAL DE ENSINO E DEMAIS ESTRUTURAS QUE INTEGRAM O COMPLEXO EDUCACIONAL DO ESTADO. OS PROJETOS, ORÇAMENTOS, LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS QUE EXECUTARÃO AS OBRAS, BEM COMO A FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO REALIZADOS PELA SEDUC E/OU SEINF, OU AINDA, DE FORMA DESCENTRALIZADA PELA UNIDADE ESCOLAR. O ACOMPANHAMENTO E PAGAMENTO DE TODAS AS ETAPAS ATÉ A CONCLUSÃO DAS OBRAS FICARÃO A CARGO DA SEDUC.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE UNIDADES ESCOLARES REFORMADAS E/OU AMPLIADAS	(NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES REFORMADAS E/OU AMPLIADAS DIVIDIDO PELO NÚMERO DE ESCOLAS DO ESTADO) VEZES CEM	37	07/2007	83
TAXA DE UNIDADES ESCOLARES CONSTRUÍDAS	(NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES CONSTRUÍDAS DIVIDIDO PELO NÚMERO DE ESCOLAS DO ESTADO) VEZES CEM	4,07	07/2007	7,77

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1087	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL.	24.386.818,00	10.506.357,14	43,08	UNIDADE	15	0	0,00

1088	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL.	5.834.007,00	3.037.813,80	52,07	UNIDADE	45	6	13,33
1089	AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO.	4.284.616,00	668.883,11	15,61	UNIDADE	13	1	7,69
1090	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO.	13.750.029,00	2.020.037,71	14,69	UNIDADE	6	1	16,67
1091	AMPLIAÇÃO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1092	CONSTRUÇÃO DE NÚCLEO DE ENSINO ESPECIAL.	0,00	0,00	0,00	PERCENTAGEM	25	0	0,00
1093	REFORMA DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO MÉDIO.	1.420.000,00	910.198,60	64,10	UNIDADE	4	1	25,00
1094	REFORMA DE UNIDADE ADMINISTRATIVA.	48.110,00	48.108,90	100,00	UNIDADE	6	3	50,00
1095	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL.	2.878.384,00	1.206.359,27	41,91	UNIDADE	42	1	2,38
1096	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1105	APARELHAMENTO DE UNIDADE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL.	17.169.671,00	11.965.220,78	69,69	UNIDADE	398	398	100,00
1107	APARELHAMENTO DE UNIDADE ESCOLAR – ENSINO MÉDIO.	5.774.574,00	4.573.818,92	79,21	UNIDADE	297	240	80,81
1261	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1270	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO ANGELO AGNOLIM.	150.000,00	60.000,00	40,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1273	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO SARGENTO ARAGÃO – SUPLENTE EM EXERCÍCIO.	200.000,00	100.000,00	50,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1278	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – E. P. DEPUTADO IDERVAL SILVA.	150.000,00	80.000,00	53,33	EMENDA PARLAMENTAR			
1284	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	75.000,00	75.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1294	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADA SOLANGE DUALIBE.	150.000,00	90.000,00	60,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1297	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	160.000,00	60.000,00	37,50	EMENDA PARLAMENTAR			
1306	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	150.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1323	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO FABIO MARTINS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1324	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO FABIO MARTINS.	150.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1338	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO AMELIO CAYRES.	150.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1344	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADA LUANA RIBEIRO.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1345	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADA LUANA RIBEIRO.	90.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1350	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO OSIRES DAMASO.	430.000,00	80.000,00	18,60	EMENDA PARLAMENTAR			
1354	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO PAULO ROBERTO RIBEIRO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1357	CONSTRUÇÃO DE NÚCLEO DE ENSINO ESPECIAL - E.P. DEPUTADO PAULO ROBERTO RIBEIRO.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1361	CONSTRUÇÃO DE NÚCLEO DE ENSINO ESPECIAL - E.P. DEPUTADO TOINHO ANDRADE.	150.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1368	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES	190.000,00	190.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			

	ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.							
1369	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1374	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO ZE VIANA.	60.000,00	60.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1378	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO JUNIOR COIMBRA.	175.000,00	100.000,00	57,14	EMENDA PARLAMENTAR			
1386	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO MARCELO LELIS.	90.000,00	50.000,00	55,56	EMENDA PARLAMENTAR			
1391	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO SANDOVAL CARDOSO.	150.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1392	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO SANDOVAL CARDOSO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1404	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO SATALIN BUCAR.	150.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1417	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADA JOSI NUNES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1418	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADA JOSI NUNES.	150.000,00	115.000,00	76,67	EMENDA PARLAMENTAR			
1423	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO EDUARDO BONAGURA DO DERTINS.	150.000,00	150.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1435	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO SANDOVAL CARDOSO.	100.000,00	90.000,00	90,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1470	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	175.000,00	90.000,00	51,43	EMENDA PARLAMENTAR			
1473	APARELHAMENTO DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADA LUANA RIBEIRO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1478	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1477	APARELHAMENTO DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO – E. P. DEPUTADO ZE VIANA.	90.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1507	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1508	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO PAULO ROBERTO RIBEIRO.	75.000,00	75.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1511	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO MARCELO LELIS.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
TOTAL		**79.386.209,00**	**36.401.798,23**	**45,85**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Educação e Cultura - SEDUC.

QUADRO 108 – FINALÍSTICO - 0031

PROGRAMA - PIONEIROS MIRINS	
Objetivo:	PROMOVER A FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL, ADVINDOS DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, ATRAVÉS DE ATIVIDADES DIVERSIFICADAS COMO: REFORÇO ESCOLAR, PRÁTICAS ESPORTIVAS, E ARTÍSTICAS, ATIVIDADES PSICOMOTORAS, MOMENTO CÍVICO E CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO, ENVOLVENDO ASSIM A ÉTICA E OS VALORES SOCIAIS E MORAIS.
Justificativa:	O PROGRAMA PIONEIROS MIRINS PROPORCIONA ÀS CRINAÇAS E ADOLESCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL FORMAÇÃO EDUCACIONAL COMPLEMENTAR COM VISTAS À MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO.

Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO ATRAVÉS DO RECADASTRAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA; REALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS COM OS MUNICÍPIOS QUE FICARÃO RESPONSÁVEIS PELA DISPONIBILIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DOS NÚCLEOS; REALIZAÇÃO DE AÇÕES COMO: CONCESSÃO DO BENEFÍCIO, REALIZAÇÃO DE EVENTOS, MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS, OFERTA DE ALIMENTAÇÃO, UNIFORME E MATERIAL DIDÁTICO AOS ALUNOS DO PROGRAMA E IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NOS NÚCLEOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ABANDONO ESCOLAR NA 2ª FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL	ABD/APR+RPR+ABD x 100	3,7	06/2007	2,5
TAXA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	RPR/APR+RPR+ABD x 100	9,4	06/2007	8

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1328	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO AOS ALUNOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS – E. P DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1410	MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
2137	SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	26	0	0,00
2146	OFERTA DE ALIMENTAÇÃO PARA ALUNOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	1.309.910,00	1.309.909,44	100,00	UNIDADE	42.000	42.474	101,13
2147	OFERTA DE UNIFORME PARA ALUNOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	42.000	0	0,00
2149	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO AOS ALUNOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	42.000	0	0,00
2150	IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS PARA OS NÚCLEOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	190	0	0,00
2151	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS PIONEIROS MIRINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	42.000	0	0,00
2158	MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	190	0	0,00
TOTAL		**1.309.910,00**	**1.309.909,44**	**100,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Educação e Cultura - SEDUC.

QUADRO 109 - FINALÍSTICO - 0049

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	
Objetivo:	PROMOVER A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR, IMPLEMENTAÇÃO DO PCCS, PROMOÇÃO DA SAÚDE E MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DESTES SERVIDORES.
Justificativa:	A SEDUC POSSUI UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA GESTORES ESCOLARES, PROFESSORES, COORDENADORES E ALGUMAS FUNÇÕES DE SUPORTE ADMINISTRATIVO, TODAVIA, OBSERVA-SE QUE AINDA HÁ DESARTICULAÇÃO ENTRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIDORES E LOTAÇÃO DE PESSOAS. MEDIANTE O EXPOSTO, FAZ-SE NECESSÁRIO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS QUE CONTEMPLE UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO CAPAZ DE IDENTIFICAR, ORIENTAR, ARTICULAR E SUBSIDIAR A QUALIFICAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LOTADOS NESTA SECRETARIA BEM COMO A MELHORIA NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA COM FOCO NAS NECESSIDADES DESSES PROFISSIONAIS E DO SISTEMA EDUCACIONAL. NO QUADRO ATUAL DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO 35% ESTÃO ATUANDO FORA DA DISCIPLINA DE SUA FORMAÇÃO, 20% ENCONTRAM-SE AFASTADOS POR PROBLEMA DE SAÚDE E, COM OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS, ANUALMENTE 100% DOS SERVIDORES TÊM SEU DESEMPENHO AVALIADO.
Estratégia:	IMPLEMENTAÇÃO DE MÚLTIPLAS AÇÕES VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO, A QUALIFICAÇÃO, A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO, COMPREENDENDO A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR, IMPLEMENTAÇÃO DO PCCS, PROMOÇÃO À SAÚDE, PREMIAÇÃO DOS SERVIDORES PELO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EXITOSAS E MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO. AS AÇÕES SERÃO IMPLEMENTADAS DE FORMA DIRETA, ATRAVÉS DA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO/DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS, ARTICULADA COM OS DEMAIS SETORES DA SEDUC.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE SERVIDORES AFASTADOS POR MOTIVO DE DOENÇA	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE LICENÇAS CONCEDIDAS E O NÚMERO DE SERVIDORES	20	dez/2006	8
TAXA DE PROFESSORES CAPACITADOS	PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE PROFESSORES CAPACITADOS E O NÚMERO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA	98	dez/2006	100
TAXA DE GESTORES E TÉCNICOS CAPACITADOS	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE GESTORES E TÉCNICOS CAPACITADOS E O TOTAL DE SERVIDORES NESTAS FUNÇÕES	39,07	dez/2007	60
TAXA PROFESSORES EM EXERCÍCIO DE DOCÊNCIA ATUANDO FORA DA DISCIPLINA DE FORMAÇÃO	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE PROFESSORES ATUANDO FORA DA DISCIPLINA DE FORMAÇÃO E O NÚMERO TOTAL DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO DE DOCÊNCIA	35	out/2007	29

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1123	CONCESSÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS – ENSINO MÉDIO.	4.137.730,00	1.541.578,00	37,26	UNIDADE	3.020	3.020	100,00
1124	CONCESSÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS – ENSINO FUNDAMENTAL.	21.617.892,00	6.527.860,00	30,20	UNIDADE	9.577	9.577	100,00
1125	CONCESSÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS – ADMINISTRAÇÃO GERAL.	2.603.672,00	1.318.376,00	50,64	UNIDADE	8.864	8.864	100,00
2073	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL.	5.713.227,00	2.606.306,91	45,62	UNIDADE	9.938	11.230	113,00
2074	AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA.	16.669,00	16.668,75	100,00	UNIDADE	25	4	16,00
2075	FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO.	255.537,00	255.536,25	100,00	UNIDADE	4.280	2.000	46,73
2076	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO À SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	60.517,00	60.515,50	100,00	UNIDADE	22.592	22.592	100,00
2077	FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES E TÉCNICOS.	2.166.918,00	548.360,86	25,31	UNIDADE	5.843	5.420	92,76
2078	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR.	22.405,00	22.404,00	100,00	UNIDADE	22.592	22.592	100,00
2079	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - ENSINO FUNDAMENTAL.	421.151.040,00	417.465.975,95	99,13	UNIDADE	16.688	14.189	85,03
2080	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - ENSINO MÉDIO.	94.503.776,00	88.784.876,69	93,95	UNIDADE	3.127	3.760	120,24
2081	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO.	1.276.132,00	940.862,94	73,73	UNIDADE	1.623	2.048	126,19
2082	PREMIAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	8.216,00	8.216,00	100,00	UNIDADE	30	0	0,00
TOTAL		**553.533.731,00**	**520.097.537,85**	**93,96**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Educação e Cultura - SEDUC.

QUADRO 110 - FINALÍSTICO - 0061

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO COLABORADORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO-FORMAL E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.
Justificativa:	O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /PEEA É UM INSTRUMENTO DE GESTÃO QUE COLABORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, FUNDAMENTAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, ENVOLVENDO DIVERSOS ATORES SOCIAIS COMO CO-RESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL, VISANDO À FORMAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA DOS CIDADÃOS. O TOCANTINS VEM IMPLEMENTANDO GRADUALMENTE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PEEA. ENTRETANTO ESSAS AÇÕES SÃO INSUFICIENTES PARA ATENDER A DEMANDA DO ESTADO, NECESSITANDO DE MAIS APORTE TÉCNICO E FINANCEIRO A FIM DE FORTALECER O PROCESSO EDUCATIVO, A MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS TORNANDO-OS APTOS A AGIR INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE RESOLVENDO OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.
Estratégia:	ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO COLETIVA DE FORMA ARTICULADA, QUE FAÇAM AS PESSOAS REPENSAREM SUAS POSTURAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE, PROPICIANDO OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DO MEIO AMBIENTE, DE MODO A FOMENTAR UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL QUE PRODUZA ATITUDES E COMPORTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS CONTÍNUOS EM PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /CIEA TO E DIVERSAS REDES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL; FORTALECER AS DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO OFERECENDO, BIMESTRALMENTE, CAPACITAÇÃO AOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, ABORDANDO A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM AÇÕES ESTRATÉGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	(Nº DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS / TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO) X 100	-	-	-
TAXA DE ESCOLAS COM FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇAO AMBIENTAL	(NÚMERO DE ESCOLAS ATENDIDAS / TOTAL DE ESCOLAS DO ESTADO) X 100	49,28	out/2005	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2083	IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL.	306.180,00	75.835,14	24,77	UNIDADE	425	195	45,88
TOTAL		**306.180,00**	**75.835,14**	**24,77**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Educação e Cultura - SEDUC.

QUADRO 111 - FINALÍSTICO - 0062

PROGRAMA - APRIMORAMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL	
Objetivo:	APRIMORAR A QUALIDADE DA GESTÃO EDUCACIONAL NO SENTIDO DE ADEQUAR O PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, EFETIVAR A PARTICIPAÇÃO E O ENVOLVIMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E COMUNIDADE EM GERAL NAS DIVERSAS DIMENSÕES DA GESTÃO ESCOLAR.
Justificativa:	DO UNIVERSO DE 444 ESCOLAS COM MAIS DE 100 ALUNOS QUE REALIZARAM A AUTO-AVALIAÇÃO, SOMENTE 173 SE INSCREVERAM PARA PARTICIPAR DO PRÊMIO EM GESTÃO ESCOLAR, EM 2006 E, DESSAS SOMENTE 23,12% ATINGIRAM A MÉDIA DE 70% OU MAIS NOS INDICADORES DE QUALIDADE. EMBORA A GESTÃO DEMOCRÁTICA ESTEJA ASSEGURADA EM LEI, A PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS E COMUNIDADE NÃO ATINGIRAM NÍVEL SATISFATÓRIO; O PERFIL DA EQUIPE GESTORA NECESSITA SER MELHORADO; O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A ESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA A COLETA, TABULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE DADOS SÃO INCIPIENTES. FAZ-SE NECESSÁRIA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA COM AÇÕES FOCADAS NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS. A NÃO CRIAÇÃO DO PROGRAMA PODERÁ COMPROMETER A EFETIVIDADE NA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL.
Estratégia:	IMPLANTAR SISTEMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO CAPAZ DE SUBSIDIAR A TOMADA DE DECISÕES, POR MEIO DA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVER E IMPLANTAR FERRAMENTA GERENCIAL (SOFTWARE); CAPACITAÇÃO DE MEMBROS DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS NA MODALIDADE PRESENCIAL E A DISTÂNCIA; REALIZAR PROCESSO SELETIVO E CERTIFICAÇÃO DE LIDERANÇAS, IMPLEMENTAR AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE PESQUISA E PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS; EXPANDIR O VOLUNTARIADO NA ESCOLA POR MEIO DE MAPEAMENTO DA DEMANDA, MOBILIZAÇÃO E CADASTRAMENTO DE VOLUNTÁRIOS EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO E DO TERCEIRO SETOR; APOIAR OS SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS; REALIZAR O CENSO ESCOLAR, POR MEIO DA COLETA DE DADOS; REALIZAR A INSPEÇÃO ESCOLAR COM ACOMPANHAMENTO "IN-LOCO" NAS DIRETORIAS DE ENSINO E ESCOLAS; APRIMORAR A COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS E MANTER A DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE ESTADUAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ESCOLAS COM MÉDIA SUPERIOR A 70 NA AUTO-AVALIAÇÃO	(RELAÇÃO PERCENTUAL DO N° DE ESCOLAS QUE ATINGIRAM A MÉDIA DE 70% OU MAIS, NOS INDICADORES DE QUALIDADE DO PRÊMIO ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA EM RELAÇÃO AO N° DE ESCOLAS EXISTENTES)	45,95	2008	64,54
TAXA DE UNIDADES ESCOLARES SELECIONADAS NA ETAPA SEMI-FINAL DO PRÊMIO GESTÃO COM MÉDIA IGUAL OU SUPERIOR A 70 PONTOS	RELAÇÃO PERCENTUAL DO N° DE ESCOLAS QUE ATINGIRAM A MÉDIA IGUAL OU SUPERIOR A 70 PONTOS, NOS INDICADORES DE QUALIDADE DO PRÊMIO GESTÃO EM RELAÇÃO AO N° DE ESCOLAS SELECIONADAS NA ETAPA SEMI-FINAL.	23,12	2007	32,12

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1156	PREMIAÇÃO DAS ESCOLAS BEM SUCEDIDAS EM GESTÃO ESCOLAR.	15.306,00	14.664,79	95,81	UNIDADE	13	0	0,00
2047	MONITORAMENTO DA GESTÃO ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL.	144.853,00	87.962,75	60,73	UNIDADE	419	419	100,00
2048	MONITORAMENTO DA GESTÃO ESCOLAR – ENSINO MÉDIO.	190.022,00	50.678,50	26,67	UNIDADE	280	280	100,00
2084	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS À GESTÃO COMUNITÁRIA - ENSINO MÉDIO.	12.781.686,00	6.405.307,00	50,11	UNIDADE	284	276	97,18
2085	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS À GESTÃO COMUNITÁRIA - ENSINO	25.601.587,00	16.445.335,83	64,24	UNIDADE	501	425	84,83

	FUNDAMENTAL.							
2087	APOIO AOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.	750.398,00	385.072,56	51,32	UNIDADE	139	139	100,00
2088	REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES.	274.228,00	178.314,25	65,02	UNIDADE	747	747	100,00
2089	IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.	2.180,00	2.180,00	100,00	UNIDADE	1	0	0,00
2090	REALIZAÇÃO DO CENSO ESCOLAR.	363.510,00	209.354,89	57,59	UNIDADE	1	1	100,00
2092	CAPACITAÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS.	471,00	471,00	100,00	UNIDADE	1.023	0	0,00
2093	IMPLANTAR O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESCOLAR.	7.536,00	7.536,00	100,00	UNIDADE	209	13	6,22
2094	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS.	3.618.471,00	3.403.829,70	94,07	UNIDADE	60	60	100,00
2405	REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIOS DE GESTORES ESCOLARES.	40.870,00	40.869,82	100,00	UNIDADE	2	0	0,00
TOTAL		**43.791.118,00**	**27.231.577,09**		**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Educação e Cultura - SEDUC.

QUADRO 112 - FINALÍSTICO - 0065

PROGRAMA - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Objetivo:	ALFABETIZAR JOVENS E ADULTOS COM MAIS DE 15 ANOS DE IDADE, QUE NÃO TIVERAM OPORTUNIDADE À EDUCAÇÃO NA IDADE APROPRIADA.
Justificativa:	O PERCENTUAL DE ANALFABETISMO NO TOCANTINS SEGUNDO CENSO/2000 FOI DE 18.78%, 140.820 MIL EM NÚMEROS ABSOLUTOS. NA PNAD/2005 O PERCENTUAL PASSOU PARA 16,3%. ESTES NÚMEROS DEMONSTRAM O DESAFIO QUE O ESTADO ENFRENTA NA BUSCA DA UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO. POR ESTE MOTIVO JUSTIFICA-SE O PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, COMO FORMA DE MELHORAR A FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES, MONITORAMENTORAR OS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO E DE ARTICULAR O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO AO SISTEMA REGULAR DE ENSINO. IMPORTA CONSIDERAR QUE FORAM PROPOSTAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DESTA PROBLEMÁTICA E O ESTADO TEM ASSUMIDO SUA PARCELA DE RESPONSABILIDADE OFERECENDO EDUCAÇÃO AOS QUE POR VÁRIOS MOTIVOS, NÃO TIVERAM OPORTUNIDADE NA IDADE APROPRIADA.
Estratégia:	REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA ALFABETIZADORES REGENTES E ALFABETIZADORES NA FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO NA SEDE E/OU REGIONAIS DE ENSINO; MONITORAMENTO DAS TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO PELOS ALFABETIZADORES COM FUNÇÃO DE COORDENADOR E POR AMOSTRAGEM PELOS TÉCNICOS DA SEDUC/SEDE; DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA ALFABETIZANDORES ALOCADOS NAS TURMAS E PARA ALFABETIZADORES PARA SUBSIDIAR NO TRABALHO PEDAGÓGICO; E OFERTA DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR PARA OS ALFABETIZANDOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ANALFABETISMO NA FAIXA ETÁRIA DOS 40 ANOS OU MAIS	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE A POPULAÇÃO NÃO-ALFABETIZADA ACIMA DE 40 ANOS E A POPULAÇÃO TOTAL	78,7	2005	62,96
TAXA DE ANALFABETISMO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 39 ANOS	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE A POPULAÇÃO NÃO-ALFABETIZADA DE 15 A 39 ANOS E A POPULAÇÃO TOTAL	21,3	2005	10,6

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2095	MONITORAMENTO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.	75.294,00	75.294,00	100,00	UNIDADE	500	500	100,00
2096	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.	78.150,00	74.970,00	95,93	UNIDADE	10.550	5.400	51,18
2097	CAPACITAÇÃO DOS ALFABETIZADORES.	928.737,00	797.346,86	85,85	UNIDADE	550	61	11,09
2098	ALIMENTAÇÃO DO ALFABETIZANDO.	210.897,00	210.896,69	100,00	UNIDADE	10.000	10.443	104,43
TOTAL		**1.293.078,00**	**1.158.507,55**	**89,59**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Educação e Cultura - SEDUC.

QUADRO 113 – FINALÍSTICO - 0067

PROGRAMA - ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	
Objetivo:	FORTALECER A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COM O OBJETIVO DE REVITALIZAR E PRESERVAR OS PROCESSOS EDUCATIVOS, PRÓPRIOS DAS SOCIEDADES INDÍGENAS, COM AÇÕES VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, GESTÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS POSSUI UMA DIVERSIDADE CULTURAL INSTIGADA, SOBRETUDO PELOS POVOS INDÍGENAS QUE AQUI HABITAM, COMPOSTA DE UMA POPULAÇÃO DE MAIS DE 10.000 INDÍOS, DISTRIBUÍDOS ENTRE: KRAHÔ, APINAJÉ, KARAJÁ, KARAJÁ-XAMBIOÁ, KRAHÔ-CANELA, JAVAÉ E XERENTE, QUE COM SABERES, COSTUMES E VALORES CONSTRUÍDOS AO LONGO DO TEMPO POR ESTAS SOCIEDADES INDÍGENAS QUE FALAM TRÊS LÍNGÜAS: TIMBIRA, YNÃ E AKWEM E IDENTIFICAM CADA POVO COM CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS A SEREM PRESERVADAS OU REVITALIZADAS, ASSIM COMO ALGUNS COSTUMES E TRADIÇÕES. CABE À ESCOLA ENTÃO, CONTEXTUALIZAR CONCEITOS, TEORIAS E PROCEDIMENTOS DOS CONHECIMENTOS UNIVERSAIS E DA SOCIEDADE NÃO-INDÍGENA ENVOLVENTE NO FOMENTO DE ATITUDES QUE POSSAM SUBSIDIAR OS PROJETOS DE FUTURO DESTES POVOS PARA SUA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA. COM UM QUADRO DE 200 PROFESSORES, SENDO 137 ÍNDIOS DE SUAS RESPECTIVAS ETNIAS E 63 NÃO ÍNDIOS, A SEDUC/TO VIABILIZA UMA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA ESPECÍFICA, INTERCULTURAL, DIFERENCIADA E BILÍNGÜE, EM 84 ESCOLAS, QUE CONTEMPLAM OS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 8ª (MODALIDADES REGULAR E EJA) E ENSINO MÉDIO, PERFAZENDO UM TOTAL APROXIMADAMENTE DE 4000 ALUNOS. DIANTE DO EXPOSTO, FAZ-SE NECESSÁRIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, A FIM DE CONTINUAR DESENVOLVENDO AÇÕES VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS EM NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. POSSIBILITANDO TAMBÉM MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO, REFORMA/AMPLIAÇÃO, APARELHAMENTO. OBJETIVANDO A MELHORIA DO PROCESSO EDUCATIVO, OFERECIDO A ESTAS COMUNIDADES, SERÁ OFERECIDA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA EXERCEREM A GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA COM UM CURRÍCULO QUE BUSCA PRESTIGIAR AS PRÁTICAS E MEMÓRIAS CULTURAIS INDÍGENAS, E ACRESCIDOS DOS CONHECIMENTOS UNIVERSAIS SECULARES.
Estratégia:	DESENCADEAMENTO DE MÚLTIPLAS AÇÕES VOLTADAS PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, MONITORAMENTO, ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA, FORMAÇÃO INICIAL EM NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR, FORMAÇÃO CONTINUADA, MANUTENÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. AS AÇÕES SERÃO IMPLEMENTADAS DE FORMA DIRETA, ATRAVÉS DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA, ARTICULADA COM A COORDENADORIA DE INFRA-ESTRUTURA, DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO, EM PARCERIA COM A FUNAI, UFG E CTI, MEC.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILITADOS EM NÍVEL MÉDIO	N° DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILITADOS EM NÍVEL MÉDIO / N° DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS A SEREM HABILITADOS EM NÍVEL MÉDIO X 100	11,1	10/01/2007	35
NÚMEROS DE ALUNOS INDÍGENAS ATENDIDOS COM EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	N° DE ALUNOS ATENDIDOS	4.034	10/01/2007	6.194
TAXA DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILITADOS EM NÍVEL SUPERIOR	N° DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILIDADOS EN NÍVEL SUPERIOR / N° DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS A SEREM HABILITADOS EM NÍVEL SUPERIOR X 100	0	10/01/2007	13
TAXA DE COMUNIDADES INDÍGENAS ATENDIDAS COM UNIDADES ESCOLARES	N° DE COMUNIDADES INDÍGENAS COM U.E´S / N° DE COMUNIDADES INDÍGENAS TOTAL X 100	93,30	10/01/2007	95

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1097	AMPLIAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	550.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	15	0	0,00
1098	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	4.232.094,00	2.570.940,78	60,75	UNIDADE	23	0	0,00
1099	APARELHAMENTO DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	249.642,00	8.006,00	3,21	UNIDADE	91	40	43,96
1100	REFORMA DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	90.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1126	CONCESSÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS – EDUCAÇÃO INDÍGENA/ENSINO FUNDAMENTAL.	188.136,00	100.488,00	53,41	UNIDADE	394	394	100,00
1129	CONCESSÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS – EDUCAÇÃO INDÍGENA/ ADMINISTRAÇÃO GERAL.	13.880,00	13.880,00	100,00	UNIDADE	187	187	100,00
1139	CONCESSÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS – EDUCAÇÃO INDÍGENA/ENSINO MEDIO.	43.682,00	11.810,00	27,04	UNIDADE	58	58	100,00
2049	MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR INDÍGENA – ENSINO FUNDAMENTAL.	1.842.301,00	1.238.851,00	67,24	UNIDADE	81	81	100,00
2058	MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR INDÍGENA – ENSINO MÉDIO.	204.499,00	204.499,00	100,00	UNIDADE	10	10	100,00
2067	APOIO A GESTÃO DAS ESCOLAS INDIGENAS – ENSINO FUNDAMENTAL.	759.735,00	651.873,81	85,80	UNIDADE	91	91	100,00
2068	APOIO A GESTÃO DAS ESCOLAS INDIGENAS – ENSINO MÉDIO.	66.074,00	43.624,72	66,02	UNIDADE	10	10	100,00

2069	CONSERVAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	340.000,00	150.000,00	44,12	UNIDADE	68	30	44,12
2100	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.	1.005.454,00	56.168,00	5,59	UNIDADE	386	73	18,91
2101	FORMAÇÃO INICIAL DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS EM NÍVEL MÉDIO.	952.575,00	457.638,75	48,04	UNIDADE	115	103	89,57
2102	FORMAÇÃO INICIAL DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS EM NÍVEL SUPERIOR.	557.877,00	209.773,25	37,60	UNIDADE	105	0	0,00
2103	IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO PARA OS POVOS INDÍGENAS.	494.308,00	148.140,60	29,97	UNIDADE	55	70	127,27
2104	MANUTENÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.	38.200,00	38.198,25	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
2105	PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO INDÍGENA.	152.410,00	0,00	0,00	UNIDADE	91	0	0,00
2106	MONITORAMENTO ÀS UNIDADES ESCOLARES INDÍGENAS.	160.725,00	75.318,00	46,86	UNIDADE	91	94	103,30
2107	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - EDUCAÇÃO INDÍGENA/ENSINO MÉDIO.	765.500,00	749.334,25	97,89	UNIDADE	41	57	139,02
2108	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - EDUCAÇÃO INDÍGENA/ENSINO FUNDAMENTAL.	5.813.000,00	5.246.834,16	90,26	UNIDADE	540	438	81,11
TOTAL		**18.520.092,00**	**11.975.378,57**	**64,66**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011– Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Educação e Cultura - SEDUC.

QUADRO 114 – FINALÍSTICO - 0069

PROGRAMA - MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO	
Objetivo:	PROMOVER A MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL ATRAVÉS DE AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA ELEVAÇÃO DOS INDICADORES DE APROVAÇÃO E DE QUALIDADE DE ENSINO EVIDENCIADOS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS, BEM COMO REDUÇÃO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR, EVIDENCIADAS NO SISTEMA DE MONITORAMENTO DO RENDIMENTO ESCOLAR DA SEDUC E CENSO ESCOLAR.
Justificativa:	NOS ÚLTIMOS ANOS A SEDUC IMPLEMENTOU PROGRAMAS VOLTADOS PARA CORREÇÃO DE FLUXO, REDUÇÃO DO ANALFABETISMO, REDUÇÃO DO ABANDONO, BEM COMO DA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO. APESAR DOS RESULTADOS DE RENDIMENTO ESCOLAR APURADOS PELO CENSO ESCOLAR/INEP, E PELO SISTEMA DA SEDUC MOSTRAREM MELHORIAS, AINDA TEMOS MUITOS DESAFIOS. OMINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CRIOU RECENTEMENTE UM INDICADOR PARA MENSURAR A QUALIDADE DE EDUCAÇÃO BÁSICA IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, AFERINDO OS RESULTADOS DA 1ª E 2ª FASES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO. O TOCANTINS ALCANÇOU EM 2005, 3.6, 3.4 E 2.9, RESPECTIVAMENTE, OU SEJA, AINDA ABAIXO DO IDEAL FIXADO.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO EXECUTADAS PELA SEDUC COM A IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES, COMBINADA AO ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO ÀS ESCOLAS, AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS, À REALIZAÇÃO DO MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, PROTAGONISMO JUVENIL, BEM COMO A GARANTIA DE ACESSO E PEMANÊNCIA DO ALUNO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DA 1ª FASE DO ENS. FUNDAMENTAL	NÚMERO DE APROVADOS DIVIDIDO PELA MATRÍCULA INICIAL MAIS ADMITIDOS APÓS MATRÍCULA INICIAL MENOS TRANSFERIDOS VEZES CEM	87	2005	94
TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DA 2ª FASE DO ENS. FUNDAMENTAL	NÚMERO DE APROVADOS DIVIDIDO PELA MATRÍCULA INICIAL MAIS ADMITIDOS APÓS MATRÍCULA INICIAL MENOS TRANSFERIDOS VEZES CEM	84,6	2005	89,6
IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 1ª FASE	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	3,6	2005	4,5
IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2ª FASE	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	3,4	2005	3,8
TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DO ENS. MÉDIO	NÚMERO DE APROVADOS DIVIDIDO PELA MATRÍCULA INICIAL MAIS ADMITIDOS APÓS MATRÍCULA INICIAL MENOS TRANSFERIDOS VEZES CEM	75,9	2005	80,5
IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENS. MÉDIO	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	2,9	2005	3,2

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1329	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – E. P DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1355	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO PAULO ROBERTO RIBEIRO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1397	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO.	150.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1458	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL – E. P. DEPUTADO STALIN BUCAR.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
2045	OFERTA DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE CURTA DURAÇÃO.	515.548,00	0,00	0,00	UNIDADE	22.200	1.860	8,38
2046	REALIZAÇÃO DO SALÃO DO LIVRO – ENSINO MÉDIO.	2.483.712,00	2.483.712,00	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
2109	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.	16.445.423,00	16.337.402,09	99,34	UNIDADE	228.677	219.758	96,10
2111	MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM DO ENSINO FUNDAMENTAL.	631.525,00	517.990,21	82,02	UNIDADE	99.592	84.182	84,53
2112	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL.	25.356.424,00	17.527.462,89	69,12	UNIDADE	15.416	15.416	100,00
2113	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO.	7.147.133,00	6.252.626,22	87,48	UNIDADE	7.292	7.292	100,00
2114	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	944.017,00	379.634,67	40,21	UNIDADE	85.818	17.141	19,97
2115	REALIZAÇÃO DO SALÃO DO LIVRO – ENSINO FUNDAMENTAL.	3.700.836,00	3.700.836,00	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
2117	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁDICO PEDAGÓGICO PARA ENSINO MÉDIO.	88.720,00	86.970,00	98,03	UNIDADE	16.083	6.055	37,65
2120	IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL.	200.000,00	57.729,50	28,86	UNIDADE	87.821	75.898	86,42
2121	REALIZAÇÃO DE EXAME DE SUPLÊNCIA.	5.000,00	4.000,00	80,00	UNIDADE	1	0	0,00
2123	REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESTUDANTIS DO TOCANTINS - ENSINO FUNDAMENTAL.	242.770,00	241.880,28	99,63	UNIDADE	1	1	100,00
2124	REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESTUDANTIS DO TOCANTINS - ENSINO MÉDIO.	440.058,00	435.444,07	98,95	UNIDADE	90	90	100,00
2126	REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PEDAGÓGICOS - ENSINO MÉDIO.	35.600,00	900,00	2,53	UNIDADE	38	0	0,00
2127	REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PEDAGÓGICOS - ENSINO FUNDAMENTAL.	55.701,00	4.710,00	8,46	UNIDADE	44	0	0,00
2406	IMPLEMENTAÇÃO DA MONITORIA DISCENTE NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1.820	0	0,00
2409	REALIZAÇÃO DE CURSOS BÁSICOS VOLTADO A VIDA PRODUTIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS.	166.276,00	0,00	0,00	UNIDADE	260	0	0,00
TOTAL		**58.708.743,00**	**48.031.297,93**	**81,81**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011– Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Educação e Cultura - SEDUC.

QUADRO 115 - FINALÍSTICO - 0133

PROGRAMA – SEGURANÇA COMUNITÁRIA E ESCOLAR	
Objetivo:	PROPORCIONAR UM AMBIENTE DE SEGURANÇA E TRANQUILIDADE NAS ESCOLAS E COMUNIDADES.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA É UM PROBLEMA SOCIAL QUE ESTÁ PRESENTE NAS AÇÕES DENTRO DAS ESCOLAS, MANISFESTA DE DIVERSAS FORMAS ENTRE TODOS OS ENVOLVIDOS NO PROCESSO EDUCATIVO. ISSO NÃO DEVERIA ACONTECER, POIS ESCOLA É LUGAR DE FORMAÇÃO DA ÉTICA E DA MORAL DOS SUJEITOS ALI INSERIDOS, SEJAM ELES ALUNOS, PROFESSORES OU DEMAIS FUNCIONÁRIOS. A VIOLÊNCIA ESTA ESTAMPADA NAS RUAS DAS CIDADES, OS LATROCÍNIOS, OS CONTRABANDOS, OS CRIMES EM GERAL, TEM LEVADO JOVENS A PERDER A CREDIBILIDADE EM UMA SOCIEDADE JUSTA E IGUALITÁRIA, CAPAZ DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM IGUAIS CONDIÇÕES PARA TODOS, TORNANDO-OS VIOLENTOS.A DIMINUIÇÃO DOS ÍNDICES DA VIOLÊNCIA PASSA POR MEDIDAS PREVENTIVAS DE LONGO PRAZO, É PRECISO INTERVIR POSITIVAMENTE NO PROCESSO EDUCATIVO E FORTALECIMENTO INDIVIDUAL DOS FUTUROS CONDUTORES DA SOCIEDADE, ASSIM CONSIDERADOS OS CIDADÃOS BRASILEIROS, CONTRA AS INVESTIDAS DE CRIMINOSOS E DE OUTRAS FORMAS

	DE CHAMAMENTO AO USO DE DROGAS E À PRÁTICA DE AÇÕES ANTI-SOCIAIS. A DEPENDÊNCIA DE DROGAS REPRESENTA AOS USUÁRIOS O COMPROMETIMENTO DE SEU FUTURO, DA QUALIDADE DE SUAS RELAÇÕES SOCIAIS, MAIOR PROPENSÃO AO ENVOLVIMENTO EM CRIMES E INGRESSO NUM CICLO VICIOSO DE DECADÊNCIA DE VALORES, VIOLÊNCIA E PERDA DA CAPACIDADE LABORATIVA. O PÚBLICO MAIS PROPENSO À DEPENDENCIA É COMPOSTO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PELO FATO DE ENCONTRAREM MENOS PREPARADOS PARA RESISTIREM AOS APELOS E INCENTIVOS AO USO, PRESENTES NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E NA IDEOLOGIA DA SOCIEDADE DE CONSUMO, EM QUE SE PRIVILEGIA O TER EM DETRIMENTO DO SER E POUCO SE INVESTE NA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS VALORES EQUIVOCADOS IMPLÍCITOS NESSE MODELO. SEGUNDO O OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS-OBID A PREVENÇÃO NÃO É SÓ O MEIO FÁCIL PARA AFASTAR A SOCIEDADE DO PERIGO DAS DROGAS É TAMBEM O MAIS VIÁVEL FINANCEIRAMENTE, POIS A CADA R$1,00 GASTO COM PREVENÇÃO, SE GASTA R$10,00 COM REPRESSÃO E R$20,00 COM TRATAMENTO.
Estratégia:	IMPLANTAÇÃO DE UMA REDE DE PREVENÇÃO E OSTENSIVIDADE NAS ESCOLAS POR MEIO DE CONVÊNIOS E PARCERIAS COM A POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA E COMUNIDADE ESCOLAR. A ESTRATÉGIA A SER IMPLEMENTADA CONSISTE NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES: PATRULHA NAS ESCOLAS; IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS-PROERD; FORTALECIMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA; CAPACITAÇÃO DOS MULTIPLICADORES DE POLÍTICAS PREVENTIVAS AO USO DE DROGAS E PROMOÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE CONSELHEIROS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA CAPACITADOS	NÚMERO DE CONSELHEIROS COMUNITÁRIOS CAPACITADOS/ NÚMERO DE CONSELHEIROS EXISTENTES X 100	-	-	-
ÍNDICE DE CONSEG'S IMPLANTADOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CONSELHOS IMPLANTADOS/ TOTAL DE MUNICÍPIOS X 100	15,82	30/10/2009	37,41
ÍNDICE DE CONSEG'S EM FUNCIONAMENTO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CONSELHOS IMPLANTADOS/ TOTAL DE MUNICÍPIOS X 100	3,60	30/10/2009	37,41
ÍNDICE DE ESCOLAS COM PATRULHAMENTO ESCOLAR	NÚMERO DE ESCOLAS COM PATRULHAMENTO/ NÚMERO TOTAL DE ESCOLAS QUE NECESSITAM DE PATRULHAMENTO X 100	-	-	-
INDÍCE DE APLICAÇÃO DO PROERD NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	ESCOLAS ATENDIDAS/ TOTAL DE ESCOLAS COM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2159	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA ATIVIDADES DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E USO DE DROGAS NAS ESCOLAS - ENSINO FUNDAMENTAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	105.000	0	0,00
2160	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA ATIVIDADES DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E USO DE DROGAS NAS ESCOLAS - ENSINO MÉDIO.	0,00	0,00	0,0	UNIDADE	45.000	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011– Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Educação e Cultura - SEDUC.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
838.125.997,00	720.516.362,98	85,97	117.609.634,02

3.1.19 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

A Secretaria da Segurança Pública – SSP, foi criada por meio da Medida Provisória n.º 01, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 01, de 1º de janeiro de 1989. A Secretaria Segurança Pública deve exercer o planejamento e o desenvolvimento de políticas de segurança objetivando garantir a preservação da

ordem pública, a incolumidade do indivíduo e do patrimônio, em defesa da paz social. Tem como base legal:

- Regimento Interno foi aprovado pelo Decreto n.º 5.685, de 11 de maio de 1992, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 137, de 19 de maio de 1992;

- Decreto n.º 1.734, de 09 de abril de 2003, dispõe sobre as competências, a estrutura operacional e o quadro de cargos de provimento em comissão da Secretaria de Segurança Pública;

- Decreto n.º 3.780, de 22 de setembro de 2009, publicado no Diário Oficial n.º 2.983, de 25 de setembro de 2009. Dispõe sobre a estrutura operacional da Secretaria de Segurança Pública;

- Decreto n.º 3.454, de 08 de agosto de 2009, publicado no Diário Oficial n.º 2.709, de 11 de agosto de 2009. Dispõe sobre a Assessoria de Comunicação, ASCOM;

- Decreto n.º 3.456, de 08 de agosto de 2009, publicado no Diário Oficial n.º 2.709, de 11 de agosto de 2009. Dispõe sobre a organização operacional, composição e funcionamento dos Núcleos Setoriais de Controle Interno;

- Decreto n.º 3.859, de 6 de novembro de 2009, publicado no Diário Oficial nº 3.011, de 09 de novembro de 2009. Cria na estrutura operacional da Secretaria de Segurança Pública Delegacia Regional de Policia Civil.

As atribuições da Secretaria de Segurança Pública foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 188.456.927,00**, com execução de **88,72%**, ou seja, de **R$ 167.203.492,56**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 116 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	5.025.065,00	3.775.927,54	75,14	1.249.137,46
Manutenção de Serviços de Transportes	3.511.713,00	2.748.948,12	78,28	762.764,88
Manutenção de Recursos Humanos	148.678.600,00	143.026.038,92	96,20	5.652.561,08
Ações de Informática	1.036.210,00	732.424,80	70,68	303.785,20
TOTAL	**158.251.588,00**	**150.283.339,38**	**94,96**	**7.968.248,62**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Segurança Pública.

QUADRO 117 - FINALÍSTICO - 0104

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E REAPARELHAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA	
Objetivo:	DOTAR AS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, REAPARELHAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA OTIMIZAR OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA À POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Justificativa:	O CRESCIMENTO DA CRIMINALIDADE ATRAVÉS NO ESTADO, PRINCIPALMENTE NAS FRONTEIRAS DO ESTADO, O DESPREPARO DOS POLICIAIS PARA O ENFRENTAMENTO DE CRIMINOSOS QUE UTILIZAM EQUIPAMENTOS MODERNOS E NOVAS ESTRATÉGIAS, AUMENTAM A INCIDÊNCIA CRIMINAL, DIMINUINDO A CONFIANÇA DA COMUNIDADE EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, EXIGINDO, PARA TANTO, ATUAÇÕES CONJUNTAS QUE BUSQUEM A RAIZ DA CRIMINALIDADE E, DE FORMA INTENSA, PROMOVAM A REDUÇÃO E O CONTROLE DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA, MELHORANDO A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA À SOCIEDADE.
Estratégia:	A IMPLEMENTAÇÃO NOS TERMOS DESTE PROGRAMA CONSISTE NA ESTRUTURAÇÃO FÍSICO-MATERIAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, COM INCLUSÃO DE NOVAS METODOLOGIAS TECNOLÓGICAS, ATUAÇÃO ARTICULADA E INTEGRADA COM DIVERSOS ÓRGÃOS DAS ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL, INTERESTADUAL E FEDERAL, MEDIANTE AÇÕES ESTRATÉGICAS, PROPICIANDO MAIOR QUALIDADE E AGILIDADE NAS INVESTIGAÇÕES EM PROL DO CONTROLE E REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE, RESGATANDO A CREDIBILIDADE E RESPEITO DA SOCIEDADE PARA COM OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA. SANAR A INSUFICIÊNCIA DE PESSOAL ATRAVÉS DA ADMISSÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS FORMADOS NA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, BEM COMO, VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA MODERNIZADAS	Nº DE UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA MODERNIZADAS / Nº TOTAL DE UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA X 100	10	2009	30

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1118	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1245	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA.	652.016,00	70.480,39	10,81	UNIDADE	4	0	0,00
1247	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.	3.296.215,00	2.967.228,68	90,02	PERCENTUAL	100	90	90,00
2169	REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA.	12.208.663,00	9.314.174,31	76,29	UNIDADE	31	25	80,65
2170	VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL.	5.891.829,00	1.541.090,47	26,16	UNIDADE	578	435	75,26
TOTAL		**22.048.723,00**	**13.892.973,85**	**63,01**	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Segurança Pública - SSP.

QUADRO 118 - FINALÍSTICO - 0105

PROGRAMA - SEGURANÇA CIDADÃ: INTELIGÊNCIA E ESTRATÉGIA CONTRA A CRIMINALIDADE	
Objetivo:	CONTROLAR A CRIMINALIDADE ATRAVÉS DA ATUAÇÃO INTEGRADA: POLÍCIA E COMUNIDADE, UTILIZANDO A INTELIGÊNCIA E A ESTRATÉGIA NA PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME.
Justificativa:	O AUMENTO DO NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS DE GRANDE PORTE, O CORREDOR MULTIMODAL EM INSTALAÇÃO, O CRESCIMENTO DOS GRANDES CENTROS URBANOS, A CRIMINALIZAÇÃO NAS DIVISAS E NOS ASSENTAMENTOS, O DESPREPARO DO POLICIAL EM DETRIMENTO DA MODERNA CRIMINALIDADE E A FALTA DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE, EXIGEM UMA INTENSIFICAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E EM INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE, BUSCANDO AUMENTAR A CONFIANÇA NOS SERVIÇOS PRESTADOS E A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE.
Estratégia:	A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA SE DARÁ ATRAVÉS DA EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA, DE ATENDIMENTO À VÍTIMA DE GRUPOS MINORITÁRIOS E DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, COM PARCERIAS E CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS E INICIATIVA PRIVADA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE CRIMINALIDADE P/ 100.000 HABITANTES	NÚMERO ABSOLUTO DE OCORRÊNCIA / POPULAÇÃO X 100.000	493,2	2009	246

AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS	METAS FÍSICAS
	RECURSOS (R$)	

N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2173	PREVENÇÃO E ATENDIMENTO DA VIOLÊNCIA A GRUPOS VULNERÁVEIS.	142.903,00	117.389,73	82,15	PORCENTAGEM	100	80	80,00
2174	ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DE REPRESSÃO QUALIFICADA.	3.661.418,00	58.591,13	1,60	UNIDADE	20.020	26.000	129,87
2177	ALIMENTAÇÃO AOS PRESOS SOB CUSTÓDIA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.	2.268.833,00	2.239.600,60	98,71	UNIDADE	667	730	109,45
TOTAL		**6.073.154,00**	**2.415.581,46**	**39,77**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Segurança Pública - SSP.

QUADRO 119 - FINALÍSTICO - 0133

PROGRAMA – SEGURANÇA COMUNITÁRIA E ESCOLAR	
Objetivo:	PROPORCIONAR UM AMBIENTE DE SEGURANÇA E TRANQUILIDADE NAS ESCOLAS E COMUNIDADES.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA É UM PROBLEMA SOCIAL QUE ESTÁ PRESENTE NAS AÇÕES DENTRO DAS ESCOLAS, MANISFESTA DE DIVERSAS FORMAS ENTRE TODOS OS ENVOLVIDOS NO PROCESSO EDUCATIVO. ISSO NÃO DEVERIA ACONTECER, POIS ESCOLA É LUGAR DE FORMAÇÃO DA ÉTICA E DA MORAL DOS SUJEITOS ALI INSERIDOS, SEJAM ELES ALUNOS, PROFESSORES OU DEMAIS FUNCIONÁRIOS. A VIOLÊNCIA ESTA ESTAMPADA NAS RUAS DAS CIDADES, OS LATROCÍNIOS, OS CONTRABANDOS, OS CRIMES EM GERAL, TEM LEVADO JOVENS A PERDER A CREDIBILIDADE EM UMA SOCIEDADE JUSTA E IGUALITÁRIA, CAPAZ DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM IGUAIS CONDIÇÕES PARA TODOS, TORNANDO-OS VIOLENTOS.A DIMINUIÇÃO DOS ÍNDICES DA VIOLÊNCIA PASSA POR MEDIDAS PREVENTIVAS DE LONGO PRAZO, É PRECISO INTERVIR POSITIVAMENTE NO PROCESSO EDUCATIVO E FORTALECIMENTO INDIVIDUAL DOS FUTUROS CONDUTORES DA SOCIEDADE, ASSIM CONSIDERADOS OS CIDADÃOS BRASILEIROS, CONTRA AS INVESTIDAS DE CRIMINOSOS E DE OUTRAS FORMAS DE CHAMAMENTO AO USO DE DROGAS E À PRÁTICA DE AÇÕES ANTI-SOCIAIS. A DEPENDÊNCIA DE DROGAS REPRESENTA AOS USUÁRIOS O COMPROMETIMENTO DE SEU FUTURO, DA QUALIDADE DE SUAS RELAÇÕES SOCIAIS, MAIOR PROPENSÃO AO ENVOLVIMENTO EM CRIMES E INGRESSO NUM CICLO VICIOSO DE DECADÊNCIA DE VALORES, VIOLÊNCIA E PERDA DA CAPACIDADE LABORATIVA. O PÚBLICO MAIS PROPENSO À DEPENDENCIA É COMPOSTO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PELO FATO DE ENCONTRAREM MENOS PREPARADOS PARA RESISTIREM AOS APELOS E INCENTIVOS AO USO, PRESENTES NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E NA IDEOLOGIA DA SOCIEDADE DE CONSUMO, EM QUE SE PRIVILEGIA O TER EM DETRIMENTO DO SER E POUCO SE INVESTE NA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS VALORES EQUIVOCADOS IMPLÍCITOS NESSE MODELO. SEGUNDO O OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS-OBID A PREVENÇÃO NÃO É SÓ O MEIO FÁCIL PARA AFASTAR A SOCIEDADE DO PERIGO DAS DROGAS É TAMBEM O MAIS VIÁVEL FINANCEIRAMENTE, POIS A CADA R$1,00 GASTO COM PREVENÇÃO, SE GASTA R$10,00 COM REPRESSÃO E R$20,00 COM TRATAMENTO.
Estratégia:	IMPLANTAÇÃO DE UMA REDE DE PREVENÇÃO E OSTENSIVIDADE NAS ESCOLAS POR MEIO DE CONVÊNIOS E PARCERIAS COM A POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA E COMUNIDADE ESCOLAR. A ESTRATÉGIA A SER IMPLEMENTADA CONSISTE NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES: PATRULHA NAS ESCOLAS; IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS-PROERD; FORTALECIMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA; CAPACITAÇÃO DOS MULTIPLICADORES DE POLÍTICAS PREVENTIVAS AO USO DE DROGAS E PROMOÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE CONSELHEIROS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA CAPACITADOS	NÚMERO DE CONSELHEIROS COMUNITÁRIOS CAPACITADOS/ NÚMERO DE CONSELHEIROS EXISTENTES X 100	-	-	-
ÍNDICE DE CONSEG'S IMPLANTADOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CONSELHOS IMPLANTADOS/ TOTAL DE MUNICÍPIOS X 100	15,82	30/10/2009	37,41
ÍNDICE DE CONSEG'S EM FUNCIONAMENTO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CONSELHOS IMPLANTADOS/ TOTAL DE MUNICÍPIOS X 100	3,60	30/10/2009	37,41
ÍNDICE DE ESCOLAS COM PATRULHAMENTO ESCOLAR	NÚMERO DE ESCOLAS COM PATRULHAMENTO/ NÚMERO TOTAL DE ESCOLAS QUE NECESSITAM DE PATRULHAMENTO X 100	-	-	-
INDÍCE DE APLICAÇÃO DO PROERD NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	ESCOLAS ATENDIDAS/ TOTAL DE ESCOLAS COM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2176	FORTALECIMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA.	2.083.462,00	611.597,87	29,35	UNIDADE	30	10	33,33
TOTAL		**2.083.462,00**	**611.597,87**	**29,35**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Segurança Pública - SSP.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
188.456.927,00	167.203.492,56	88,72	21.253.434,44

3.1.20 SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SEAGRO

Criada pelo Decreto n.º 1.122, de 07 de fevereiro de 2001, tem como missão o planejamento, gerenciamento e a coordenação geral das políticas voltadas para o setor agropecuário e de abastecimento do Estado do Tocantins, normatizando, captando e difundindo tecnologias, sendo assim desencadeadora do processo de modernização do setor agropecuário, fomentando o desenvolvimento ordenado do setor produtivo rural, contribuindo de forma singular para o crescimento auto-sustentável da economia do Estado, durante o quadriênio 2008-2011.

Tem a sua legalidade no Decreto n.º 3.460, de 12 de agosto de 2008, alterado pelo Decreto n.° 3.704, de 04 de junho de 2009, que dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do Poder Executivo; e, no Decreto n.° 3.833, de 15 de outubro de 2009, alterado pelo Decreto n.° 3.886, de 24 de novembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura operacional da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO, e adota outras providências.

As atribuições da SEAGRO foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Finalístico e de Gestão de Políticas Públicas. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 21.809.998,00**, com execução de **69,96%**, ou seja, de **R$ 15.258.955,25**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 120 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	646.936,00	491.581,08	75,99	155.354,92
Manutenção de Serviços de Transportes	371.911,00	317.739,14	85,43	54.171,86
Manutenção de Recursos Humanos	10.321.178,00	10.080.834,90	97,67	240.343,10
Ações de Informática	66.409,00	48.979,36	73,75	17.429,64
TOTAL	**11.406.434,00**	**10.939.134,48**	**95,90**	**467.299,52**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO.

QUADRO 121 – FINALÍSTICO - 0063

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - ORGANIZAR, PRODUZIR E AGREGAR	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO ATRAVÉS DE INICIATIVAS QUE ENVOLVAM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS, PESQUEIRAS, DE EXTRATIVISMO E OUTRAS, TENDO COMO CENTRO O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, BENEFICIANDO-OS INCLUSIVE COM O FINANCIAMENTO PARA O ACESSO À TERRA E A ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS, OBJETIVANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS.
Justificativa:	A AGROPECUÁRIA É O SUSTENTÁCULO DA ECONOMIA TOCANTINENSE. NESTE CONTEXTO, A AGRICULTURA FAMILIAR REPRESENTA CERCA DE 80% DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. ENTRETANTO, OS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE SÃO BAIXOS EM VIRTUDE DO BAIXO NÍVEL TECNOLÓGICO. UMA DAS CAUSAS IDENTIFICADA NOS ENCONTROS REGIONAIS É A ASSISTÊNCIA TÉCNICA INSUFICIENTE EM ALGUNS MUNICIPIOS E AUSENTE EM OUTROS.
Estratégia:	AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICAS AOS AGRICULTORES FAMILIARES SERÃO DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES LOCAIS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS - ULES, APOIDAS PELAS SUPERVISÕES REGIONAIS E ESCRITÓRIO CENTRAL. AS ULES SERÃO FORTALECIDAS COM RECURSOS: HUMANOS TANTO QUANTITATIVO QUANTO QUALITATIVAMENTE, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTOS DOS TRABALHOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.SERÃO UTILIZADAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS VISANDO FORTALECER OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ORGANIZAÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA	(N° DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	-
RENDA FAMILIAR MÉDIA ANUAL	RENDA FAMILIAR MÉDIA = (RENDAMONETÁRIA + RENDA NÃO MONETÁRIA)/NÚMERO DE AGRICULTORES	6.000	junho/2005	12.000
ÍNDICE DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES COM ACESSO AO CRÉDITO	(N° DE FAMÍLIAS QUE ACESSARAM O CRÉDITO / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1005	REESTRUTURAÇÃO DOS PROJETOS DO FUNDO DE TERRAS CRÉDITO FUNDIÁRIO.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	20	0	0,00
2018	ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	800	0	0,00
2019	QUALIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS E REDE DE APOIO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	350	0	0,00
2021	MONITORAMENTO DOS PROJETOS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	100	0	0,00
2022	PROMOÇÃO DE EVENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.	278.193,00	133.189,08	47,88	UNIDADE	30	8	26,67
2023	REALIZAÇÃO DE VISTORIAS DOS IMÓVEIS RURAIS DO CREDITO FUNDIÁRIO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	80	0	0,00
2024	ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA PROMOÇÃO DO PRONAF.	59.088,00	59.086,29	100,00	UNIDADE	3.000	1.721	57,37
2025	MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PRONAF NO ESTADO.	223.352,00	132.990,52	59,54	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**560.633,00**	**325.265,89**	**58,02**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO.

QUADRO 122 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0085

PROGRAMA - TOCANTINS RURAL	
Objetivo:	PROMOVER O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO E DA PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS TOCANTINENSES, GARANTINDO A ABERTURA DE NOVOS MERCADOS INTERNOS E EXTERNOS, PARA CONTRIBUIR NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, OPORTUNIZANDO MAIOR QUALIDADE DE VIDA AOS CIDADÃOS TOCANTINENSES.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS APRESENTOU NO ANO DE 2006, SEGUNDO ÍNDICES APURADOS PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, CRESCIMENTO NA EXPORTAÇÃO DE CARNE DE 489%. OS INDICADORES DA SAFRA AGRÍCOLA 2006/2007, APURADOS PELA CONAB E IBGE, APRESENTOU ÍNDICES DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE GRÃOS NA ORDEM DE 18%. COM A IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE APOIO LOGÍSTICO NA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NORTE-SUL, HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS, ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL,

	PROMOVERÃO A ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO DO SETOR PRODUTIVO, COM FOCO PRINCIPAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. O INSTRUMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES LATENTES NAS REGIÕES DO ESTADO ESTÁ INSERIDO NO PROGRAMA TOCANTINS RURAL, QUE AGREGA AÇÕES EFETIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PERTINENTES AO SETOR RURAL. POSSIBILITARÁ A GESTÃO INTEGRADA PARA MINIMIZAR AS CARÊNCIAS E DEMANDAS E MAXIMIZAR AS OPORTUNIDADES APONTADAS NOS ENCONTROS REGIONAIS, POR MEIO DA ORGANIZAÇÃO DO SETOR, FORTALECIMENTO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA, INTRODUÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS, ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NAS RESPECTIVAS CADEIAS PRODUTIVAS E DOS PRODUTORES EM FORMAS ASSOCIATIVISTAS, COM ÊNFASE NA AGRICULTURA FAMILIAR, SOMADAS AS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO, OBJETIVANDO A PERMANÊNCIA DO HOMEM NO CAMPO.
Estratégia:	A SEAGRO PROMOVERÁ A ORGANIZAÇÃO DAS CÂMARAS DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAIS, DISPONIBILIZANDO APOIO TÉCNICO E GERENCIAL POR MEIO DA ADAPEC, ITERTINS E RURALTINS, COM O ENVOLVIMENTO DE PARCERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS, POTENCIALIZANDO AS PESQUISAS EM FUNÇÃO DAS DEMANDAS ESPECÍFICAS DO SETOR AGROPECUÁRIO, COM A INTRODUÇÃO DE SISTEMAS SUSTENTÁVEIS. O VETOR DE MELHORAMENTO GENÉTICO ANIMAL DAR-SE-Á POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO MÓVEL DE REPRODUÇÃO ANIMAL E A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE RENOME NACIONAL E INTERNACIONAL PARA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. A ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO, APÓS VALIDAÇÃO DAS CADEIAS TRABALHADAS EM PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES DURANTE A VIGÊNCIA DO PPA 2008-2011, SERÁ REALIZADA DE FORMA INTEGRADA COM AS ENTIDADES VINCULADAS: ADAPEC, ITERTINS, RURALTINS, DEMAIS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO: SETAS, SRH, SEINF, SEPLAN, UNITINS-AGRO, E OUTROS PARCEIROS: UFT, MAPA, MDA, EMBRABA E O SISTEMA 5 S.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
IDADE DE ABATE DO REBANHO BOVINO	NÚMERO DE MESES MÉDIO DE IDADE DE REBANHO BOVINO ABATIDO	40	dez/2006	10
TAXA DE CRESCIMENTO DO REBANHO CAPRINO E OVINO	(NÚMERO DE ANIMAIS PRODUZIDOS ATUAL / NÚMERO DE ANIMAIS PRODUZIDOS ANTERIOR) -1 X 100	9	dez/2006	10
TAXA DE CRESCIMENTO DA ÁREA COM FRUTÍFERAS	TAXA DE CRESCIMENTO DA ÁREA COM FRUTÍFERAS = [(ÁREA PLANTADA ATUAL / ÁREA PLANTADA ANTERIOR) - 1] X 100	18,5	jul/2007	20
TAXA DE CRESCIMENTO DE ÁREAS CULTIVADAS COM ESPÉCIES FLORESTAIS	TAXA DE CRESCIMENTO CULTIVADA DE ESPÉCIES FLORESTAIS = [(ÁREA PLANTADA COM ESPÉCIES FLORESTAIS / ÁREA PLANTADA ANTERIOR) - 1] X 100	50	jul/2007	55
PRODUTIVIDADE LEITEIRA BOVINA	TOTAL DE LEITE PRODUZIDO POR VACA AO DIA	2,9	dez/2006	4,5
TAXA DE AUMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA = [(VOLUME PRODUZIDO ATUAL / VOLUME PRODUZIDO ANTERIOR - 1) X 100]	8,30	jul/2007	10
PRODUTIVIDADE LEITEIRA DO REBANHO CAPRINO	QUANTIDADE DE LITROS DE LEITE PRODUZIDO POR CABRA POR DIA	1,5	dez/2006	2
PRODUTIVIDADE APÍCOLA	QUANTIDADE DE KG DE MEL PRODUZIDO POR CAIXA AO ANO	13	dez/2006	30
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO APÍCOLA	(TONELADAS DE MEL PRODUZIDAS ATUAL/ TONELADAS DE MEL PRODUZIDAS ANTERIOR) -1X100	150	dez/2008	-
CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AVÍCOLA	(Nº DE AVES PRODUZIDAS ATUAL/ Nº DE AVES PRODUZIDAS ANTERIOR) - 1X100	9.000.000	dez/2007	-
TAXA DE CRESCIMENTO DO REBANHO BOVINO	(Nº DE ANIMAIS PRODUZIDOS ATUAL/ Nº DE ANIMAIS PRODUZIDOS ANTERIOR) - 1X100	3,5	dez/2007	-
CAPACIDADE DE SUPORTE DAS PASTAGENS	Nº DE UNIDADES ANIMAL/HECTARE DE PASTAGEM	0,5	dez/2007	1
TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE PEIXE EM CATIVEIRO	VOLUME DE PEIXE PRODUZIDO ATUAL / VOLUME DE PEIXE PRODUZIDO ANTERIOR - 1 X 100	14	dez/2006	17

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1001	REALIZAÇÃO DA FEIRA DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA – AGROTINS.	633.893,00	633.892,10	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
1002	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA AGROTECNOLÓGICA.	254.117,00	14.116,31	5,56	UNIDADE	1	0	0,00
1006	CONSTRUÇÃO DE ABATEDOUROS REGIONAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0,5	50,00
1009	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO.	292.801,00	121.292,55	41,42	UNIDADE	2	1	50,00
1269	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO – E. P. DEPUTADO TOINHO ANDRADE.	260.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1290	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO – E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	100.000,00	40.000,00	40,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1296	CONSTRUÇÃO DE ABATEDOUROS REGIONAIS – E. P. DEPUTADA SOLANGE DUALIBE.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1305	REVITALIZAÇÃO DOS PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO – E . P. DEPUTADO CESAR HALUM.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1309	CONSTRUÇÃO DE ABATEDOUROS REGIONAIS – E. P. DEPUTADO	160.000,00	80.000,00	50,00	EMENDA PARLAMENTAR			

	MANOEL QUEIROZ.							
1312	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO – E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	80.000,00	30.000,00	37,50	EMENDA PARLAMENTAR			
1348	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO – E. P. DEPUTADA LUANA RIBEIRO.	300.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1381	CONSTRUÇÃO DE ABATEDOUROS REGIONAIS – E. P. DEPUTADO JUNIOR COIMBRA.	100.000,00	40.000,00	40,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1384	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES INTEGRADAS PARA O ASSOCIATIVISMO E O COOPERATIVISMO – E. P. DEPUTADO JUNIOR COIMBRA.	100.000,00	50.000,00	50,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1408	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO – E. P. DEPUTADO STALIN BUCAR.	100.000,00	40.000,00	40,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1431	ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO. E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1436	ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO. E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1451	ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO. E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	140.000,00	140.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1452	ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO. E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	425.000,00	223.000,00	52,47	EMENDA PARLAMENTAR			
1455	ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO. E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	140.000,00	30.000,00	21,43	EMENDA PARLAMENTAR			
1467	APOIO A REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS AGROPECUÁRIOS – E. P. DEPUTADO ZE VIANA.	60.000,00	60.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1474	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES INTEGRADAS PARA O ASSOCIATIVISMO E O COOPERATIVISMO – E. P. DEPUTADO SANDOVAL CARDOSO.	300.000,00	100.000,00	33,33	EMENDA PARLAMENTAR			
1476	ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO. E. P. DEPUTADO ZE VIANA.	300.000,00	60.000,00	20,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1481	ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO. E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	80.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1502	ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO. E. P. DEPUTADO JUNIOR COIMBRA.	15.000,00	15.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1509	APOIO A REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS AGROPECUÁRIOS – E. P. DEPUTADO JUNIOR COIMBRA.	65.000,00	65.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1510	APOIO A REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS AGROPECUÁRIOS – E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	155.000,00	100.000,00	64,52	EMENDA PARLAMENTAR			
2006	ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO.	1.399.095,00	389.502,78	27,84	UNIDADE	37	18,9	51,08
2007	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DAS PESQUISAS AGROPECUÁRIAS.	1.134.243,00	224.240,33	19,77	UNIDADE	19	9,52	50,11
2008	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES INTEGRADAS PARA O ASSOCIATIVISMO E O COOPERATIVISMO.	267.076,00	227.485,10	85,18	UNIDADE	7	6	85,71
2009	MONITORAMENTO DOS PROJETOS HIDROAGRÍCOLAS.	10.112,00	9.780,75	96,72	UNIDADE	2	2	100,00
2010	MELHORAMENTO GENÉTICO DOS REBANHOS.	157.865,00	157.862,63	100,00	UNIDADE	16	12	75,00
2011	INTRODUÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS.	219.955,00	195.832,97	89,03	UNIDADE	14	9,35	66,79
2012	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO.	79.504,00	79.502,62	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
2013	CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.	28.685,00	20.687,68	72,12	TONELADA	76.000	47.899,22	63,03
2014	MANUTENÇÃO DOS PROJETOS AGROPECUÁRIOS IMPLANTADOS.	816.739,00	622.795,19	76,25	UNIDADE	10	6	60,00
2035	PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO DE PRODUTOS HORTIFRUTI-GRANJEIROS NO ESTADO.	33.690,00	33.689,75	100,00	UNIDADE	78	24	30,77

2400	APOIO A REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS AGROPECUÁRIOS.	80.388,00	72.518,00	90,21	UNIDADE	8	9	112,50
TOTAL		**8.448.163,00**	**3.876.198,76**	**45,88**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO.

QUADRO 123 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0092

PROGRAMA - GESTÃO DO ATENDIMENTO AO HOMEM DO CAMPO - NOSSO CLIENTE CIDADÃO RURAL	
Objetivo:	PROPORCIONAR ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA, GARANTINDO A DIVULGAÇÃO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO SETOR PRODUTIVO RURAL, VISANDO O AUMENTO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE COM INCLUSÃO SOCIAL E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.
Justificativa:	CONSIDERANDO AS TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA TOCANTINENSE E A CONSOLIDAÇÃO COMO NOVA FRONTEIRA DO DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADES PARA O AGRONEGÓCIO, O TOCANTINS NECESSITA DE AÇÕES NO SENTIDO DE DIVULGAR SUAS POTENCIALIDADES, QUALIFICANDO OS PRODUTORES, RESPEITANDO A CULTURA DO HOMEM DO CAMPO COM A DEFESA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, E OPORTUNIZANDO A INCORPORAÇÃO DE INOVAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL, GARANTINDO A PERMANÊNCIA DO CIDADÃO NO MEIO RURAL E EM HARMONIA COM O AMBIENTE EM QUE VIVE. O EXCESSO DE BUROCRACIA, HERANÇA DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA, ALVO DE CRESCENTES CRÍTICAS PELA SOCIEDADE, INCLUÍNDO OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, NECESSITA SER ATACADA EM SUAS RAÍZES. A CENTRALIZAÇÃO E A PULVERIZAÇÃO DE AÇÕES E RECURSOS PÚBLICOS ALIMENTAM A INEFICIÊNCIA E A INEFICÁCIA DAS SOLUÇÕES DOS PROBLEMAS E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO CIDADÃO, OBJETOS QUE CONTRIBUEM PARA O AUMENTO DA VIOLÊNCIA, PRINCIPALMENTE A CRIMINALIDADE, A PROSTITUIÇÃO INFANTIL, O TRABALHO ESCRAVO, DENTRE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DANOSAS À SOCIEDADE ATUAL. A FALTA DE INFORMAÇÃO E A SUPERPOSIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PROVOCAM A ACELERAÇÃO DOS FATORES DE RISCOS DO MUNDO ATUAL. CASO O PODER PÚBLICO NÃO ALICERCE SUAS AÇÕES EM PROGRAMAS QUE PARTICIPEM EFETIVAMENTE NA MELHORIA DA GESTÃO DAS SUAS FUNÇÕES, FATALMENTE A SOCIEDADE EM BREVE FUTURO, SERÁ ONERADA COM O DÉFICIT ECONÔMICO E SOCIAL INIMAGINÁVEL. O ESTADO DO TOCANTINS, POR MEIO DA SEAGRO, ATENTO AS TENDÊNCIAS MUNDIAIS, PRETENDE PORTUNIZAR A CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PARCERIAS, PRINCIPALMENTE DO GOVERNO FEDERAL, PARA DAR SUSTENTAÇÃO A MELHORIA DA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO COM ÊNFASE AO PEQUENO PRODUTOR RURAL E AO AGRICULTOR FAMILIAR, OFERECENDO MELHORES SERVIÇOS COM A OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS, HAJA VISTA A DISPONIBILIDADE DE PROGRAMAS E AÇÕES DESENHADOS NO PLANO PLURIANUAL 2008-2011, COM FOCO NA MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA E A DESBUROCRATIZAÇÃO, OBJETIVANDO O AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DO PAÍS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO DA GESTÃO DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO RURAL DAR-SE-Á POR INTERMÉDIO DA SEAGRO EM CONJUNTO COM SUAS VINCULADAS ADAPEC, ITERTINS E RURALTINS E EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS ALIADAS NO PROPÓSITO DA DESBUROCRATIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
RENDA FAMILIAR MÉDIA ANUAL DOS AGRICULTORES	RENDA FAMILIAR MÉDIA = (RENDA MONETÁRIA + RENDA NÃO MONETÁRIA) / NÚMERO DE AGRICULTORES	6.000	jun/2005	12.000
ÍNDICE DE ATENDIMENTO PELO SOS RURAL	(NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS / TOTAL DE REGISTROS DAS OCORRÊNCIAS) X 100	-	-	60

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
1003	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS REGIONALIZADOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SOS RURAL.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	5	0	0,00
1004	REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DO ÓRGÃO SEDE.	892.622,00	16.594,60	1,86	PERCENTUAL	100	25	25,00
1007	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO.	427.930,00	27.929,88	6,53	PERCENTUAL	40	5	12,50
2016	CAPACITAÇÃO TÉCNICA E GERENCIAL DOS SERVIDORES DA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO.	71.936,00	71.551,64	99,47	UNIDADE	40	199	497,50
2017	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO.	2.280,00	2.280,00	100,00	UNIDADE	25	25	100,00
TOTAL		**1.394.768,00**	**118.356,12**	**8,49**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
21.809.998,00	15.258.955,25	69,96	6.551.042,75

3.1.21 SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SIC

A Secretaria de Indústria e Comércio foi instituída por meio do Decreto n.º 1.112, de 07 de fevereiro de 2001, passando a denominar-se Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo por força do Decreto n.º 1.465, de 04 de abril de 2002 e, após as alterações realizadas mediante os Decretos n.º 2.915/2007 e n.º 3.460/2008, passou a denominar-se Secretaria de Indústria e Comércio.

As competências e a atual estrutura operacional de cargos comissionados desta Secretaria foram estabelecidas pelo Decreto Estadual n.º 3.460, de 12 de agosto de 2008, que foi modificado pelo Decreto n.º 3.831, de 15 de novembro de 2009, o qual manteve inalteradas as competências e a estrutura operacional estabelecida no Decreto anterior, promovendo apenas a redução na quantidade de vagas disponíveis, que passaram de 78 para 53 vagas.

A missão da Secretaria de Indústria e Comércio é fomentar o desenvolvimento econômico do Estado gerando melhor qualidade de vida aos seus habitantes. Assim sendo, o objetivo desta Secretaria é fundamentalmente captar investimentos de empresários dos segmentos da indústria, da agroindústria, do comércio e dos serviços empresariais, incentivando a implantação de empresas e fomentando o desenvolvimento empresarial no Estado.

Conforme o Decreto n.º 3.831, de 15 de outubro de 2009, a Secretaria de Indústria e Comércio possui as seguintes competências:

a) planejar, coordenar e executar as políticas voltadas para o desenvolvimento dos setores agroindustrial, industrial, comercial e de serviços;

b) captar e difundir tecnologias nas áreas da indústria, do comércio, da agroindústria e de serviços;

c) formular políticas de apoio às micro e pequenas empresas e ao artesanato;

d) executar atividades de registro do comércio;

e) gerir a metrologia, normalização e qualidade industrial;

f) representar o Estado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Programas Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados gastos orçamentários

na ordem de **R$ 5.876.123,00,** com execução de **65,34%,** ou seja, de **R$ 3.839.408,18,** conforme demonstram os quadros a seguir.

QUADRO 124 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	162.678,00	144.199,24	88,64	18.478,76
Manutenção de Serviços de Transportes	96.021,00	66.049,26	68,79	29.971,74
Manutenção de Recursos Humanos	3.370.851,00	3.295.772,63	97,77	75.078,37
Ações de Informática	87.838,00	87.836,70	100,00	1,30
TOTAL	**3.717.388,00**	**3.593.857,83**	**96,68**	**123.530,17**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria de Indústria e Comércio – SIC.

QUADRO 125 - FINALÍSTICO - 0111

PROGRAMA - TOCANTINS COMPETITIVO	
Objetivo:	FOMENTAR O EMPREGO DE TECNOLOGIAS ADEQUADAS E A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA PRODUÇÃO POSSIBILITANDO GERAR CAPACIDADE COMPETITIVA AOS SETORES INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS, QUE ATUAM NO ESTADO DO TOCANTINS, RESULTANDO EM MELHORIAS NA GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA, ARRECADAÇÃO FISCAL E ERRADICAÇÃO DA INFORMALIDADE.
Justificativa:	A ECONOMIA DO ESTADO AINDA SE BASEIA NO SETOR PRIMÁRIO COM BAIXO EMPREGO DE MODERNAS TECNOLOGIAS E MÉTODOS DE GESTÃO PRODUTIVA. O GOVERNO ESTADUAL DEVE CONTRIBUIR PARA A SUPERAÇÃO DESTE QUADRO BUSCANDO DISPONIBILIZAR RECURSOS PÚBLICOS E OUTROS MEIOS QUE POSSIBILITEM AOS EMPREENDEDORES O ACESSO A TAIS TECNOLOGIAS E INSTRUMENTOS MODERNOS, GARANTINDO-LHES MAIS POSSIBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA NESSE MERCADO CADA VEZ MAIS COMPETITIVO. PRETENDE-SE TAMBÉM PROMOVER E DIVULGAR AS NOSSAS POTENCIALIDADES ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E OUTROS EVENTOS.
Estratégia:	DIAGNOSTICAR OPORTUNIDADES E POTENCIALIDADES DE NEGÓCIOS; PROMOVER A IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE CENTROS PRODUTIVOS E PEQUENOS NEGÓCIOS, ATRAVÉS DE PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA, CAPACITAÇÃO, PROMOÇÃO DO ACESSO A LINHAS DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO DE CAPITAL FIXO E DE GIRO PARA IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇO, OFERECIDAS POR INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E FOMENTO VINCULADAS AO ESTADO; PATROCÍNIO PARA REALIZAÇÃO DE FEIRAS, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE, ETC.; PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO DOS PRODUTOS TOCANTINENSES E FACILITAÇÃO DO ACESSO A NOVAS TECNOLOGIAS E GESTÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
INDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	26,16	31/12/2010	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1101	COMPRE NO TOCANTINS.	24.560,00	24.560,00	100,00	UNIDADE	35	3	8,57
1102	BR/TO COMERCIALIZAÇÃO.	7.850,00	7.850,00	100,00	UNIDADE	1	0	0,00
1248	PROJETO FOGÃO DE LENHA – IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS.	8.316,00	8.315,50	99,99	UNIDADE	2	0	0,00
1260	FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.	4.788,00	4.787,05	99,98	UNIDADE	5	1	20,00
1505	TOCANTINS PRODUTIVO – FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO – E. P. DEPUTADO ANGELO AGNOLIM.	60.000,00	60.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
2153	FOMENTO A CAPACITAÇÃO DO MICRO, PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES.	1.916.009,00	16.008,75	0,84	UNIDADE	600	166	27,67

2448	TOCANTINS PRODUTIVO – FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO.	29.576,00	26.475,25	89,52	UNIDADE	25	4	16,00
TOTAL		**2.051.099,00**	**147.996,55**	**7,22**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria de Indústria e Comércio – SIC.

QUADRO 126 - FINALÍSTICO - 0114

PROGRAMA - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
Objetivo:	ATRAIR INVESTIDORES PARA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE INTERESSE ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO, PROMOVENDO A DIVULGAÇÃO DAS POTENCIALIDADES E OPORTUNIDADES QUE O ESTADO OFERECE PRINCIPALMENTE NO SETOR DE LOGÍSTICA, INCENTIVOS FISCAIS E OUTROS, COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Justificativa:	O NOSSO ESTADO DISPÕE DE RECURSOS NATURAIS E POTENCIAL LOGÍSTICO QUE LHE CONFEREM GRANDES POSSIBILIDADES NOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO. PORÉM, NA ATUAL ETAPA DO SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO A POUCA DISPONIBILIDADE DE POUPANÇA INTERNA EXIGE A ATRAÇÃO DE INVESTIDORES COM CAPITAL E TECNOLOGIA CAPAZES DE OCUPAR ESSE ESPAÇO.
Estratégia:	REALIZAR MISSÕES EMPRESARIAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, RODADAS DE NEGÓCIOS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS TANTO NO ESTADO QUANTO NOS CENTROS DESENVOLVIDOS DO PAÍS E DO EXTERIOR, ONDE HAJA POTENCIAIS INVESTIDORES E MANIFESTAÇÃO DE INTERESSES PARA EMPREENDIMENTOS QUE POSSAM CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO. PREVÊ-SE RECORRER A PALESTRAS, EVENTOS EMPRESARIAIS, INSTRUMENTOS DE MÍDIA, VISITAS TÉCNICAS A INDÚSTRIAS, DEPARTAMENTOS COMERCIAIS DE EMBAIXADAS, PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E OUTROS EVENTOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	**Fórmula do Cálculo**	**Índice Atual**	**Data da Apuração**	**Índice Desejado**
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	100,00	03/01/2011	100,00

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
2148	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS, SIMPÓSIOS E CONGRESSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.	7.410,00	7.409,25	99,99	UNIDADE	2	4	200,00
1081	ESTUDO DE VIABILIDADE EMPRESARIAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
TOTAL		**7.410,00**	**7.409,25**	**99,99**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria de Indústria e Comércio – SIC.

QUADRO 127 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0118

PROGRAMA - GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS	
Objetivo:	COORDENAR, AVALIAR E CONTROLAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PROGRAMAS FINALÍSTICOS DA SECRETARIA, MENSURANDO OS RESULTADOS E FAZENDO AS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE NECESSIDADES DE READEQUAÇÕES DOS MESMOS DE MODO A PROMOVER O SEU APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SEGMENTOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS.
Justificativa:	A SECRETARIA NECESSITA DE AVALIAÇÕES, DIAGNÓSTICOS ATUALIZADOS, ESTUDOS E PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS SEUS PROGRAMAS E AÇÕES PARA DESENVOLVER UM PROCESSO CONTÍNUO DE MELHORIAS DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS. TENDO POR FINALIDADE SEU PERMANENTE APERFEIÇOAMENTO, A PRODUÇÃO DE DADOS COMPATÍVEIS SERVIRÁ PARA SUBSIDIAR A REVISÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES E A ELABORAÇÃO DE PLANOS SETORIAIS VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.
Estratégia:	SERÃO REALIZADOS ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÕES PERIÓDICAS DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA SECRETARIA, ATRAVÉS DE ANÁLISES DE DESEMPENHOS E RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS MESMOS, DE FORMA A OFERTAR SUBSÍDIOS AOS GESTORES PARA TOMADAS DE DECISÃO SOBRE AS FORMAS DE GESTÃO OU EVENTUAIS NECESSIDADES DE REDIMENSIONAMENTO OU REDIRECIONAMENTO AS DAS POLÍTICAS SETORIAIS. ESSAS ATIVIDADES SERÃO EXECUTADAS POR TÉCNICOS DA UNIDADE GESTORA. AS ATIVIDADES QUE TIVEREM MAIOR COMPLEXIDADE PODERÃO SER OBJETO DE PARCERIAS COM OS ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO, DE FISCALIZAÇÃO DAS SUAS EXECUÇÕES OU, CONTRATADAS INSTITUIÇÕES OU ESPECIALISTAS ATRAVÉS DE CONVÊNIO OU CONSULTORIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	100,00	31/12/2010	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2142	PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.	72.816,00	72.215,05	99,17	UNIDADE	1	1	100,00
2449	QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES DA SIC.	27.410,00	17.929,50	65,41	UNIDADE	7	7	100,00
TOTAL		**100.226,00**	**90.144,55**	**89,94**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria de Indústria e Comércio – SIC.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
5.876.123,00	3.839.408,18	65,34	2.036.714,82

3.1.22 SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA - SEINF

A Secretaria da Infra-Estrutura tem como finalidade precípua definir no campo econômico a política da Infra-Estrutura do Estado visando integrar as diversas regiões, no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

O Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, republicado em 14 de agosto de 2008, lhe atribui as seguintes competências:

a) administrar, executar, manter e fiscalizar obras públicas de infra-estrutura, sistemas viários e saneamento;

b) formular, coordenar e executar programas de saneamento básico;

c) administrar, executar e manter obras dos setores de energia e saneamento básico;

d) promover licitação de obras públicas e de serviços;

e) fiscalizar, supervisionar, acompanhar, avaliar, controlar e receber obras e serviços de engenharia;

f) gerenciar os transportes intermodais;

g) elaborar os estudos e/ou projetos técnicos para a conservação, ampliação e recuperação de prédios públicos do Estado, nos termos propostos pelos Órgãos da Administração Direta;

h) promover a execução de:

1. construção, ampliação, conservação e recuperação de prédios públicos;

2. obras e serviços de engenharia decorrentes de acordos e convênios.

As atribuições da Secretaria da Infra-Estrutura foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Serviço ao Estado, Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 150.636.229,00**, com execução de **26,54%**, ou seja, de **R$ 39.975.995,38**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 128 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.798.031,00	1.346.130,09	74,87	451.900,91
Manutenção de Serviços de Transportes	485.870,00	359.544,52	74,00	126.325,48
Manutenção de Recursos Humanos	10.694.686,00	10.077.375,59	94,23	617.310,41
Ações de Informática	253.362,00	243.599,19	96,15	9.762,81
TOTAL	**13.231.949,00**	**12.026.649,39**	**90,89**	**1.205.299,61**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 129 - FINALÍSTICO - 0019

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO PADRÃO DE VIDA DAS COMUNIDADES REGIONAIS, POR MEIO DA MELHORIA DO ACESSO AOS MERCADOS, ÀS OPORTUNIDADES DE TRABALHO, À INFRA-ESTRUTURA E AOS SERVIÇOS SOCIAIS, AO MESMO TEMPO EM QUE ASSEGURA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E A PROTEÇÃO DE ECOSSISTEMAS FRÁGEIS, SEMPRE CONTANDO COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS, GARANTIDAS A TRANSPARÊNCIA E A GOVERNABILIDADE.
Justificativa:	FORMULADO EM 1999 COMO UMA CONTINUIDADE DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO (3714-BR). A PARTIR DE 2002 O PROJETO EVOLUIU-SE PARA UMA MAIOR ABRANGÊNCIA EM TRERMOS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO, VISTO QUE A INTEGRAÇÃO DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL SÃO INTERDEPENDENTES NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ABORDA A QUESTÃO DO TERRITÓRIO E PRIORITARIAMENTE QUATRO REGIÕES DO ESTADO: SUDESTE (ARRAIAS, TAGUATINGA, DIANÓPOLIS, NATIVIDADE E PARANÂ), NORTE (BICO DO PAPAGAIO), NORDESTE (GOIATINS E PEDRO AFONSO) E LESTE (JALAPÃO).
Estratégia:	SERÁ EXECUTADO DE FORMA MULTISETORIAL, ENVOLVENDO A SEPLAN, A SEINF E O DERTINS. SERÃO ESTABELECIDOS TRÊS MACRO-COMPONENTES: A) PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL; B) CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL; E C) MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
IMPACTO DA MELHORIA GERENCIAL NA APLICAÇÃO DE RECURSOS POR KM CONSERVADOS	1º - KM CONSERVADOS / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO-BASE; 2º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE; 3º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / KM CONSERVADOS ANO-BASE X 100.	100	out/2010	115

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1057	CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA.	71.446,00	24.659,00	34,51	UNIDADE	8	25	312,50

1259	APARELHAMENTO DA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DO PDRS.	464.200,00	181.555,00	39,11	UNIDADE	40	1	2,50
2054	ASSISTÊNCIA TÉCNICA À GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DO PROJETO.	1.837.074,00	1.760.032,90	95,81	UNIDADE	1	1	100,00
2055	AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO PROJETO.	76.325,00	55.150,00	72,26	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**2.449.045,00**	**2.021.396,90**	**82,54**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 130 – FINALÍSTICO - 0029

PROGRAMA - INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	
Objetivo:	PROPORCIONAR À POPULAÇÃO MEIOS DE TRANSPORTE SEGUROS E EFICIENTES, INTEGRANDO TODO O ESTADO.
Justificativa:	ASSEGURAR AO ESTADO CONTROLE LOGÍSTICO DOS TRANSPORTES MULTIMODAIS (RODOVIÁRIO; FERROVIÁRIO; HIDROVIÁRIO E AEROVIÁRIO).
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO. EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS AEROPORTUÁRIOS, PORTUÁRIOS E DE PLATAFORMAS MULTIMODAIS (RODOVIÁRIO; FERROVIÁRIO; HIDROVIÁRIO E AEROVIÁRIO), EXECUÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSTRUÇÕES, E MANUTENÇÕES DOS AERÓDROMOS E DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO AO VÔO. BOA PARTE DA EXECUÇÃO DAS METAS DESTE PROGRAMA SE DARÁ ATRAVÉS DE REPASSES DO GOVERNO FEDERAL E DE CONVÊNIOS COM O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E INICIATIVA PRIVADA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM AEROPORTOS; PORTOS OU PLATAFORMAS MULTIMODAIS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ONDE SE ENCONTRA INSTALADO UM AEROPORTO, OU UMA PLATAFORMA MULTIMODAL, OU UM PORTO FLUVIAL SOB A JURISDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO	9	out/2010	16

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
1059	ELABORAÇÃO DE PROJETOS AEROPORTUÁRIOS.	460.500,00	166.000,00	36,05	UNIDADE	3	2	66,67
1060	IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO AO VÔO.	760.073,00	135.606,14	17,84	UNIDADE	3	0,5	16,67
1061	CONSTRUÇÃO DE AERÓDROMOS NO ESTADO.	12.370.355,00	511.164,47	4,13	UNIDADE	3	1	33,33
1063	CONSTRUÇÃO DE PORTOS HIDROVIÁRIOS E DE PLATAFORMAS MULTIMODAIS.	7.079.527,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1217	ELABORAÇÃO DE PROJETOS HIDROVIÁRIOS E DE PLATAFORMAS MULTIMODAIS.	1.487.839,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2056	MANUTENÇÃO DE AERÓDROMOS E DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO AO VÔO.	130.191,00	89.207,40	68,52	UNIDADE	2	0,1	5,00
TOTAL		**22.288.485,00**	**901.978,01**		**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 131 - FINALÍSTICO - 0030

PROGRAMA - ENERGIZAÇÃO URBANA	
Objetivo:	AMPLIAR A INFRA-ESTRUTURA DOS SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA DOS MUNICÍPIOS; DISTRIBUIR ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA SETORES E BAIRROS NÃO ATENDIDOS.
Justificativa:	MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO ASSEGURANDO CONFORTO E SEGURANÇA. AUMENTAR A EFICIÊNCIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA TORNANDO-A EFICAZ COM A DIMINUIÇÃO DE GASTOS PÚBLICOS. ATENDER AS DEMANDAS LEVANTADAS NOS ENCONTROS REGIONAIS.
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO. EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS E TAMBÉM DE MANEIRA INDIRETA ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM AS DEMAIS ESFERAS DE GOVERNO E COM A COMPANHIA DE ENERGIA DO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE SETORES ATENDIDOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	34	out/2010	1.027

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1065	CONSTRUÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO URBANA.	3.413.904,00	2.885.734,58	84,53	METRO	17.200	13.090	76,10
1066	EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	226.714,00	0,00	0,00	UNIDADE	95.093	0	0,00
1424	CONSTRUÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO URBANA – E. P. DEPUTADO EDUARDO BONAGURA.	80.000,00	56.000,00	70,00	EMENDA PARLAMENTAR			
TOTAL		3.720.618,00	2.941.734,58	79,07	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 132 - FINALÍSTICO - 0036

PROGRAMA - SANEAMENTO BÁSICO	
Objetivo:	PROMOVER A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO ESTADO, CONTRIBUINDO PARA A PROTEÇÃO À SAÚDE, A QUALIDADE DE VIDA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DAS ÁREAS URBANAS E RURAIS (DISTRITOS, VILAS E POVOADOS).
Justificativa:	DOTAR A POPULAÇÃO DO TOCANTINS COM SISTEMAS DE ÁGUA POTÁVEL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES COM O INTUITO DE OFERECER MELHOR QUALIDADE DE VIDA.
Estratégia:	OS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE SE DEVEM AO FATO DA INEXISTÊNCIA, DEFICIÊNCIA OU INSUFICIÊNCIA DE AÇÕES DE SANEAMENTO NO ESTADO; ÁREAS DESPROVIDAS DE INFRA-ESTRUTURA; ÁREAS COM MAIOR INCIDÊNCIA DE DOENÇAS EVITÁVEIS POR AÇÕES DE SANEAMENTO (DENGUE, DIARRÉIAS, ETC) E ÁREAS COM MENOR CUSTO BENEFÍCIO. O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO DE FORMA DESCENTRALIZADA COM PARCERIAS: 1º NOS INVESTIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DAS ESTRUTURAS FÍSICAS COM RECURSOS ORIUNDOS DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS DOS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO; NO NÍVEL FEDERAL É ORIUNDO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - OGU; NO NÍVEL ESTADUAL É ORIUNDO DO TESOURO ESTADUAL E DA COMPANIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS; NO NÍVEL MUNICIPAL É ORIUNDO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E OS GERADOS PELAS RECEITAS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO ARRECADADOS. 2º OS RECURSOS NECESSÁRIOS À SUSTENTABILIDADE DOS SITEMAS DEVERÃO SER CONSOLIDADOS ATRAVÉS DE MECANISMOS PERMANENTES DE FINANCIAMENTO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO E NO ORÇAMENTO MUNICIPAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	8	out/2010	10

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1067	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MELHORIAS SANITÁRIAS.	31.354,00	0,00	0,00	UNIDADE	680	0	0,00
1068	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.	339.832,00	317.454,23	93,42	UNIDADE	5	0	0,00
1069	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.	507.088,00	176.997,49	34,90	UNIDADE	3	0	0,00
1205	CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO.	70.214,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
1277	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MELHORIAS SANITÁRIAS – E. P. DEPUTADO SARGENTO ARAGÃO – SUPLENTE EM EXERCÍCIO.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1289	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL – E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1330	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MELHORIAS SANITÁRIAS – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1413	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MELHORIAS SANITÁRIAS – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
TOTAL		1.048.488,00	494.451,72	47,16	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 133 - SERVIÇO AO ESTADO - 0039

PROGRAMA - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	
Objetivo:	OFERECER INFRA-ESTRUTURA PARA PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES PÚBLICOS; OFERECER MELHOR ATENDIMENTO E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA À POPULAÇÃO.
Justificativa:	CONSTRUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO. EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, LAUDOS, EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS E MANUTENÇÕES DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS E PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE METROS QUADRADOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDOS	NÚMERO DE METROS QUADRADOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDOS	5.001,40	out/2010	19.695,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1070	SERVIÇOS DE PROJETOS E CONSULTORIA PARA OBRAS PÚBLICAS.	0,00	0,00	0,00	m²	5.727	0	0,00
1071	SERVIÇOS DE PROJETOS DE PLANIALTIMÉTRIA E SANEAMENTO.	148.423,00	148.422,03	100,00	m²	190.000	111.913,58	58,90
1072	LAUDOS DE SONDAGEM.	0,00	0,00	0,00	METRO	1.027	0	0,00
1073	ADEQUAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS ÀS LEIS DE ACESSIBILIDADE.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1074	CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS.	3.937.369,00	3.631.329,62	92,23	m²	809	182,15	22,52
1075	REFORMA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS.	466.331,00	234.557,18	50,30	m²	570	0	0,00
1076	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS.	1.225.000,00	400.000,00	32,65	UNIDADE	3	14	466,67
1263	REFORMA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS – E. P. DEPUTADO TOINHO ANDRADE.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1266	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS – E. P. DEPUTADO TOINHO ANDRADE.	140.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1276	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS – E. P. DEPUTADO SARGENTO ARAGÃO – SUPLENTE EM EXERCÍCIO.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1285	CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS – E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	100.000,00	40.000,00	40,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1299	REFORMA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	200.000,00	140.000,00	70,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1300	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	120.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1331	CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	150.000,00	35.000,00	23,33	EMENDA PARLAMENTAR			
1332	REFORMA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1333	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1340	CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS – E. P. DEPUTADO AMÉLIO CAYRES.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1352	REFORMA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS – E. P. DEPUTADO OSYRES DAMASO.	180.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1372	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	80.000,00	56.000,00	70,00	EMENDA PARLAMENTAR			
2057	MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS.	4.949.314,00	3.449.312,34	69,69	UNIDADE	150	35	23,33
TOTAL		**12.016.437,00**	**8.134.621,17**	**67,70**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 134 – FINALÍSTICO - 0040

PROGRAMA - ELETRIFICAÇÃO RURAL	
Objetivo:	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DOS SETORES AGROPECUÁRIO E INDUSTRIAL, COM A FINALIDADE DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO, FIXANDO-O À TERRA E REDUZINDO O ÊXODO RURAL.
Justificativa:	LEVAR ENERGIA AO HOMEM DO CAMPO, BUSCANDO FORTALECER O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E INDUSTRIAL DO ESTADO. ATENDER AS DEMANDAS VERIFICADAS NOS ENCONTROS REGIONAIS.

Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO, EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DAS REDES DE ENERGIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE QUILÔMETROS DE REDE RURAL IMPLANTADOS	NÚMERO DE QUILÔMETROS DE REDE RURAL IMPLANTADOS	3.229,28	out/2010	4.595,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1078	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO RURAL.	96.536,00	52.631,97	54,52	km	560	180	32,14
1250	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE REDES DE ELETRIFICAÇÃO.	6.550.619,00	6.288.974,66	96,01	km	345	100,30	29,07
TOTAL		**6.647.155,00**	**6.341.606,63**	**95,40**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 135 - FINALÍSTICO - 0071

PROGRAMA - PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO - PED

Objetivo:	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS, OFERECENDO MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA A POPULAÇÃO.
Justificativa:	PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO FOI CRIADO NO INTUITO DE DISTRIBUIR O REPASSE DO GOVERNO FEDERAL AO ESTADO DO TOCANTINS, DEVIDO A SUA CRIAÇÃO. ESTE ORÇAMENTO FOI DESTINADO PARA APLICAÇÃO NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA.
Estratégia:	ESTABELECIMENTO DE CONVÊNIOS COM OS MUNICÍPIOS E REPASSE DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS/ NUMERO DE MUNICIPIOS ATENDIDOS	137	out/2010	139

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1079	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES.	264.800,00	92.800,00	35,05	UNIDADE	33	51	154,55
1080	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES.	40.000,00	25.000,00	62,50	UNIDADE	22	16	72,73
1262	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	380.000,00	305.000,00	80,26	EMENDA PARLAMENTAR			
1264	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO TOINHO ANDRADE.	590.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1265	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO TOINHO ANDRADE.	140.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1271	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO ANGELO AGNOLIM.	1.040.000,00	585.000,00	56,25	EMENDA PARLAMENTAR			
1274	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO SARGENTO ARAGÃO – SUPLENTE EM EXERCÍCIO.	675.000,00	492.000,00	72,89	EMENDA PARLAMENTAR			
1279	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADOIDERVAL SILVA.	280.000,00	196.000,00	70,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1280	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO IDERVAL SILVA.	220.000,00	220.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1286	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO	520.000,00	220.000,00	42,31	EMENDA PARLAMENTAR			

	CACILDO VASCONCELOS.				
1287	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	100.000,00	50.000,00	50,00	EMENDA PARLAMENTAR
1295	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADA SOLANGE DUALIBE.	1.000.000,00	250.000,00	25,00	EMENDA PARLAMENTAR
1298	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	80.000,00	55.000,00	68,75	EMENDA PARLAMENTAR
1311	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
1325	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO FÁBIO MARTINS.	620.000,00	100.000,00	16,13	EMENDA PARLAMENTAR
1326	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO FÁBIO MARTINS.	730.000,00	605.990,84	83,01	EMENDA PARLAMENTAR
1334	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	250.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
1335	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	90.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
1339	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADOAMÉLIO CAYRES.	350.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
1342	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO AMELIO CAYRES.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
1346	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADA LUANA RIBEIRO.	450.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
1351	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO OSIRES DAMASO.	290.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
1356	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO PAULO ROBERTO RIBEIRO.	800.000,00	302.000,00	37,75	EMENDA PARLAMENTAR
1362	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	330.000,00	80.000,00	24,24	EMENDA PARLAMENTAR
1363	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	640.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
1370	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	680.000,00	516.000,00	75,88	EMENDA PARLAMENTAR
1371	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	80.000,00	56.000,00	70,00	EMENDA PARLAMENTAR
1375	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO ZE VIANA.	560.000,00	40.000,00	7,14	EMENDA PARLAMENTAR
1380	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO JUNIOR COIMBRA.	675.000,00	432.000,00	64,00	EMENDA PARLAMENTAR
1385	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO JUNIOR COIMBRA.	400.000,00	400.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR
1387	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO MARCELO LELIS.	620.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
1393	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO SANDOVAL CARDOSO.	200.000,00	200.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR
1394	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO SANDOVAL CARDOSO.	450.000,00	275.000,00	61,11	EMENDA PARLAMENTAR
1398	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO.	300.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
1405	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO STALIN BUCAR.	150.000,00	105.000,00	70,00	EMENDA PARLAMENTAR
1406	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO STALIN BUCAR.	800.000,00	355.000,00	44,38	EMENDA PARLAMENTAR

1411	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	480.000,00	170.000,00	35,42	EMENDA PARLAMENTAR			
1412	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	180.000,00	80.000,00	44,44	EMENDA PARLAMENTAR			
1419	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADA JOSI NUNES.	370.000,00	220.000,00	59,46	EMENDA PARLAMENTAR			
1425	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO EDUARDO BONAGURA.	310.000,00	249.516,14	80,49	EMENDA PARLAMENTAR			
1428	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO SARGENTO ARAGÃO – SUPLENTE EM EXERCÍCIO.	100.000,00	70.000,00	70,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1440	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADO EDUARDO BONAGURA.	150.000,00	150.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
1460	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES – E. P. DEPUTADA SOLANGE DUALIBE.	260.000,00	210.000,00	80,77	EMENDA PARLAMENTAR			
9081	INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA.	6.250,00	6.250,00	100,00	UNIDADE	1	1	100,0
1325TOTAL		**16.751.050,00**	**7.113.556,98**	**42,47**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 136 – FINALÍSTICO - 0090

PROGRAMA - INFRA ESTRUTURA HÍDRICA PARA USOS MÚLTIPLOS	
Objetivo:	ASSEGURAR A OFERTA DE ÁGUA DE BOA QUALIDADE E A PROMOÇÃO DA RESERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES MÚLTIPLAS NAS ÁREAS DE AGROPECUÁRIA, ABASTECIMENTO PÚBLICO, GERAÇÃO DE ENERGIA, CONSUMO INDUSTRIAL, PISCICULTURA, LAZER E TURISMO, ATRAVÉS DE CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES.
Justificativa:	COM A INSTALAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NOS RIOS, OBJETIVANDO-SE ALÉM DA RESERVAÇÃO DE ÁGUA A PERENIZAÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA, TEM-SE A OPORTUNIDADE DE IMPLANTAR EM CONJUNTO COM A OBRA DE BARRAMENTO, UM PROJETO DE APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA. TAIS EMPREENDIMENTOS TEM A CAPACIDADE DE PROMOVER A GERAÇÃO DE EMPREGO, INCREMENTO DE RENDA DA POPULAÇÃO LOCAL, DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS AFETADOS DIRETAMENTE E INDIRETAMENTE E A INSERÇÃO DE TECNOLOGIA AOS PRODUTORES REGIONAIS.
Estratégia:	INSTALAÇÃO DE OBRAS DE BARRAMENTO E DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NOS MUNICÍPIOS DE PALMAS, DIANÓPOLIS, ARRAIS, SAMPAIO, FORMOSO DO ARAGUAIA, PEDRO AFONSO ENTRE OUTROS, COM PARCERIAS(CONVÊNIOS) ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E GOVERNO FEDERAL PARA SUPRIR A DEMANDA DE ÁGUA PARA AGRICULTURA, COM ESTUDOS DE OUTROS APROVEITAMENTOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	**Fórmula do Cálculo**	**Índice Atual**	**Data da Apuração**	**Índice Desejado**
TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	NÚMERO DE OBRAS EXECUTADAS / TOTAL DE OBRAS X 100	-	-	-

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
1039	CONSTRUÇÃO DE BARRAMENTOS E OBRAS ESTRUTURANTES PARA USOS MÚLTIPLOS NAS REGIÕES SUDOESTE E SUDESTE.	72.483.002,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	2	0	0,00
TOTAL		**72.483.002,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 137 – FINALÍSTICO - 0119

PROGRAMA – FOMENTO AO CAPITAL DE EMPRESAS ESTATAIS	
Objetivo:	PROMOVER O FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO QUE GEREM BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E/OU SOCIAIS ÀS ÁREAS DE SUA INFLUÊNCIA, EM CONSONÂNCIA COM O PLANO DO GOVERNO E COM AS NECESSIDADES E POTENCIALIDADES LOCAIS
Justificativa:	A IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MECANISMOS DE FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS TORNA-SE VITAL PARA A INDUÇÃO E ESTÍMULO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO ESTADO

	VISANDO O MELHOR APROVEITAMENTO DE NOSSAS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E A AMPLIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. EM NENHUM MOMENTO PODE SER DESCURADA A ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS,AGROINDUSTRIAIS E INDUSTRIAIS, BEM COMO A SUA EXPANSÃO REGIONAL DE FORMA DESCENTRALIZADA E EFICIENTE. ASSIM ESTAREMOS CONTRIBUINDO PARA ACELERAR AS TAXAS DE INOVAÇÃO E DE INTRODUÇÃO DE NOVOS PROCESSOS E TECNOLOGIAS, TRAZENDO PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARA AS DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO.
Estratégia:	SERÁ DADO CONTINUIDADE À GESTÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO, INSTITUÍDA PELA LEI 1.298, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2002. SERÃO ALOCADOS RECURSOS HUMANOS, ALOCAÇÃO DE AMBIENTE FÍSICO APROPRIADO, APARELHAMENTO E REALIZADO TREINAMENTO DE SERVIDORES. SERÃO SUBSCRITOS R$ 6.000.000,00 (SEIS MILHÕES DE REAIS) COMO CAPITAL SOCIAL DA AGÊNCIA EM AÇÕES NOMINATIVAS ORDINÁRIAS, SEM VALOR NOMINAL E COM DIREITO A VOTO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
6002	AUMENTO DE CAPITAL DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS – MINERATINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 138 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0131

PROGRAMA – GESTÃO DAS POLÍTICAS DE INFRA-ESTRUTURA	
Objetivo:	PROMOVER A MELHORIA DA CAPACIDADE DE GERENCIAMENTO DO ÓRGÃO E DOS PROCESSOS DE CONVÊNIOS E EMPRÉSTIMOS INTERNOS E EXTERNOS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE MELHORIA DO GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES QUE ENVOLVEM A EXECUÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS E CONVÊNIOS.
Estratégia:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS PARA CONSULTORIAS, TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E AUDITORIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1064	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 139 - FINALÍSTICO - 0134

PROGRAMA – FOMENTO AO CAPITAL DE ECONOMIA MISTA	
Objetivo:	EXPLORAÇÃO, COM EXCLUSIVIDADE, DO SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS CANALIZADO, PODENDO TAMBÉM EXPLORAR OUTRAS FORMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL OU MANUFATURADO, INCLUSIVE COMPRIMIDO OU LIQUEFEITO, DE PRODUÇÃO PRÓPRIA OU DE TERCEIROS, NACIONAL OU IMPORTADO, PARA FINS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, RESIDÊNCIAS, AUTOMOTIVOS, DE GERAÇÃO TERMELÉTRICA OU QUAISQUER OUTRAS FINALIDADE E USOS POSSIBILITADOS PELOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS, EM TODA ÁREA COMPREENDIDA NO TERRITÓRIO DO ESTADO.
Justificativa:	MINUTA DO PROJETO DE LEI QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONSTITUIR A COMPANHIA DE GÁS DO TOCANTINS - TOCANTINSGÁS.

Estratégia:	APROVAÇÃO DA LEI QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONSTITUIR A COMPANHIA DE GÁS DO TOCANTINS - TOCANTINSGÁS. SUBSCRIÇÃO, POR PARTE DO ESTADO, DE AÇÕES ORDINÁRIAS COM DIREITO A VOTO EM QUANTIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O CONTROLE DA COMPANHIA. PREPARAÇÃO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS. ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, AMBIENTE FÍSICO APROPRIADO, APARELHAMENTO E TREINAMENTO DE SERVIDORES.
Prazo de Execução:	2010-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
6029	CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA DE GÁS DO TOCANTINS – TOCANTINSGÁS.	0,00	0,00	0,00	AÇÃO NÃO PREVISTA NO PPA			
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
150.636.229,00	39.975.995,38	26,54	110.660.233,62

3.1.23 SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE - SRHMA

A Secretaria Estadual dos Recursos Hídricos, foi instituída pelo Decreto n.º 1.461, de 22 de março de 2002, posteriormente, foi publicado o Decreto n.º 2.928, de 16 de janeiro de 2007, que alterou a denominação da Secretaria dos Recursos Hídricos para Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Em primeiro de janeiro de 2011, por meio da Medida Provisória n.º 01, publicada no DO n.º 3.291, passou a ter a denominação alterada para Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e dos Recursos Hídricos.

A Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Meio Ambiente é um órgão da Administração Direta, que tem como missão o planejamento, coordenação e acompanhamento das Políticas Estaduais de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos, visando a conservação e utilização sustentável dos recursos naturais do Tocantins, além de desenvolver atividades de obras de infra-estrutura hídrica e estruturas hidráulicas.

São suas competências:

I - Planejar, coordenar e acompanhar:

a) a Política Estadual de Recursos Hídricos;

b) a Política Estadual do Meio Ambiente, as políticas de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas;

II - Formular e conduzir a política estadual de irrigação, em conjunto com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

III - Propor diretrizes e articular ações destinadas a incentivar:

a) a gestão integrada de resíduos sólidos em bacias hidrográficas urbanas;

b) o conhecimento sobre mudanças climáticas;

IV - Programar, implantar e coordenar a rede hidrometeorológica estadual, em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas que a integram ou que dela sejam usuários;

V - Desenvolver atividades informativas e educativas, visando a divulgação do conhecimento e a compreensão, pela sociedade, dos problemas ambientais, principalmente quanto à utilização e à preservação do recurso natural água;

VI - Planejar, implantar, operar, manter e recuperar obras de infra-estrutura hídrica e estruturas hidráulicas;

VII - Formular e coordenar ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de eventos hidrológicos críticos, em articulação com o órgão estadual de Defesa Civil;

VIII - Apoiar a organização associativa dos usuários dos perímetros públicos de irrigação, promovendo-lhes autonomia administrativa e operacional;

IX - Coordenar as ações institucionais do setor público, com vistas ao incentivo do desenvolvimento da irrigação pública e privada;

X - Promover a articulação com órgãos e entidades nacionais, internacionais e estrangeiros, visando a preservação do meio ambiente e recursos naturais.

As suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Gestão de Políticas Públicas e Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 198.378.850,00**, com execução de **10,94%**, ou seja, **R$ 21.709.127,18**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 140 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.				
AÇÕES	**AUTORIZADO**	**EXECUTADO**	**%**	**SALDO**
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	428.008,00	318.780,69	74,48	109.227,31

Manutenção de Serviços de Transportes	247.836,00	171.048,48	69,02	76.787,52
Manutenção de Recursos Humanos	4.069.568,00	3.857.527,02	94,79	212.040,98
Ações de Informática	32.247,00	29.531,34	91,58	2.715,66
TOTAL	**4.777.659,00**	**4.376.887,53**	**91,61**	**400.771,47**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da SRHMA.

QUADRO 141 – FINALÍSTICO - 0050

PROGRAMA - TOCANTINS BIODIVERSIDADE E FLORESTAS	
Objetivo:	FORMULAR E IMPLEMENTAR ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, VISANDO A CONSERVAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA E DOS RECURSOS GENÉTICOS COM A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, A RECUPERAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS DEGRADADOS, O COMBATE A DESMATAMENTOS ILEGAIS E INCÊNDIOS FLORESTAIS ASSEGURANDO A CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS.
Justificativa:	O PROGRAMA SE PROPÕE A TRABALHAR OS PROBLEMAS ELENCADOS DURANTE A OFICINAS DO PPA, SÃO ELES: QUEIMADAS, DESMATAMENTOS ILEGAIS, CAÇA E PESCA PREDATÓRIA; OS ECOSSISTEMAS NATURAIS ABRIGAM UMA IMENSA DIVERSIDADE BIOLÓGICA, PRESTANDO SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA VIDA NO PLANETA. A BIODIVERSIDADE É UMA DAS GRANDES RIQUEZAS DO NOSSO ESTADO, DEVENDO SER ESPECIALMENTE PROTEGIDA E CONSERVADA. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA PROPICIARÁ O AUMENTO NA PRESSÃO ANTRÓPICA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE DE ESPAÇO FÍSICO E UTILIZAÇÃO DESTES RECURSOS COMO MATÉRIA-PRIMA, DEVENDO PARA TANTO DEFINIR ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO QUE ESTABELEÇAM ESTRATÉGIAS PARA USO E CONSERVAÇÃO DA MESMA E AÇÕES ESTRUTURANTES IMPRESCINDÍVEIS PARA GARANTIR A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E ORIENTAR O USO DESTES ATIVOS AMBIENTAIS DE FORMA SUSTENTÁVEL.
Estratégia:	A SECRETARIA, DE FORMA DIRETA, DEVERÁ ELABORAR PLANOS E PROGRAMAS QUE ESTABELEÇAM ESTRATÉGIAS PARA O USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE, PROPOR A CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, IMPLANTAR INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NESTAS UNIDADES, E RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS NO ENTORNO DAS UC'S E DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS COM VISTAS A FORTALECER AÇÕES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, APOIANDO E FORTALECENDO A GESTÃO DAS UNIDADES EXECUTADA PELO NATURATINS; PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS AO CONTROLE DO DESMATAMENTO E COMBATE A QUEIMADAS DEVERÁ PROPOR PARCERIAS COM ÓRGÃOS DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E EXTENSÃO RURAL TANTO ESTADUAL (NATURATINS, CIPAMA E RURALTINS) QUANTO MUNICIPAL (OEMAS, SECRETARIAS DE AGRICULTURA E BRIGADAS DE INCÊNDIOS).
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
HECTARES CRIADAS E CONSOLIDADAS DE UC	HECTARES UC CRIADAS E CONSOLIDADA	-	-	-
HECTARES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REGULARIZADA	HECTARES UC REGULARIZADA	-	-	-
TAXA DE COBERTURA VEGETAL NO ESTADO	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1011	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.	51.148,00	1.147,50	2,24	UNIDADE	4	0	0,00
1012	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA IDENTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	250.000	0	0,00
1014	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA CONHECIMENTO, CONSERVAÇÃO E USO DA BIODIVERSIDADE.	1.704.639,00	79.478,40	4,66	UNIDADE	2	0	0,00
1015	IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DEMONSTRATIVOS.	405.037,00	178.245,54	44,01	UNIDADE	1	0,5	50,00
2026	CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.	3.414.148,00	1.076.966,01	31,54	UNIDADE	1	0,35	35,00
TOTAL		**5.574.972,00**	**1.335.837,45**	**23,96**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da SRHMA.

QUADRO 142 - FINALÍSTICO - 0052

PROGRAMA - ÁGUAS DO TOCANTINS	
Objetivo:	IMPLEMENTAR O SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, PROMOVER A RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E O EQUACIONAMENTO DOS CONFLITOS, COM O ENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS.
Justificativa:	O PROGRAMA PROPOSTO VISA ATENDER AOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS DURANTE AS OFICINAS DO PPA REALIZADAS EM 14 REGIÕES DO ESTADO, SENDE ELES: ASSOREAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUAS, SECAS EXTREMAS, DESMATAMENTOS E POLUIÇÃO AMBIENTAL; E OUTROS IDENTIFICADOS PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA, COMO: O COMPROMETIMENTO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS EM AMBIENTES URBANOS E RURAIS; A AUSÊNCIA DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS PARA TOMADA DE DECISÕES; A OCUPAÇÃO DESORDENA DO SOLO NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS; O POUCO CONHECIMENTO DOS ATORES ENVOLVIDOS COM A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NAS BACIAS. A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, COM BASE NOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DEFINIDAS NA POLÍTICA ESTADUAL, PRESSUPÕE A MINIMIZAÇÃO DOS CONFLITOS DE USOS, OCASIONADAS PELOS INTERESSES CONCORRENTES E O PLANEJAMENTO RACIONAL COM VISTAS A GARANTIR A TODOS O ACESSO À ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE SATISFATÓRIAS, INCENTIVANDO AÇÕES CONSERVACIONISTAS DE USO DO SOLO E DA ÁGUA, ALÉM DE FOMENTAR OS USOS MÚLTIPLOS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA ACARRETARÁ DANOS A QUALIDADE DAS ÁGUAS, REFLETINDO NA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE, BEM COMO, A MANUTENÇÃO DA QUANTIDADE DAS ÁGUAS, COM PREJUÍZOS AOS PROCESSOS PRODUTIVOS IMPLANTADO EM TODO O ESTADO. O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, NA BUSCA POR SOLUÇÕES E O INTERESSE DOS USUÁRIOS DAS ÁGUAS EM MINIMIZAR OS CONFLITOS DE USOS SÃO FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA, JÁ A QUANTIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA O MESMO PODERÁ SER UM FATOR DESFAVORÁVEL A SUA IMPLEMENTAÇÃO.
Estratégia:	A ESTRATÉGIA DO PROGRAMA PREVÊ PARCERIAS ENTRE MUNICÍPIOS, USUÁRIOS DE ÁGUA E SOCIEDADE CIVIL, BEM COMO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E CAPACITAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DA BACIA, CUJO OBJETIVO PRINCIPAL É A SUSTENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS. PARA ESSE PROGRAMA SÃO NECESSÁRIAS DIÁRIAS PARA AS VIAGENS DOS SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES. OS PRODUTOS ORIUNDOS DAS AÇÕES DESSE PROGRAMA TERÃO DIVULGAÇÃO EM MASSA E SERÃO ACESSÍVEIS VIA PORTAL WEB E OUTROS MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE FÁCIL ACESSO DO PÚBLICO ALVO. AS AÇÕES SERÃO EXECUTADAS COM O APORTE INSTITUCIONAL, TÉCNICO E OPERACIONAL DA SRHMA, COMPLEMENTADAS QUANDO FOR NECESSÁRIO, COM SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, PARCEIROS LOCAIS E ESTADUAIS ENVOLVIDOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ESTAÇÃO HIDROMETEREOLÓGICA ESTRUTURADA	EHE = SOMATÓRIO DAS ESTAÇÕES HIDROMETEOROLÓGICAS ESTRUTURADAS	8	2008	50

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1017	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS.	6.029.258,00	4.657.596,24	77,25	UNIDADE	1	1	100,00
1018	MOBILIZAÇÃO SOCIAL COM VISTAS A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS.	306.974,00	95.491,27	31,11	UNIDADE	1	0,95	95,00
1019	REVITALIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1031	ESTRUTURAÇÃO DA REDE HIDROMETEOROLOGICA ESTADUAL.	516.076,00	345.021,74	66,85	UNIDADE	1	5	500,00
TOTAL		**6.852.308,00**	**5.098.109,25**	**74,40**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da SRHMA.

QUADRO 143 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0059

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS	
Objetivo:	FORMULAR AS POLÍTICAS SETORIAIS E AVALIAR OS PROGRAMAS NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS COM VISTA AO FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE E DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS.
Justificativa:	O USO INADEQUADO DOS RECURSOS NATURAIS NO ESTADO, VEM CONTRIBUINDO PARA A DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. A DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL A NÍVEL MUNICIPAL ATRAVÉS DE CAPACITAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS PROPORCIONA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL E DE RECURSOS HÍDRICOS. NESSE SENTIDO, ESTE PROGRAMA SE FAZ NECESSÁRIO PARA TRABALHAR OS SEGUINTES TEMAS: QUEIMADAS, DESMATAMENTOS ILEGAIS, CAÇA E PESCA PREDATÓRIA, ASSOREAMENTO DE RIOS, LIXÃO A CÉU ABERTO; FALTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL E INFORMAL; POLUIÇÃO AMBIENTAL, BEM COMO O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS VINCULADOS. O FATOR CONDICIONANTE PARA A IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA ESTÁ VOLTADO PARA O INTERESSE E

	POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO DE AÇÕES DOS DIFERENTES SETORES E AGENTES SOCIAIS, PARA DEFINIR E ACORDAR PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PREJUDICARÁ A REVERSÃO DESTE QUADRO POR NÃO DEFINIR AS ESTRATÉGIAS E AÇÕES QUE SERÃO NECESSÁRIAS PARA ORIENTAR O USO DOS RECURSOS NATURAIS E NÃO PROMOVER O FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS GESTORES DA POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS.
Estratégia:	DEVERÃO SER REALIZADAS REUNIÕES TÉCNICAS E OFICINAS, DE FORMA ARTICULADA COM A COMUNIDADE CIENTÍFICA, SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁREAS AFINS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, PARA DISCUSSÃO E AVALIAÇÃO DASPOLÍTICAS E PROGRAMAS, BEM COMO ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE IMPLEMENTADOS PELO ESTADO COM VISTAS A CORREÇÃO DE RUMOS E ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O ORDENAMENTO DO USO DOS RECURSOS NATURAIS, VISANDO O FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS; A SECRETARIA DEVERÁ PROPOR PARCERIAS JUNTO AOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA CRIAÇÃO E/OU FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL; E PROPORCIONAR A GESTÃO INTEGRADA E PARTICIPATIVA, ENTRE OS DIVERSOS ENTES DE GOVERNOS E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DOS ORGANISMOS VINCULADOS COMO O COEMA E O CERH; PROVER OS RECURSOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE COORDENAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS, BEM COMO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS VINCULADOS E AO CENTRO DE INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA DO TOCANTINS - CIG, NA SECRETARIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS REGULAMENTADAS	NPA = SOMATÓRIO DE POLITICAS AMBIENTAIS REGULAMENTADAS	11	2010	16

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1016	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE.	3.862.200,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	50	0	0,00
1022	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA O MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1026	ESTUDOS PARA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS E DE RECURSOS HÍDRICOS.	200.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1028	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.	4.884.662,00	378.268,66	7,74	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**8.946.862,00**	**378.268,66**	**4,23**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da SRHMA.

QUADRO 144 - FINALÍSTICO - 0061

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO COLABORADORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO-FORMAL E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.
Justificativa:	O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /PEEA É UM INSTRUMENTO DE GESTÃO QUE COLABORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, FUNDAMENTAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, ENVOLVENDO DIVERSOS ATORES SOCIAIS COMO CO-RESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL, VISANDO À FORMAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA DOS CIDADÃOS. O TOCANTINS VEM IMPLEMENTANDO GRADUALMENTE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PEEA. ENTRETANTO ESSAS AÇÕES SÃO INSUFICIENTES PARA ATENDER A DEMANDA DO ESTADO, NECESSITANDO DE MAIS APORTE TÉCNICO E FINANCEIRO A FIM DE FORTALECER O PROCESSO EDUCATIVO, A MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS TORNANDO-OS APTOS A AGIR INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE RESOLVENDO OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.
Estratégia:	ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO COLETIVA DE FORMA ARTICULADA, QUE FAÇAM AS PESSOAS REPENSAREM SUAS POSTURAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE, PROPICIANDO OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DO MEIO AMBIENTE, DE MODO A FOMENTAR UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL QUE PRODUZA ATITUDES E COMPORTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS CONTÍNUOS EM PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /CIEA TO E DIVERSAS REDES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL; FORTALECER AS DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO OFERECENDO, BIMESTRALMENTE, CAPACITAÇÃO AOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, ABORDANDO A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM AÇÕES ESTRATÉGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	(Nº DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS / TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO) X 100	-	-	-
TAXA DE ESCOLAS COM FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇAO AMBIENTAL	(NÚMERO DE ESCOLAS ATENDIDAS / TOTAL DE ESCOLAS DO ESTADO) X 100	49,28	out/2005	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1032	FORMAÇÃO DE AGENTES EDUCADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.	108.898,00	58.897,30	54,08	UNIDADE	2	2	100,00
2027	IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL JUNTO AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	6	4,5	75,00
2030	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS E DE RECURSOS HÍDRICOS.	14.615,00	14.614,65	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**123.513,00**	**73.511,95**	**59,52**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da SRHMA.

QUADRO 145 – FINALÍSTICO - 0090

PROGRAMA - INFRA ESTRUTURA HÍDRICA PARA USOS MÚLTIPLOS	
Objetivo:	ASSEGURAR A OFERTA DE ÁGUA DE BOA QUALIDADE E A PROMOÇÃO DA RESERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES MÚLTIPLAS NAS ÁREAS DE AGROPECUÁRIA, ABASTECIMENTO PÚBLICO, GERAÇÃO DE ENERGIA, CONSUMO INDUSTRIAL, PISCICULTURA, LAZER E TURISMO, ATRAVÉS DE CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES.
Justificativa:	COM A INSTALAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NOS RIOS, OBJETIVANDO-SE ALÉM DA RESERVAÇÃO DE ÁGUA A PERENIZAÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA, TEM-SE A OPORTUNIDADE DE IMPLANTAR EM CONJUNTO COM A OBRA DE BARRAMENTO, UM PROJETO DE APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA. TAIS EMPREENDIMENTOS TEM A CAPACIDADE DE PROMOVER A GERAÇÃO DE EMPREGO, INCREMENTO DE RENDA DA POPULAÇÃO LOCAL, DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS AFETADOS DIRETAMENTE E INDIRETAMENTE E A INSERÇÃO DE TECNOLOGIA AOS PRODUTORES REGIONAIS.
Estratégia:	INSTALAÇÃO DE OBRAS DE BARRAMENTO E DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NOS MUNICÍPIOS DE PALMAS, DIANÓPOLIS, ARRAIS, SAMPAIO, FORMOSO DO ARAGUAIA, PEDRO AFONSO ENTRE OUTROS, COM PARCERIAS(CONVÊNIOS) ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E GOVERNO FEDERAL PARA SUPRIR A DEMANDA DE ÁGUA PARA AGRICULTURA, COM ESTUDOS DE OUTROS APROVEITAMENTOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	NÚMERO DE OBRAS EXECUTADAS / TOTAL DE OBRAS X 100	2,05	2010	50,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1033	CONSTRUÇÃO DE BARRAMENTOS VISANDO O ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS - EIXO 3.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	1	0	0,00
1034	CONSTRUÇÃO DE BARRAMENTO VISANDO O ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS - EIXO 16 ARRAIAS.	8.819.810,00	949,50	0,01	PERCENTUAL	25	0,1	0,40
1035	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA E BARRAMENTO PARA USOS MÚLTIPLOS - EIXO-01 PROJETO CHAPADA.	2.250.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	45	0	0,00
1036	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA E BARRAMENTO PARA USOS MÚLTIPLOS - EIXO–20 PROJETO TAGUATINGA.	650.300,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	50	0	0,00
1039	CONSTRUÇÃO DE BARRAMENTOS E OBRAS ESTRUTURANTES PARA	1.011.482,00	1.011.480,97	100,00	PERCENTUAL	2	2	100,00

	USOS MÚLTIPLOS NAS REGIÕES SUDOESTE E SUDESTE.							
1040	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO SÃO JOÃO.	23.294.617,00	1.843.208,64	7,91	PERCENTUAL	10	9,5	95,00
1041	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO MANUEL ALVES.	22.523.609,00	276.726,20	1,23	PERCENTUAL	15	0,1	0,67
1043	CONSTRUÇÃO DE OBRAS HÍDRICAS VISANDO ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS.	387.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
1044	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO SAMPAIO.	14.794.392,00	249.592,81	1,69	PERCENTUAL	15	1	6,67
1045	INICIATIVA PARA CONVIVÊNCIA COM A ESTIAGEM.	1.460.200,00	103,80	0,01	UNIDADE	18	0	0,00
1046	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO PARANA.	2.111.787,00	117.923,75	5,58	PERCENTUAL	30	0	0,00
1047	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO TAIPAS.	931.100,00	97.202,68	10,44	PERCENTUAL	30	0	0,00
1049	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO ARRAIAS.	5.002.700,00	2.146,50	0,04	PERCENTUAL	5	0	0,00
1050	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO GURITA II.	5.753.591,00	3.590,25	0,06	PERCENTUAL	10	0	0,00
1051	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO PEDRO AFONSO.	8.991.402,00	701,25	0,01	PERCENTUAL	40	0	0,00
1058	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA APROVEITAMENTO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS.	823,00	822,75	99,97	UNIDADE	4	0,25	6,25
1163	CONSERVAÇÃO DOS BARRAMENTOS DO ESTADO.	4.272.015,00	583.180,05	13,65	PERCENTUAL	25	1,5	6,00
1169	REVITALIZAÇÃO DO PROJETO RIO FORMOSO.	57.484.717,00	83.765,15	0,15	PERCENTUAL	25	0,1	0,40
1201	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA A CONSERVAÇÃO DOS SOLOS E DAS ÁGUAS.	270.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
2032	MANUTENÇÃO DE OBRAS HÍDRICAS PARA APROVEITAMENTO MÚLTIPLOS.	19.800,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2450	ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E CADASTRO DAS INFRA-ESTRUTURAS HÍDRICAS DO ESTADO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	8	0	0,00
2451	REALIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES HIDROGEOLÓGICAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	8	0	0,00
TOTAL		**160.029.345,00**	**4.271.394,30**	**2,67**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da SRHMA.

QUADRO 146 – FINALÍSTICO - 0122

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO	
Objetivo:	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS, COM O APROVEITAMENTO RACIONAL E SUSTENTÁVEL DAS ÁGUAS E TERRAS AGRICULTÁVEIS, COM BASE EM CRITÉRIOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA E INCLUSÃO SOCIAL.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS ESTÁ INSERIDO EM UMA REGIÃO QUE POSSUI CONDIÇÕES ENDAFO-CLIMÁTICAS FAVORÁVEIS À EXPLORAÇÃO INTENSIVA DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, FICANDO LIMITADA APENAS PELA SAZONALIDADE DO REGIME DE CHUVAS, POREM TEM DISPONIBILIDADE HÍDRICA CAPAZ DE SUPRIR AS DEMANDAS NO PERÍODO DE ESTIAGEM ATRAVÉS DA IRRIGAÇÃO. O PROGRAMA IRRIGA TOCANTINS PROMOVE IRRIGAÇÃO EM FACE DAS PERSPECTIVAS QUE OFERECE PARA A ECONOMIA TOCANTINENSE, DETECTANDO E FOMENTANDO ESTA PRATICA EM TODAS AS REGIÕES DO ESTADO PASSIVEIS DE EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL, SENDO EXTREMAMENTE ADERENTE A INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E POTENCIALIZANDO GANHOS DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE, PERMITINDO AMPLIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E CUMPRIMENTO DE UM PAPEL ESTRATÉGICO NO ABASTECIMENTO INTERNO, ALÉM DE OUTRAS IMPLICAÇÕES DE RELEVÂNCIA COMO GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PERMANENTES, DIRETOS E INDIRETOS, NO MEIO RURAL DO TOCANTINS. ASSIM, O PROGRAMA POR MEIO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO DESENVOLVE AÇÕES INTEGRADAS, A PARTIR DE UMA VISÃO SISTÊMICA, ENVOLVENDO PRODUTORES RURAIS, AGROINDÚSTRIAS, INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DO SETOR RURAL, ORIENTADOS PARA O INCREMENTO SUSTENTADO DOS NÍVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE, OBJETIVANDO EFICIÊNCIA ECONÔMICA NAS CADEIAS DE PRODUÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL À POPULAÇÃO. CABE RESSALTAR QUE ESTE VEM PARA ATENDER AS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA CONFORME DETERMINADA PELO DECRETO ESTADUAL Nº. 3.460, DE 12 DE AGOSTO DE 2008.
Estratégia:	FORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO, INCENTIVO PARA A ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES EM PERÍMETROS IRRIGADOS, GESTÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS, COMERCIALIZAÇÃO DE LOTES EM PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO, PESQUISA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, FOMENTO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS ATRAVÉS DA TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS NA GESTÃO DOS MESMOS.

Prazo de Execução:	2009-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
INCREMENTO NA COMERCIALIZAÇÃO DE LOTES EM PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO	N = SOMATÓRIO DO NÚMERO DE LOTES COMERCIALIZADOS NO TRIÊNIO 2009-2011	0	2010	890

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1200	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO.	2.301.952,00	502.914,06	21,85	UNIDADE	1	0	0,00
2446	COMERCIALIZAÇÃO DE LOTES EM PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	318	187	58,81
2447	GESTÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS.	9.747.239,00	5.672.203,98	58,19	UNIDADE	4	2	50,00
2452	INCENTIVO PARA CRIAÇÃO DE DISTRITO DE IRRIGAÇÃO.	25.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
TOTAL		12.074.191,00	6.175.118,04	51,14	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da SRHMA.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
198.378.850,00	21.709.127,18	10,94	176.669.722,82

3.1.24 SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETAS

A primeira entidade responsável pela Ação Social, Trabalho e Emprego no Estado do Tocantins foi a Fundação Santa Rita de Cássia, criada pelo Decreto n.º 561/89. Diante da expansão administrativa do Estado houve a necessidade de uma melhor adequação estrutural com amplitude necessária para atender a área da ação social, com personalidade de Secretaria de Estado. Desse modo, foi criada a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, com suas atribuições embasadas através da Lei n.º 791/95, conseqüentemente foi extinta a Fundação Santa Rita de Cássia, através da Lei n.º 815/96, sendo que seus programas, projetos e atividades foram absorvidos pela nova secretaria. Sua denominação foi alterada para Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, por meio do Decreto n.º 2.928, de 16 de janeiro de 2007. Sendo que a Estrutura do Órgão foi disposta por meio do Decreto n.° 3.793, de 23 de setembro de 2009 e, também, a organização operacional, composição e funcionamento do Núcleo Setorial de Controle Interno por meio do Decreto n.° 3.456, de 08 de agosto de 2008 e, por fim, a Assessoria de Comunicação estabelecida por meio do Decreto n.° 3.454, de 08 de agosto de 2008.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social tem como missão direcionar e consolidar a política de desenvolvimento social e de relações do trabalho para o Estado, concretizando a política da descentralização e participação mútua, promovendo a inclusão social, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, aos portadores de necessidades especiais, aos trabalhadores empregados e desempregados, estabelecendo, assim, de forma inter-

setorial a garantia e o atendimento dos direitos sociais e trabalhistas, conforme descreve o inciso XXV do art. 3. º do Decreto nº. 2.928, de 16 de janeiro 2.928, conforme segue:

Art. 3º, compete as unidades da estrutura básica, da administração direta:

XXV- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social:

a) formular, coordenar e executar as políticas públicas referentes à promoção do trabalhador e à geração de emprego e renda, em articulação com Órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal e não-governamentais;

b) acompanhar e avaliar as relações sindicais e do trabalho;

c) promover a segurança, a higiene e a saúde no trabalho;

d) primar pela qualidade, capacitação, desenvolvimento e valorização da mão-de-obra;

e) a coordenação, acompanhamento, execução e avaliação das coordenar, acompanhar, executar e avaliar políticas de assistência social;

f) prestar assistência social, em especial, à criança, ao adolescente e ao idoso;

g) contribuir para elevação do bem estar social a fim de reduzir a exclusão e a desigualdade;

h) atuar como agente de integração, identificando às instituições de ensino as oportunidades de estágios em Órgãos públicos e privados para adolescentes, alunos de escola pública e advindos de programas sociais;

i) prestar assistência devida a pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade;

j) desenvolver programas voltados para o atendimento aos grupos de maior risco, os menos favorecidos, com ênfase na segurança alimentar e vigilância nutricional;

k) realizar e disponibilizar estudos e pesquisas no âmbito de políticas sociais;

l) gerir o Programa Estadual de Alimentação e Melhoria da Qualidade de Vida – PROVIDA.

As atribuições da SETAS foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Finalístico e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 43.593.195,00**, com execução de **70,42%,** ou seja, **R$ 30.700.492,95**, como demonstrados a seguir.

QUADRO 147 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.560.637,00	1.554.211,15	99,59	6.425,85
Manutenção de Serviços de Transportes	630.950,00	467.115,88	74,03	163.834,12
Manutenção de Recursos Humanos	27.407.397,00	26.898.651,08	98,14	508.745,92
Ações de Informática	38.829,00	38.827,58	100,00	1,42
TOTAL	**29.637.813,00**	**28.958.805,69**	**97,71**	**679.007,31**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – SETAS.

QUADRO 148 – FINALÍSTICO - 0028

PROGRAMA - ESTÍMULO AO EMPREGO	
Objetivo:	INCENTIVAR A GERAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, PROMOVER A INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA A INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO TRABALHADOR.
Justificativa:	CONSIDERANDO A DINÂMICA DA ECONOMIA LOCAL, REGIONAL E NACIONAL TORNA-SE NECESSÁRIA A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ESTIMULEM A INSERÇÃO DE TRABALHADORES NO MERCADO. O PROGRAMA ESTÍMULO AO EMPREGO EXECUTARÁ AÇÕES INTEGRADAS QUE VISAM ATENDER TRABALHADOR E EMPREGADOR, ELEVAR O ÍNDICE DE EMPREGO POR MEIO DA INTERMEDIAÇÃO DESTA RELAÇÃO, RESULTANDO NO CRESCIMENTO SÓCIO ECONÔMICO DO ESTADO.
Estratégia:	O PROGRAMA DE ESTÍMULO AO EMPREGO COMPÕE-SE DE UM CONJUNTO DE 4 AÇÕES A SABER: CULTURA PREVENCIONISTA NO TRABALHO, IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA O SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA, INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E SEGURO-DESEMPREGO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL, AS MESMAS CONCORREM DE FORMA HARMÔNICA PARA O AUMENTO QUALITATIVO DA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, BEM COMO A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS PROPÍCIOS AO DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS VOLTADAS AO CONTROLE E ESTÍMULO AO EMPREGO. TODAS AS AÇÕES SÃO EXECUTADAS DE FORMA DIRETA PELA SETDS OU TERCEIRIZADAS NO CASO DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL. OS SERVIÇOS OFERTADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA SÃO DISPONIBILIZADOS DE FORMA AMPLA À SOCIEDADE, SENDO PRIORIZADOS, NO ENTANTO À TRABALHADORES DE BAIXA RENDA OS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL. A IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA É DE RESPONSABILIDADE DA SUPERINTENDÊNCIA DO TRABALHO, RESPALDADA PELA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, DIRETORIA DE QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, DIRETORIA DE EMPREGOS E PROGRAMAS ESPECIAIS E DIRETORIA DE GESTÃO DOS NÚCLEOS DO SINE. COMO SUBSIDIO TECNOLÓGICA NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES A SUPERINTENDÊNCIA DO TRABALHO UTILIZARÁ O SISTEMA DE GESTÃO DE AÇÕES DE EMPREGO - SIGAE E O SISTEMA DE CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS CAGED, NOTADAMENTE NO TOCANTE ÀS AÇÕES DE INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E SEGURO-DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL. O MENCIONADOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA DISPONIBILIZADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE QUE POSSIBILITAM O REGISTRO E ANÁLISE DE DADOS DOS TRABALHADORES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
APROVEITAMENTO DE VAGAS	NÚMERO DE VAGAS PREENCHIDAS / NÚMERO DE VAGAS DISPONIBILIZADAS PELO SINE X100	63	2007	70
NÚMEROS DE TRABALHADORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO COM RELAÇÃO A META ANUAL	NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	16.986	2007	90.418

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2410	INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E SEGURO-DESEMPREGO.	13.075.790,00	1.027.629,64	7,86	UNIDADE	22.464	7.198	32,04
2411	QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL.	792.244,00	658.710,87	83,14	UNIDADE	2.229	1.900	85,24

2412	CULTURA PREVENCIONISTA NO TRABALHO.	4.880,00	4.880,00	100,00	UNIDADE	8	0	0,00
TOTAL		**13.872.914,00**	**1.691.220,51**	**12,19**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – SETAS.

QUADRO 149 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0035

PROGRAMA - GESTÃO DAS POLÍTICAS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Objetivo:	FORMULAR E COORDENAR POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE GESTORES TÉCNICOS E CONSELHEIROS; REALIZAR EVENTOS E PESQUISAS SOCIAIS; ELABORAR ESTUDOS, PESQUISA E PROJETOS TÉCNICOS; MONITORAR, AVALIAR E DIVULGAR PROGRAMAS E AÇÕES; BEM COMO, IMPLANTAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO QUE CONTRIBUA PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Justificativa:	O NOVO SISTEMA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRAZ MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS A PARTIR DA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS - LEI Nº 8.742 DE 07/12/1993 E DA NOB-SUAS, QUE ESTABELECEM DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS. ESSES INSTRUMENTOS LEGAIS DISCIPLINAM RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO DE FORMA COMPARTILHADA. O ESTADO ASSUME A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DENTRO DO SEU ÂMBITO DE COMPETÊNCIA TENDO A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APOIO TÉCNICO PARA A ESTRUTURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS. QUANTO A POLÍTICA PÚBLICA DO TRABALHO O ESTADO TAMBÉM ASSUME NO ÂMBITO DE SUA COMPETÊNCIA A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA REDUÇÃO ÍNDICE DE DESEMPREGO, AMPLIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR. NESSE SENTIDO A IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA PREVENIRÁ O OCASIONAMENTO DE DISFUNÇÕES NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS E NA PRECARIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E, AINDA, POSSIBILITARÁ AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DE CONTROLE SOCIAL NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Estratégia:	A SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL CRIOU NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O NÚCLEO DE GESTÃO DO SUAS, ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 105 EM 30 DE MAIO DE 2007, QUE COORDENARÁ A GESTÃO DE POLÍTICAS DO SUAS, PROPORCIONANDO ASSESSORIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PAS. O NÚCLEO SERÁ RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAMENTADO NA REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA A PARTIR DAS REFERÊNCIAS: VIGILÂNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL E DEFESA SOCIAL E INSTITUCIONAL. O CUMPRIMENTO DAS REFERÊNCIAS ACIMA MENCIONADAS SERÁ EFETIVADO A PARTIR DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA, IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA, SISTEMA DE INFORMAÇÃO, CAPACITAÇÕES, ARTICULAÇÕES REGIONAIS E MUNICIPAIS, APOIO ÀS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL, REALIZAÇÃO DE PESQUISAS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL E OUTROS SERVIÇOS QUE FORTALEÇAM OS DIREITOS SÓCIO-ASSISTÊNCIAS. NO ÂMBITO DO TRABALHO O PLANEJAMENTO E A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS DE FORMA INTEGRADA PELA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO, AS DIRETORIAS DE GESTÃO DOS NÚCLEOS DO SINE, DE EMPREGOS E PROGRAMAS ESPECIAIS, DE QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E COM O CONSELHO ESTADUAL DE RELAÇÕES DO TRABALHO. O MINISTÉRIO DO TRABALHO AINDA SERÁ PARCEIRO NO CO-FINANCIAMENTO DA QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E GESTORES, BEM COMO NO FORNECIMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS ATRAVÉS DO CADASTRO GERAL DE EMPREGO E DESEMPREGO - CAGED, E DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DAS AÇÕES DE EMPREGO - SIGAE. A SUPERINTENDÊNCIA DO TRABALHO, ATRAVÉS DA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, CABERÁ O GERENCIAMENTO, A EXECUÇÃO E A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DO PROGRAMA, BEM COMO O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ESTÍMULO AO EMPREGO E INCLUSÃO PRODUTIVA E, O DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	**Fórmula do Cálculo**	**Índice Atual**	**Data da Apuração**	**Índice Desejado**
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DA METAS FÍSICAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS / PELO NÚMERO DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS	65,52	2007	80
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS METAS FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DAS METAS FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS / PELO NÚMERO DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS	59,03	2007	80

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
1216	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO TRABALHO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
2413	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.	70.453,00	38.451,75	54,58	UNIDADE	30	25	83,33
2427	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TECNICOS.	12.015,00	12.015,00	100,00	UNIDADE	10	10	100,00
TOTAL		**82.468,00**	**50.466,75**	**61,20**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – SETAS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
43.593.195,00	30.700.492,95	70,42	12.892.702,05

3.1.25 SECRETARIA DA JUVENTUDE - SEJUV

A Secretaria Estadual da Juventude – SEJUV, foi instituída pelo Decreto n.º 1.465, de 04 de abril de 2002, e a Assessoria de Comunicação – ASCOM, foi instituída pelo Decreto n.° 3.454, de 08 de agosto de 2008, e o Núcleo de Controle Interno foi instituída pelo Decreto n.° 3.456, de 08 de agosto de 2008.

A Secretaria Estadual da Juventude é um órgão público voltado para a promoção do seu público alvo, o jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos, que tem como missão a criação e implantação de políticas públicas voltadas para o jovem, estimulando-o para o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade, preparando-o para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade, bem como, na formação de verdadeiros cidadãos.

As atribuições da Secretaria da Juventude foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Finalístico – Jovem Cidadão. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 21.181.285,00**, com execução de **62,61%**, ou seja, de **R$ 13.262.291,60**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 150 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	621.468,00	453.253,95	72,93	168.214,05
Manutenção de Serviços de Transportes	171.271,00	96.719,10	56,47	74.551,90
Manutenção de Recursos Humanos	3.874.790,00	3.679.587,05	94,96	195.202,95
Ações de Informática	33.164,00	25.310,00	76,32	7.854,00
TOTAL	**4.700.693,00**	**4.254.870,10**	**90,52**	**445.822,90**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Juventude – SEJUV.

QUADRO 151 – FINALÍSTICO - 0056

PROGRAMA - JOVEM CIDADÃO	
Objetivo:	PROMOVER A REINTEGRAÇÃO E PERMANÊNCIA DO JOVEM NO PROCESSO EDUCACIONAL, SUA QUALIFICAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL, INCLUSÃO DIGITAL PARA O ACESSO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, E O DESENVOLVIMENTO HUMANO E CULTURAL, GERANDO PROTAGONISMO JUVENIL.
Justificativa:	PROGRAMAS PARA A JUVENTUDE DEVEM SER AQUELES QUE COMPÕEM A PRÓPRIA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS OU ESTADO, COM TEMAS COMO: EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, MEIO AMBIENTE, CULTURA, JUSTIÇA, TRABALHO, E LAZER. SÃO 34 MILHÕES DE BRASILEIROS COM IDADE ENTRE 15 E 24 ANOS. É A PARCELA MAIS ATINGIDA PELA MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS IMEDIATAS; 40% DELES VIVEM EM FAMÍLIAS SEM RENDIMENTOS OU COM ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA. NESTE CONTEXTO, ESTÃO INCLUÍDOS JOVENS QUE SOFREM AGRESSÕES E MARGINALIDADES E JOVENS QUE PODEM TRABALHAR PARA PROMOVER O BEM DE TODOS, ATRAVÉS DO PROTAGONISMO JUVENIL.

Estratégia:	ATRAVÉS DESTE PROGRAMA SE CRIA UMA REDE DE ATENDIMENTO AO JOVEM QUE PASSA POR TRABALHOS DIRECIONADOS A INCLUSÃO SOCIAL, COM BOLSAS E CAPACITAÇÕES, APOIO AO ESTUDANTE SECUNDARISTA, TÉCNICO E SUPERIOR COM BOLSAS AUXÍLIO E ESTÁGIO, ALÉM DAS CAPACITAÇÕES PARA A INSERÇÃO DESTES JOVENS NA SOCIEDADE E NO MERCADO, MERCADO ESTE QUE TERÁ AÇÕES VOLTADAS A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, QUE ATRAVÉS DAS DEMANDAS DO EIXO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO SERÁ REALIZADO CURSOS VOLTADOS A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO JOVENS, TAMBÉM COM O APOIO DE BOLSAS, ALÉM DESTAS ÁREAS O PRINCIPAL EIXO DE IMPLEMENTAÇÃO DESTAS POLÍTICAS PASSA PELO CENTRO DA JUVENTUDE QUE JÁ É E CONTINUARÁ SENDO UMA REFERÊNCIA PARA O JOVEM BUSCAR APOIO, ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO, SENDO QUE DENTRO DESTES CENTROS TERÁ TODA UMA INFRA-ESTRUTURA DE SALAS, TELE-CENTROS, TELE-AULAS E ESPAÇO PARA ATIVIDADES CULTURAIS E ESPORTIVAS, CRIANDO UMA AMBIENTE INTEGRADO DE SOCIALIZAÇÃO, LAZER E PROFISSIONALIZAÇÃO, FORMANDO ASSIM UM JOVEM MAIS PREPARADO PARA A SOCIEDADE E O MERCADO, AUMENTANDO A QUALIDADE DE VIDA DELE E DE SUA FAMÍLIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ATENDIMENTO DE JOVENS	Nº DE JOVENS ATENDIDOS / Nº DE JOVENS A SEREM ATENDIDOS X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1219	IMPLANTAÇÃO DA CASA DO ESTUDANTE.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1220	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DOS CENTRO DA JUVENTUDE.	5.866,00	5.865,75	100,00	UNIDADE	10	9	90,00
1337	JOVEM CIDADÃO UNIVERSITÁRIO – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PALAMENTAR			
2036	PONTOS DE CULTURA.	1.013.303,00	103.590,07	10,22	UNIDADE	24	22	91,67
2037	JOVEM CIDADÃO MODALIDADE URBANO.	8.144.689,00	5.760.385,30	70,73	UNIDADE	6.000	4.700	78,33
2038	CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	119	0	0,00
2210	CONFERÊNCIAS PARA JUVENTUDE.	154.788,00	154.785,32	100,00	UNIDADE	9	9	100,00
2213	CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO.	479.852,00	479.852,00	100,00	UNIDADE	290	420	144,83
2215	JUVENTUDE SEM DROGAS.	82.652,00	82.649,30	100,00	UNIDADE	30.150	30.070	99,73
2421	JOVEM CIDADÃO UNIVERSITÁRIO.	565.915,00	381.956,49	67,49	UNIDADE	1.174	453	38,59
2422	JOVEM CIDADÃO MODALIDADE TRABALHADOR.	4.108.774,00	170.921,55	4,16	UNIDADE	4.000	0	0,00
2424	JOVEM CIDADÃO MODALIDADE BOLSA-ESTÁGIO.	1.447.968,00	1.447.967,60	100,00	UNIDADE	290	420	144,83
2425	JOVEM CIDADÃO MODALIDADE ADOLESCENTE.	313.305,00	272.812,62	87,08	UNIDADE	2.449	2.335	95,35
2426	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE APOIO AOS JOVENS.	163.480,00	146.635,50	89,70	UNIDADE	45	28	62,22
TOTAL		**16.480.592,00**	**9.007.421,50**	**54,65**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria da Juventude – SEJUV.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
21.181.285,00	13.262.291,60	62,61	7.918.993,40

3.1.26 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ

Recursos sob a Supervisão da SEFAZ tem sua base legal instituída na Lei n.º 1.969, de 31 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 2.767, de 3 de novembro de 2008.

Constituem atividades inerentes à unidade orçamentária:

- a aplicação dos recursos observados os princípios legais da Constituição Federal, mediante os repasses de ICMS, IPVA, IPI e CIDE a todos municípios tocantinenses;

- a execução dos serviços da dívida pública;

- a liquidação dos contratos bancários referente às tarifas de arrecadação de tributos estaduais e sobre a folha de pagamento dos servidores do Executivo.

As suas atribuições foram desenvolvidas por ações inseridas no programa de Gestão de Políticas Públicas. Para este programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 528.103.717,00**, com a execução de **95,97%**, ou seja, de **R$ 506.826.843,18**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 152 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0022

PROGRAMA - GESTÃO FISCAL E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL	
Objetivo:	CONTROLAR E APERFEIÇOAR OS PROCEDIMENTOS DAS ÁREAS DE EXECUÇÃO FISCAL, FINANCEIRA E CONTÁBIL.
Justificativa:	PARA QUE OS GASTOS PÚBLICOS TENHAM MAIOR TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE É NECESSÁRIO QUE HAJAM CONTROLE E APERFEIÇOAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DAS ÁREAS DE EXECUÇÃO FISCAL, FINANCEIRA E CONTÁBIL.
Estratégia:	CONTROLAR TODOS OS CONTRATOS PACTUADOS COM ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS E EFETUAR PAGAMENTOS, ADMINISTRAR OS CONTRATOS FIRMADOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS NA EXECUÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL, CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS, EFETUAREM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE TÍTULOS E REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES À UNIÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	**Fórmula do Cálculo**	**Índice Atual**	**Data da Apuração**	**Índice Desejado**
-	-	-	-	-

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
2227	ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA DE SERVIÇOS DE INTERESSE PÚBLICO.	388.000,00	354.422,80	91,35	UNIDADE	2	1	50,00
2229	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.	96.520,00	84.887,83	87,95	UNIDADE	496	367	73,99
6003	ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS.	4.400.000,00	4.106.309,41	93,33	UNIDADE	10	10	100,00
6004	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS.	346.979.802,00	326.790.274,94	94,18	UNIDADE	139	139	100,00
6005	CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP.	31.741.000,00	31.175.961,02	98,22	PERCENTUAL	2	3	150,00
6006	ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA E DE SEUS SERVIÇOS.	66.257.889,00	66.166.650,21	99,86	UNIDADE	74	61	82,43
6007	ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA E DE SEUS SERVIÇOS.	78.240.506,00	78.148.336,97	99,88	UNIDADE	6	5	83,33
TOTAL		**528.103.717,00**	**506.826.843,18**	**95,97**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 dos Recursos sob a Supervisão da SEFAZ.

3.1.27 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN

A unidade orçamentária foi criada pela Lei n.º 727, de 18 de janeiro de 1995. A Reserva de Contingência destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, sendo a sua forma de utilização e o respectivo montante definidos com base na Receita Corrente Líquida, e estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO. O valor da reserva inicialmente prevista na LOA foi de **R$ 79.872.154,00**, tendo sido utilizado para atender aos créditos adicionais, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 153 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA

PROGRAMA – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Objetivo:	Reserva de contingência.
Prazo de Execução:	2008-2011

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS				
		RECURSOS (R$)				
N.°	Descrição	Orç. Inical	Redução	Autorizado	Empenhado	% Exec.
9999	Reserva de Contingência	79.872.154,00	79.872.154,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		**79.872.154,00**	**79.872.154,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 dos Recursos sob Supervisão da SEPLAN.

3.1.28 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

A Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Governador do Estado, foi instituída pelo Decreto n.º 2.915, de 02 de janeiro de 2007, tem a finalidade da formulação e da implementação das políticas de habitação e desenvolvimento urbano do Estado do Tocantins, integradas e abrangentes, compatíveis com o desenvolvimento sustentado dos aglomerados urbanos, cabendo-lhe, dentre outros:

I – a gestão do patrimônio imobiliário urbano pertencente ao Estado;

II – a execução de projetos e empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural;

III – fomentar as iniciativas públicas e privadas que tenham por finalidade a melhoria tecnológica e a redução de custos da habitação popular;

IV – operacionalizar a política de desenvolvimento urbano;

V – organização de banco de dados sobre habitação;

VI – a administração do processo liquidante das empresas Cia. De Desenvolvimento do Estado do Tocantins – CODETINS e Cia. de Armazéns e Silos do Estado do Tocantins – CASETINS, enquanto perdurar a liquidação.

Em consonância com as macrodiretrizes nacionais e em cumprimento com aos macroobjetivos do Governo do Estado, sua missão está pautada na gestão eficiente dos programas habitacionais e desenvolvimento urbano, promovendo a qualidade de vida com inclusão social dos cidadãos, beneficiando a toda população urbana em situação precária e famílias carentes em áreas urbanas e rurais.

O principal objetivo da gestão das políticas do setor é assegurar o cumprimento das funções inerentes à formulação, o planejamento, o gerenciamento, a execução e a supervisão das políticas voltadas ao setor habitacional e desenvolvimento urbano, mantendo a sinergia entre as entidades e os municípios do Estado com a implementação dos programas por eles executados, utilizando como estratégia fundamental à celebração de convênios, acordos e parcerias que garantam a continuidade e a interiorização das ações de Governo fortalecendo a gestão das cidades.

As atribuições da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Finalísticos, Serviço ao Estado e de Gestão de Políticas Públicas. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 151.985.956,00**, com execução de **R$ 20.705.422,12,** como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 154 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	644.434,00	443.804,12	68,87	200.629,88
Manutenção de Serviços de Transportes	286.932,00	222.988,66	77,71	63.943,34
Manutenção de Recursos Humanos	5.237.082,00	5.026.142,55	95,97	210.939,45
Ações de Informática	59.510,00	35.485,44	59,63	24.024,56
TOTAL	**6.227.958,00**	**5.728.420,77**	**91,98**	**499.537,23**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

QUADRO 155 - FINALÍSTICO - 0097

PROGRAMA – MINHA CASA	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO E QUALITATIVO, VIABILIZANDO O ACESSO À MORADIA DIGNA.
Justificativa:	COM A DIVISÃO DO ESTADO DE GOIÁS, OS MUNICÍPIOS INCORPORADOS AO ESTADO DO TOCANTINS,APRESENTAVAM DEMASIADA CARÊNCIA HABITACIONAL, SITUAÇÃO AGRAVADA COM O PROCESSO MIGRATÓRIO CHEGANDO AO DÉFICIT DE 70.000 UNIDADES HABITACIONAIS (FONTE MIN.DAS CIDADES/2000). ATÉ 2002 OS PROGRAMAS HABITACIONAIS DESENVOLVIDOS NO ESTADO ERAM CONCENTRADOS E VINCULADOS A POLÍTICAS CLIENTELISTAS, NÃO INTEGRADAS E DESCONTÍNUAS. APÓS ESSE PERÍODO, INSTITUI-SE NO ESTADO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL DESCENTRALIZADA E DEMOCRÁTICA QUE SERÁ CONSOLIDADA A PARTIR DO PROGRAMA HABITAÇÃO PARA TODOS NÓS, ONDE A INCLUSÃO SOCIAL, A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DO RECURSO PÚBLICO, DARÁ CUMPRIMENTO AO COMANDO CONSTITUCIONAL E PLENO ATENDIMENTO À LEI Nº 10.257/2001 QUE REGE O ESTATUTO DAS CIDADES GARANTINDO O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.
Estratégia:	O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS POR MEIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANOSEHAB, ESTARÁ DESENVOLVENDO A POLÍTICA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADES E MOVIMENTOS DE LUTA PELA MORADIA, ATENDENDO O MÁXIMO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO INADEQUADA DE MORADIA: CASAS DE ADOBE/LONA/PALHA/MADEIRA OU EM ÁREAS DE RISCO. ESSAS PARCERIAS DOS ENVOLVIDOS NA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA E TÉCNICA NA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA, NA CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO, NO APOIO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS QUANTO À ELABORAÇÃO/EXECUÇÃO DO PROJETO TÉCNICO SOCIAL, FISCALIZAÇÃO DAS ETAPAS INERENTES AO PROGRAMA E AINDA A MOBILIZAÇÃO, FORTALECIMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS SERÃO EFETIVADAS POR MEIO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E/OU OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS, SENDO FUNDAMENTAIS PARA A CONSECUÇÃO DO OBJETIVO DO PROGRAMA.

Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL CONSIDERADA A EVOLUÇÃO NACIONAL	NÚMERO DE FAMÍLIAS CONTEMPLADAS COM UNIDADES HABITACIONAIS E CHEQUE MORADIA / DÉFICIT HABITACIONAL NO TOCANTINS X 100	28,14	2007	60

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1160	PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.	133.181.582,00	14.068.641,03	10,56	UNIDADE	5.000	1.925	38,50
1210	IMPLANTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS.	8.820.001,00	0,00	0,00	UNIDADE	20	0	0,00
1268	PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – E. P. DEPUTADO TOINHO ANDRADE.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PALAMENTAR			
1302	IMPLANTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	80.000,00	0,00	0,00	EMENDA PALAMENTAR			
1373	PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	90.000,00	7.590,85	8,43	EMENDA PALAMENTAR			
1399	PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PALAMENTAR			
1409	PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – E. P. DEPUTADO STALIN BUCAR.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PALAMENTAR			
1437	PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PALAMENTAR			
2278	REALIZAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO SOCIAL.	2.072.954,00	275.261,18	13,28	UNIDADE	183	5	2,73
2279	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.	217.920,00	12.801,75	5,87	UNIDADE	16	1	6,25
2280	CAPACITAÇÃO TÉCNICA DAS ENTIDADES EM PROGRAMAS HABITACIONAIS.	60.000,00	22.212,00	37,02	UNIDADE	180	70	38,89
TOTAL		**144.722.457,00**	**14.386.506,81**	**9,94**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

QUADRO 156 – FINALÍSTICO - 0098

PROGRAMA – CIDADE PARA TODOS	
Objetivo:	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE CIDADES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, REDUZIR OS RISCOS AMBIENTAIS E DE PROLIFERAÇÕES DE DOENÇAS ENDÊMICAS ORIUNDAS DE AUSÊNCIA DE URBANIZAÇÃO MEDIANTE SUA URBANIZAÇÃO E SUA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INTEGRANDO-AS AO TECIDO URBANO E A CIDADE LEGALMENTE CONSTITUÍDA.
Justificativa:	A EXTENSÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS URBANOS PARA ESSA CLIENTELA SERÁ UM PODEROSO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS, POIS ALEM DA HABITAÇÃO AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO CONSISTEM NOS SERVIÇOS URBANOS, TAIS COMO, REDE DE ÁGUA TRATADA, REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO ESGOTO, INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA VIÁRIO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS, A METODOLOGIA E A CONCEPÇÃO DOS PROGRAMAS PODEM VARIAR CONFORME AS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO, PODENDO OS MESMOS, SEREM COMBINADOS PARA MELHOR ATENDER A DEMANDA.
Estratégia:	O GOVERNO ESTADUAL COORDENARÁ AÇÕES SETORIAIS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO AMBIENTAL, INFRA-ESTRUTURA, E SERVIÇOS URBANOS, A FIM DE PRODUZIR GANHOS DE ESCALA NO EQUACIONAMENTO DE PROBLEMAS URBANOS, ESPECIALMENTE OS VOLTADOS ÀS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA; A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS URBANOS NAS REGIÕES CRÍTICAS DEPENDE ESSENCIALMENTE DO EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DESSES INVESTIMENTOS; A ALAVANCAGEM DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS EM COMPLEMENTAÇÃO AOS RECURSOS DE CONTRAPARTIDA DO ESTADO E MUNICÍPIOS CONTARÁ COM O APOIO DO GOVERNO FEDERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
AUMENTO DA INCLUSÃO SOCIAL URBANA	NÚMERO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA COM MELHORIA URBANA / NÚMERO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS X 100	0	2009	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2281	ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL.	50.000,00	36.710,43	73,42	UNIDADE	2	2	100,00
2282	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE LOTES URBANOS.	265.808,00	92.660,70	34,86	UNIDADE	3.000	1.000	33,33
TOTAL		315.808,00	129.371,13	40,97	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

QUADRO 157 - SERVIÇO AO ESTADO - 0120

PROGRAMA – LIQUIDAÇÃO DE ENTES ESTATAIS	
Objetivo:	PROMOVER A LIQUIDAÇÃO EXTRA-JUDICIAL DOS ENTES ESTATAIS, AUTORIZADA E REGULAMENTADA EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.
Justificativa:	EM FUNÇÃO DE AUTORIZAÇÃO LEGAL E CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, OBJETIVANDO A LIQUIDAÇÃO DE EMPRESAS DETENTORAS DE CAPITAL SOCIAL, ORIUNDO DA INTEGRALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL, FAZ-SE NECESSÁRIA A INSCRIÇÃO DE PROGRAMA QUE GARANTA O RECEBIMENTO DOS SALDOS INSCRITOS NOS CORRESPONDENTES ATIVOS E O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES REGISTRADAS NOS PASSIVOS DAS EMPRESAS EM FASE DE LIQUIDAÇÃO.
Estratégia:	A SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO, POR MEIO DE SUA ESTRUTURA OPERACIONAL COM O APOIO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA, PROCEDERÁ A LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA DE ACORDO COM OS PRECEITOS LEGAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
6016	LIQUIDAÇÃO CODETINS.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	30	0	0,00
6017	LIQUIDAÇÃO CASETINS.	14.589,00	12.135,25	83,18	PERCENTUAL	30	30	100,00
TOTAL		14.589,00	12.135,25	83,18	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

QUADRO 158 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0123

PROGRAMA – GESTÃO DAS CIDADES – MORAR BEM	
Objetivo:	PROMOVER O PLANEJAMENTO E A FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO, COORDENANDO OS PROGRAMAS POR MEIO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, OBJETIVANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E A INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA POPULAÇÃO.
Justificativa:	A SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO, OBEDECENDO AOS DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 1.950 DE 07 DE AGOSTO DE 2008, REGULAMENTADA POR MEIO DO DECRETO ESTADUAL Nº 3.460 DE 12 DE AGOSTO DE 2008 QUE ESTABELECE A SUA ESTRUTURA OPERACIONAL, DEFININDO SUA FINALIDADE E DELIMITANDO SUAS COMPETÊNCIAS QUE NORTEIAM A GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL E DESENVOLVIMENTO URBANO, É RESPONSÁVEL PELA INTEGRAÇÃO DAS CIDADES AO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO DO ESTADO. PARA TANTO, O ESCOPO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS GRAFADOS NESTA UNIDADE GESTORA, OBJETIVAM O CUMPRIMENTO DA MISSÃO INSTITUCIONAL INTERDEPENDENTE DA FORMULAÇÃO DAS DIRETRIZES, APOIO LOGÍSTICO E SUPORTE NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, NO QUE SE REFERE AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO, CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, COMANDO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, FORTALECERÁ A REALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS E CONTRIBUIRÁ EFETIVAMENTE PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS, SEDIMENTANDO A GESTÃO FOCADA EM RESULTADOS E MELHORIA DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO BENEFICIÁRIO.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO DA GESTÃO DA MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO DAR-SE-Á POR INTERMÉDIO DA SEHAB EM CONJUNTO COM SUA VINCULADA AHDU, OTIMIZANDO OS RECURSOS DOS FUNDOS ESPECIAIS, COM VISTAS AO FINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS, EFETIVANDO A PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, PRINCIPALMENTE DOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES PRIVADAS ALIADAS NO PROPÓSITO DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO. FUNDAMENTALMENTE A SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA DAR-SE-Á PELA CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS ATORES INTERNOS E EXTERNOS; COM BANCO DE DADOS ESTRUTURADO, INFORMATIZADO E ATUALIZADO EM TEMPO REAL, FACILITANDO O GERENCIAMENTO ÁGIL DAS AÇÕES. PARA TANTO, A READEQUAÇÃO FÍSICA DO ÓRGÃO É PARTE DA POLÍTICA ESTRUTURANTE PARA CUMPRIMENTO DAS DEMANDAS CRESCENTES NO ATENDIMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL, PACTUADOS COM O GOVERNO DO ESTADO POR MEIO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS CELEBRADOS EM 2007/2008, COM CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO ATÉ 2011. A DIVULGAÇÃO PERIÓDICA DAS INFORMAÇÕES DO SETOR, PROMOVERÁ A CONSCIENTIZAÇÃO E A PREPARAÇÃO DA SOCIEDADE PARA A CONCRETIZAÇÃO DO OBJETIVO DO PROGRAMA QUE SERÁ EFETIVADO COM A

	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, AGREGANDO A SOCIEDADE ORGANIZADA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA. SERÃO ENVOLVIDOS DEMAIS ÓRGÃOS DO GOVERNO ESTADUAL DE ACORDO COM A TRANSVERSALIDADE DAS AÇÕES E RESPECTIVAS FUNÇÕES, DEFINIDAS SUAS ATRIBUIÇÕES EM REGULAMENTAÇÃO PRÓPRIA.
Prazo de Execução:	2009-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1213	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO HABITACIONAL E DESENVOLVIMENTO URBANO.	88.753,00	88.753,00	100,00	PERCENTUAL	70	50	71,43
1214	REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DO ÓRGÃO SEDE.	172.553,00	172.553,00	100,00	PERCENTUAL	30	20	66,67
1215	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO D EINTERESSE SOCIAL.	304.725,00	52.010,91	17,07	UNIDADE	1	0	0,00
2284	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA GESTÃO HABITACIONAL E DESENVOLVIMENTO URBANO.	123.073,00	121.605,25	98,81	PERCENTUAL	60	60	100,00
2285	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA GESTÃO HABITACIONAL E DESENVOLVIMENTO URBANO.	16.040,00	14.066,00	87,69	UNIDADE	80	80	100,00
TOTAL		**705.144,00**	**448.988,16**	**63,67**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
151.985.956,00	20.705.422,12	13,62	131.280.533,88

3.1.29 SECRETARIA DE SAÚDE

Essa Secretaria Estadual de Saúde não possui orçamento, suas atividades são desenvolvidas por meio do Fundo de Saúde, que tem UG e orçamento próprio. Desta forma, a execução dos programas e ações desta importante função de governo será demonstrada no item que trata sobre os fundos.

Não obstante, o Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, definiu suas competências como sendo:

a) formular políticas de saúde pública, coordenar, executar, fiscalizar e controlar suas ações;

b) cuidar da ação preventiva em geral;

c) realizar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica;

d) promover, proteger e recuperar a saúde individual e coletiva e responsabilizar-se pela saúde ambiental;

e) exercer a vigilância e a proteção da saúde, especialmente, quanto à educação para prevenir o uso de drogas lícitas e ilícitas;

f) divulgar à sociedade informações sobre todos os serviços de saúde realizados e a forma de utilização dos mesmos;

g) prestar assistência ambulatorial e hospitalar;

h) fabricar e inspecionar a produção química, farmacêutica e correlata;

i) fornecer medicamentos de sua fabricação aos Órgãos da área da saúde e entidades públicas e particulares que prestem assistência médica à população;

j) promover treinamento, cursos e estágios aos estudantes e profissionais vinculados às atividades de saúde;

k) fomentar, no âmbito de sua atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico.

3.1.30 DEFENSORIA PÚBLICA

A Lei Complementar n.º 41, de 22 de dezembro de 2004, dispôs sobre a organização da Defensoria Pública do Estado do Tocantins e adotou outras providências, sendo posteriormente alterada pela Lei Complementar n° 46, de 03 de abril de 2006, e a Lei Complementar n.º 48, de 07 de setembro de 2006. Em 2009, essas leis foram revogadas pela Lei Complementar n° 55, de 27 de maio de 2009, que dispôs sobre a organização da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, alterada pela Lei Complementar nº. 58, de 17 de setembro de 2009. Ainda em 2009, a Lei Complementar nº. 60, de 27 de outubro de 2009, dispõe sobre a revisão geral dos subsídios dos Defensores Públicos e altera a Lei Complementar n.° 55.

A Defensoria Pública promove orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todas as áreas do Direito. No Tocantins, a Defensoria Pública atende nas áreas: Criminal, Cível, Família, Criança e Adolescente, juizados Especiais Cíveis e Criminais, Fazenda e Registros Públicos. Requer a gratuidade da justiça, acompanha os atos processuais, promove a conciliação entre as partes em conflito de interesses, interpõe recurso e promove a revisão criminal.

As suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo, Finalístico e Gestão de Políticas Publicas. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 45.386.746,00,** com execução de **70,33%**, ou seja, de **R$ 31.922.108,74**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 159 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.835.481,00	1.811.754,56	98,71	23.726,44
Manutenção de Serviços de Transportes	489.000,00	452.083,60	92,45	36.916,40
Manutenção de Recursos Humanos	22.559.376,00	21.554.790,47	95,55	1.004.585,53
Ações de Informática	194.819,00	178.950,15	91,85	15.868,85
TOTAL	**25.078.676,00**	**23.997.578,78**	**95,69**	**1.081.097,22**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Defensoria Pública.

QUADRO 160 – FINALÍSTICO - 0127

PROGRAMA – ACESSO A JUSTIÇA INTEGRAL E GRATUITA

Objetivo:	PRESTAR ASSISTÊNCIA JURÍDICA, JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA AO CIDADÃO QUE NÃO TENHA CONDIÇÃO DE PAGAR OS HONORÁRIOS DE UM ADVOGADO E AS CUSTAS PROCESSUAIS SEM PREJUÍZO DO SUSTENTO PRÓPRIO E DE SUA FAMILIA, CONTRIBUINDO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA, PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E PARA ASSEGURAR O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.
Justificativa:	A DEFENSORIA PÚBLICA FOI CRIADA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988 PARA PRESTAR ASSISTÊNCIA AOS MAIS POBRES, VISANDO PROPICIAR O ACESSO DO CIDADÃO, SEM CONDIÇÕES ECONÔMICAS AOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS, OBSERVA-SE QUE O CRESCIMENTO DA COBERTURA DO SERVIÇO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS, EM TODO O PAÍS, NÃO FOI SUFICIENTE PARA ACOMPANHAR O CRESCIMENTO DA COBERTURA DO PODER JUDICIÁRIO. NESTE CONTEXTO, A DEFENSORIA NO ESTADO ENCONTRA-SE EM UM NÍVEL CONSIDERADO MÉDIO BAIXO, NECESSITANDO AMPLIAR SEU ATENDIMENTO, SENDO ASSIM É NECESSÁRIO CRIAR MAIS PROGRAMAS DIRECIONADOS EM INSERIR A POPULAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL, DE UMA SOCIEDADE QUE SE QUEIRA JUSTA.
Estratégia:	A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA CONSISTE EM AÇÕES COM MECANISMOS E INSTRUMENTOS EFICAZES, MULTISETORIAIS E PARTICIPATIVO, NA FORMA DE EXECUÇÃO DIRETA COM AS DIVERSAS ESFERAS GOVERNAMENTAIS, ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, POR MEIO DE PARCERIAS E TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. ESTRATÉGIAS QUE VISAM: GARANTIR A QUALIDADE AOS SERVIÇOS OFERECIDOS AO CIDADÃO ECONOMICAMENTE DESFAVORECIDO; PROMOVER O ATENDIMENTO SÓCIO-JURÍDICO FIXO E ITINERANTE EM TODO O ESTADO; ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E ATENDIMENTO EMERGENCIAL, QUANDO NECESSÁRIO, E OUTROS SERVIÇOS DE DIREITOS GARANTIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EFICÁCIA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	SOMATÓRIO DA TAXA DAS AÇÕES DIVIDIDO PELA QUANTIDADE DAS AÇÕES	12,8	31/07/2008	76

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2431	ATENDIMENTO SOCIO-JURIDICO ESPECIALIZADO.	718.863,00	109.410,03	15,22	UNIDADE	60.000	-	-
2432	CONCESSÃO DE BOLSA-ESTÁGIO A ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO.	563.000,00	333.810,78	59,29	UNIDADE	90	-	-
2433	ATENDIMENTO SÓCIO-JURÍDICO INTEGRAL AO USUÁRIO DOS SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA.	2.472.041,00	1.725.573,08	69,80	UNIDADE	130.000	-	-
TOTAL		**3.753.904,00**	**2.168.793,89**	**57,77**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Defensoria Pública.

QUADRO 161 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0128

PROGRAMA – GESTÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	
Objetivo:	FORTALECER A INSTITIIÇÃO EM PAPEL POLÍTICO E SOCIAL, RELEVANTE PARA O CONTEXTO NACIONAL, BEM COMO, MANTER RELAÇÕES INSTITUCIONAIS CONSTANTES COM OS DEMAIS PODERES, ATÉ MESMO COM INSTITUIÇÕES SIMILARES EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL, CONTRIBUINDO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO DE SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.
Justificativa:	O PROGRAMA VISA ESTRUTURAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA NOS MUNICIPIOS,PROMOVENDO A QUALIDADE NOS ATENDIMENTOS, DIVULGANDO OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA INSTITUIÇÃO, ENVOLVENDO ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS EM PROGRAMAS SÓCIO-EDUCATIVOS PARA OS MUNICIPIOS DE DIFÍCIL ACESSO E DE BAIXA RENDA PER CAPTA, PROPORCIONANDO A COMUNICADE LOCAL ACESSO AOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS, OBJETIVANDO AMENIZAR OS PROBLEMAS REGIONAIS APRESENTADOS COMO: MOROSIDADE NOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS, DIFICULDADE DA POPULAÇÃO AO ACESSO À JUSTIÇA, ALTO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE, ENTRE OUTROS PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELA POPULAÇÃO DE CADA LOCALIDADE TOCANTINENSE.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO POR MEIO DE PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS, COOPERAÇÃO TÉCNICA COM OS SETORES PÚBLICOS: FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, ALÉM DO SETOR PRIVADO E COMUNIDADE EM GERAL. O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA COMPREENDENDO CONSTRUÇÕES, REFORMAS, MELHORIAS E AMPLIAÇÕES NAS ESTRUTURAS FÍSICAS DA SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL E DAS UNIDADES DE ATENDIMENTOS INSTALADAS EM DIVERSOS MUNICIPIOS DO TOCANTINS, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA ATENDER AS COMARCAS NO INTERIOR DO ESTADO , AS COORDENADORIAS E A SEDE ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA; APARELHAR E EQUIPAR COM MOBILIÁRIOS AS REFERIDAS UNIDADES; E MODERNIZAR O SISTEMA DA INFORMAÇÃO COM INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS INDISPENSÁVEIS AO DESEMPENHO DOS SERVIÇOS DA INSTITUIÇÃO. PROMOVER CURSOS E CAPACITAÇÕES PARA OS DEFENSORES PÚBLICOS E SERVIDORES VISANDO MANTER OS PROFISSIONAIS CAPACITADOS E ATUALIZADOS PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO	SOMATORIO DAS TAXAS DE TODAS A AÇÕES DIVIDIDO PELA QUANTIDADE DE AÇÕES	17,5	30/09/2008	88

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1230	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.	780.600,00	296.917,36	38,04	UNIDADE	16	-	-
1231	CONSTRUÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA EM PALMAS.	14.298.235,00	4.449.502,17	31,12	PERCENTUAL	10	-	-
1232	CONSTRUÇÃO DAS SEDES DOS NUCLEOS DA DEFENSORIA PÚBLICA..	25,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	-	-
1234	ESTRUTURAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA.	368.835,00	364.076,70	98,71	UNIDADE	11	-	-
1235	ESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO.	582.289,00	326.900,50	56,14	PERCENTUAL	25	-	-
1236	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA DEFENSORES PÚBLICOS E SERVIDORES DO QUADRO ADMINISTRATIVO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	-	-
2435	CAPACITAÇÃO FUNCIONAL PARA MEMBROS E SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA.	93.000,00	90.742,34	97,57	UNIDADE	150	-	-
2436	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS.	139.000,00	53.099,67	38,20	UNIDADE	10	-	-
2437	DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS.	270.182,00	161.206,58	59,67	UNIDADE	210	-	-
2438	REALIZAÇÃO DE VISITAS TECNICAS PELA CORREGEDORIA DA DEFENSORIA PÚBLICA.	22.000,00	13.290,75	60,41	UNIDADE	80	-	-
TOTAL		**16.554.166,00**	**5.755.736,07**	**34,77**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Defensoria Pública.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
45.386.746,00	31.922.108,74	70,33	13.464.637,26

3.2. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS ESPECIAIS

A Administração Indireta do Estado do Tocantins é composta por 15 Autarquias, 03 Fundações e 27 Fundos Especiais que atuam nas áreas administrativa, financeira, econômica e social, cujo objetivo é desenvolver as funções do Governo de forma descentralizada, obedecendo aos limites de suas atribuições e competências e observando os cinco macroobjetivos definidos no Plano Plurianual 2008/2011:

3.2.1 AUTARQUIAS

3.2.1.1 INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS

Originalmente, pela Lei n.º 29, de 21 de abril de 1989, o Chefe do Poder Executivo foi autorizado a criar a Fundação Natureza do Tocantins – NATURATINS, tendo por objetivo propiciar o estudo, a pesquisa e a experimentação no campo da proteção e controle ambiental e utilização racional dos recursos ambientais.

De acordo com esta Lei, a Fundação foi dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Nos termos da Lei n.° 29, de 21 de abril de 1989, o Chefe do Poder Executivo Estadual baixou o Decreto n.° 1.100, de 30 de junho de 1989, instituindo a Fundação Natureza do Tocantins, com personalidade jurídica de direito privado, com vistas a atender os objetivos já definidos na própria lei que autorizou a criação, bem como o correspondente Estatuto.

O Decreto n.° 1.024, de 30 de maio de 1990, dispôs sobre a aprovação do Regimento Interno da Fundação Natureza do Tocantins. A Política Ambiental do Estado do Tocantins foi definida pela Lei n.° 261, de 20 de fevereiro de 1991, regulamentadas pelo Decreto n.° 10.459, de 08 de junho de 1994, alterado pelo Decreto n.° 429, de 17 de abril de 1997.

A Lei n.° 858, de 26 de julho de 1996, criou o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma de autarquia, e que substituiu a Fundação Natureza do Tocantins, sucedendo-a em direitos, obrigações, patrimônio, bem como dotações orçamentárias.

O Decreto n.° 311, de 23 de agosto de 1996, homologou o Regulamento do Instituto Natureza do Tocantins, vigente até a presente data. Assim, tem-se que a situação atual do NATURATINS – Instituto de Natureza do Tocantins, o define como autarquia, por natureza regida pelas normas de direito público, criada

pela Lei n.° 858, de 26 de julho de 1996 e que teve seu Regulamento aprovado pelo Decreto n.° 311, de 23 de agosto de 1996.

A missão precípua do Instituto de Natureza do Tocantins é aquela definida pela Lei n.° 29, de 21 de abril de 1989, qual seja, promover o estudo, a pesquisa e a experimentação no campo da proteção e controle ambiental e utilização racional dos recursos ambientais, para tanto devendo funcionar como órgão técnico do Governo do Estado, propiciando o estabelecimento de normas e padrões de controle ambiental e atuando na fiscalização do cumprimento da legislação pertinente, buscando proporcionar capacitação de pessoal e na prestação de serviços ambientais.

Consoante estatuiu a Lei n.° 858/96 são de competência do Instituto Natureza do Tocantins: 1 – a execução da política ambiental do Estado; 2 – o monitoramento e o controle ambiental; 3 – a fiscalização do cumprimento da legislação ambiental; 4 – a prestação de serviços correlatos que lhe sejam atribuídos resultante de convênios, acordos e contratos.

Com vistas à consecução de seus objetivos, o Instituto poderá: manter intercâmbio com órgãos ou entidades brasileiras ou internacionais; celebrar acordos, convênios, contratos e ajustes com órgãos ou entidades públicas ou privadas; e instalar ou suprimir dependências em todo o território estadual.

As atribuições do Instituto Natureza do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 18.959.751,00,** com execução de **87,57%**, ou seja, de **R$ 16.603.673,81**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 162 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	895.870,00	807.858,85	90,18	88.011,15
Manutenção de Serviços de Transportes	525.561,00	341.843,42	65,04	183.717,58
Manutenção de Recursos Humanos	15.739.424,00	15.380.104,43	97,72	359.319,57
Ações de Informática	157.029,00	54.887,93	34,95	102.141,07
TOTAL	**17.317.884,00**	**16.584.694,63**	**95,77**	**733.189,37**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

QUADRO 163 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 0076

PROGRAMA – GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	
Objetivo:	PLANEJAR A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS, ALÉM DE COORDENAR, AVALIAR E CONTROLAR OS DEMAIS PROGRAMAS A PARTIR DA GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA.
Justificativa:	ATENDER AS NECESSIDADES DE FORTALECIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO TOCANTINENSE, OBSERVANDO A LEI Nº 261 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	IMPLEMENTAR MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL DE FORMA INTEGRADA, COM A DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS, A PARTIR DA CAPACITAÇÃO TÉCNICA, UTILIZAÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE NOS PROCEDIMENTOS DE COLETA E PROCESSAMENTO DOS DADOS DE CAMPO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EXECUÇÃO DE INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL	(Nº DE INSTRUMENTOS DA POLÍTICA IMPLEMENTADA / Nº DE INSTRUMNETOS DA POLÍTICA EXISTENTE) X 100	53	2008	92,5

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3007	CAPACITAÇÃO TÉCNICA.	36.440,00	18.979,18	52,08	UNIDADE	300	15	5,00
3247	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NA SEDE, UNIDADES REGIONAIS E AREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL.	1.605.427,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
TOTAL		**1.641.867,00**	**18.979,18**	**1,16**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
18.959.751,00	16.603.673,81	87,57	2.356.077,19

3.2.1.2 AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR

A Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR, foi criada em 02 de janeiro de 2007, por meio da Lei Estadual n.º 1.758, sob a forma de autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tem personalidade jurídica de direito público, revestida de poder de polícia, vinculada ao Gabinete do Governador, sendo regida por Regulamento Próprio (Decreto Estadual n.º 3.133, de 10 de setembro de 2.007), e o seu regimento estabelecido por meio da Resolução – ATR n.° 036, de 10 de dezembro de 2009.

Compete à ATR a regulação dos serviços públicos prestados no Estado do Tocantins, de sua competência ou a ele delegados por outros entes da Federação, em decorrência de legislação, convênio ou contrato, que deve ser exercida, em especial nas seguintes áreas: geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; terminais aeroportuários, hidroviários e rodoviários; comunicações; saneamento, compreendidos o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem, a coleta e a disposição de resíduos sólidos; petróleo, seus derivados, e álcool combustível; mineração; transporte intermunicipal de passageiros; inspeção de segurança de veículos; serviços ou uso de bens públicos e outras atividades que caracterizem a prestação de serviço em regime de delegação.

Suas atividades foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizado recursos na ordem de **R$ 6.349.446,00**, com

execução de **49,25%**, ou seja, de **R$ 3.127.380,25**, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

QUADRO 164 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	853.856,00	381.472,71	44,68	472.383,29
Manutenção de Serviços de Transportes	265.000,00	94.983,99	35,84	170.016,01
Manutenção de Recursos Humanos	2.292.756,00	2.212.579,70	96,50	80.176,30
Ações de Informática	76.807,00	50.301,18	65,49	26.505,82
TOTAL	**3.488.419,00**	**2.739.337,58**	**78,53**	**749.081,42**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR.

QUADRO 165 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0053

PROGRAMA - REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Objetivo:	REGULAMENTAR, CONTROLAR E FISCALIZAR CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E AUTORIZADAS QUE EXERÇAM SERVIÇOS, USO DE BENS PÚBLICOS E OUTRAS ATIVIDADES QUE CARACTERIZEM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.
Justificativa:	FACE À IMPLEMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, SE FAZ NECESSÁRIO ASSEGURAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA VISANDO À SATISFAÇÃO DO CIDADÃO.
Estratégia:	AS AÇÕES DE REGULAÇÃO, NORMALIZAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS, SERÃO IMPLEMENTADAS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS, PARCERIAS COM ESTADOS, MUNICÍPIOS E SETORES PRIVADOS, COM AS DIVERSAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE REGULAÇÃO. AS AÇÕES SERÃO CONDUZIDAS, FAZENDO COM QUE ESSAS INFORMAÇÕES CHEGUEM AOS USUÁRIOS, A FIM DE SANAR AS DEFICIÊNCIAS, AUSÊNCIAS DESSAS AÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS COM DELEGAÇÃO	(QUANTIDADE DE CONTRATOS REGULADOS) / (QUANTIDADE DE CONTRATOS COM REGULAÇÃO DELEGADA NO PERÍODO) - (POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS ATENDIDA COM SERVIÇOS PÚBLICOS REGULADOS) / (POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO)	10	2007	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4114	DESENVOLVIMENTO DA FISCALIZAÇÃO.	2.345.115,00	387.130,75	16,51	UNIDADE	53	53	100,00
4115	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS NA ÁREA DE SANEAMENTO, TRANSPORTE E ENERGIA ELÉTRICA.	300.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4116	DIVULGAÇÃO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS.	55.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	5	0	0,00
4117	CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS DOS MUNICÍPIOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	6	0	0,00
4403	DISPONIBILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE OUVIDORIA.	912,00	911,92	99,99	UNIDADE	1	1	100,00
4404	REALIZAÇÃO DE CURSOS PARA OS SERVIDORES DA ATR.	150.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	15	0	0,00
4405	REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS /	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00

	USUÁRIOS.							
4406	PROMOÇÃO DE FÓRUNS DE DEFESA DOS CIDADÃOS / USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS REGULADOS.	10.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
TOTAL		**2.861.027,00**	**388.042,67**	**13,56**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
6.349.446,00	3.127.380,25	49,25	3.222.065,75

3.2.1.3 ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS – ETSUS

A Escola Técnica de Saúde Dr. Gismar Gomes, criada pelo Decreto n.º 1.564, de 19 de agosto de 2002, e instituída sob o modelo de gestão autárquica em regime especial disposto pela Lei n.º 1.369, de 27 de março de 2003, alterada pela Lei n.º 2.243, de 04 de dezembro de 2009, Decreto n.º 3.804, de 23 de setembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura operacional da Escola Técnica de Saúde do Tocantins – ETSUS, combinado com os Decretos n.º 3.454 e n.º 3.456, ambos do dia 08 de agosto de 2008, que dispõem, respectivamente, que a Assessoria de Comunicação e o NUSCIN têm suas unidades setoriais nas respectivas estruturas operacionais dos órgãos e entidades, Decreto n.º 1.914, de 19 de novembro de 2003, que aprovou seu Estatuto, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 1.570, datado de 27 de novembro de 2003, Ato de Nomeação n.º 2902 – NM, de 15 de agosto de 2008, Ato de Exoneração n.º 2.975 – EX, de 09 de setembro de 2009 e Ato de Nomeação n.º 3.025 – NM, de 10 de setembro de 2009, que nomeia Aldenira Freitas Campos Gomes, para exercer o cargo de Presidente da Escola Técnica de Saúde Dr. Gismar Gomes.

As atividades desta Autarquia foram desenvolvidas em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 2.404, de 26 de abril de 2005, utilizando os recursos do Fundo Estadual de Saúde, que trata da descentralização da execução orçamentária e financeira do referido fundo.

A Escola Técnica de Saúde Dr. Gismar Gomes é uma autarquia sob regime especial, vinculada à Secretaria da Saúde, dotada de personalidade jurídica de Direito Público e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro em Palmas, Capital do Tocantins, atuação em todo o território do Estado e prazo de duração indeterminado. A Escola pode estabelecer parcerias mediante cooperação associativa de natureza técnico-científico-financeira com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras. As implementações das ações são de forma gradual e progressiva, compatibilizando a operacionalização com a disponibilidade orçamentário-financeira.

A ETSUS tem como missão “promover a formação de recursos humanos em nível básico, técnico e pós-técnico, desenvolvendo competências que

atendam às demandas dos serviços de saúde e mercado de trabalho, possibilitando a melhoria de vida da comunidade tocantinense".

As atribuições da ETSUS foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico – Desenvolvimento Técnico em Saúde. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 66.000,00**, com execução de **61,69%**, ou seja, de **R$ 40.716,91**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 166 – FINALÍSTICO - 0024

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO TÉCNICO EM SAÚDE	
Objetivo:	PROMOVER A QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM NÍVEL BÁSICO, TÉCNICO E PÓS-TÉCNICO.
Justificativa:	AS MUDANÇAS DA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DO SETOR SAÚDE (PACTO DA SAÚDE) EXIGEM CLARAMENTE NO QUE SE REFERE ÀS NECESSIDADES DE OFERTA E DE QUALIDADE DE RECURSOS HUMANOS, O QUE TRAZ ENORMES PREJUÍZOS A SAÚDE PÚBLICA E AO ESTABELECIMENTO DE UMA REDE DE PROMOÇÃO A SAÚDE. PARA SUPRIR A DEMANDA EXISTENTE EM DETERMINADAS ÁREAS, O ESTADO DO TOCANTINS CONTA COM A ETSUS QUE POSSUI POTENCIALIDADES E COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS AO LONGO DESSES ANOS QUE FORTALECEM SUA POSIÇÃO DE ESCOLA PROFISSIONAL A SERVIÇO DO SUS, EM TERMOS DE FORMAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E PÓSTÉCNICA. NESTE SENTIDO A ETSUS PRIMA POR UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM VISTA À PROMOÇÃO DE UM ATENDIMENTO MAIS HUMANIZADO E DE MELHOR QUALIDADE.
Estratégia:	IMPLEMENTAR ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE TODA EQUIPE E PRESTADORES DE SERVIÇOS DA ETSUS. ORGANIZAR FÍSICA E ADMINISTRATIVAMENTE OS CURSOS: TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS, TÉCNICO EM RADIOLOGIA, TÉCNICO EM VIGILÂNCIA DA SAÚDE, TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, TÉCNICO EM HEMOTERAPIA, TÉCNICO DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE, TÉCNICO EM GESSO, TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA E PÓS-TÉCNICO EM INSTRUMENTAÇÃO CIRÚRGICA QUE SERÃO REALIZADOS EM PALMAS E ALGUNS DESCENTRALIZADOS DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA REGIÃO. ORGANIZAR FÍSICA E ADMINISTRATIVAMENTE OS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL QUE SERÃO REALIZADOS EM PALMAS E ALGUNS DESCENTRALIZADOS DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA REGIÃO. AMPLIAR A FROTA DE VEÍCULOS DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE. COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS SERÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS DO ESTADO. PROMOVER A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COMO TAMBÉM A AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS ADMINISTRATIVOS GERAIS DE ACORDO COM AS NORMAS DO ESTADO PARA OTIMIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA ETSUS. ARTICULAÇÃO DA DIRETORIA FINANCEIRA DA ETSUS COM A SECAD E SEFAZ, PARA GERAR FOLHA DE PAGAMENTO DA ETSUS. REALIZAR A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E COMPRA DE ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, SOFTWARES E OUTROS PARA O DESENVOLVIMENTO PLENO DAS ATIVIDADES ESCOLARES. ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E OUTROS PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE EM PALMAS E EXPANSÃO DOS PÓLOS DE ARAGUAÍNA E GURUPI.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ALCANCE DA QUALIFICAÇÃO E DA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	TOTAL DE SERVIDORES DO SUS E DA COMUNIDADE HABILITADOS	2.465	03/09/2009	3.042

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4231	REALIZAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS E PÓS-TÉCNICOS – ETSUS.	66.000,00	40.716,91	61,69	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**66.000,00**	**40.716,91**	**61,69**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Escola Técnica de Saúde do Tocantins – ETSUS.

3.2.1.4 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN - TO, foi criado pela Lei n.º 308/1991, de 17 de outubro de 1991, publicada no Diário Oficial do Estado do

Tocantins n.º 105, de 03 de dezembro de 1991, entidade da administração indireta sob a forma de autarquia estadual, vinculada á Secretaria da Segurança Pública.

O Decreto n.º 8.209, de 23 de junho de 1993, dispõe sobre o Regimento Interno da Autarquia. A Lei n.° 1.950, de 07 de agosto de 2008, dispõe sobre a estrutura operacional e quadro de cargos em comissão do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN – TO, regulamentada pelo Decreto n.º 3.803, de 23 de setembro de 2009, combinado com os Decretos nº.' 3.454 e n.° 3.456, de 08 de agosto de 2008, que dispõem, respectivamente, que a Assessoria de Comunicação e o Núcleo Setorial de Controle Interno têm suas unidades setoriais nas respectivas estruturas operacionais dos órgãos e entidades.

Conforme prevê o art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1.997, no âmbito do Estado, o Departamento Estadual de Trânsito é o órgão máximo para planejar, dirigir, fiscalizar, controlar, coordenar e executar os serviços relativos ao trânsito. E para cumprimento destes objetivos deve-se valer dos seguintes serviços: Engenharia de Tráfego; Médico e Psicotécnico; Registro de Veículos; Habilitação de Condutores; Fiscalização e Policiamento; Segurança e Prevenção de Acidentes; Supervisão e Controle de Aprendizagem para Condutores; Campanhas Educacionais de Trânsito e Controle e Análise de Estatísticas.

Tem como missão principal propiciar à população tocantinense um trânsito seguro e humano, por meio de educação, engenharia e fiscalização, contribuindo de forma sustentável para a melhoria da qualidade de vida.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Previdência Social Finalísticos. Para esses programas, foram autorizados recursos na ordem de **R$ 40.034.910,00**, com execução de **92,27%,** ou seja, **R$ 36.941.607,57**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 167 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	6.666.140,00	6.288.658,51	94,34	377.481,49
Manutenção de Serviços de Transportes	660.449,00	334.356,24	50,63	326.092,76
Manutenção de Recursos Humanos	15.240.000,00	13.818.051,58	90,67	1.421.948,42
Ações de Informática	5.962.874,00	5.679.510,16	95,25	283.363,84
TOTAL	**28.529.463,00**	**26.120.576,49**	**91,56**	**2.408.886,51**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

QUADRO 168 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	556.000,00	539.274,44	96,99	16.725,56
TOTAL	**556.000,00**	**539.274,44**	**96,99**	**16.725,56**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

QUADRO 169 – FINALÍSTICO - 0037

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS DO DETRAN

Objetivo:	DOTAR O ÓRGÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA FÍSICA MODERNA E SUFICIENTES PARA DAR CELERIDADE AO ATENDIMENTO DO PÚBLICO EM GERAL, TORNANDO MAIS EFICIENTE E REDUZINDO O TEMPO DE ESPERA.
Justificativa:	PARA UM BOM ATENDIMENTO, SE FAZ NECESSÁRIO UMA ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA PARA DESBUROCRATIZAR OS PROCESSOS E AUMENTAR A AGILIDADE DOS MESMOS.
Estratégia:	JUNTAMENTE COM A SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO ESTADO DO TOCANTINS, ATRAVÉS DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E OBEDECENDO AS NORMAS LEGAIS, SERÃO ADQUIRIDOS E/OU CONSTRUÍDOS IMÓVEIS PARA MELHORAR O ATENDIMENTO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
RAPIDEZ E EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS	NÚMERO DE ATENDIMENTO / NÚMERO DE USUÁRIOS X 100	25	2008	15

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3043	CONSTRUÇÃO DE PISTA SINALIZADA PARA APLICAÇÃO DE PROVAS PRÁTICAS DE MOTOS.	25.000,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	50	0	0,00
3044	AMPLIAÇÃO DA SEDE DO DETRAN.	90.000,00	89.098,15	99,00	UNIDADE	1	0	0,00
3045	AQUISIÇÃO DE PRÉDIOS PARA AS CIRETRANS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3046	CONSTRUÇÃO DA CIRETRAN.	816.615,00	816.614,97	100,00	PORCENTAGEM	36	0	0,00
3047	IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PUBLICA DE TRANSITO.	0,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	50	0	0,00
TOTAL		**931.615,00**	**905.713,12**	**97,22**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

QUADRO 170 – FINALÍSTICO - 0038

PROGRAMA - TRÂNSITO SEGURO

Objetivo:	CAPACITAR OS SERVIDORES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS NA ÁREA DE TRÂNSITO, PARA DISPONIBILIZAR À COMUNIDADE, CONHECIMENTOS ESSENCIAIS À CONVIVENCIA RESPONSAVEL E SEGURA NO TRÂNSITO.
Justificativa:	PARA IMPLEMENTACAO DE PROJETOS EDUCACIONAIS, NECESSÁRIO SE FAZ QUE SERVIDORES SEJAM CAPACITADOS PARA ORIENTAR A POPULAÇÃO GERAL SOBRE SEGURANÇA NO TRÂNSITO.
Estratégia:	JUNTAMENTE COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO, SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA MILITAR E OS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO SISTEMA DE TRÂNSITO, ATRAVÉS DE PALESTRAS, SEMINÁRIOS E FISCALIZAÇÃO OSTENSIVA, DE FORMA DESCENTRALIZADA PARA DIMINUIÇÃO DOS ACIDENTES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO NO ESTADO TOCANTINS	NÚMERO MAIS RECENTE - NÚMERO DESEJADO X 100 / NÚMERO MAIS RECENTE	2.261	2008	1.583

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4067	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE TRÂNSITO.	958.046,00	938.333,46	97,94	UNIDADE	1	1	100,00
4081	EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA FORMAÇÃO DOS SERVIDORES.	103.605,00	30.357,75	29,30	UNIDADE	60	22,50	37,50
4082	EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.	319.376,00	190.785,75	59,74	UNIDADE	13	6	46,15
4083	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS.	401.925,00	298.962,75	74,38	UNIDADE	7	4	57,14
4084	BANCA EXAMINADORA MÓIVEL.	750.000,00	597.135,50	79,62	UNIDADE	400	346	86,50
4085	FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.	7.484.880,00	7.320.468,31	97,80	UNIDADE	18	18	100,00
TOTAL		**10.017.832,00**	**9.376.043,52**	**93,59**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
40.034.910,00	36.941.607,57	92,27	3.093.302,43

3.2.1.5 AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TO - foi criada pela Lei n.° 1.027, de 10 de dezembro de 1.998.

Suas atividades de Sanidade Animal e Vegetal são fundamentadas respectivamente na Lei n.° 1.082, de 1º de julho de 1.999, regulamentadas pelo Decreto Estadual n.° 860, de 11 de Novembro de 1.999, que dispõe sobre a defesa da sanidade animal no Estado do Tocantins e no Decreto Estadual n.° 1.634, de 28 de novembro de 2.002, que dispõe sobre o regulamento da defesa sanitária vegetal no Estado do Tocantins e o Decreto n.° 3.561, de 13 de novembro de 2.008, que aprova o regulamento das normas higiênico sanitárias para elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal no Estado do Tocantins.

Tem como missão planejar, coordenar e executar a Política Estadual de Defesa Agropecuária com a finalidade de promover à vigilância, a normatização, a fiscalização, a inspeção e a execução das atividades de defesa animal e vegetal.

O objetivo primordial da ADAPEC/TO é o controle zoofitossanitário dentro do Estado do Tocantins, expandindo por suas fronteiras, atingindo seu público-alvo: “toda a cadeia produtiva do setor agropecuário”.

A entidade utiliza como ferramenta para a implantação das ações as seguintes estratégias:

- planejar, coordenar, normatizar e executar as ações de defesa agropecuária do Estado, compatibilizando-as com as diretrizes da política agropecuária nos âmbitos Estadual e Federal;

- promover estudos que subsidiem o planejamento na área da defesa agropecuária;

- promover a integração das ações nas áreas de defesa agropecuária nas diversas esferas do governo;

- propor e definir a elaboração de convênios com os setores públicos e privados para a execução de serviços de defesa agropecuária, no âmbito Estadual e Federal;

- promover a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos na área de defesa agropecuária;

- promover a realização de conferências, simpósios e outros conclaves científicos na área de defesa agropecuária;

- manter intercâmbio de informações técnicas e cientificas com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais que se dediquem às atividades de defesa agropecuária.

As atribuições da ADAPEC/TO foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Finalísticos. Para essas ações foram autorizados recursos na ordem de **R$ 44.103.272,00**, com execução de **85,78%,** ou seja, **R$ 37.831.363,33**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 171 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.683.674,00	3.966.003,05	84,68	717.670,95
Manutenção de Serviços de Transportes	422.923,00	322.620,18	76,28	100.302,82
Manutenção de Recursos Humanos	31.308.475,00	30.155.167,42	96,32	1.153.307,58
Ações de Informática	336.791,00	131.412,62	39,02	205.378,38
TOTAL	**36.751.863,00**	**34.575.203,27**	**94,08**	**2.176.659,73**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC.

QUADRO 172 – FINALÍSTICO - 0012

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL	
Objetivo:	PROMOVER O SISTEMA DE DEFESA, INSPEÇÃO E SANIDADE ANIMAL, GARANTINDO A OFERTA DE PRODUTOS DENTRO DOS PADRÕES DE SANIDADE E A SUA COMERCIALIZAÇÃO COM A QUALIDADE NECESSÁRIA PARA O CONSUMIDOR FINAL, PREVENINDO, CONTROLANDO E/OU ERRADICANDO ENFERMIDADES INFECTOCONTAGIOSAS DE REBANHO, CARÊNCIAS E PARASITÁRIAS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS POSSUI DIVISAS COM 06 (SEIS) ESTADOS DA FEDERAÇÃO E UMA LOGÍSTICA PRIVILEGIADA PARA O ESCOAMENTO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, SENDO NECESSÁRIO A CONSTANTE VIGILÂNCIA ATIVA E PASSIVA DOS PROGRAMAS SANITÁRIOS E O FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, E GARANTIR PRODUTOS DENTRO DOS PADRÕES DE SANIDADE E

	INSPEÇÃO VISANDO UM PRODUTO FINAL DE MAIOR QUALIDADE PARA O CONSUMIDOR, BUSCANDO COM ISSO NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES E CONSEQUENTEMENTE UMA MAIOR GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGOS, BEM COMO UM ESPECIAL CUIDADO COM A SAÚDE PÚBLICA. O SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONSISTE PRINCIPALMENTE NA INSPEÇÃO VETERINÁRIA EM ABATEDOUROS, INSPEÇÃO A PROPRIEDADES RURAIS, FISCALIZAÇÃO EM EVENTOS COM AGLOMERAÇÕES DE ANIMAIS, FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM PRODUTOS VETERINÁRIOS E BIOLÓGICOS, FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, ATENDIMENTO A NOTIFICAÇÕES DE SUSPEITAS DE OCORRÊNCIAS DE ENFERMIDADES DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA, RASTREABILIDADE, RÁPIDO ATENDIMENTO A EMERGÊNCIA SANITÁRIA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DE PROPRIEDADES, AVALIAÇÃO SOROEPIDEMIOLÓGICO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE ESTUDO E/OU DIAGNÓSTICOS DE ENFERMIDADES. ISTO POSTO, E VISUALIZANDO QUE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA ANIMAL FAZEM PARTE DO ALICERCE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO, NÃO MAIS OBSERVADO COMO APENAS UM COMPONENTE ISOLADO DO SISTEMA, E CONSIDERANDO QUE TANTO O MERCADO INTERNO E O MERCADO DE EXPORTAÇÃO SÃO CADA DIA MAIS EXIGENTE, TRANSFORMANDO AS BARREIRAS SANITÁRIAS EM EMPECILHOS COMERCIAIS, SE FAZEM NECESSÁRIAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E/OU ERRADICAÇÃO DE ENFERMIDADES E UMA INSPEÇÃO VETERINÁRIA NOS ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM E MANIPULAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, PRESERVANDO A QUALIDADE SANITÁRIA DOS PRODUTOS, ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA.
Estratégia:	O PROGRAMA UTILIZA A ESTRUTURA FÍSICA DA AUTARQUIA E CONTINGENTE DOS SEUS MÉDICOS VETERINÁRIOS (INSPETORES AGROPECUÁRIOS), JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS (FISCAIS AGROPECUÁRIOS), QUE ATRAVÉS DE TREINAMENTOS SÃO MUNICIADOS DO APARATO TÉCNICO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, INSPEÇÃO, SUPERVISÃO, PREVENÇÃO, CONTROLE E/OU ERRADICAÇÃO DE ENFERMIDADES, MONITORAMENTO, LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO, ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO (DEFESA AGROPECUÁRIA). AS ATIVIDADES TAMBÉM SERÃO REALIZADAS NAS TRINTA BARREIRAS FIXAS ZOOSANITÁRIAS, 15 BARREIRAS VOLANTES E 10 BARREIRAS FLUVIAIS. A ADAPEC POSSUI 139 ESCRITÓRIOS LOCALIZADOS EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO. O PROGRAMA SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE DEFESA INSPEÇÃO E SANIDADE ANIMAL E AS AÇÕES SERÃO GERENCIADAS PELAS COORDENADORIAS E PELAS GERÊNCIAS DOS PROGRAMAS SANITÁRIOS. A ADAPEC-TO CONTARÁ COMO PARCEIROS O MAPA, A INICIATIVA PRIVADA, O SEBRAE, O SENAR, O CRMV, SOVETO, ENTRE OUTROS; A PARCERIA SERÁ FIRMADA EM TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CONVÊNIOS. TODAS AS ATIVIDADES SÃO REGISTRADAS E/OU COMPILADAS EM RELATÓRIOS E FORMULÁRIOS ESPECÍFICOS PARA CONTROLE DAS MESMAS, BEM COMO UM BANCO DE DADOS PARA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES PERTINENTES A DEFESA NO ESTADO, VISANDO UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO RÁPIDO E BUSCANDO UMA MAIOR CONFIABILIDADE DOS MERCADOS CONSUMIDORES. AS AÇÕES CONTIDAS NO PROGRAMA RECEBERÃO O APOIO DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ENTIDADE COMO TELEFONES, INTRANET, SISTEMA DE REDE DE COMPUTADORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS TÉCNICOS COMO GPS, MICROCOMPUTADORES, APARELHOS AUDIOVISUAIS DATA SHOW, TELEFONIA CELULAR, ENTRE OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	SOMA DO TOTAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EXPORTADO POR ANO	14,49	2010	40
ÍNDICE DE VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA NO ESTADO	REBANHO VACINADO DIVIDIDO PELO TOTAL DO ESTADO, MULTIPLICADO POR CEM	99,52	2010	99,21

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4049	INSPEÇÃO SANITÁRIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.	24.111,00	24.110,75	100,00	UNIDADE	562	511	90,93
4051	MANUTENÇÃO DA REDE DE LABORATÓRIO ANIMAL DA ADAPEC.	30.581,00	30.579,67	100,00	UNIDADE	3	3	100,00
4053	REALIZAÇÃO DO CONTROLE SANITÁRIO DAS DOENÇAS DOS ANIMAIS DE PRODUÇÃO.	5.454.344,00	2.402.854,48	44,05	km²	272.579	272.579	100,00
TOTAL		**5.509.036,00**	**2.457.544,90**	**44,61**	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC.

QUADRO 173 – FINALÍSTICO - 0045

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ADAPEC	
Objetivo:	PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO PARA ASSEGURAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AOS PRODUTORES E COMERCIANTES RURAIS.
Justificativa:	A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PROMOVE MELHOR QUALIDADE AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVE ENFOCAR SEMPRE A SIMPLIFICAÇÃO DOS SEUS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE FORMA A TORNAR-SE UMA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL COM A BUSCA DE MELHORES RESULTADOS NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ATENDENDO AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PARA UM ATENDIMENTO DE QUALIDADE AOS CIDADÃOS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO E GERENCIAMENTO DESTE PROGRAMA FICARÃO A CARGO DA ADAPEC, POR MEIO DE SUAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ACORDO COM SUAS COMPETÊNCIAS. SERÁ CONSTRUÍDA A SEDE DA ADAPEC E ALGUMAS UNIDADES LOCAIS DE SERVIÇOS NO INTERIOR DO ESTADO, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA SOB RESPONSABILIDADE DA SEINF. TAMBÉM SERÁ AMPLIADA E REALIZADA A MANUTENÇÃO DA FROTA QUE FAZ ATENDIMENTO ÀS UL-S, SERÁ IMPLEMENTADO UM PROJETO DE INFORMATIZAÇÃO QUE INTEGRARÁ TODAS AS UNIDADES, ADQUIRIDOS TRAILERS PARA APOIAR AS AÇÕES DAS BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS VOLANTES, APARELHAMENTO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS E REALIZADA A CAPACITAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES EM RELAÇÃO AS ATIVIDADE-MEIO DESTA ENTIDADE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE RECLAMAÇÕES CONTRA SERVIDORES DA ADAPEC	SOMATÓRIO DO NÚMERO DE RECLAMAÇÕES APURADAS CONTRA SERVIDORES DA ADAPEC NO DISQUE-DENÚNCIA DIVIDIDO PELO NÚMERO DE SERVIDORES DO ÓRGÃO MULTIPLICADO POR CEM	0,41	2010	0,4

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3013	CONSTRUÇÃO DOS PRÉDIOS DAS UNIDADES DE SERVIÇOS.	72.578,00	55.821,88	76,91	UNIDADE	2	0	0,00
TOTAL		**72.578,00**	**55.821,88**	**76,91**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC.

QUADRO 174 – FINALÍSTICO - 0048

PROGRAMA - EDUCAÇÃO SANITÁRIA E COMUNICAÇÃO	
Objetivo:	PROMOVER A EDUCAÇÃO SANITÁRIA AGROPECUÁRIA PARA A COMPREENSÃO E ADOÇÃO DAS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES PELOS INTEGRANTES DAS CADEIAS PRODUTIVAS, CONTRIBUINDO NA MELHORIA DA QUALIDADE E SEGURANÇA HIGIÊNICO-SANITÁRIA NA PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PARA O CONSUMO HUMANO.
Justificativa:	A EDUCAÇÃO SANITÁRIA É UM PROCESSO ATIVO E CONTÍNUO DE UTILIZAÇÃO DE MEIOS, MÉTODOS E TÉCNICAS CAPAZES DE EDUCAR E DESENVOLVER CONSCIÊNCIA CRÍTICA NO PÚBLICO-ALVO, QUE PASSA A ATUAR COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO, RESULTANDO EM COMPORTAMENTO FAVORÁVEL À SAÚDE ANIMAL, SANIDADE VEGETAL E À SEGURANÇA E QUALIDADE DOS PRODUTOS E INSUMOS AGROPECUÁRIOS, ASSEGURANDO, DESSA FORMA, A SAÚDE PÚBLICA. O PROGRAMA VISA MOBILIZAR A COMUNIDADE E INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA PARA AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA ATRAVÉS DA DIFUSÃO, POR INTERMÉDIO DOS DIFERENTES MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DE INFORMAÇÕES DE CARÁTER EDUCATIVO SOBRE DEFESA AGROPECUÁRIA.
Estratégia:	ESSE PROGRAMA SERÁ GERENCIADO PELA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA. A FORMA DE EXECUÇÃO SERÁ DIRETA COM RECURSOS ORDINÁRIOS E DE CONVÊNIOS FEDERAIS (EVENTUALMENTE). ALGUMAS AÇÕES DO PROGRAMA SERÃO EXECUTADAS ATRAVÉS DE TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES. NA ÁREA DE DEFESA ANIMAL: SENAR E VALLÉE - TERMO DE COOPERAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS; CRMV, SEAGRO, VALLÉE, SFA-TO/MAPA ATRAVÉS DE PARCERIAS EM CAPACITAÇÕES E EVENTOS. EM DEFESA VEGETAL: PARCERIAS COM INPEV, ANDEF, UNITINS AGRO, UFT, AEATO, CREA EM EVENTOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ENVOLVIMENTO DO PÚBLICO ALVO	SOMATÓRIA DO NÚMERO DE PARTICIPANTES ASSINANTES DA LISTA DE FREQÜÊNCIA NOS EVENTOS DIVIDIDO PELO PÚBLICO ALVO MULTIPLICADO POR CEM	89,39	2010	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4055	CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM DEFESA AGROPECUÁRIA.	64.980,00	64.977,95	100,00	UNIDADE	200	892	446,00
4056	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA.	80.989,00	60.835,11	75,12	UNIDADE	21	17	80,95
TOTAL		145.969,00	125.813,06	86,19	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC.

QUADRO 175 – FINALÍSTICO - 0073

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL	
Objetivo:	PROMOVER A SANIDADE E INSPEÇÃO VEGETAL PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO FITOSSANITÁRIO DO ESTADO POR MEIO DO MONITORAMENTO DE PRAGAS REFERENCIADAS OU REGULAMENTADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), DA FISCALIZAÇÃO VEGETAL INTERNA E DAS FRONTEIRAS DO ESTADO, PARA IMPEDIR A INTRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PRAGAS NAS CULTURAS TOCANTINENSES, E DO CONTROLE DO TRÂNSITO DE VEGETAIS E SUAS PARTES E DAS DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS E DO SISTEMA DE SEMENTES E MUDAS.
Justificativa:	COMO UMA DAS ÚLTIMAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS A SEREM EXPLORADAS E O POTENCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS, COM UMA POSIÇÃO LOGISTICAMENTE PRIVILEGIADA PARA O ESCOAMENTO DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS VINCULADOS AS EXCELENTES CONDIÇÕES CLIMÁTICAS PREDOMINANTES, DESPONTA COMO UM IMPORTANTE CELEIRO AGRÍCOLA NACIONAL QUIÇÁ PARA ATENDER A DEMANDA MUNDIAL POR ALIMENTOS E ENERGIA RENOVÁVEL. DITO ISTO, E VISUALIZANDO QUE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA VEGETAL FAZEM PARTE DO ALICERCE DA PRODUÇÃO E NÃO MAIS OBSERVADO COMO APENAS UM COMPONENTE ISOLADO DO SISTEMA, E CONSIDERANDO QUE TANTO O MERCADO INTERNO, MAS O MERCADO DE EXPORTAÇÃO É CADA DIA MAIS EXIGENTE, TRANSFORMANDO AS BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS (BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS) EM EMPECILHOS COMERCIAIS, SE FAZEM NECESSÁRIAS ATIVIDADES QUE MINIMIZEM A ENTRADA E DISPERSÃO DE PRAGAS, PRESERVANDO A QUALIDADE SANITÁRIA DOS PRODUTOS, ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE CONTROLE DE TRÂNSITO DE VEGETAIS, PROFILAXIA E CONTROLE DE PRAGAS, E PARALELAMENTE O INCREMENTO NOS MECANISMOS QUE ATENDAM A LEGISLAÇÃO VIGENTE NO TOCANTE AOS AGROTÓXICOS E AFINS E DO SISTEMA DE SEMENTES E MUDAS, CONSOLIDANDO UM PROCESSO PRODUTIVO LIVRE DE PRAGAS, COM ABERTURA DE MERCADOS, PREOCUPADO COM A SAÚDE DA POPULAÇÃO E DO MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	O PROGRAMA UTILIZA A ESTRUTURA FÍSICA DA AUTARQUIA E CONTINGENTE DOS SEUS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS (INSPETORES AGROPECUÁRIOS), JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS (FISCAIS AGROPECUÁRIOS), QUE ATRAVÉS DE TREINAMENTOS SÃO MUNICIADOS DO APARATO TÉCNICO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, INSPEÇÃO, SUPERVISÃO, CONTROLE DE PRAGAS, MONITORAMENTO, LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO, ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO (DEFESA AGROPECUÁRIA). AS ATIVIDADES TAMBÉM SERÃO REALIZADAS NAS BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS, ATRAVÉS DAS 30 BARREIRAS FIXAS, 15 BARREIRAS VOLANTES E 10 BARREIRAS FLUVIAIS. NESTE CONTEXTO TAMBÉM É EVIDENCIADO TODO O SEGMENTO DE CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA VEGETAL, ONDE OS PROCEDIMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO SEGUEM OS DETERMINADOS PELA INSTÂNCIA SUPERIOR DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA), QUE PRECONIZA A SUPERVISÃO DE DOCUMENTAÇÕES SANITÁRIAS COMO: PERMISSÃO DE TRÂNSITO DE VEGETAIS - PTV, CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM - CFO, CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM CONSOLIDADO - CFOC, BEM COMO DOCUMENTOS DE CONTROLE ESTADUAL: AUTORIZAÇÃO INTERNA DE TRANSPORTE DE MUDAS DE ABACAXI, LAUDO DE INSPEÇÃO DE CAMPO DE ABACAXI, DECLARAÇÃO DE DESINFECÇÃO, DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SANITÁRIAS, CONTROLE INTERESTADUAL DE TRÂNSITO DE VEGETAIS, TERMO DE NOTIFICAÇÃO, AUTO DE INFRAÇÃO, TERMO DE APREENSÃO, AUTO DE DESTRUIÇÃO E RECIBOS. TAMBÉM É EVIDENCIADO O QUE ESTABELECE AS LEGISLAÇÕES QUE REGEM O SISTEMA DE PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS, JUNTAMENTE COM AS DETERMINAÇÕES DOS AGROTÓXICOS E AFINS, COM O CONTROLE DA HORA DA VENDA DOS PRODUTOS ATÉ A DEVOLUÇÃO DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS. AS AÇÕES CONTIDAS NO PROGRAMA RECEBERÃO O APOIO DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ENTIDADE COMO TELEFONES, INTRANET, SISTEMA DE REDE DE COMPUTADORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS TÉCNICOS COMO GPS, MICROCOMPUTADORES, APARELHOS AUDIOVISUAIS DATA SHOW, TELEFONIA CELULAR, ENTRE OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS ENCAMINHADAS À DESTINAÇÃO FINAL	SOMA DA QUANTIDADE DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS ENCAMINHADAS	175.727	2010	80.000
CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE PRODUTOS DE CULTIVO TEMPORÁRIO NO TO	SOMA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE PRODUTOS DE CULTIVO TEMPORÁRIO	1,5	2010	1,5
DIAGNÓSTICO DE PHAKOPSORA PACHYRHIZI (FERRUGEM ASIÁTICA)	NÚMERO DE DIAGNÓSTICOS RELATADOS OFICIALMENTE DA OCORRÊNCIA, EM TERRITÓRIO TOCANTINENSE, DA PRAGA FERRUGEM DA SOJA	200	2010	180

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4058	FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E DA DEVOLUÇÃO DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS.	18.470,00	18.468,52	99,99	UNIDADE	1.390	1.607	115,61
4059	REALIZAÇÃO DO CONTROLE DE PRAGAS.	1.605.356,00	598.511,70	37,28	HECTARE	19.970	19.970	100,00
TOTAL		**1.623.826,00**	**616.980,22**	**38,00**	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
44.103.272,00	37.831.363,33	85,78	6.271.908,67

3.2.1.6 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS - RURALTINS

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, Autarquia Pública Estadual, foi criada por meio da Lei n.º 20, de 21 de abril de 1.989, com a finalidade de prestar assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais do Estado, cumprindo a execução orçamentária com base no Decreto n.º 3.943, de 20 de janeiro de 2010.

Tem como missão promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da agroecologia, através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento e a expansão da agricultura familiar e de suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 41.827.290,00**, com execução de **79,57%,** ou seja, **R$ 33.280.745,49**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 176 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.767.871,00	1.134.239,64	64,16	633.631,36
Manutenção de Serviços de Transportes	1.341.402,00	755.742,80	56,34	585.659,20
Manutenção de Recursos Humanos	20.535.598,00	19.624.922,96	95,57	910.675,04

Ações de Informática	433.500,00	42.654,63	9,84	390.845,37
TOTAL	**24.078.371,00**	**21.557.560,03**	**89,53**	**2.520.810,97**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.

QUADRO 177 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.	30.000,00	5.094,14	16,98	24.905,86
TOTAL	**30.000,00**	**5.094,14**	**16,98**	**24.905,86**

FONTE – PPA 2-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.

QUADRO 178 – FINALÍSTICO - 0063

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - ORGANIZAR, PRODUZIR E AGREGAR

Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO ATRAVÉS DE INICIATIVAS QUE ENVOLVAM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS, PESQUEIRAS, DE EXTRATIVISMO E OUTRAS, TENDO COMO CENTRO O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, BENEFICIANDO-OS INCLUSIVE COM O FINANCIAMENTO PARA O ACESSO À TERRA E A ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS, OBJETIVANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS.
Justificativa:	A AGROPECUÁRIA É O SUSTENTÁCULO DA ECONOMIA TOCANTINENSE. NESTE CONTEXTO, A AGRICULTURA FAMILIAR REPRESENTA CERCA DE 80% DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. ENTRETANTO, OS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE SÃO BAIXOS EM VIRTUDE DO BAIXO NÍVEL TECNOLÓGICO. UMA DAS CAUSAS IDENTIFICADA NOS ENCONTROS REGIONAIS É A ASSISTÊNCIA TÉCNICA INSUFICIENTE EM ALGUNS MUNICIPIOS E AUSENTE EM OUTROS.
Estratégia:	AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICAS AOS AGRICULTORES FAMILIARES SERÃO DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES LOCAIS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS - ULES, APOIDAS PELAS SUPERVISÕES REGIONAIS E ESCRITÓRIO CENTRAL. AS ULES SERÃO FORTALECIDAS COM RECURSOS: HUMANOS TANTO QUANTITATIVO QUANTO QUALITATIVAMENTE, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTOS DOS TRABALHOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.SERÃO UTILIZADAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS VISANDO FORTALECER OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ORGANIZAÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA	(N° DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	-
RENDA FAMILIAR MÉDIA ANUAL	RENDA FAMILIAR MÉDIA = (RENDAMONETÁRIA + RENDA NÃO MONETÁRIA)/NÚMERO DE AGRICULTORES	6.000	junho/2005	12.000
ÍNDICE DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES COM ACESSO AO CRÉDITO	(N° DE FAMÍLIAS QUE ACESSARAM O CRÉDITO / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3305	INCENTIVO A PRODUÇÃO E CONSUMO DE HORTALIÇAS - QUINTAL VERDE – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3320	INCENTIVO A PRODUÇÃO E CONSUMO DE HORTALIÇAS - QUINTAL VERDE – E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
4033	CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AGROECOSSISTEMAS.	970.115,00	224.613,98	23,15	UNIDADE	1.000	625	62,50
4034	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL AOS PRODUTORES RURAIS.	1.985.524,00	1.117.460,64	56,28	UNIDADE	30.585	26.721	87,37
4035	AQUISIÇÃO DE PRODUTO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR - COMPRA DIRETA LOCAL.	8.020.140,00	7.891.732,49	98,40	UNIDADE	1.800	2.110	117,22
4037	PROMOÇÃO DE FEIRA E ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR.	657.250,00	313.893,72	47,76	UNIDADE	11	5	45,45

4039	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES.	1.094.470,00	185.522,95	16,95	UNIDADE	8.200	850	10,37
4040	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES.	1.123.641,00	164.707,30	14,66	UNIDADE	1.002	264	26,35
4044	INCENTIVO A PRODUÇÃO E CONSUMO DE HORTALIÇAS - QUINTAL VERDE.	1.939.974,00	706.555,56	36,42	UNIDADE	123.940	71.776	57,91
TOTAL		**15.851.114,00**	**10.604.486,64**	**66,90**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.

QUADRO 179 – FINALÍSTICO - 0074

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO RURALTINS	
Objetivo:	MELHORAR A QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO USUÁRIO E ADEQUAR OS MEIOS E MÉTODOS AS NOVAS TÉCNICAS A SEREM UTILIZADAS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE UM MELHOR ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO, ADQUIRINDO EQUIPAMENTOS E MELHORANDO AS CONDIÇÕES DAS INSTALAÇÕES, PROPORCIONANDO MAIS QUALIDADE E UM MELHOR ATENDIMENTO AO PÚBLICO USUÁRIO.
Estratégia:	ESTE PROGRAMA SERÁ EXECUTADO PELA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. AS CONSTRUÇÕES E REFORMA DE ESCRITÓRIOS (ESTADUAL, REGIONAIS E LOCAIS) SERÃO FEITAS ATRAVÉS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO. AS AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS, MÓVEIS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA ENTRE OUTROS SERÃO FEITAS ATRAVÉS DE LICITAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3008	CONSTRUÇÃO DE ESCRITÓRIOS ESTADUAL, REGIONAIS E LOCAIS.	333.950,00	333.949,45	100,00	UNIDADE	1	0,75	75,00
3009	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCRITÓRIOS LOCAIS.	5.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	11	0	0,00
3010	APARELHARAMENTO E REAPARELHARAMENTO DOS ESCRITÓRIOS DO RURALTINS.	1.528.855,00	779.655,23	51,00	UNIDADE	64	32	50,00
TOTAL		**1.867.805,00**	**1.113.604,68**	**59,62**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
41.827.290,00	33.280.745,49	79,57	8.546.544,51

3.2.1.7 INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS – ITERTINS

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS, entidade de direito público interno, constituído sob a forma de autarquia, com patrimônio próprio, autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criado pela Lei n.° 87, de 27 de outubro de 1.989, tem às atribuições de suas unidades administrativas definidas no Regimento Interno, Decreto n.º 3.537, de 30 de outubro de 2.008.

O ITERTINS a fim de desenvolver as competências definidas em lei, deve:

I. Promover:

a) o aproveitamento racional das terras públicas estaduais que se prestem à exploração extrativa, pecuária ou agrícola;

b) ação discriminatória administrativa ou arrecadação sumária das terras devolutas do Estado do Tocantins, incorporando-as ao Patrimônio do Estado;

c) medição, demarcação de área e levantamento socioeconômico, visando à regularização fundiária.

II. Elaborar e implantar projetos de assentamento em terras públicas.

III. Estudar, elaborar e implantar medidas destinadas ao aperfeiçoamento dos projetos de assentamento, de modo a garantir melhores condições de vida aos beneficiários.

IV. Estabelecer com os órgãos federais, estaduais e municipais, uma política de parceria nas ações de capacitação de recursos humanos, fundiários, de assentamento de agricultores em projetos de reforma agrária e cadastro.

V. Estudar medidas de aperfeiçoamento da política agrária estadual.

VI. Estabelecer cooperação técnica com os municípios e representação de agricultores no que diz respeito a planejamento, desenvolvimento e execução da política agrária.

VII. Elaborar o plano estadual de zoneamento agrário com base em levantamento das condições ecológicas, demográficas, geográficas, econômicas e sociais que caracterizem sistemas e estruturas agrárias vigentes nas diversas regiões do Estado e permitam o conhecimento da adequada destinação, forma de uso, classificação da terra e a seleção dos tipos de extrativismo, de cultivo e de criação de maior rendimento, em função dos respectivos mercados consumidores.

VIII. Realizar os cadastros das propriedades rurais incluindo o inventário e a avaliação das terras de domínio público, bem como a revisão das alienações e concessões das mesmas, recenseando ainda os posseiros e lavradores que desejam o acesso à terra.

IX. Colaborar com outras entidades na conservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

X. Elaborar estatísticas agrárias.

XI. Promover a apreensão de documentos falsos de terras e tomar medidas cabíveis para a punição dos responsáveis.

XII. Arrecadar as importâncias correspondentes à alienação de terras e aos emolumentos.

XIII. Guardar e conservar os livros fundiários.

XIV. Criar condições para o progresso das áreas rurais mais atrasadas através da execução de projetos, planos e programas de desenvolvimento.

Sua finalidade precípua é a emissão de títulos definitivos de propriedades rurais, pois o Estado apresenta grande parte de suas terras ocupadas de forma irregular e aleatória, portanto seu público-alvo são os proprietários rurais de terras.

O ITERTINS, para realizar seus objetivos legais, poderá celebrar convênios, acordos ou ajustes com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Mediante autorização especifica do Governador do Estado, poderá contrair empréstimos com instituições financeiras nacionais ou internacionais.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Previdência Social e Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 10.568.468,00**, com execução de **71,34%,** ou seja, de **R$ 7.539.877,07**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 180 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	771.934,00	591.378,49	76,61	180.555,51
Manutenção de Serviços de Transportes	244.120,00	157.975,14	64,71	86.144,86
Manutenção de Recursos Humanos	4.605.253,00	4.515.713,62	98,06	89.539,38
Ações de Informática	29.100,00	27.718,09	95,25	1.381,91
TOTAL	**5.650.407,00**	**5.292.785,34**	**93,67**	**357.621,66**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS.

QUADRO 181 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.	5.500,00	4.448,12	80,87	1.051,88
TOTAL	**5.500,00**	**4.448,12**	**80,87**	**1.051,88**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS.

QUADRO 182 – FINALÍSTICO - 0025

PROGRAMA - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTADUAL	
Objetivo:	AUMENTAR O NÚMERO DE IMÓVEIS REGULARIZADOS, PERMITINDO ASSIM, AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL MAIOR ACESSO ÀS LINHAS DE CRÉDITO, BEM COMO, OBJETIVA ATUALIZAR O CADASTRO NACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS TEM UM GRANDE NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS NECESSITANDO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PARA QUE O PRODUTOR RURAL CONSIGA ACESSAR O CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OS PROGRAMAS VOLTADOS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA. BEM COMO O ACESSO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. DESTA FORMA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTÁ DIRETAMENTE RELACIONADA COM O AUMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO.
Estratégia:	A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO É A FINALIDADE PRECÍPUA DO ITERTINS, ONDE TODAS AS SUAS AÇÕES CONVERGEM PARA O SEU ATINGIMENTO. PARA ALCANÇARMOS A NOSSA META TORNA-SE NECESSÁRIO, A ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DAS TERRAS DEVOLUTAS PELO ESTADO, SEGUIDA DA MEDIÇÃO, DEMARCAÇÃO E VISTORIA OCUPACIONAL PARA COMPOR OS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, CULMINANDO COM A EFETIVAÇÃO DA ENTREGA DO DOCUMENTO TITULATÓRIO. SABENDO-SE QUE A NOSSA AÇÃO DE CADASTRO RURAL TORNOU-SE NECESSÁRIA, UMA VEZ QUE ESTÁ SENDO CELEBRADO UM CONVÊNIO ENTRE OS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE TERRAS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA E BID. NA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO HÁ PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS COMO: NATURATINS/SEPLAN/SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE/PGE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE TÍTULOS EMITIDOS	Nº DE TÍTULOS DEFINITIVOS EMITIDOS / Nº DE IMÓVEIS A SEREM EMITIDOS X 100	1.497	2007	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4006	ARRECADAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS.	5.242,00	4.559,31	86,98	HECTARE	142.000	184.451	129,90
4007	REALIZAÇÃO DA VISTORIA OCUPACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS.	149.016,00	149.015,01	100,00	UNIDADE	1.100	1.663	151,18
4008	REALIZAÇÃO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS.	1.761.685,00	663.389,54	37,66	HECTARE	291.610	308.113	105,66
4011	REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO.	1.002.596,00	770.850,70	76,89	HECTARE	842.164	1.730.394	205,47
TOTAL		**2.918.539,00**	**1.587.814,56**	**54,40**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS.

QUADRO 183 – FINALÍSTICO - 0026

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO ITERTINS	
Objetivo:	PROMOVER MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA ALCANÇAR UM ATENDIMENTO DE QUALIDADE AOS PRODUTORES RURAIS.
Justificativa:	PROPORCIONAR UM ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PERTINENTES. SENDO QUE A QUESTÃO FUNDIÁRIA É O INÍCIO DO PROCESSO PRODUÇÃO DO ESTADO.
Estratégia:	A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ITERTINS SE DEU PRIMEIRAMENTE COM A CONSTRUÇÃO DA SEDE DEFINITIVA LOCALIZADA EM PALMAS-TO, NO ENDEREÇO AANE 40 QI 09 LOTES 01 E 02, JÁ A PRÓXIMA FASE, SERÁ O APARELHAMENTO DOS RESPECTIVOS SETORES, AMBOS DE ACORDO COM A LEI 8.666/93, COM ELABORAÇÃO DOS PROJETOS, PROCESSO DE LICITATÓRIO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
GRAU DE SATISFAÇÃO	Nº DE PESSOAS ATENDIDAS / Nº PESSOAS A SEREM ATENDIDAS X 100	7.169	2007	11.614

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3002	AMPLIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TOPOGRAFIA E CARTOGRAFIA.	112.520,00	12.520,00	11,13	PORCENTAGEM	17	10	58,82
3003	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO ITERTINS.	300.000,00	261.600,00	87,20	UNIDADE	3	3	100,00
3004	AMPLIAÇÃO DA REDE DE INFORMAÇÃO.	100.064,00	6.554,87	6,55	PORCENTAGEM	15	9	60,00
TOTAL		**512.584,00**	**280.674,87**	**54,76**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS.

QUADRO 183 – FINALÍSTICO - 0063

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - ORGANIZAR, PRODUZIR E AGREGAR	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO ATRAVÉS DE INICIATIVAS QUE ENVOLVAM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS, PESQUEIRAS, DE EXTRATIVISMO E OUTRAS, TENDO COMO CENTRO O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, BENEFICIANDO-OS INCLUSIVE COM O FINANCIAMENTO PARA O ACESSO À TERRA E A ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS, OBJETIVANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS.
Justificativa:	A AGROPECUÁRIA É O SUSTENTÁCULO DA ECONOMIA TOCANTINENSE. NESTE CONTEXTO, A AGRICULTURA FAMILIAR REPRESENTA CERCA DE 80% DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. ENTRETANTO, OS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE SÃO BAIXOS EM VIRTUDE DO BAIXO NÍVEL TECNOLÓGICO. UMA DAS CAUSAS IDENTIFICADA NOS ENCONTROS REGIONAIS É A ASSISTÊNCIA TÉCNICA INSUFICIENTE EM ALGUNS MUNICIPIOS E AUSENTE EM OUTROS.
Estratégia:	AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICAS AOS AGRICULTORES FAMILIARES SERÃO DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES LOCAIS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS - ULES, APOIDAS PELAS SUPERVISÕES REGIONAIS E ESCRITÓRIO CENTRAL. AS ULES SERÃO FORTALECIDAS COM RECURSOS: HUMANOS TANTO QUANTITATIVO QUANTO QUALITATIVAMENTE, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTOS DOS TRABALHOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.SERÃO UTILIZADAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS VISANDO FORTALECER OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ORGANIZAÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA	(N° DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	-
RENDA FAMILIAR MÉDIA ANUAL	RENDA FAMILIAR MÉDIA = (RENDAMONETÁRIA + RENDA NÃO MONETÁRIA)/NÚMERO DE AGRICULTORES	6.000	junho/2005	12.000
ÍNDICE DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES COM ACESSO AO CRÉDITO	(N° DE FAMÍLIAS QUE ACESSARAM O CRÉDITO / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1005	REESTRUTURAÇÃO DOS PROJETOS DO FUNDO DE TERRAS CRÉDITO FUNDIÁRIO.	291.080,00	33.872,20	11,64	PERCENTUAL	20	2	10,00
2018	ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO.	651.660,00	30.789,74	4,72	UNIDADE	800	188	23,50
2019	QUALIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS E REDE DE APOIO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO.	100.480,00	25.424,53	25,30	UNIDADE	350	5	1,43
2021	MONITORAMENTO DOS PROJETOS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO.	309.899,00	193.790,53	62,53	UNIDADE	100	196	196,00
2023	REALIZAÇÃO DE VISTORIAS DOS IMÓVEIS RURAIS DO CREDITO FUNDIÁRIO.	128.319,00	90.277,18	70,35	UNIDADE	80	151	188,75
TOTAL		**1.481.438,00**	**374.154,18**	**25,26**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
10.568.468,00	7.539.877,07	71,34	3.028.590,93

3.2.1.8 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS – JUCETINS

A Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS - foi criada pela Lei n.º 07, de 23 de janeiro de 1989, regulamentada pelo Decreto n.º 105, de 20 de janeiro de 1989, sendo uma entidade da Administração Indireta, constituída sob a forma de autarquia, com personalidade jurídica de direito público, possuí sede e foro na capital do Estado, com jurisdição em todo o território nacional. É vinculada ao Governo do Estado do Tocantins por meio da Secretaria de Indústria e Comércio, e subordina-se tecnicamente ao Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC. O Registro de Empresas está estruturado de acordo com a Lei Federal n.º 8.934/1994 (Lei do Registro de Empresas), que dispõe sobre registro público de empresas e atividades afins.

Esta entidade autárquica obedece também a três Decretos, o de n.º 3.460, de 12 de agosto de 2008, que dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do Poder Executivo e adota outras providências, o qual evidencia a estrutura operacional, com a denominação das unidades setoriais da JUCETINS; e os outros dois Decretos Estaduais de n.º 3.454 e n.° 3.456, ambos do dia 8 de agosto de 2008.

A missão da Junta Comercial do Tocantins é constituir e manter um arquivo organizado e protegido referente aos atos de constituição, alteração, extinção e todos os demais documentos de interesse das empresas mercantis, sendo que os mesmos devem conter a forma e o conteúdo definidos na legislação pertinente. Deve também prestar um serviço de excelência, disponibilizando as informações requeridas e efetuando os registros solicitados dentro de um prazo inferior ao estabelecido na legislação.

Tem como objetivo a obtenção de um controle dos registros públicos das empresas mercantis no Estado.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Previdência Social e Finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 4.558.431,00**, com execução de **76,04%**, ou seja, de **R$ 3.466.274,46**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 184 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.				
AÇÕES	**AUTORIZADO**	**EXECUTADO**	**%**	**SALDO**
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	653.000,00	346.219,87	53,02	306.780,13

Manutenção de Serviços de Transportes	82.000,00	31.235,89	38,09	50.764,11
Manutenção de Recursos Humanos	2.998.431,00	2.872.978,04	95,82	125.452,96
Ações de Informática	525.000,00	124.899,72	23,79	400.100,28
TOTAL	**4.258.431,00**	**3.375.333,52**	**79,26**	**883.097,48**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS.

QUADRO 185 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.	25.000,00	17.806,04	71,22	7.193,96
TOTAL	**25.000,00**	**17.806,04**	**71,22**	**7.193,96**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS.

QUADRO 186 – FINALÍSTICO - 0083

PROGRAMA - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Objetivo:	OBTER CONTROLE DOS REGISTROS PÚBLICOS DE EMPRESAS MERCANTIS NO ESTADO.
Justificativa:	PROCEDER O REGISTRO PÚBLICO DAS EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS SUBORDINADO AS NORMAS GERAIS PRESCRITAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, EXERCIDO EM TODO O TERITÓRIO ESTADUAL.
Estratégia:	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REGISTROS MERCANTIS, CADASTRAR AS EMPRESAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS EM FUNCIONAMENTO NO ESTADO E MANTER ATUALIZADAS AS INFORMAÇÕES PERTINENTES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EMPRESAS REGISTRADAS	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3049	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIDADE.	10.000,00	612,50	6,13	UNIDADE	80	80	100,00
3050	ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DE EMPRESAS.	80.000,00	33.174,65	41,47	UNIDADE	7.000	2.700	38,57
3096	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS.	74.000,00	3.060,75	4,14	UNIDADE	2	2	100,00
3201	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA JUCETINS.	0,00	0,00	0,00	m²	250	0	0,00
4087	REGISTRO DE EMPRESAS.	111.000,00	36.287,00	32,69	UNIDADE	7.000	6.500	92,86
TOTAL		**275.000,00**	**73.134,90**	**26,59**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
4.558.431,00	3.466.274,46	76,04	1.092.156,54

3.2.1.9 INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO TOCANTINS – IPEM

Criado em 1998, pela Lei Estadual n.º 998, de 14 de julho de 1998, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins compõe a estrutura governamental na condição de autarquia vinculada à Secretaria de Indústria e Comercio. Sua estrutura organizacional foi instituída pelo Decreto n.º 3.460/2008 combinado com o Decreto n.º 3.456, que dispõe sobre núcleos setoriais de controles internos, bem como o Decreto n.° 3.454, que institui as assessorias de comunicação do Estado.

O Instituto de Pesos e Medidas do Tocantins - IPEM cumpre no exercício de suas funções junto a sociedade uma importante missão de atuar como instituição de defesa dos interesses dos consumidores e de apoio ao desenvolvimento industrial e comercial no que tange à metrologia legal e a qualidade dos bens ofertados à sociedade.

As atribuições do Instituto foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 3.091.082,00**, com execução de **94,64%,** ou seja, de **R$ 2.925.525,02**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 187 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.197.784,00	1.102.126,61	92,01	95.657,39
Manutenção de Serviços de Transportes	243.250,00	234.018,23	96,20	9.231,77
Manutenção de Recursos Humanos	1.291.082,00	1.241.132,70	96,13	49.949,30
Ações de Informática	61.838,00	53.274,00	86,15	8.564,00
TOTAL	**2.793.954,00**	**2.630.551,54**	**94,15**	**163.402,46**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM.

QUADRO 188 – FINALÍSTICO - 0078

PROGRAMA - CONTROLE E QUALIDADE	
Objetivo:	LICENCIAR, AFERIR E FISCALIZAR OS INSTRUMENTOS METROLÓGICOS, BEM COMO ASSEGURAR A QUALIDADE DOS BENS E SERVIÇOS PRODUZIDOS E OU COMERCIALIZADOS NO ESTADO.
Justificativa:	AS CONSTANTES RECLAMAÇÕES DOS CONSUMIDORES EM RELAÇÃO AOS PESOS, MEDIDAS E A QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS OFERTADOS NO ESTADO, BEM COMO PROPICIAR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE AFERIÇÃO DE INSTRUMENTOS METROLÓGICOS, QUE EXIGE QUE O IPEM FISCALIZE PARA ASSEGURAR A QUALIDADE DE BENS E SERVIÇOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Estratégia:	OS OBJETIVOS DO PROGRAMA SERÃO ALCANÇADOS COM APORTE DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO. ATRAVÉS DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA FIRMADO COM O INMETRO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
INSTRUMENTOS FISCALIZADOS	INSTRUMENTOS FISCALIZADOS / INSTRUMENTOS INSTALADOS X 100	59,50	dez/2009	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3018	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO IPEM.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3019	APARELHAMENTO DAS INSTALAÇÕES DA SEDE DO IPEM.	2.128,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4435	FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA E CONTROLE DA QUALIDADE.	295.000,00	294.973,48	99,99	UNIDADE	10.370	14.015	135,15
TOTAL		**297.128,00**	**294.973,48**	**99,27**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
3.091.082,00	2.925.525,02	94,64	165.556,98

3.2.1.10 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO - ADTUR

A Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR, autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito público, foi instituída pela Lei n.º 1.630, de 05 de dezembro de 2.005, está vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio e possuí sua estrutura operacional estabelecida pelo Decreto n.° 3.875, de 12 de novembro de 2009, e ainda os Decretos n.° 3.454 e n.° 3.456.

Tem como finalidade promover e sustentar o turismo no Estado, observando suas potencialidades e singularidades, para a formatação e comercialização dos produtos e estruturação dos serviços turísticos em nível regional, nacional e internacional.

Para atingir sua finalidade, a ADTUR tem como missão tornar a atividade turística um importante instrumento de desenvolvimento econômico para o Estado por meio da elaboração e gestão de políticas públicas que promovam o turismo como atividade sustentável. E tem como visão, para os próximos cinco anos, ser o órgão norteador da atividade turística do Estado, reconhecido como referência em gestão pública.

Municípios com potencial turístico, organizações públicas e privadas do setor turístico e trabalhadores do turismo é o seu público-alvo, que procuram a solução de problemas causados pelo baixo índice de aproveitamento do potencial turístico do Estado.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$**

11.829.053,00, com execução de **47,87%**, ou seja, de **R$ 5.662.577,01**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 189 - APOIO ADMINISTRATIVO – 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	341.200,00	180.599,29	52,93	160.600,71
Manutenção de Serviços de Transportes	243.000,00	113.918,48	46,88	129.081,52
Manutenção de Recursos Humanos	2.804.066,00	2.707.497,47	96,56	96.568,53
Ações de Informática	60.000,00	7.372,12	12,29	52.627,88
TOTAL	**3.448.266,00**	**3.009.387,36**	**87,27**	**438.878,64**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR.

QUADRO 190 – FINALÍSTICO - 0066

PROGRAMA - PROMOÇÃO DO TURISMO DE NATUREZA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Objetivo:	PROMOVER E CONSOLIDAR PRODUTOS TURÍSTICOS, CONTRIBUINDO PARA A GERAÇÃO DE RENDA E INCLUSÃO SOCIAL ÀS COMUNIDADES DO ENTORNO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Justificativa:	O TURISMO DE NATUREZA PODE CONTRIBUIR DE FORMA SUSTENTÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE EMPREGOS, UTILIZAÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS E VALORIZAÇÃO DOS SABERES LOCAIS.
Estratégia:	REALIZAR PARCERIA COM ÓRGÃOS DE PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, EMPRESAS, INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E PESSOAS SINGULARES, ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS, ACORDOS E PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO; COMPATIBILIZAR AS ATIVIDADES DE TURISMO E NATUREZA COM AS CARACTERÍSTICAS ECOLÓGICAS E CULTURAS DE CADA LOCAL, RESPEITANDO AS RESPECTIVAS CAPACIDADES DE CARGA; IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS ECOMUSEOLÓGICOS E DE SINALIZAÇÃO ADEQUADA ÀS FUNÇÕES DE RECEPÇÃO, INFORMAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E VISITAS TURÍSTICAS , ATRAVÉS DE INFRAESTRUTURA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS; INCENTIVAR PRÁTICAS TURÍSTICAS, DE LAZER E RECREIO NÃO NOCIVAS PARA O MEIO NATURAL E COMPATÍVEIS COM A SUA PRESERVAÇÃO; DIVULGAR AS MANIFESTAÇÕES TRADICIONAIS E ETNOGRÁFICAS LOCAIS QUE CONTRIBUAM PARA A DIVULGAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL COMO FORMA DE AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE OFERTA DE PRODUTOS TURÍSTICOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	POPULAÇÃO SASTISFEITA / POPULAÇÃO LOCAL X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3056	DESENVOLVIMENTO E FOMENTO A PROJETOS DE BASE COMUNITÁRIA.	831.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	11	0	0,00
3057	PRODUÇÃO DO MANUAL OPERACIONAL DAS ATIVIDADES DE VISITAÇÃO E ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.	15.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4097	IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.	1.031.047,00	0,00	0,00	UNIDADE	9	0	0,00
TOTAL		**1.877.047,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR.

QUADRO 191 – FINALÍSTICO - 0068

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	
Objetivo:	PROMOVER O TURISMO COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, PELA ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS, DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA, QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO E AUMENTO DE SUA INSERÇÃO COMPETITIVA NO MERCADO E PROPORCIONANDO CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO E À EXPANSÃO DA INICIATIVA PRIVADA.
Justificativa:	O SEGMENTO DO TURISMO VEM SE CONSTITUINDO NO TOCANTINS UMA IMPORTANTE ATIVIDADE NA GERAÇÃO DE OCUPAÇÃO E RENDA, BEM COMO NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNIDADES LOCAIS. O TURISMO É UMA FERRAMENTA QUE PODE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE FORMA HARMÔNICA COM A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. O POTENCIAL TURÍSTICO DO ESTADO É INCONTESTÁVEL. OS ATRATIVOS NATURAIS E CULTURAIS PODEM SER TRANSFORMADOS EM PRODUTOS ÚNICOS E COM ALTO PODER COMPETITIVO EM NÍVEL DE MERCADOS INTERNOS E EXTERNOS. DESENVOLVER O TURISMO NAS REGIÕES ONDE EXISTA OFERTA E DEMANDA PRESSUPÕE PROVER OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA PARA A EXPANSÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA E DE MELHORIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS OFERTADOS. ESSA É UMA CONDIÇÃO FUNDAMENTAL PARA A QUALIDADE DOS PRODUTOS TURÍSTICOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA INICIATIVA PRIVADA.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO TURISMO E OUTROS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO ESTADUAL E MUNICIPAL, ALÉM DA INICIATIVA PRIVADA E O TERCEIRO SETOR, SENDO CONSOLIDADAS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS. AS AÇÕES DEMANDAM A EXECUÇÃO DE OFICINAS, SEMINÁRIOS E CURSOS ONDE OS PARTICIPANTES SERÃO SELECIONADO ATRAVÉS DE PROCESSOS CHAMADA PÚBLICA. HAVERÁ A CONTRAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR OS CURSOS, PARA AÇÕES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO BEM COMO PARA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E ADEQUAÇÃO DOS ATRATIVOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE OFERTA DE PRODUTOS TURÍSTICOS	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3058	IMPLANTAÇÃO DA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA.	548.150,00	0,00	0,00	UNIDADE	134	0	0,00
3245	IMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA TEMPORADA DE PRAIA E FÉRIAS.	1.053.083,00	1.053.082,75	100,00	UNIDADE	34	34	100,00
3267	IMPLEMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA – E. P. DEPUTADA SOLANGE DUALIBE.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3300	IMPLEMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA – E. P. DEPUTADO PAULO ROBERTO RIBEIRO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3396	PROMOÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DO TURISMO – E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	405.000,00	150.000,00	37,04	EMENDA PARLAMENTAR			
4098	IMPLEMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA.	1.462.500,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4100	QUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS.	163.563,00	158.561,76	96,94	UNIDADE	570	570	100,00
4103	PROMOÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DO TURISMO.	1.510.643,00	816.870,60	54,07	UNIDADE	56	30	53,57
4104	ESTRUTURAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA.	628.570,00	287.860,78	45,80	UNIDADE	26	12	46,15
TOTAL		**5.771.509,00**	**2.466.375,89**	**41,95**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR.

QUADRO 192 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0070

PROGRAMA - PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO	
Objetivo:	TORNAR EFICIENTE E EFICAZ A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE TURISMO, MATERIALIZANDO UM CONJUNTO DE DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES VISANDO A INTEGRAÇÃO DOS SEUS PROCESSOS DE GESTÃO, BEM COMO A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO METODOLÓGICO.
Justificativa:	O TURISMO PLANEJADO PODE PROPORCIONAR GESTÕES DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES DE FORMA INTEGRADA E IMPÕE UMA PERMANENTE ARTICULAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE DIVERSOS SETORES, PÚBLICOS E PRIVADOS, RELACIONADOS À ATIVIDADE, NO SENTIDO DE COMPARTILHAR E AGILIZAR SOLUÇÕES, ELIMINAR ENTRAVES BUROCRÁTICOS E FACILITAR A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE CRESCIMENTO DO SETOR. ESSA UNIÃO AMPLIA A REPRESENTATIVIDADE DOS

	DIVERSOS COLEGIADOS NAS REGIÕES TURÍSTICAS, BEM COMO A SUA QUALIFICAÇÃO NO SENTIDO DE PROPORCIONAR COMPARTILHAMENTO, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRODUÇÃO TURÍSTICA NAS DIFERENTES ESFERAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL. A INFORMAÇÃO NA GESTÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA É UMA FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS COMPETITIVOS E SUSTENTÁVEIS. NESSE SENTIDO, É NECESSÁRIO AÇÕES CONTÍNUAS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES, DE FORMA A FORTALECER SETOR TURÍSTICO E SUA CADEIA PRODUTIVA.
Estratégia:	SERÁ CONTRATADA CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA CONTRIBUIR COM A ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL QUE SERÁ DESENVOLVIDO DE FORMA PARTICIPATIVA COM AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA LOCAL (CONSELHOS E FÓRUNS MUNICIPAIS E ESTADUAL DE TURISMO) ALÉM DAS PARCERIAS COM O MINISTÉRIO DO TURISMO, NATURATINS, SEPLAN, INICIATIVA PRIVADA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3059	ELABORAÇÃO DO PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.	339.290,00	80.510,00	23,73	UNIDADE	1	0,2	20,00
4105	IMPLEMENTAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA DO TURISMO.	16.882,00	16.880,86	99,99	UNIDADE	51	51	100,00
4106	GERENCIAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA.	112.600,00	75.964,77	67,46	UNIDADE	10	6	60,00
4108	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO ÓRGÃO.	263.459,00	13.458,13	5,11	UNIDADE	40	2	5,00
TOTAL		**732.231,00**	**186.813,76**	**25,51**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
11.829.053,00	5.662.577,01	47,87	6.166.475,99

3.2.1.11 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DERTINS

O Departamento de Estradas de Rodagem – DERTINS - tem a finalidade precípua de definir no campo econômico a política do Sistema Rodoviário Estadual, visando integrar as diversas regiões no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

Tem a competência de:

- desenvolver ações e estratégias da política viária do Estado;
- gerenciar a malha viária estadual;
- desenvolver projetos;

- construir, restaurar e conservar estradas;
- operacionalizar o Sistema Rodoviário Estadual.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 913.920.908,00**, utilizando desse montante **79,03%**, ou seja, **R$ 722.226.637,35**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 193 - APOIO ADMINISTRATIVO – 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	2.341.340,00	1.917.534,15	81,90	423.805,85
Manutenção de Serviços de Transportes	658.287,00	478.676,93	72,72	179.610,07
Manutenção de Recursos Humanos	33.442.861,00	32.104.674,30	96,00	1.338.186,70
Ações de Informática	529.574,00	462.467,51	87,33	67.106,49
TOTAL	**36.972.062,00**	**34.963.352,89**	**94,57**	**2.008.709,11**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS.

QUADRO 194 - FINALÍSTICO - 0019

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO PADRÃO DE VIDA DAS COMUNIDADES REGIONAIS, POR MEIO DA MELHORIA DO ACESSO AOS MERCADOS, ÀS OPORTUNIDADES DE TRABALHO, À INFRA-ESTRUTURA E AOS SERVIÇOS SOCIAIS, AO MESMO TEMPO EM QUE ASSEGURA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E A PROTEÇÃO DE ECOSSISTEMAS FRÁGEIS, SEMPRE CONTANDO COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS, GARANTIDAS A TRANSPARÊNCIA E A GOVERNABILIDADE.
Justificativa:	FORMULADO EM 1999 COMO UMA CONTINUIDADE DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO (3714-BR). A PARTIR DE 2002 O PROJETO EVOLUIU-SE PARA UMA MAIOR ABRANGÊNCIA EM TERMOS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO, VISTO QUE A INTEGRAÇÃO DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL SÃO INTERDEPENDENTES NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ABORDA A QUESTÃO DO TERRITÓRIO E PRIORITARIAMENTE QUATRO REGIÕES DO ESTADO: SUDESTE (ARRAIAS, TAGUATINGA, DIANÓPOLIS, NATIVIDADE E PARANÂ), NORTE (BICO DO PAPAGAIO), NORDESTE (GOIATINS E PEDRO AFONSO) E LESTE (JALAPÃO).
Estratégia:	SERÁ EXECUTADO DE FORMA MULTISETORIAL, ENVOLVENDO A SEPLAN, A SEINF E O DERTINS. SERÃO ESTABELECIDOS TRÊS MACRO-COMPONENTES: A) PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL; B) CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL; E C) MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
IMPACTO DA MELHORIA GERENCIAL NA APLICAÇÃO DE RECURSOS POR KM CONSERVADOS	1º - KM CONSERVADOS / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO-BASE; 2º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE; 3º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / KM CONSERVADOS ANO-BASE X 100.	100	out/2010	115

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3023	REFORMA DE RESIDÊNCIAS RODOVIÁRIAS.	1.500.000,00	54.832,02	3,66	UNIDADE	8	0,17	2,13
3024	REFORÇO INSTITUCIONAL DO DERTINS.	3.639.992,00	1.688.738,50	46,39	UNIDADE	1	0,83	83,00

3025	APARELHAMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA DO DERTINS.	160.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	14	0	0,00
3026	FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO E MONTAGEM DE SUPERESTRUTURA PARA PONTES PRÉ-MOLDADAS.	8.427.168,00	2.788.889,48	33,09	UNIDADE	1.750	498,20	28,47
3027	MELHORAMENTO DE RODOVIAS VICINAIS - REGIÕES NORDESTE E JALAPÃO.	19.355.756,00	7.048.816,18	36,42	km	1.900	700,27	36,86
3028	PROJETO PILOTO DE CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS.	4.033.750,00	67.500,00	1,67	km	46	0	0,00
3029	MELHORAMENTO DE RODOVIAS VICINAIS - REGIÃO SUDESTE.	1.999.453,00	1.351.119,30	67,57	km	62	54,76	88,32
3030	MELHORAMENTO DE RODOVIAS VICINAIS - REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO.	6.382.355,00	3.686.051,69	57,75	km	397	148,72	37,46
3236	MELHORAMENTO DE RODOVIAS ESTADUAIS COLETORAS.	8.630.014,00	990.878,45	11,48	km	285	19,66	6,90
TOTAL		**54.128.488,00**	**17.676.825,62**	**32,66**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS.

QUADRO 195 – FINALÍSTICO - 0079

PROGRAMA - PAVIMENTAR PARA MELHORAR	
Objetivo:	DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DE PAVIMENTAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO ESTADO, PARA MELHORAR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS REGIÕES ATÉ OS CENTROS CONSUMIDORES; PROMOVER SEGURANÇA E MELHOR TRAFEGABILIDADE PARA O USUÁRIO; OFERECER INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA PARA ATRAIR MAIS INVESTIMENTOS PARA O ESTADO; PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS, OFERECENDO MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA A POPULAÇÃO.
Justificativa:	VERIFICOU-SE A NECESSIDADE DE MANTER O PROGRAMA "PAVIMENTAR PARA MELHORAR" BASEADO NOS 13 ENCONTROS REGIONAIS DO PPA, ONDE FORAM LEVANTADOS PROBLEMAS COMO: A DEFICIÊNCIA NA PAVIMENTAÇÃO URBANA, AS DIFICULDADES NO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO E LOCOMOÇÃO.
Estratégia:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS RODOVIÁRIOS E ESTUDOS AMBIENTAIS, IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS AMBIENTAIS COMPENSATÓRIAS E EXECUÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS E PAVIMENTAÇÃO URBANA, ALÉM DA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA SUPERVISÃO DE PONTES E ESTRUTURAS DIFERENCIADAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE RODOVIA PAVIMENTADA	EXTENSÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA / EXTENSÃO DA MALHA VIÁRIA TOTAL	37,02	2006	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3032	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS.	38.316.115,00	33.491.146,21	87,41	m²	700.000	703.616,39	100,52
3033	ELABORAÇÃO DE PROJETOS RODOVIÁRIOS.	3.106.177,00	709.088,43	22,83	km	320	306,58	95,81
3034	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA.	1.198.158,00	1.079.846,31	90,13	UNIDADE	1	1	100,00
3035	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS AMBIENTAIS.	617.034,00	487.322,30	78,98	UNIDADE	6	6	100,00
3036	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS.	401.997.842,00	299.793.415,91	74,58	km	210	341,74	162,73
3037	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS.	162.874.027,00	133.443.968,21	81,93	m	1.700	2.204,11	129,65
3262	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3270	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	200.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3293	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – E. P. DEPUTADO AMELIO CAYRES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3297	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – E. P. DEPUTADO OSIRES DAMASO.	600.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3318	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO.	300.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3434	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS – E. P. DEPUTADA JOSI NUNES.	330.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
4076	EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE	1.044.894,00	907.641,39	86,86	UNIDADE	7	2,50	35,71

	CONTROLE AMBIENTAL.							
TOTAL		**610.584.247,00**	**469.912.428,76**	**76,96**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS.

QUADRO 196 – FINALÍSTICO - 0080

PROGRAMA - CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA	
Objetivo:	MANTER A MALHA VIÁRIA DO ESTADO EFICIENTE, OFERECENDO PROTEÇÃO E SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO A TRAFEGABILIDADE E FACILITANDO O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO COM CUSTOS MENORES E OFERECER APOIO E COOPERAÇÃO AOS MUNICÍPIOS E OUTRAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE MANTER A MALHA VIÁRIA ESTADUAL EM BOAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE, UMA VEZ QUE SÃO ELEVADOS OS INVESTIMENTOS PARA PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS, ALÉM DA CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AOS MUNICÍPIOS QUE NÃO TEM CONDIÇÕES DE MANTER A MALHA VIÁRIA COLETORA.
Estratégia:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURAÇÃO, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS RODOVIAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	**Fórmula do Cálculo**	**Índice Atual**	**Data da Apuração**	**Índice Desejado**
TAXA DE RODOVIA CONSERVADA	EXTENSÃO DE RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS ATENDIDAS / EXTENSÃO DE RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS	39,59	2007	100

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
3038	RESTAURAÇÃO DAS RODOVIAS EXISTENTES.	0,00	0,00	0,00	km	90	0	0,00
3039	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURAÇÃO.	24.271,00	24.270,80	100,00	km	200	0	0,00
3104	CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS EXISTENTES.	173.185.474,00	165.201.185,68	95,39	km	340	1.623,29	477,44
3298	MELHORAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS – E. P. DEPUTADO OSIRES DAMASO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3330	MELHORAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS – E. P. DEPUTADO EDUARDO BONAGURA.	520.000,00	302.000,00	58,08	EMENDA PARLAMENTAR			
3390	CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS EXISTENTES – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	200.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
4016	MANUTENÇÃO DAS RESIDÊNCIAS RODOVIÁRIAS.	35.397.357,00	33.989.072,25	96,02	UNIDADE	7	7	100,00
4078	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
TOTAL		**209.327.102,00**	**199.516.528,73**	**95,31**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS.

QUADRO 197 – FINALÍSTICO - 0081

PROGRAMA - SEGURANÇA RODOVIÁRIA	
Objetivo:	VIABILIZAR JUNTO À POLÍCIA MILITAR FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIO PARA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL; CONSTRUÇÃO, REFORMA, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO DE POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA E DO BATALHÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL; AÇÕES QUE POSSIBILITEM A FISCALIZAÇÃO DO TRÁFEGO, SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA E GARANTIR A SEGURANÇA NECESSÁRIA AOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS ESTADUAIS.
Justificativa:	FAZ-SE NECESSÁRIA A IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA PARA ASSEGURAR A DURABILIDADE DAS RODOVIAS COM CONTROLE DE PESO ATRAVÉS DAS BALANÇAS RODOVIÁRIAS, A SEGURANÇA RODOVIÁRIA POR MEIO DE FISCALIZAÇÃO DAS DIMENSÕES DOS VEÍCULOS DE GRANDE PORTE ATRAVÉS DAS AUTROIZAÇÕES ESPECIAIS DE TRÂNSITO, SEGURANÇA DOS USUÁRIOS COIBINDO O TRÁFEGO DE VEÍCULOS IRREGULARES, EXCESSO DE VELOCIDADE E DEMAIS INFRAÇÕES NAS RODOVIAS ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL.
Estratégia:	CONSTRUÇÃO DOS POSTOS, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MOTOS, AQUISIÇÃO DE CONTROLADORES DE ALCOOLEMIA, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE COMUNICAÇÃO, LOCAÇÃO DE RADARES, CONFECÇÃO E COLOCAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TREINAMENTO E CUSTEIO DE PESSOAL E OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS.

Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE POSTOS EM FUNCIONAMENTO	POSTOS EXISTENTES/ POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA EM FUNCIONAMENTO	0	2007	26

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3040	CONSTRUÇÃO DE POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA E DA SEDE DO BATALHÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL.	147.305,00	147.304,45	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
3041	CONSTRUÇÃO DE BASES PARA BALANÇAS RODOVIÁRIAS MÓVEIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	12	0	0,00
4079	SEGURANÇA RODOVIÁRIA.	2.718.117,00	0,00	0,00	UNIDADE	6	0	0,00
4080	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DOS POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	15	0	0,00
4412	MANUTENÇÃO DOS POSTOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA E DA SEDE DO BATALHÃO DA POLICIA RODOVIARIA.	43.587,00	10.196,90	23,39	UNIDADE	10	10	100,00
4413	REFORMA DOS POSTOS DE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
TOTAL		**2.909.009,00**	**157.501,35**	**5,41**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
913.920.908,00	722.226.637,35	79,03	191.694.270,65

3.2.1.12 INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO – PRODIVINO

O Decreto n.º 324, de 18 de setembro de 1.996, criou o programa Banco da Gente; o Decreto n.° 325, de 18 de setembro de 1.996, criou o Programa Social Divino Espírito Santo e o Decreto n.° 711, de 05 de janeiro de 1.999, incorpora o Programa Banco da Gente ao Programa Social Divino Espírito Santo e posteriormente a Lei n.° 983, de 09 de maio de 1.999, que criou o Instituto Social Divino Espírito Santo, com o Decreto n.° 2.721, de 18 de abril de 2.006, que dispõe sobre a estrutura do PRODIVINO; o Decreto n.° 1.693, de 20 de Janeiro de 2.003, e o Decreto n.° 864, de 14 de Novembro de 1.999, que regulamenta a Lei n.° 856, de 25 de Junho de 1.996, que diz que o Prodivino é o gestor do FUNDES; o Decreto n.° 3.454, de 08 de agosto de 2008, que dispõe sobre a Assessoria de Comunicação - ASCOM e o Decreto n.° 3.456, que dispõe sobre a organização operacional, composição e funcionamento dos Núcleos Setoriais de Controle Interno.

O objetivo desta entidade dotada de personalidade jurídica autárquica da administração indireta do governo estadual, consiste no desenvolvimento de ações sociais, gerindo os recursos do FUNDES, responsável por injetar no mercado,

recursos para micro-créditos e empréstimos aos funcionários públicos estadual para viabilizar novos empreendimentos, com isto gerando emprego e renda.

As atribuições deste Instituto foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e de Previdência Social. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 4.274.889,00**, com percentual de execução de **90,89%**, ou seja, de **R$ 3.885.286,10**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 198 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	518.644,00	432.903,74	83,47	85.740,26
Manutenção de Serviços de Transportes	77.343,00	25.420,33	32,87	51.922,67
Manutenção de Recursos Humanos	3.593.817,00	3.382.341,17	94,12	211.475,83
Ações de Informática	84.085,00	44.187,75	52,55	39.897,25
TOTAL	**4.273.889,00**	**3.884.852,99**	**90,90**	**389.036,01**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO.

QUADRO 199 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	1.000,00	433,11	43,31	566,89
TOTAL	**1.000,00**	**433,11**	**43,31**	**566,89**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
4.274.889,00	3.885.286,10	90,89	389.602,90

3.2.1.13 AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO TOCANTINS – AHDU

A Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado do Tocantins – AHDU/TO, instituída pela Lei n.° 1.226, de 06 de junho de 2.001, posteriormente revogada pela Lei n.° 1.757, de 02 de janeiro de 2.007, é autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de Direito Público, tendo como finalidade a implementação das políticas de habitação e desenvolvimento urbano do Estado do Tocantins, integradas e abrangentes, compatíveis com o desenvolvimento sustentado dos aglomerados urbanos, cabendo-lhe, dentre outros:

I - A gestão do patrimônio imobiliário urbano pertencente ao Estado;

II - A execução de projetos e empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural;

III - Fomentar as iniciativas públicas e privadas que tenham por finalidade a melhoria tecnológica e a redução de custos da habitação popular;

IV - Operacionalizar a política de desenvolvimento urbano;

V - Organização de banco de dados sobre habitação.

A Lei n.° 1.950, de 7 de agosto de 2008, dispõe sobre a organização da estrutura básica do Poder Executivo e adota outras providências, e o Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do Poder Executivo e adota outras providências.

Sua missão está pautada na gestão eficiente do Tesouro Imobiliário do Estado, beneficiando a toda população.

O principal objetivo da gestão imobiliária é assegurar a administração, manutenção, guarda e disponibilização legal do patrimônio imóvel do Estado do Tocantins, aproveitado estrategicamente em função das macro-diretrizes nacional e estadual, fundamentado na melhoria da qualidade de vida coletiva e gestão eficiente das cidades.

As atribuições da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Finalístico, sendo que para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 2.596.554,00**, com execução de **99,77%**, ou seja, de **R$ 2.590.649,89**, conforme demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 200 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Manutenção de Recursos Humanos	69.002,00	63.098,69	91,44	5.903,31
TOTAL	**69.002,00**	**63.098,69**	**91,44**	**5.903,31**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano – AHDU.

QUADRO 201 – FINALÍSTICO - 0098

PROGRAMA – CIDADE PARA TODOS	
Objetivo:	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE CIDADES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, REDUZIR OS RISCOS AMBIENTAIS E DE PROLIFERAÇÕES DE DOENÇAS ENDÊMICAS ORIUNDAS DE AUSÊNCIA DE URBANIZAÇÃO MEDIANTE SUA URBANIZAÇÃO E SUA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INTEGRANDO-AS AO TECIDO URBANO E A CIDADE LEGALMENTE CONSTITUÍDA.
Justificativa:	A EXTENSÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS URBANOS PARA ESSA CLIENTELA SERÁ UM PODEROSO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS, POIS ALEM DA HABITAÇÃO AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO CONSISTEM NOS SERVIÇOS URBANOS, TAIS COMO, REDE DE ÁGUA TRATADA, REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO ESGOTO, INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA VIÁRIO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS, A METODOLOGIA E A CONCEPÇÃO DOS PROGRAMAS PODEM

	VARIAR CONFORME AS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO, PODENDO OS MESMOS, SEREM COMBINADOS PARA MELHOR ATENDER A DEMANDA.
Estratégia:	O GOVERNO ESTADUAL COORDENARÁ AÇÕES SETORIAIS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO AMBIENTAL, INFRA-ESTRUTURA, E SERVIÇOS URBANOS, A FIM DE PRODUZIR GANHOS DE ESCALA NO EQUACIONAMENTO DE PROBLEMAS URBANOS, ESPECIALMENTE OS VOLTADOS ÀS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA; A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS URBANOS NAS REGIÕES CRÍTICAS DEPENDE ESSENCIALMENTE DO EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DESSES INVESTIMENTOS; A ALAVANCAGEM DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS EM COMPLEMENTAÇÃO AOS RECURSOS DE CONTRAPARTIDA DO ESTADO E MUNICÍPIOS CONTARÁ COM O APOIO DO GOVERNO FEDERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
AUMENTO DA INCLUSÃO SOCIAL URBANA	NÚMERO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA COM MELHORIA URBANA / NÚMERO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS X 100	0	2009	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS (*)			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4252	ADMINISTRAÇÃO DO TESOURO IMOBILIÁRIO DO ESTADO.	1.928.867,00	1.928.866,68	100,00	UNIDADE	432	0	0,00
4253	ADMINISTRAÇÃO DO TESOURO IMOBILIÁRIO DO ESTADO / TERRA NUA.	598.685,00	598.684,52	100,00	UNIDADE	270	0	0,00
TOTAL		**2.527.552,00**	**2.527.551,20**	**100,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano – AHDU.

(*) OBSERVAÇÃO: NÃO HOUVE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS DEVIDO A EXTINÇÃO DA AUTARQUIA POR MEIO DA LEI N.º 2.331 DE 30/03/2010. OS VALORES LIQUIDADOS REPRESENTAM DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO ANTERIOR (2009).

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
2.596.554,00	2.590.649,89	99,77	5.904,11

3.2.1.14 INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins – RPPS-TO, cujo gestor é o IGEPREV-TOCANTINS, foi instituído pela Lei n.° 1.246, de 6 de setembro de 2001. Essa lei além de adotar outras providências como a reestruturação da autarquia determinou que os recursos do IGEPREV constituíssem um patrimônio próprio desvinculado de qualquer fundo estadual e que a gestão desses recursos, bem como a política de investimentos do órgão previdenciário, fossem acompanhadas pelo Conselho de Administração, executada pela Diretoria Executiva e fiscalizada pelo Conselho Fiscal e pelo Tribunal de Contas do Estado. Para consolidar essa previsão legal foi editada a Lei Complementar n.º 36, de 28 de novembro de 2003, que institui o Fundo de Previdência do Estado do Tocantins - FUNPREV.

A Lei n.° 1.614/2005 alterou a Lei n.º 1.246/2001, especificamente, para adequar as novas regras instituídas pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 e a Emenda Constitucional n.º 47/2005.

Recentemente, foi editada a Lei n.º 1.940, de 1º de julho de 2008, com o objetivo de reorganizar a estrutura operacional do gestor do RPPS-TO, recompondo os Conselhos de Administração e Fiscal, de modo que a formação dos colegiados se dê paritariamente em cumprimento à legislação previdenciária federal, bem assim, atendendo solicitações das entidades de classes representativas dos servidores públicos estaduais e vinculados ao RPPS-TO.

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS, reorganizado na conformidade da Lei n.°1.614/2005 e suas alterações, tem a função de gerir o Regime Próprio de Previdência do Estado do Tocantins – RPPS-TO, da seguinte forma:

a) gerir os ativos financeiros originados das contribuições e demais receitas previdenciárias, visando à maximização desses ativos por meio de aplicações no mercado de capitais, em conformidade com as normas específicas, com a finalidade de cumprir suas obrigações previdenciárias;

b) gerir o passivo previdenciário oriundo dos direitos aos benefícios de aposentadorias, reserva remunerada, reforma segurados, bem como pensão por morte aos dependentes, com a finalidade de assegurar aos beneficiários os meios de subsistência nos eventos de idade, morte e invalidez.

Quanto a execução orçamentária não houve destinação de recursos para esta Unidade Gestora, sendo todas as suas atividades desenvolvidas por meio do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins **-** FUNPREV.

3.2.1.15 AUTARQUIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS - AGUATINS

A Autarquia de Saneamento do Estado do Tocantins – AGUATINS, foi criada pela Lei Estadual n.º 2.310, de 12 de março de 2010, sob regime especial, vinculada à Secretaria da Habitação, dotada de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro em Palmas, Capital do Tocantins, atuação em todo o território do Estado e prazo de duração indeterminado. Tem a missão de garantir a universalização de acesso às famílias tocantinenses aos serviços públicos de saneamento básico.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa de Apoio Administrativo. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 859.099,00**, com execução de **42,66%**, ou seja, de **R$ 366.451,63**, como demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 202 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.927,00	3.925,94	99,97	1,06
Manutenção de Serviços de Transportes	4.412,00	4.411,69	99,99	0,31
Manutenção de Recursos Humanos	850.760,00	358.114,00	42,09	492.646,00
Ações de Informática	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL	**859.099,00**	**366.451,63**	**42,66**	**492.647,37**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Autarquia de Saneamento do Estado do Tocantins – AGUATINS.

3.2.2 FUNDAÇÕES PÚBLICAS

3.2.2.1 FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS

A Fundação Cultural do Estado do Tocantins, entidade de direito público, com prazo de duração indeterminada, criada pela Lei n.º 1.311, de 04 de abril de 2002, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, cujo Estatuto foi criado por meio do Decreto n.º 1.466, de 04 de abril de 2002.

Tem por missão, fomentar, planejar, coordenar, executar, difundir e acompanhar as ações culturais do Poder Público Estadual, mediante recursos públicos bem como estabelecer parcerias através de convênios, contratos e acordos de cooperação técnica cultural com entidades públicas ou privadas nacionais e internacionais.

As atribuições da Fundação Cultural foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa de Apoio Administrativo e Finalístico. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 22.645.081,00**, com execução de **41,74%**, ou seja, **R$ 9.453.018,86**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 203 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	904.892,00	666.785,31	73,69	238.106,69
Manutenção de Serviços de Transportes	156.125,00	132.783,50	85,05	23.341,50
Manutenção de Recursos Humanos	3.617.853,00	3.503.316,43	96,83	114.536,57
Ações de Informática	8.921,00	8.920,40	99,99	0,60
TOTAL	**4.687.791,00**	**4.311.805,64**	**91,98**	**375.985,36**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Fundação Cultural do Estado do Tocantins.

QUADRO 204 – FINALÍSTICO – 0006

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS	
Objetivo:	FOMENTAR, ESTIMULAR, PRESERVAR, REVITALIZAR E DESENVOLVER ATIVIDADES CULTURAIS EM TODO O ESTADO DO TOCANTINS VISANDO A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA E ACESSO AOS BENS CULTURAIS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE DEMOCRATIZAR A CULTURA E POSSIBILITAR AO PÚBLICO ALVO O ACESSO AOS BENS CULTURAIS DO ESTADO.
Estratégia:	REALIZAÇÃO DE PROJETOS QUE CONTEMPLEM O ESTÍMULO, O ESTUDO, A PESQUISA, O REGISTRO E A DOCUMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS COM ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS PARA VIABILIZAR AÇÕES NAS ÁREAS DE: LIVRO E LEITURA, ARTES CÊNICAS E O CIRCO, ARTES VISUAIS E AUDIOVISUAIS, MÚSICA CLÁSSICA E ERUDITA, ARTE POPULAR, PATRIMÔNIO TANGÍVEL, IMATERIAL E MEMÓRIAS COLETIVAS, INVESTIGAÇÃO, PESQUISA E DIAGNÓSTICOS, DIFUSÃO CULTURAL, CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice A.tua	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CADA AÇÃO/NÚMERO DE AÇÕES.	72	31/12/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3055	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL.	1.381.254,00	0,00	0,00	UNIDADE	17	0	0,00
3087	REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE NATIVIDADE – PROGRAMA MONUMENTA.	440.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3235	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS MULTIFUNCIONAIS.	990.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
3250	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO TOINHO ANDRADE.	140.000,00	0,00	0,00	EMENDA PALAMENTAR			
3253	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO SARGENTO ARAGÃO – SUPLENTE EM EXERCICIO.	90.000,00	70.000,00	77,78	EMENDA PALAMENTAR			
3257	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO IDERVAL SILVA.	480.000,00	479.000,00	99,79	EMENDA PALAMENTAR			
3263	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	285.000,00	256.500,00	90,00	EMENDA PALAMENTAR			
3265	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS MULTIFUNCIONAIS – E. P. DEPUTADA SOLANGE DUALIBE.	150.000,00	52.763,89	35,18	EMENDA PALAMENTAR			
3266	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADA SOLANGE DUALIBE.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PALAMENTAR			
3283	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO FABIO MARTINS.	500.000,00	500.000,00	100,00	EMENDA PALAMENTAR			
3291	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	300.000,00	0,00	0,00	EMENDA PALAMENTAR			
3294	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO AMÉLIO CAYRES.	390.000,00	145.000,00	37,18	EMENDA PALAMENTAR			
3301	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO PAULO ROBERTO RIBEIRO.	600.000,00	500.000,00	83,33	EMENDA PALAMENTAR			
3302	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	140.000,00	40.000,00	28,57	EMENDA PALAMENTAR			
3308	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO ZE VIANA.	212.000,00	60.000,00	28,30	EMENDA PALAMENTAR			
3310	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO JUNIOR COIMBRA.	220.000,00	119.938,60	54,52	EMENDA PALAMENTAR			
3313	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO MACELO LELIS.	90.000,00	53.000,00	58,89	EMENDA PALAMENTAR			
3319	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO.	200.000,00	68.995,00	34,50	EMENDA PALAMENTAR			
3323	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO	100.000,00	65.000,00	65,00	EMENDA PALAMENTAR			
3325	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	510.000,00	509.992,00	100,00	EMENDA PALAMENTAR			
3328	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADA JOSI NUNES.	430.000,00	180.000,00	41,86	EMENDA PALAMENTAR			

3331	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO EDUARDO BONAGURA.	90.000,00	60.000,00	66,67	EMENDA PALAMENTAR			
3343	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	60.000,00	10.000,00	16,67	EMENDA PALAMENTAR			
3344	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	530.000,00	506.270,00	95,52	EMENDA PALAMENTAR			
3392	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PALAMENTAR			
3430	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS - E. P. DEPUTADO ANGELO AGNOLIM.	250.000,00	157.695,00	63,08	EMENDA PALAMENTAR			
4221	PRESERVAÇÃO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS INDÍGENAS.	178.819,00	70.826,36	39,61	UNIDADE	10	6	60,00
4222	CIRCULAÇÃO DO PROJETO BR ARTE E CULTURA.	278.052,00	126.696,20	45,57	UNIDADE	23	1	4,35
4223	MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL.	562.387,00	220.634,65	39,23	UNIDADE	17	0	0,00
4226	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS.	8.276.784,00	805.908,16	9,74	UNIDADE	363	189	52,07
4227	MANUTENÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS.	26.584,00	26.583,75	100,00	UNIDADE	36	34	94,44
4228	MANUTENÇÃO DOS CENTROS CULTURAIS MULTIFUNCIONAIS.	56.410,00	56.409,61	100,00	UNIDADE	5	1	20,00
TOTAL		**17.957.290,00**	**5.141.213,22**	**28,63**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Fundação Cultural do Estado do Tocantins.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
22.645.081,00	9.453.018,86	41,74	13.192.062,14

3.2.2.2 FUNDAÇÃO PIONEIROS MIRINS

A Fundação Pioneiros Mirins foi criada em 23 de dezembro de 2009, pela Lei Estadual n.° 2.268 e reestruturou o Programa Pioneiros Mirins, tendo esta finalidade de administrar este programa. Com essa Lei é revogada as Leis n.º 258, que criou o Programa Pioneiros Mirins, e a Lei n.º 856, que a altera. A mesma que criou a função, também definiu a sua estrutura administrativa, Conselho Diretor e Conselho Fiscal. Após sua criação, homologou-se o Regimento Interno da Fundação Pioneiros Mirins com o Decreto n.º 3.936, de 15 de janeiro de 2010. Em 18 de janeiro de 2010 instituiu a Instrução Normativa n.º 01/2010, que dispõe sobre o processo de seleção dos Coordenadores Municipais de Núcleos da Fundação Pioneiros Mirins.

Tem como missão atender crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, por meio de atividades de apoio pedagógico, esportivas, recreativas, culturais e promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

As atribuições da Fundação Pioneiros Mirins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 19.250.508,00**,

com execução de **92,24%**, ou seja, de **R$ 17.756.659,41**, como demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 205 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	615.080,00	129.602,92	21,07	129.602,92
Manutenção de Serviços de Transportes	120.740,00	12.487,50	10,34	108.252,50
Manutenção de Recursos Humanos	568.000,00	513.921,47	90,48	54.078,53
Ações de Informática	70.000,00	3.870,00	5,53	66.130,00
TOTAL	**1.373.820,00**	**659.881,89**	**48,03**	**713.938,11**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Fundação Pioneiros Mirins.

QUADRO 206 – FINALÍSTICO - 0031

PROGRAMA - PIONEIROS MIRINS	
Objetivo:	PROMOVER A FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL, ADVINDOS DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, ATRAVÉS DE ATIVIDADES DIVERSIFICADAS COMO: REFORÇO ESCOLAR, PRÁTICAS ESPORTIVAS, E ARTÍSTICAS, ATIVIDADES PSICOMOTORAS, MOMENTO CÍVICO E CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO, ENVOLVENDO ASSIM A ÉTICA E OS VALORES SOCIAIS E MORAIS.
Justificativa:	O PROGRAMA PIONEIROS MIRINS PROPORCIONA ÀS CRINAÇAS E ADOLESCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL FORMAÇÃO EDUCACIONAL COMPLEMENTAR COM VISTAS À MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO ATRAVÉS DO RECADASTRAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA; REALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS COM OS MUNICÍPIOS QUE FICARÃO RESPONSÁVEIS PELA DISPONIBILIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DOS NÚCLEOS; REALIZAÇÃO DE AÇÕES COMO: CONCESSÃO DO BENEFÍCIO, REALIZAÇÃO DE EVENTOS, MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS, OFERTA DE ALIMENTAÇÃO, UNIFORME E MATERIAL DIDÁTICO AOS ALUNOS DO PROGRAMA E IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NOS NÚCLEOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ABANDONO ESCOLAR NA 2ª FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL	ABD/APR+RPR+ABD x 100	3,7	2007	2,5
TAXA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	RPR/APR+RPR+ABD x 100	9,4	2007	8

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3341	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO AOS ALUNOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS – E. P DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
4308	OFERTA DE UNIFORME PARA ALUNOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	524.160,00	0,00	0,00	UNIDADE	42.000	42.000	100,00
4310	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO AOS ALUNOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	42.000	0	0,00
4311	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS PIONEIROS MIRINS.	16.182.594,00	15.952.434,00	98,58	UNIDADE	42.000	42.000	100,00
4312	MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	1.096.634,00	1.078.583,14	98,35	UNIDADE	190	190	100,00
4313	SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	73.300,00	65.760,38	89,71	UNIDADE	26	17	65,38
TOTAL		**17.876.688,00**	**17.096.777,52**	**95,64**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Fundação Pioneiros Mirins.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
19.250.508,00	17.756.659,41	92,24	1.493.848,59

3.2.2.3 FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS - FMT

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foi criada em setembro de 2001, pela Lei n.° 1.243 e publicada do Diário Oficial do Estado n.° 1.080, de 11 de setembro de 2001. A partir de então, as seguintes legislações compõem o histórico legal da instituição:

- Lei Complementar n.° 31, de 04 de abril de 2002, dispõe sobre a Fundação de Medicina Tropical, revogando a Lei n.° 1.243/2001;
- Lei Complementar n.° 49, de 02 de janeiro de 2007, que altera a Lei Complementar n.° 31/2002;
- Decreto n.° 1.669, de 27 de dezembro de 2002, que aprova o Estatuto da Fundação de Medicina Tropical;
- Decreto n.° 3.230, de 04 de dezembro de 2007, que altera o Estatuto da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins;
- Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, que dispões sobre a organização dos órgãos e entidades do poder Executivo;
- Lei n.° 2.145, de 17 de setembro de 2009, que altera a Lei n.° 1.950, de 07 de agosto de 2008, dispondo sobre a organização da estrutura básica do Poder Executivo;
- Decreto n.° 3.856, de 04 de novembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura operacional da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins.

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins tem a finalidade de promover políticas, estratégias, estudos, pesquisas, ações, intercâmbio científico e projetos que visem à prevenção, ao tratamento e à erradicação de doenças tropicais infecto-contagiosas. A sua missão é desenvolver atividades de ensino e pesquisa voltadas ao conhecimento em medicina tropical, suas relações com a sociedade, o ambiente e o saber tradicional.

Não houve execução orçamentária na Fundação de Medicina Tropical do Tocantins no exercício de 2010.

QUADRO 207 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - FMT	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins.

QUADRO 208 – FINALÍSTICO - 0003

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL

Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO NO ÂMBITO DA SAÚDE. PROPORCIONAR ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÕES PERIÓDICAS, DE MANEIRA INTEGRADA COM DIVERSOS SETORES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E DEMAIS CENTROS DE PESQUISAS, BUSCANDO A RESOLUÇÃO DE SEUS PROBLEMAS E NECESSIDADES. FORMAR CAPITAL INTELECTUAL COM VISÃO CRÍTICA PARA APOIO A GESTÃO E A ATIVIDADES FINS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL, DEVIDO À DIFICULDADE DE ACESSO AOS CENTROS FORMADORES E ELEVADO CUSTO RELACIONADO QUANTO À IMPORTAÇÃO DE CURSOS. CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS COM TITULAÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO QUE POSSAM ATUAR NA PESQUISA, ENSINO E SERVIÇOS, COM VISÃO CRÍTICA PARA DETECÇÃO E RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS REGIONAIS. DIFICULDADE DE CONTRATAÇÃO E FIXAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA POR QUESTÕES REGIONAIS E OU FINANCEIRAS.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS, IMPLANTAÇÃO ATRAVÉS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS NECESSÁRIOS E ADAPTAÇÃO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS POR MEIO DE PARCERIAS, INTERCÂMBIOS, CONVÊNIOS, ESTÁGIOS E OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO. ____X100 NÚMERO DE TAXAS	-	-	-
ÍNDICE DE GESTÃO DO ENSINO	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE FORMAÇÃO DE CAPITAL INTELECTUAL, CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS EM SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO. ____X100 NÚMERO DE TAXA	128	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4071	DESENVOLVIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE MEDICINA TROPICAL.	15.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	30	0	0,00
TOTAL		**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins.

QUADRO 209 – FINALÍSTICO – 0005

PROGRAMA – INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE; PROPORCIONAR ECONOMICIDADE E QUALIDADE AO TRABALHO DA FMT, PELA CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS FACILITADORAS DE PROCESSOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA; PROMOVER O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA REGIÃO PELA DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS, GARANTINDO A RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; APOIAR E DIVULGAR AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO INSTRUMENTAR, CAPACITAR, DESENVOLVER E FORTALECER O CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE; AVALIAR COM OS DEMAIS SETORES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS OS PROGRAMAS, AÇÕES, TECNOLOGIAS E SITUAÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE. NECESSIDADE DE CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS FACILITADORAS DE PROCESSOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA; DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FORUNS E SEMINARIOS; DE RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; DE APOIO E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO DE INSTRUMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE

	INFORMAÇÃO EM SAÚDE.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, LICITAÇÃO PARA VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS. IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS, REALIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS; RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; APOIO E DIVULGAÇÃO (BOLETINS TÉCNICO-CIENTÍFICO, BOLETINS COMUNITÁRIOS, VÍDEOS, PERIÓDICOS, LIVROS, REVISTAS) DAS AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO INSTRUMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO. _____X 100 NÚMERO DE TAXAS	33	31/12/2007	100
ÍNDICE DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE TRATAMENTO DE INFROMAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE. ____X100 NÚMERO DE TAXAS	100	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4074	PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE.	5.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
25.000,00	0,00	0,00	0,00

3.2.3 FUNDOS ESPECIAIS

3.2.3.1 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUMCB

O Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – FUMCB, tem por aporte a Taxa de Serviço de Bombeiros – TSB, criada pela Lei n.º 1.754/2006, tendo como fato gerador o exercício do poder de polícia prestado pelos órgãos da administração do Corpo de Bombeiros Militar ao contribuinte ou posto à sua disposição, que exija vistoria, análise, aprovação de projetos, atividade preventiva, visando a preservação de vidas, de patrimônio ou da ordem pública, bem como outros serviços prestados pela corporação de bombeiros, e é instituído pela Lei n.º 1.755/2006, destinado a prover a corporação de materiais permanentes, equipamentos, reequipamento e de instalações operacionais e a atender despesas de custeio.

As atribuições do Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – FUMCB foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico - Modernização e Aparelhamento Contra Sinistros. Para essas ações foram autorizados recursos na ordem de **R$ 750.000,00**, com execução de **40,34%**, ou seja, **R$ 302.517,51**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 210 – FINALÍSTICO - 0103

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO CONTRA SINISTROS	
Objetivo:	PROVER O CBMTO COM VIATURAS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES FÍSICAS E PROMOVER A AMPLIAÇÃO DO EFETIVO E ASCENSÃO DA CARREIRA PROFISSIONAL.
Justificativa:	O ENFRENTAMENTO A SINISTROS NO TOCANTINS TEM SE DESENCADEADO DE FORMA CONTUNDENTE, PRINCIPALMENTE COM O RECRUDESCIMENTO DAS SECAS, QUEIMADAS E DAS INUNDAÇÕES PROVOCADOS PELAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS A NÍVEL GLOBAL. AO CORPO DE BOMBEIROS COMPETE A REALIZAÇÃO DE AÇÕES COM VISTAS À PRESERVAÇÃO DA ORDEM E DA SALUBRIDADE PÚBLICAS, SENDO CONTEMPLADO COM UM RAZOÁVEL APORTE DE RECURSOS ORIUNDOS DO TESOURO ESTADUAL E FEDERAL, PROPICIANDO O DESENVOLVIMENTO DE DIVERSAS AÇÕES, PORÉM DE FORMA AINDA INSUFICIENTE. DESSA FORMA, O FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DO CBMTO, TRADUZ-SE NUM INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA CORPORAÇÃO, PROPICIANDO A OTIMIZAÇÃO DO APARELHAMENTO E MANUTENÇÃO DO ÓRGÃO E AMPLIANDO SUA CAPACIDADE DE PREVENÇÃO E RESPOSTA FRENTE ÀS SUAS DEMANDAS OPERACIONAIS, DE SALVAMENTO, RESGATE, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E DESASTRES, DESCENTRALIZANDO, AINDA, O SEU ATENDIMENTO ATRAVÉS DA AMPLIAÇÃO E ASCENSÃO DO SEU CONTINGENTE PROFISSIONAL.
Estratégia:	A ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DESSE PROGRAMA SERÁ CUSTEADO COM RECURSOS PRÓPRIOS ATRAVÉS DE ARRECADAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADO PELA APROVAÇÃO E VISTORIAS DE PROJETOS DE PREVENÇÃO, COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E VISTORIA PARA EMISSÃO DE CERTIFICADO, COM O INTUITO DE MAXIMIZAR A CAPACIDADE DE PREVENÇÃO E RESPOSTAS A SINISTROS, MDIANTE A AMPLIAÇÃO DO EFETIVO COM A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS; AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ATIVO PERMANENTE DO CBMTO	PERCENTUAL OBTIDO = VALOR (R$) DO ATIVO PERMANENTE EM 2009 MENOS VALOR (R$) DO ATIVO PERMANENTE EM 2008 * 100 / VALOR (R$) DO ATIVO PERMANENTE 2008 .	112	2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3095	RESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DO CBMTO.	300.000,00	17.832,00	5,94	UNIDADE	8	8	100,00
4238	MANUTENÇÃO DO CBMTO.	431.855,00	284.685,51	65,92	UNIDADE	10	10	100,00
4239	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.	18.145,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**750.000,00**	**302.517,51**	**40,34**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Modernização e Aparelhamento do CBMTO - FUMCB.

3.2.3.2 FUNDO ESPECIAL DE COMBATE AS CALAMIDADES PÚBLICAS

O Fundo Especial de Combate as Calamidades Públicas destina-se ao atendimento da despesa total ou parcial com o planejamento e a promoção da defesa permanente contra as calamidades públicas. De acordo com a definição estabelecida pela Lei nº 1.528, de 22 de dezembro de 2004, estado de calamidade pública é o reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocado por desastres que causem graves danos à comunidade, afetando a vida e a incolumidade pública.

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCE, no Relatório de Análise de Contas n° 077/2009, questionou a inexistência de lei de criação do Fundo Especial de Combate a Calamidades Públicas – FUESCOCAPU, ligado à Defesa Civil. Diante desse questionamento, a utilização de recursos do fundo foi paralisada, e, conseqüentemente as ações desenvolvidas com esses recursos. Os recursos orçamentários desta Unidade Gestora foram transferidos para a Unidade Gestora 090900.

QUADRO 211 – FINALÍSTICO - 0110

PROGRAMA - PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A SINISTROS E EMERGÊNCIAS	
Objetivo:	CRIAR E CAPACITAR COORDENADORIAS MUNICIPAIS DE DEFESA CIVIL- CONDECS PARA AUMENTAR A COBERTURA DE ATENDIMENTO A SINISTROS E EMERGÊNCIAS E MINIMIZAR DESASTRES.
Justificativa:	O ESTADO DE TOCANTINS TEM CRESCIDO ACENTUADAMENTE, TANTO EM TERMOS POPULACIONAIS QUANTO ECONÔMICOS, ALIADO A ESTE CRESCIMENTO TEM SURGIDO PROBLEMAS EM MESMA PROPORÇÃO, AUMENTANDO OS RISCOS E CONSEQUENTEMENTE A DEMANDA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA E DE DESASTRES. COMO A DEFESA CIVIL CABE A PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA ENFRETAMENTO DE DESASTRES, RESPOSTAS E ARTICULAÇÃO DA RECONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS AFETADOS. SEGUNDO HISTÓRICO DE DESSASTRES DO ÓRGÃO, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS A DEFESA CIVIL ENFRETOU DIVERSOS DESASTRES SENDO QUE NAS REGIÕES ONDE EXISTE MAIOR PRECIPITAÇÃO HIDRICA JÁ OCORRERAM VÁRIAS DESASTRES COMO: ENCHENTES, ENXURRADAS, ALAGAMENTOS E VENDAVAIS. NA REGIÃO CENTRAL E SUL OS DESASTRES DE MAIOR DESTAQUE SÃO: ACIDENTES AUTOMOBISTICOS E INCÊNCDIOS FLORESTAIS. NAS REGIÕES DE MENOR PRECIPITAÇÃO HÍDRICA DO ESTADO EXISTEM GRANDES PREVALÊNCIAS DE ESTIAGEM, SECA E INCÊNDIOS FLORESTAIS. A FALTA DE ESTRUTURAÇÃO O POUCO EMPENHO DO MUNICÍPIO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS CONDECS E MUDANÇA CONSTANTE DE SEUS TÉCNICOS, PARA O ENFRETAMENTO DOS DESASTRES NO ESTADO, PODERÁ OCASIONAR A FALTA DE MECANISMOS DE RESPOSTA RÁPIDA GERANDO O AGRAVAMENTO DAS CONSEQUÊNCIAS DOS DESASTRES. A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS COM VISTAS A IDENTIFICAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DOS DESASTRES, A OPERACIONALIZAÇÃO DOS COMITÊS: DE PREVENÇÃO E RESPOSTAS AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS, DE ACIDENTES COM PRODUTOS PERIGOSOS E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE DESASTRES, BEM COMO A CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE CONDECS, FACILITARÁ O DESENVOLVIMENTO DO ÓRGÃO.
Estratégia:	ESSE PROGRAMA ARTICULARÁ COM ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS EXISTENTES EM TODO O ESTADO. ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE ORTALECIMENTO DO SISTEMA DE DEFSA CIVIL; PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO AO DESATRES E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO. A EXECUÇÃO SERÁ COM RECURSOS ORDINÁRIOS E DE CONVÊNIOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PORCENTAGEM DE CIDADES TOCANTINENSES COM CONDECS IMPLANTADAS E CAPACITADAS	(Nº DE CONDECS CAPACITADAS EM 2009 *100 / QTD DE MUNICIPIOS TOCANTINENSES) MENOS (Nº DE CONDECS CAPACITADAS EM 2008 * 100 / QTD DE MUNICIPIOS TOCANTINENSES).	5,75	31/12/2007	100
PORCENTAGEM DE CIDADES TOCANTINENSES COM CONDECS	(Nº DE CONDECS EM 2009 *100 / QTD DE MUNICIPIOS TOCANTINENSES) MENOS (Nº DE CONDECS EM 2008 * 100 / QTD DE MUNICIPIOS TOCANTINENSES)	8,9	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4234	FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE DEFESA CIVIL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	573	0	0,00
4235	PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO AOS DESASTRES.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	777	0	0,00
4236	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	15	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Especial de Combate às Calamidades Públicas.

3.2.3.3 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FUNDES

O FUNDES foi criado pela Lei n.° 867 de 16 de outubro de 1.996, posteriormente revogada pela Lei n.º 1.197, de 13 de dezembro de 2000, e ainda, alterada pela Lei n.° 2.215, de 11 de novembro de 2009; Lei n.º 1.271, de 04 de dezembro de 2001, que determina que o Presidente do PRODIVINO é o gestor do

FUNDES; Decreto n.º 1.351, de 09 de novembro de 2001 e Decreto nº. 1.923, de 26 de novembro de 2003 o Decreto n.º 3.454, de 08 de agosto de 2008, que dispõe sobre a Assessoria de Comunicação - ASCOM e o Decreto n.º 3.456, que dispõe sobre a organização operacional, composição e funcionamento dos Núcleos Setoriais de Controle Interno.

O FUNDES é gerido pelo presidente do Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO, e tem como missão principal à concessão, de empréstimos pessoais e financiamento de unidades habitacionais aos servidores públicos do estado do Tocantins.

Consideramos ainda a concessão de microcréditos ao setor informal, objetivando inclusive, possibilitar a este setor a formalização de suas atividades.

Os recursos disponibilizados no FUNDES, financiam também, empreendimentos de maior vulto, sobretudo na área de agronegócios, possibilitando o incremento das atividades econômicas geradoras de emprego e renda no Tocantins.

As atribuições do FUNDES foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em programas Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 7.853.000,00**, com execução de **84,22%**, ou seja, de **R$ 6.613.826,46**, como demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 212 – FINALÍSTICO - 0016

PROGRAMA - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	
Objetivo:	VIABILIZAR RECURSOS FINANCEIROS AOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, CONCEDENDO EMPRÉSTIMO E FINANCIANDO A AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS.
Justificativa:	EVITAR QUE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAL CONTRAIAM EMPRÉSTIMOS A JUROS ALTOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE CRÉDITO E AGIOTAGEM, E MINIMIZAR O ELEVADO NÚMERO DE SERVIDORES DESPROVIDOS DE CASA PRÓPRIA E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA.
Estratégia:	* AS PROPOSTAS DE EMPRÉSTIMO DEVERÃO SER PLEITEADAS JUNTO AOS RECURSOS HUMANOS DO ÓRGÃO ONDE OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAL (EFETIVO E COMISSIONADO) SÃO LOTADOS, E OS RH'S ENVIARÃO AO INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - PRODIVINO. * A ANÁLISE E CONCESSÃO DOS EMPRÉSTIMOS FICARÃO A CARGO DA COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO PRODIVINO. * SÃO REQUISITOS BÁSICOS PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, O SERVIDOR QUE TENHA 12 MESES DE PROVIMENTO NO CARGO E SUA MARGEM CONSIGNÁVEL ABSORVA O VALOR DAS PARCELAS DO EMPRÉSTIMO PLEITEADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
DÉFICIT HABITACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAL	(NÚMERO DE SERVIDORES COMTEMPLADOS / NÚMERO DE SERVIDORES CADASTRADOS) X 100	66,7	2003	70
TAXA DE SERVIDORES CONTEMPLADOS	(TOTAL DE SERVIDORES CONTEMPLADOS / TOTAL DE SERVIDORES SOLICITANTES) X 100	84,9	2003	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4179	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.	2.663.000,00	2.537.241,92	95,28	UNIDADE	600	218	36,33
4180	FINANCIAMENTO A AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS.	30.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	85	0	0,00
TOTAL		**2.693.000,00**	**2.537.241,92**	**94,22**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES.

QUADRO 213 – FINALÍSTICO - 0017

PROGRAMA - BANCO DA GENTE	
Objetivo:	VIABILIZAR RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOVER A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, APOIANDO FINANCEIRAMENTE OS MICRO PRODUTORES URBANOS E RURAIS, ASSISTINDO O CRÉDITO.
Justificativa:	A FALTA DE CAPITAL FINANCEIRO PARA ATENDER NECESSIDADES DE INVESTIMENTO E CAPITAL DE GIRO, É MOTIVO DE MUITOS PEQUENOS NEGÓCIOS NÃO INICIAREM OU SE DESENVOLVEREM. ESTE PROGRAMA VISA ATENDER PEQUENOS EMPREENDEDORES INCENTIVANDO A CRIAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E ACOMPANHANDO O EMPREENDEDOR DESDE A CONCESSÃO ATÉ A QUITAÇÃO DO FINANCIAMENTO.
Estratégia:	* CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO A PROJETOS DE PEQUENOS EMPREENDEDORES FORMAIS E INFORMAIS, ONDE O PROPONENTE APRESENTARÁ PROPOSTA PARA ANÁLISE AOS AGENTES DE CRÉDITO LOCAIS. * A EXECUÇÃO DO PROGRAMA FICA A CARGO DO INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - PRODIVINO, ATRAVÉS DA DIRETORIA DO BANCO DA GENTE. * O PRODIVINO CONTARÁ COM AGENTES E GERENTES SUPERVISORES PARA CAPTAÇÃO DAS PROPOSTAS, ANÁLISE E CONCESSÃO DO CRÉDITO, E AINDA, COM APOIO DO PARCEIRO RURALTINS QUE EMITIRÃO PARECERES E PROJETOS TÉCNICOS DE VIABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS JÁ INSTITUÍDOS EM SUAS AÇÕES. * O MONITORAMENTO SERÁ EXECUTADO ATRAVÉS DO CONCEITO DE "MICRO CRÉDITO ASSISTIDO", OU SEJA, OS AGENTES DE CRÉDITO E OS GERENTES REGIONAIS ACOMPANHARÃO OS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS DESDE SUA CONCESSÃO À LIQUIDAÇÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO	(TOTAL DE FINANCIAMENTOS LIBERADOS / TOTAL DE FINANCIAMENTOS SOLICITADOS) X 100	77,8	2009	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3082	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES GERENCIAIS REGIONAIS DO BANCO DA GENTE.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3243	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4181	MONITORAMENTO DO PROJETO EMPREENDEDOR FINANCIADO.	85.000,00	61.399,75	72,24	UNIDADE	845	790	93,49
4182	FINANCIAMENTO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E UNIDADE AGROINDUSTRIAL PRODUTIVA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
4183	VISTORIA DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS FINANCIADOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	240	0	0,00
4184	APOIO FINANCEIRO PARA PROJETO DE EMPREENDEDORES DO SETOR PRODUTIVO.	5.000.000,00	4.015.184,79	80,30	UNIDADE	1.700	886	52,12
TOTAL		**5.085.000,00**	**4.076.584,54**	**80,17**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES.

QUADRO 214 – FINALÍSTICO – 0102

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Objetivo:	PROMOVER A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DE MODO A ATENDER ANUALMENTE JOVENS E ADULTOS TOCANTINENSES DIRETAMENTE EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO.
Justificativa:	EMBORA O GOVERNO DO ESTADO E DA UNIÃO VENHAM PAULATINAMENTE INVESTINDO NA IMPLANTAÇÃO DE UMA REDE PARA ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, AINDA É INSIPIENTE O ESFORÇO DIANTE DA GRANDE DEMANDA DO MERCADO DE TRABALHO E DAS POTENCIALIDADES EXISTENTES NO ESTADO DO TOCANTINS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA IMPLICARÁ NA ESCASSEZ DE FALTA DE UMA MÃO DE OBRA QUALIFICADA, LOGO EM IMPEDIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO. POR ISSO, É IMPORTANTE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO REALIZADAS DE FORMA DIRETA COM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TENDO COMO REFERÊNCIA AS NECESSIDADES REGIONAIS. O ACOMPANHAMENTO IN LOCO E ELABORAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO PARA CADA UMA DAS AÇÕES, SERÃO ALGUNS DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO GERENCIAMENTO DAS AÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDAS	IC=TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
PORCENTAGEM DE JOVENS E ADULTOS ATENDIDOS DIRETAMENTE EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO P	I= TAXA DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS X= NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS Y= NÚMERO DE VAGAS PREENCHIDAS I= (X / Y) X 100 NÚMERO DE VAGAS OFERECIDA DIVIDIDO (/) NÚMERO DE VAGAS PREENCHIDAS VEZES (X) 100	-	-	-
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4401	GERENCIAMENTO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS EDUCATIVOS A ESTUDANTES CARENTES.	75.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	900	0	0,00
TOTAL		**75.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
7.853.000,00	6.613.826,46	84,22	1.239.173,54

3.2.3.4 FUNDO DE FARDAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

O Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins é destinado a prover as despesas com fardamento do pessoal em atividade. O Fundo foi criado pela Lei n.°1873, de dezembro de 2007, e tem como aporte R$ 65,80 por membro do Corpo de Bombeiros Militar, doações e resultados de aplicação dos valores do Fundo no mercado financeiro.

As atribuições do Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins foram desenvolvidas por meio da Ação Fornecimento de Fardamento. Para a mesma foi autorizado recurso na ordem de **R$ 300.000,00**, com execução de **61,36%** , ou seja, de **R$ 184.084,20**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 215 - FINALÍSTICO - 0008

PROGRAMA - DEFESA CONTRA SINISTROS	
Objetivo:	GARANTIR A POPULAÇÃO DO TOCANTINS UMA PROTEÇÃO GLOBAL FRENTE AOS DESASTRES DE QUALQUER NATUREZA.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS TEM CRESCIDO MUITO NA ÚLTIMA DÉCADA E JUNTO COM ESSE CRESCIMENTO HOUVE UM AUMENTO POPULACIONAL, NAS MESMAS PROPORCÕES AUMENTARAM OS RISCOS E A DEMANDA DE ATENDIMENTO AS EMERGÊNCIAS E DESASTRES. COMO AO CORPO DE BOMBEIROS COMPETE O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PREVENTIVAS, EMERGENCIAIS OU DE SOCORRO,ASSISTENCIAIS E RECUPERATIVAS NO ÂMBITO DA DEFESA CIVIL, DEVENDO DAR ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR A VÍTIMAS DE ACIDENTES E SINISTROS. ENTRETANTO, JUNTO A ESSE CRESCIMENTO TEM AUMENTADO O NÚMERO DE ACIDENTES, SEGUNDO DADOS ESTATÍSTICOS DO ORGÃO O AUMENTO PERCENTUAL DOS ÚLTIMOS 4 (QUATRO) ANOS FOI DE 61% EM RELAÇÃO A 2005. A FALTA DE IMPLANTAÇÃO DESSE PROGRAMA PROVOCA VÁRIAS CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS COMO: A NÃO REDUÇÃO DE TEMPO RESPOSTA, AGILIDADE, MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DIFICULDADE NA FORMAÇÃO DOS BOMBEIROS NA MAIS DIVERSA ATIVIDADE VOLTADOS PARA A SOCIEDADE E OUTROS. PORTANTO, ESSA IMPLANTAÇÃO MINIMIZARÁ ESSAS CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS.
Estratégia:	A ESTRATÉGIA A SER IMPLEMENTADA CONSISTE NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES SENDO ELAS: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO E COMBATE A INCÊNDIOS; CAPACITAÇÕES; MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO; CAMPANHAS DE ORIENTAÇÕES A SINISTROS; MATERIAL DIDÁTICO; APARELHAMENTO DAS UNIDADES; CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES E AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA REPRIMIDA EXISTENTE NO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
VARIAÇÃO PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS PRESTADOS À POPULAÇÃO	PERCENTUAL OBTIDO = Nº DE ATENDIMENTOS PRESTADOS EM 2009 MENOS Nº DE ATENDIMENTOS PRESTADOS EM 2008 * 100 / Nº DE ATENDIMENTOS PRESTADOS EM 2008.	19	31/12/2007	46

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
4424	FORNECIMENTO DE FARDAMENTO	300.000,00	184.084,20	61,36	UNIDADE	6.761	2.082	30,79
TOTAL		**300.000,00**	**184.084,20**	**61,36**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo 20de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros.

3.2.3.5 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM

O referido Fundo foi criado ainda em 2000, sendo que somente no exercício de 2002 iniciou sua execução. Em 2009 foram contempladas as ações de "Realização de Concurso Público, Aparelhamento da Polícia Militar, e Manutenção das Unidades da Polícia Militar", tanto no âmbito administrativo como operacional da segurança pública, que possibilitaram à Instituição promover a satisfação do cidadão tocantinense com um alto índice de segurança, motivado pela melhoria da qualidade em serviços prestados pela corporação, qualidade essa que foi alcançada através do aparelhamento adquirido e a devida manutenção básica das Unidades da PM/TO adquirido, visando à modernização e o aumento operacional de sua atuação frente à sociedade.

As atribuições desse Fundo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico - Polícia Militar na Defesa Social. Para esse programa foram autorizados recursos no montante de **R$ 2.249.800,00**, com percentual de execução de **35,55%**, ou seja, **R$ 799.717,38**, conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 216 – FINALÍSTICO - 0007

PROGRAMA - POLÍCIA MILITAR NA DEFESA SOCIAL	
Objetivo:	DEFENDER A SOCIEDADE CONTRA OS ATENTADOS DE TODA NATUREZA, ESPECIALMENTE CONTRA A VIDA, O PATRIMÔNIO, AS LIBERDADES INDIVIDUAIS E À CIDADANIA EM TODOS OS SEUS ASPECTOS.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA TEM SE CONSTITUÍDO NUM DOS MAIS GRAVES PROBLEMAS QUE AFETAM A NAÇÃO BRASILEIRA, SENDO NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO INJETE NAS POLÍCIAS, DE FORMA A MODERNIZAR OS SEUS DIVERSOS SETORES DE GESTÃO TANTO O INSTITUCIONAL COMO DO CONHECIMENTO, UMA VEZ QUE AS NECESSÁRIAS EFICIÊNCIA E EFICÁCIA ESTÃO ATRELADAS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO AFETAS AOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS. É NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO OFEREÇAM UMA MELHOR ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL AOS SETORES ESSENCIAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DE MODO A GARANTIR SEGURANÇA NO ENFRENTAMENTO DAS DEMANDAS CRIMINAIS E SOCIAIS, QUE A CADA DIA SE TORNAM MAIS VULTOSAS E COMPLEXAS. NO ESTADO DO TOCANTINS, EMBORA A SITUAÇÃO ATUAL NÃO SEJA ALARMANTE, A VIOLÊNCIA TEM SE MANIFESTADO CRESCENTE, PRINCIPALMENTE NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, O QUE TEM CONDUZIDO EM UM CLIMA INCÔMODO POR PARTE DA POPULAÇÃO, SENDO NECESSÁRIO, POIS, A ADOÇÃO DE UM CONJUNTO DE MEDIDAS, CONSTANTES DESTE PROGRAMA, A FIM DE EVITAR QUE O ESTADO TENHA A NECESSIDADE DE ADOTAR MEDIDAS EXTREMAS DE REPRESSÃO NO FUTURO, A EXEMPLO DO QUE ACONTECE EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, ONDE A CRIMINALIDADE FUGIU AO CONTROLE DO PODER PÚBLICO.
Estratégia:	ESTE PROGRAMA SERÁ IMPLEMETADO ATRAVÉS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ, COM O APOIO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP, E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS COM O INTUITO DE REDUZIR A CRIMINALIDADE E PROPORCIONAR SEGURANÇA A SOCIEDADE TOCANTINENSE, ATRAVÉS DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DOS POLICIAIS, AMPLIAÇÃO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS POLICIAIS, AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, DA REDE DE COMUNICAÇÃO, DO ARMAMENTO, ASSISTÊNCIA BIO-PSICO-SOCIAL AOS PROFISSIONAIS DA PM, APARELHAMENTO DAS UNIDADES DA PM, AUMENTO DE EFETIVO POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO, IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DA PM, INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DA PM E REFORMAS DAS UNIDADES DA PM.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
VARIAÇÃO PERCENTUAL MÉDIA DOS CRIMES VIOLENTO CONTRA PESSOA	Nº DE CRIMES ATUAIS / Nº TOTAL DE CRIMES DO ANO ANTERIOR(2007) * 100-100	163,75	dez/2007	30
VARIAÇÃO % DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	Nº DE CRIMES ATUAIS/Nº DE CRIMES DO ANO ANTERIOR(2007)*100-100	-9,78	dez/2007	-40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3200	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.	450.000,00	36.642,49	8,14	UNIDADE	2	0	0,00

3233	APARELHAMENTO DAS UNIDADES DA POLÍCIA MILITAR.	1.000.000,00	217.413,56	21,74	UNIDADE	13	10	76,92
4230	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA POLÍCIA MILITAR.	799.800,00	545.661,330	68,22	UNIDADE	33	25	75,76
TOTAL		**2.249.800,00**	**799.717,38**	**35,55**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Modernização da Polícia Militar.

3.2.3.6 FUNDO DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR – FUNFARDA

As atribuições do Fundo de Fardamento da Polícia Militar foram desenvolvidas por meio de uma ação estruturada no Programa Finalístico - Polícia Militar na Defesa Social, com a finalidade de aquisição de fardamento aos integrantes da Polícia Militar, conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 217 – FINALÍSTICO - 0007

PROGRAMA - POLÍCIA MILITAR NA DEFESA SOCIAL	
Objetivo:	DEFENDER A SOCIEDADE CONTRA OS ATENTADOS DE TODA NATUREZA, ESPECIALMENTE CONTRA A VIDA, O PATRIMÔNIO, AS LIBERDADES INDIVIDUAIS E À CIDADANIA EM TODOS OS SEUS ASPECTOS.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA TEM SE CONSTITUÍDO NUM DOS MAIS GRAVES PROBLEMAS QUE AFETAM A NAÇÃO BRASILEIRA, SENDO NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO INJETE NAS POLÍCIAS, DE FORMA A MODERNIZAR OS SEUS DIVERSOS SETORES DE GESTÃO TANTO O INSTITUCIONAL COMO DO CONHECIMENTO, UMA VEZ QUE AS NECESSÁRIAS EFICIÊNCIA E EFICÁCIA ESTÃO ATRELADAS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO AFETAS AOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS. É NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO OFEREÇAM UMA MELHOR ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL AOS SETORES ESSENCIAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DE MODO A GARANTIR SEGURANÇA NO ENFRENTAMENTO DAS DEMANDAS CRIMINAIS E SOCIAIS, QUE A CADA DIA SE TORNAM MAIS VULTOSAS E COMPLEXAS. NO ESTADO DO TOCANTINS, EMBORA A SITUAÇÃO ATUAL NÃO SEJA ALARMANTE, A VIOLÊNCIA TEM SE MANIFESTADO CRESCENTE, PRINCIPALMENTE NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, O QUE TEM CONDUZIDO EM UM CLIMA INCÔMODO POR PARTE DA POPULAÇÃO, SENDO NECESSÁRIO, POIS, A ADOÇÃO DE UM CONJUNTO DE MEDIDAS, CONSTANTES DESTE PROGRAMA, A FIM DE EVITAR QUE O ESTADO TENHA A NECESSIDADE DE ADOTAR MEDIDAS EXTREMAS DE REPRESSÃO NO FUTURO, A EXEMPLO DO QUE ACONTECE EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, ONDE A CRIMINALIDADE FUGIU AO CONTROLE DO PODER PÚBLICO.
Estratégia:	ESTE PROGRAMA SERÁ IMPLEMETADO ATRAVÉS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ, COM O APOIO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP, E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS COM O INTUITO DE REDUZIR A CRIMINALIDADE E PROPORCIONAR SEGURANÇA A SOCIEDADE TOCANTINENSE, ATRAVÉS DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DOS POLICIAIS, AMPLIAÇÃO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS POLICIAIS, AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, DA REDE DE COMUNICAÇÃO, DO ARMAMENTO, ASSISTÊNCIA BIO-PSICO-SOCIAL AOS PROFISSIONAIS DA PM, APARELHAMENTO DAS UNIDADES DA PM, AUMENTO DE EFETIVO POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO, IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DA PM, INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DA PM E REFORMAS DAS UNIDADES DA PM.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
VARIAÇÃO PERCENTUAL MÉDIA DOS CRIMES VIOLENTO CONTRA PESSOA	Nº DE CRIMES ATUAIS / Nº TOTAL DE CRIMES DO ANO ANTERIOR(2007) * 100-100	163,75	dez/2007	30
VARIAÇÃO % DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	Nº DE CRIMES ATUAIS/Nº DE CRIMES DO ANO ANTERIOR(2007)*100-100	-9,78	dez/2007	-40

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
4215	FORNECIMENTO DE FARDAMENTO.	1.500.000,00	1.016.652,30	67,78	UNIDADE	90.000	60.000	66,67
TOTAL		**1.500.000,00**	**1.016.652,30**	**67,78**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Fardamento da Polícia Militar.

3.2.3.7 FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA - FEMJ

A Lei Ordinária n.º 1.260, de 18 de outubro de 2001, criou o Fundo Estadual de Modernização Jurídica - FEMJ, e suas atribuições de gestão estão vinculadas à Procuradoria Geral do Estado - PGE.

O objetivo/missão do FEMJ que é amparado juridicamente pela Procuradoria Geral do Estado, com recursos destinados a financiar as atividades do Centro de Estudos Joaquim Cavalcante Lima; por meio da organização e patrocínio de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos, treinamentos e atividades correlatas; organização e elaboração de coletânea de artigos e jurisprudências; divulgação de matéria doutrinária, legislativa e jurisprudencial; promoção do intercâmbio com entidades públicas e privadas; aquisição de revista e demais elementos de estudos e outras consoante preceitua o Art. 1º da Lei n.º 1.260.

As atribuições do Fundo Estadual de Modernização Jurídica foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa de Serviço ao Estado - Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Estado. Para este programa foram autorizados recursos no valor de **R$ 460.000,00,** com execução de **2,56%**, ou seja, de **R$ 11.760,98**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 218 - SERVIÇO AO ESTADO - 0015

PROGRAMA - DEFESA DOS INTERESSES JURÍDICOS E PATRIMONIAIS DO ESTADO	
Objetivo:	DEFENDER O ESTADO DO TOCANTINS JUDICIAL E EXTRA-JUDICIAL COM O INTUITO DE PRESERVAR SUA INTEGRIDADE SÓCIO-ECONÔMICA E PATRIMONIAL, BEM COMO DEFENDER O CHEFE DO PODER EXECUTIVO.
Justificativa:	O ESTADO ATRAVÉS DE SEUS ÓRGÃOS É, CONSTANTEMENTE, ACOMETIDO DE UM GRANDE NÚMERO DE PROCESSOS NA ÁREA JURÍDICA, CARECENDO, PORTANTO, DA REPRESENTAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, NA PESSOA DO PROCURADOR GERAL JUNTAMENTE COM OS DEMAIS PROCURADORES QUE LHE ASSESSORAM, SEM A QUAL O ESTADO SOFRERIA DANOS MATERIAIS, PATRIMONIAIS E FINANCEIROS IRREPARÁVEIS, UMA VEZ QUE AAS AÇÕES CORRERIAM A REVELIA, TORNANDO-SE INVIÁVEL A ADMINISTRAÇÃO.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO ATRAVÉS DAS COORDENADORIAS DESTA PROCURADORIA, COM RECURSOS ORDINÁRIOS DO ESTADO. APESAR DE TER AÇÕES DE CARÁTER CONTÍNUO, EXISTEM PROJETOS COM TEMPO DETERMINADO DE IMPLANTAÇÃO. O PROJETO DE DEMARCAÇÃO DOS LIMITES DIVISÓRIOS DO ESTADO SERÁ IMPLEMENTADO PELO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE PROCESSOS EXECUTADOS	NÚMERO PROCESSOS EXECUTADOS / TOTAL PROCESSOS PROGRAMAADOS X 100	38,41	30/06/2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3202	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO ESTADO.	200.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4060	ATUALIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DA PGE.	110.000,00	610,98	0,56	UNIDADE	30	2	6,67
4061	DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS JURÍDICAS.	50.000,00	5.030,00	10,06	UNIDADE	800	80	10,00
4062	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES LOTADOS NA PGE.	30.000,00	6.120,00	20,40	UNIDADE	30	2	6,67
4063	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS JOAQUIM C. LIMA.	70.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**460.000,00**	**11.760,98**	**2,56**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Modernização Jurídica – FEMJ.

3.2.3.8 FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FUEMA

O Fundo Estadual do Meio Ambiente - FUEMA, instituído pela Lei n.º 261, de 20 de fevereiro de 1991, e denominado pela Lei n.º 858, de 26 de julho de 1.996, é vinculado ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, tendo por finalidade prover os recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos de preservação, conservação e/ou a recuperação do meio ambiente, visando à execução da Política Ambiental do Estado do Tocantins.

A Lei n.º 2.095, de 09 de julho de 2009, dispõe sobre o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FUEMA, definindo a constituição e a aplicação dos seus recursos, o responsável pela sua gestão e a forma de gerí-lo.

As atribuições do Fundo Estadual do Meio Ambiente – FUEMA, foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Previdência Social, Gestão de Políticas Públicas e Finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 15.110.854,00,** com execução de **24,74%**, ou seja, de **R$ 3.738.324,89**, como demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 219 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	74.222,00	74.221,17	100,00	0,83
TOTAL	**74.222,00**	**74.221,17**	**100,00**	**0,83**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual do Meio Ambiente.

QUADRO 220 – FINALÍSTICO – 0050

PROGRAMA – TOCANTINS BIODIVERSIDADE E FLORESTAS	
Objetivo:	FORMULAR E IMPLEMENTAR ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, VISANDO A CONSERVAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA E DOS RECURSOS GENÉTICOS COM A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, A RECUPERAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS DEGRADADOS, O COMBATE A DESMATAMENTOS ILEGAIS E INCÊNDIOS FLORESTAIS ASSEGURANDO A CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS.
Justificativa:	O PROGRAMA SE PROPÕE A TRABALHAR OS PROBLEMAS ELENCADOS DURANTE A OFICINAS DO PPA, SÃO ELES: QUEIMADAS, DESMATAMENTOS ILEGAIS, CAÇA E PESCA PREDATÓRIA; OS ECOSSISTEMAS NATURAIS ABRIGAM UMA IMENSA DIVERSIDADE BIOLÓGICA, PRESTANDO SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA VIDA NO PLANETA. A BIODIVERSIDADE É UMA DAS GRANDES RIQUEZAS DO NOSSO ESTADO, DEVENDO SER ESPECIALMENTE PROTEGIDA E CONSERVADA. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA PROPICIARÁ O AUMENTO NA PRESSÃO ANTRÓPICA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE DE ESPAÇO FÍSICO E UTILIZAÇÃO DESTES RECURSOS COMO MATÉRIA-PRIMA, DEVENDO PARA TANTO DEFINIR ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO QUE ESTABELEÇAM ESTRATÉGIAS PARA USO E CONSERVAÇÃO DA MESMA E AÇÕES ESTRUTURANTES IMPRESCINDÍVEIS PARA GARANTIR A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E ORIENTAR O USO DESTES ATIVOS AMBIENTAIS DE FORMA SUSTENTÁVEL.
Estratégia:	A SECRETARIA, DE FORMA DIRETA, DEVERÁ ELABORAR PLANOS E PROGRAMAS QUE ESTABELEÇAM ESTRATÉGIAS PARA O USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE, PROPOR A CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, IMPLANTAR INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NESTAS UNIDADES, E RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS NO ENTORNO DAS UC'S E DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS COM VISTAS A FORTALECER AÇÕES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, APOIANDO E FORTALECENDO A GESTÃO DAS UNIDADES EXECUTADA PELO NATURATINS; PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS AO CONTROLE DO DESMATAMENTO E COMBATE A QUEIMADAS DEVERÁ PROPOR PARCERIAS COM ÓRGÃOS DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E EXTENSÃO RURAL TANTO ESTADUAL (NATURATINS, CIPAMA E RURALTINS) QUANTO MUNICIPAL (OEMAS, SECRETARIAS DE AGRICULTURA E BRIGADAS DE INCÊNDIOS).
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
HECTARES CRIADAS E CONSOLIDADAS DE UC	HECTARES UC CRIADAS E CONSOLIDADA	-	-	-
HECTARES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REGULARIZADA	HECTARES UC REGULARIZADA	-	-	-
TAXA DE COBERTURA VEGETAL NO ESTADO	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3005	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DE FAUNA E FLORA.	734.010,00	31.487,10	4,29	UNIDADE	17	11	64,71
3234	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.	255.649,00	5.648,30	2,21	HECTARE	72	4	5,56
4013	PREVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS.	627.590,00	112.547,33	17,93	UNIDADE	53	29	54,72
4014	GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS.	3.317.666,00	640.690,94	19,31	UNIDADE	9	7	77,78
TOTAL		**4.934.915,00**	**790.373,67**	**16,02**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual do Meio Ambiente.

QUADRO 221 – FINALÍSTICO – 0052

PROGRAMA – ÁGUAS DO TOCANTINS	
Objetivo:	IMPLEMENTAR O SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, PROMOVER A RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E O EQUACIONAMENTO DOS CONFLITOS, COM O ENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS.
Justificativa:	O PROGRAMA PROPOSTO VISA ATENDER AOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS DURANTE AS OFICINAS DO PPA REALIZADAS EM 14 REGIÕES DO ESTADO, SENDE ELES: ASSOREAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUAS, SECAS EXTREMAS, DESMATAMENTOS E POLUIÇÃO AMBIENTAL; E OUTROS IDENTIFICADOS PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA, COMO: O COMPROMETIMENTO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS EM AMBIENTES URBANOS E RURAIS; A AUSÊNCIA DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS PARA TOMADA DE DECISÕES; A OCUPAÇÃO DESORDENA DO SOLO NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS; O POUCO CONHECIMENTO DOS ATORES ENVOLVIDOS COM A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NAS BACIAS. A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, COM BASE NOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DEFINIDAS NA POLÍTICA ESTADUAL, PRESSUPÕE A MINIMIZAÇÃO DOS CONFLITOS DE USOS, OCASIONADAS PELOS INTERESSES CONCORRENTES E O PLANEJAMENTO RACIONAL COM VISTAS A GARANTIR A TODOS O ACESSO À ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE SATISFATÓRIAS, INCENTIVANDO AÇÕES CONSERVACIONISTAS DE USO DO SOLO E DA ÁGUA, ALÉM DE FOMENTAR OS USOS MÚLTIPLOS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA ACARRETARÁ DANOS A QUALIDADE DAS ÁGUAS, REFLETINDO NA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE, BEM COMO, A MANUTENÇÃO DA QUANTIDADE DAS ÁGUAS, COM PREJUÍZOS AOS PROCESSOS PRODUTIVOS IMPLANTADO EM TODO O ESTADO. O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, NA BUSCA POR SOLUÇÕES E O INTERESSE DOS USUÁRIOS DAS ÁGUAS EM MINIMIZAR OS CONFLITOS DE USOS SÃO FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA, JÁ A QUANTIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA O MESMO PODERÁ SER UM FATOR DESFAVORÁVEL A SUA IMPLEMENTAÇÃO.
Estratégia:	A ESTRATÉGIA DO PROGRAMA PREVÊ PARCERIAS ENTRE MUNICÍPIOS, USUÁRIOS DE ÁGUA E SOCIEDADE CIVIL, BEM COMO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E CAPACITAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DA BACIA, CUJO OBJETIVO PRINCIPAL É A SUSTENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS. PARA ESSE PROGRAMA SÃO NECESSÁRIAS DIÁRIAS PARA AS VIAGENS DOS SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES. OS PRODUTOS ORIUNDOS DAS AÇÕES DESSE PROGRAMA TERÃO DIVULGAÇÃO EM MASSA E SERÃO ACESSÍVEIS VIA PORTAL WEB E OUTROS MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE FÁCIL ACESSO DO PÚBLICO ALVO. AS AÇÕES SERÃO EXECUTADAS COM O APORTE INSTITUCIONAL, TÉCNICO E OPERACIONAL DA SRHMA, COMPLEMENTADAS QUANDO FOR NECESSÁRIO, COM SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, PARCEIROS LOCAIS E ESTADUAIS ENVOLVIDOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ESTAÇÃO HIDROMETEREOLÓGICA ESTRUTURADA	EHE = SOMATÓRIO DAS ESTAÇÕES HIDROMETEOROLÓGICAS ESTRUTURADAS	8	2008	50

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4408	IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS	190.770,00	40.769,15	21,37	UNIDADE	11	5	45,45

	HÍDRICOS.							
TOTAL		**190.770,00**	**40.769,15**	**21,37**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual do Meio Ambiente.

QUADRO 222 – FINALÍSTICO – 0060

PROGRAMA – CONTROLE AMBIENTAL	
Objetivo:	REALIZAR LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E DEGRADADORAS DO MEIO AMBIENTE, COBERTURA VEGETAL E OS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DO TOCANTINS.
Justificativa:	EM ATENDIMENTO À LEI 261/91 QUE DISPÕES SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	TODAS AS ATIVIDADES QUE UTILIZAM RECURSOS NATURAIS DEVERÃO SER LICENCIADAS E SUAS ATIVIDADES SERÃO ACOMPANHADAS PELO MONITORAMENTO E DEVIDAMENTE FISCALIZADAS PARA CUMPRIREM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO TOCANTINS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	**Fórmula do Cálculo**	**Índice Atual**	**Data da Apuração**	**Índice Desejado**
TAXA DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E DEGRADORAS REGULARIZADAS	(NUMEROS DE EMPREENDIMENTOS EM FUNCIONAMENTO / NUMERO DE EMPREENDIMENTOS LICENCIADOS) X 100	28	2008	83

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
4019	LICENCIAMENTO AMBIENTAL.	2.704.520,00	471.395,40	17,43	UNIDADE	4.360	4.233	97,09
4022	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.	1.604.476,00	269.256,15	16,78	UNIDADE	6.846	3.583	52,34
4023	MONITORAMENTO AMBIENTAL.	1.314.253,00	145.456,35	11,07	UNIDADE	181	125	69,06
TOTAL		**5.623.249,00**	**886.107,90**	**15,76**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual do Meio Ambiente.

QUADRO 223 – FINALÍSTICO – 0061

PROGRAMA – PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO COLABORADORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO-FORMAL E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.
Justificativa:	O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /PEEA É UM INSTRUMENTO DE GESTÃO QUE COLABORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, FUNDAMENTAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, ENVOLVENDO DIVERSOS ATORES SOCIAIS COMO CO-RESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL, VISANDO À FORMAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA DOS CIDADÃOS. O TOCANTINS VEM IMPLEMENTANDO GRADUALMENTE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PEEA. ENTRETANTO ESSAS AÇÕES SÃO INSUFICIENTES PARA ATENDER A DEMANDA DO ESTADO, NECESSITANDO DE MAIS APORTE TÉCNICO E FINANCEIRO A FIM DE FORTALECER O PROCESSO EDUCATIVO, A MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS TORNANDO-OS APTOS A AGIR INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE RESOLVENDO OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.
Estratégia:	ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO COLETIVA DE FORMA ARTICULADA, QUE FAÇAM AS PESSOAS REPENSAREM SUAS POSTURAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE, PROPICIANDO OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DO MEIO AMBIENTE, DE MODO A FOMENTAR UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL QUE PRODUZA ATITUDES E COMPORTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS CONTÍNUOS EM PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /CIEA TO E DIVERSAS REDES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL; FORTALECER AS DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO OFERECENDO, BIMESTRALMENTE, CAPACITAÇÃO AOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, ABORDANDO A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	**Fórmula do Cálculo**	**Índice Atual**	**Data da Apuração**	**Índice Desejado**
TAXA DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM AÇÕES ESTRATÉGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	(Nº DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS / TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO) X 100	-	-	-
TAXA DE ESCOLAS COM FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇAO AMBIENTAL	(NÚMERO DE ESCOLAS ATENDIDAS / TOTAL DE ESCOLAS DO ESTADO) X 100	49,28	out/2005	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% 2369til.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4026	IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO-FORMAL.	436.630,00	174.414,42	39,95	UNIDADE	140	116	82,86
TOTAL		**436.630,00**	**174.414,42**	**39,95**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual do Meio Ambiente.

QUADRO 224 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 0076

PROGRAMA – GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	
Objetivo:	PLANEJAR A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS, ALÉM DE COORDENAR, AVALIAR E CONTROLAR OS DEMAIS PROGRAMAS A PARTIR DA GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA.
Justificativa:	ATENDER AS NECESSIDADES DE FORTALECIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO TOCANTINENSE, OBSERVANDO A LEI Nº 261 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	IMPLEMENTAR MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL DE FORMA INTEGRADA, COM A DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS, A PARTIR DA CAPACITAÇÃO TÉCNICA, UTILIZAÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE NOS PROCEDIMENTOS DE COLETA E PROCESSAMENTO DOS DADOS DE CAMPO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EXECUÇÃO DE INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL	(Nº DE INSTRUMENTOS DA POLÍTICA IMPLEMENTADA / Nº DE INSTRUMNETOS DA POLÍTICA EXISTENTE) X 100	53	2008	92,5

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3006	MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL.	45.669,00	6.669,00	14,60	UNIDADE	64	17	26,56
4028	IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES REGIONAIS.	3.609.229,00	1.719.601,08	47,64	UNIDADE	19	16	84,21
4029	GERAÇÃO DE ÍNDICES DE ICMS ECOLÓGICO PARA MUNICÍPIOS.	39.021,00	39.020,25	100,00	UNIDADE	155	139	89,68
4031	GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS – SEIA.	157.149,00	7.148,25	4,55	UNIDADE	10	04	40,00
TOTAL		**3.851.068,00**	**1.772.438,58**	**46,02**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual do Meio Ambiente.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
15.110.854,00	3.738.324,89	24,74	11.372.529,11

3.2.3.9 FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Em 20 de Setembro de 2001, instituída pela Lei n.º 1.250, foi criado o Fundo Estadual da Defesa dos Interesses Difusos – FID, vinculado a Secretaria da Cidadania e Justiça destinada a prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa dos interesses difusos, sendo dirigente o chefe do Poder Executivo ao qual o órgão se vincula, na qualidade de Presidente.

A Lei Estadual n.º 1.482, de 29 de junho de 2004, alterou a Lei n.º 1.250, de 20 de setembro de 2001, do Fundo Estadual da Defesa dos Interesses Difusos – FID o qual passou a denominar-se Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, destinando-se a prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa do consumidor e harmonia na relação de consumo, mantendo inalterado, os demais artigos da Lei anterior.

O PROCON tem como missão gerir a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à dignidade, saúde, segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

O Fundo Estadual de Defesa do Consumidor destina-se a prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa do consumidor e da harmonia na relação de consumo, sobretudo quanto financiamento de programas e projetos de conscientização, proteção e defesa do consumidor, aquisição de equipamentos e materiais, treinamento de servidores, promoções e eventos relativos à educação, pesquisa e divulgação de informações do interesse do consumidor, edição de material técnico-educativo e implantação dos Núcleos Regionais de Defesa do Consumidor.

Em conformidade com o artigo 2º da Lei n.º 1.250, de 20 de setembro de 2001, constituem receitas do referido fundo:

I - O produto:

a) das condenações judiciais de que tratam os arts. 11 e 13 da Lei Federal 7.347, de 24 de julho de 1985;

b) da indenização prevista no art. 100 da Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990;

II - Os valores destinados ao Estado em virtude da aplicação da multa:

a) administrativa, no âmbito da defesa do consumidor e da harmonia da relação de consumo;

b) administrativa, no âmbito da defesa dos interesses difusos;

c) estabelecida no art. 57 da Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990;

d) oriunda do descumprimento de:

1. decisão judicial proferida em matéria de direito do consumidor;

2. obrigação assumida em ajustamento de conduta;

III - As dotações orçamentárias que lhe forem destinadas;

IV - As doações, legados e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, desde que destinadas especificamente ao FID;

V - Os recursos provenientes de convênios e acordos firmados pela Secretaria da Justiça em matérias desta Lei;

VI - as transferências do Fundo Federal de Defesa do Consumidor e do Fundo Nacional dos Direitos Difusos.

Todos os recursos do Fundo são geridos pelo seu Conselho Gestor que é presidido pelo Secretário da Cidadania e Justiça e composto por um representante da Secretaria da Fazenda, do Ministério Público Estadual, e do Conselho das Associações de Moradores de Palmas - CONAM.

As atribuições do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor. Para este programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 1.670.000,00**, com execução de **R$ 681.418,94,** conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 225 – FINALÍSTICO - 0106

PROGRAMA - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	
Objetivo:	PRESTAR AOS CONSUMIDORES TOCANTINENSES ORIENTAÇÃO PERMANENTE SOBRE SEUS DIREITOS E GARANTIAS, AMPLIANDO AS AÇÕES DO PROCON-TO.
Justificativa:	A EFETIVAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR É REALIZADA PELO PROCON EM TRÊS EIXOS PRINCIPAIS: ATENDIMENTO, FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO. ASSIM, TODAS AS AÇÕES PROPOSTAS NESTE PROGRAMA VISAM DAR EFETIVIDADE À DEFESA DO CONSUMIDOR TOCANTINENSE MELHORANDO A QUALIDADE DO ATENDIMENTO, EXPANDINDO AS AÇÕES DE FICALIZAÇÃO E DISSEMINANDO A EDUCAÇÃO DE CONSUMIDORES E FORNECEDORES, COM VISTAS À MELHORIA DO MERCADO DE CONSUMO.
Estratégia:	MELHORANDO O ATENDIMENTO ATRAVÉS DA MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE DEFESA DO CONSUMIDOR, CRIANDO UM BANCO DE DADOS E CADASTRO DE RECLAMAÇÕES ATUALIZADOS, DIVULGANDO AS AÇÕES DO ÓRGÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, CONFECCIONANDO MATERIAL EDUCATIVO, AMPLIANDO A FROTA DE VEÍCULOS DO PROCON-TO PARA QUE A FISCALIZAÇÃO POSSA APURAR DENÚNCIAS E EVITAR ABUSOS NAS DIVISAS DO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	**Fórmula do Cálculo**	**Índice Atual**	**Data da Apuração**	**Índice Desejado**
NÚMERO DE RECLAMAÇÕES RECEBIDAS	% SOBRE NUMERO DE RECLAMAÇÕES ANTERIORES	3.359	31/12/2006	25.506

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
3092	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS REGIONAIS DO PROCON-TO.	285.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	9	0	0,00
3240	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.	200.000,00	180.000,00	90,00	UNIDADE	20	1	5,00
3306	REALIZAÇÃO DE EVENTOS COMEMORATIVOS E EDUCATIVOS – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
4266	REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO.	227.130,00	131.627,75	57,95	UNIDADE	19.500	6.320	32,41
4267	REALIZAÇÃO DE EVENTOS COMEMORATIVOS E EDUCATIVOS DO PROCON-TO.	198.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	48	0	0,00
4270	CONFECÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E EDUCATIVO.	95.460,00	49.960,00	52,34	UNIDADE	180.000	15.000	8,33
4411	MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE ATENDIMENTO.	664.410,00	319.831,19	48,14	UNIDADE	19	9	47,37

TOTAL	**1.670.000,00**	**681.418,94**	**40,80**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.

3.2.3.10 FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE - FECA

O Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente – FECA, foi criado pela Lei Estadual n.º 1.110, de 02 de dezembro de 1999, a qual elencou suas atribuições de gestão e vinculou a Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Em janeiro de 2007, por força do Decreto Estadual n.º 2.319 de 03 de janeiro de 2007, houve nova reestruturação na estrutura básica e operacional, vinculando o Fundo Estadual para Criança e Adolescente e o Conselho da Criança e do Adolescente à Secretaria da Cidadania e Justiça.

O Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente tem como missão planejar, estruturar e executar a Política Estadual de Atenção Integral à Infância e Adolescência, adotando as medidas necessárias à promoção dos direitos e garantias previstos no Estatuto da Criança e Adolescente.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em Programas Finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 1.748.589,00**, sendo executado o valor de **R$ 1.006.260,78**, conforme demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 226 - FINALÍSTICO - 0129

PROGRAMA – ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Objetivo:	GARANTIR A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, ESTUDOS, CAMPANHAS E PESQUISAS NO CAMPO DA PROMOÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DEFESA, BEM COMO O MONITORAMENTO E A CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PROPORCIONANDO APERFEIÇOAMENTO DE SUAS ATIVIDADES LABORAIS.
Justificativa:	CONSIDERANDO A LEI ESTADUAL Nº 1.110 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1999 E A LEI ESTADUAL Nº 1.763 DE 02 DE JANEIRO DE 2007, É ATRIBUIÇÃO DIRETA DO ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE A ARTICULAÇÃO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO E DEFESA DOS DIREITOS INFANTO-JUVENIS. ALÉM DISSO, É FUNÇÃO DESTE ÓRGÃO A IMPLEMENTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES E A MANUTENÇÃO FÍSICO-ESTRUTURAL DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA, O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS, O APOIO FINANCEIRO E A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE MONITORAMENTO, CAPACITAÇÃO E SUPORTE AOS ATORES DO SISTEMA, DENTRE OS QUAIS AOS SERVIDORES, AOS CONSELHEIROS DE DIREITOS E TUTELARES, A AMPLIAÇÃO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS CONSELHOS E A SOCIEDADE, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS E PUBLICAÇÕES.
Estratégia:	REALIZAR PESQUISAS PARA O MAPEAMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS E SITUACIONAIS SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA; IMPLEMENTAR O CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA O MELHOR DESEPENHO DE SUAS FUNÇÕES; APOIAR TÉCNICAMENTE OS CONSELHOS MUNICIPAIS E TUTELARES, BEM COMO AS DEMAIS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL; CAPACITAR OS ATORES DOS SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DOTANDO-OS DE CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.
Prazo de Execução:	2009-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIAS	SOMATÓRIO DAS TAXAS DAS AÇÕES DIVIDIDO PELA QUANTIDADE DE AÇÕES	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3221	IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDCA.	91.476,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	70	0	0,00
4416	REALIZAÇÃO DE PESQUISAS SOBRE O SISTEMA DE GASRANTIAS DE DIREITOS.	11.326,00	0,00	0,00	UNIDADE	10	0	0,00
4417	APOIO TÉCNICO AS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL.	1.221.470,00	999.860,78	81,86	UNIDADE	61	40	65,57
4418	CAPACITAÇÃO DOS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	82.774,00	6.400,00	7,73	UNIDADE	500	5	1,00
TOTAL		**1.407.046,00**	**1.006.260,78**	**71,52**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente - FECA.

QUADRO 227 - FINALÍSTICO - 0130

PROGRAMA – ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO	
Objetivo:	PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E SUAS FAMÍLIAS, ATRAVÉS DE UM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO HUMANO, EFICIENTE, EFETIVO E EFICAZ EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E EMILIBERDADE, ESTIMULANDO AS POTENCIALIDADES PESSOAIS, A SUPERAÇÃO DA PRÁTICA INFRACIONAL E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROJETO DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE.
Justificativa:	A NECESSIDADE DE GARANTIA DE ATENDIMENTO DIGNO AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO TOCANTINS, ALIADA A ALGUNS CASOS DE REINCIDÊNCIA E AO SURGIMENTO DE NOVAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CENÁRIO TOCANTINENSE, JUSTIFICAM A EXECUÇÃO DESTE PROGRAMA. ALÉM DISSO, É ATRIBUIÇÃO DA SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA, POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, GARANTIR AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL CONDIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE VIDA QUE FAVOREÇA SUA AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO, ESTIMULE SUAS POTENCIALIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS E PROPORCIONE O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FORMAL, ESPORTE, ESPIRITUALIDADE E LAZER, FOMENTANDO A VIVÊNCIA COMUNITÁRIA E A PROFISSIONALIZAÇÃO.
Estratégia:	ATENDER AS FAMÍLIAS, OS ADOLESCENTES NA FASE FINAL DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E OS ADOLESCENTES EGRESSOS; GARANTIR ALIMENTAÇÃO AOS ADOLESCENTES INFRATORES EM CUMPRIMENTO AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE E OS SERVIDORES DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO; IMPLANTAR, AMPLIAR E MANTER AS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO ATENDENDO AOS PARÂMETROS ARQUITETÔNICOS DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE, PROPICIANDO AOS SOCIOEDUCANDOS, SOCIOEDUCADORES E SERVIDORES EM GERAL ESTRUTURA ADEQUADA.
Prazo de Execução:	2009-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	SOMATÓRIO DA TAXA DE IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO, TAXA DE AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO E TAXA DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EGRESSO E FAMÍLIA DIVIDIDO POR 3	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3222	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO.	56.800,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	120	0	0,00
3223	AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO.	252.069,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	90	0	0,00
4419	ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EGRESSO DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS E FAMÍLIAS.	32.674,00	0,00	0,00	UNIDADE	180	0	0,00
TOTAL		**341.543,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente - FECA.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
1.748.589,00	1.006.260,78	57,55	742.328,22

3.2.3.11 FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM, instituído pela Lei Estadual n.° 1.141, de 08 de março de 2000, órgão vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça, por força do disposto no art. 5°, inciso I, “b” do Decreto n.° 1.717, de 13 de março de 2003, posteriormente sendo revogado pelo Decreto n.° 2.751, de 22 de maio de 2006.

Houve redução no valor do orçamento de R$ 172.500,00, correspondente a 100% do orçamento inicial fixado para o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, não sendo possível executar as ações inicialmente previstas, e desta forma realizar às atividades necessárias ao desenvolvimento das políticas voltados a promoção dos direitos das mulheres.

QUADRO 228 - FINALÍSTICO - 0116

PROGRAMA - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	
Objetivo:	COMBATER A VIOLÊNCIA EM TODOS OS NÍVEIS CONTRA A MULHER, ATRAVÉS DA CONSCIENTIZAÇÃO A RESPEITO DOS SEUS DIREITOS, FISCALIZANDO A APLICAÇÃO DA PENAS PREVISTAS EM LEI.
Justificativa:	A VIOLENCIA CONTRA A MULHER ESTÁ PRESENTE NO ESTADO, ENTÃO A IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA PERMITIRÁ A REDUÇÃO DESTE TIPO DE VIOLENCIA, CAPACITANDO AS CONSELHEIRAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, PROMOVENDO EVENTOS DE DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO, COMO TAMBÉM A MENUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA DO CEDIM.
Estratégia:	CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS E MUNICIPAIS; PROMOÇÃO DE EVENTOS DE DIVULGAÇÃO; CONSCIENTIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA DOS CEDIM.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Nº DE ATENDIMENTOS À MULHERES VÍTIMAS DE AGRESSÃO	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIA * PERCENTUAL DE CRESCIMENTO PREVISTOS	6.993	31/12/2006	12.884

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
3093	IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4259	CAPACITAÇÃO DAS CONSELHEIRAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	170	0	0,00
4436	MANUTENÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher.

3.2.3.12 FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS

O Conselho Estadual Antidrogas era vinculado à Secretaria da Juventude, e por meio do Decreto Estadual n.º 2.447, de 21 de junho de 2005, passou a ser vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça.

O Conselho Estadual Antidrogas tem por finalidade:

I – Aprovar a Política Estadual Antidrogas;

II – Exercer orientação normativa sobre as atividades de repressão ao uso indevido, ao tráfico ilícito e a produção não autorizada; de prevenção ao uso indevido desses mesmos produtos; relacionadas com o tratamento, recuperação e reinserção social dos dependentes;

III – Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos recebidos pelo Governo ou por ele alocados; o desempenho dos planos e programas da Política Estadual Antidrogas.

As atribuições do Fundo Estadual Antidrogas foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico Tocantins sem Drogas. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 190.478,00**, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 229 - FINALÍSTICO - 0108

PROGRAMA - TOCANTINS SEM DROGAS	
Objetivo:	ENFRENTAR A QUESTÃO DAS DROGAS DE MODO ABRANGENTE DESDE A PREVENÇÃO PRIMÁRIA, ACOMPANHAMENTO PESSOAL E FAMILIAR, TRATAMENTO E/OU PROCESSO DE RECUPERAÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL.
Justificativa:	O PROBLEMA DE USO DE DROGAS ESTÁ AFETANDO GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE; ATENDENDO A DEMANDA DA SOCIEDADE, QUE ENTENDE QUE É DEVER DO ESTADO ESTABELECER MECANISMOS DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS, É NECESSÁRIO A EXISTÊNCIA DE UMA POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS, OBEDECENDO AS DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA NACIONAL ANTIDROGAS.
Estratégia:	AS AÇÕES DO PROGRAMA SERÃO EXECUTADAS DE FORMA DIRETA, DE MANEIRA QUE POSSAM ENFRENTAR A OFENSIVA DAS DROGAS, NO QUE SE REFERE AO SEU COMBATE, PREVENÇÃO, REPREENSÃO AO USO INDEVIDO E O OFERECIMENTO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO DEPENDENTE QUÍMICO E SUA REINSERÇÃO SOCIAL. PARA ISSO SERÁ INCENTIVADA A CRIAÇÃO E O FORTALECIMENTO DE CONSELHOS MUNICIPAIS ANTIDROGAS EM TODOS OS MUNICÍPIOS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE COMBATE ÀS DROGAS, ENVOLVENDO A SOCIEDADE, A FAMÍLIA E TODOS OS SEGMENTOS ORGANIZADOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE ESTUDANTES USUÁRIOS DE DROGAS	REDUÇÃO PERCETUAL SOBRE ÍNDICE ANTERIOR - (%)	19,8	31/12/2005	16,04

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3079	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO PARA DEPENDENTES QUÍMICOS.	90.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3098	IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL ANTI-DROGAS.	15.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4281	APOIO TÉCNICO PARA OS CONSELHOS MUNICIPAIS ANTI-DROGAS.	45.478,00	6.608,25	14,53	UNIDADE	19	4	21,05
4415	MONITORAMENTO DO PROGRAMA TOCANTINS SEM DROGAS.	40.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00

TOTAL	**190.478,00**	**6.608,25**	**3,47**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual Antidrogas.

3.2.3.13 FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Lei n.º 1.664, de 22 de fevereiro de 2006, regulamenta o art. 143 da Constituição Estadual, que cria o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, e o § 5º do art. 142, da Constituição do Estado do Tocantins, que institui o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, e o Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, que dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do poder executivo e adota outras providências.

O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, por meio do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, tem como missão institucional formular as diretrizes e promover a execução da política de ciência e tecnologia estadual, observados os princípios: fomentar a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento de interesses do Estado; prover o assessoramento aos órgãos e instituições estaduais na elaboração de políticas, planos e programas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia; formar, manter e expandir a base técnico-científica do Estado; promover a criação e acionar os mecanismos de fomento necessários à pesquisa e ao desenvolvimento, bem como da difusão de tecnologias existentes e adequadas às condições regionais; promover o desenvolvimento da infra-estrutura de ciência e tecnologia do Estado.

As atribuições do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Gestão de Políticas Públicas e Finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 31.399.692,00**, com execução de **65,78%**, ou seja, de **R$ 20.654.861,69**, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

QUADRO 230 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 0096

PROGRAMA – GESTÃO EM C T I	
Objetivo:	PROMOVER A GESTÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, PROPICIANDO O AVANÇO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS VEM PAULATINAMENTE SE CONSOLIDANDO EM TODOS OS ASPECTOS E, EM CTI, AINDA NÃO SE VISUALIZA UM SISTEMA ESTADUAL TOTALMENTE CONSOLIDADO. DESTA FORMA, É NECESSÁRIO DESENVOLVER UM PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA NORTEAR AS DIRETRIZES EM CTI.
Estratégia:	PROMOVER ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE OUTRAS SECRETARIAS CONGÊNERES E DO MCT, TENDO EM VISTA A ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES QUE TENHAM IMPACTO SIGNIFICATIVO NO DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS. SERÁ INSTITUÍDA EQUIPE DE TRABALHO, VIA PORTARIA DO SECRETÁRIO DE C&T, BEM COMO A CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA. AO FINAL, O DOCUMENTO SERÁ SUBMETIDO À APROVAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E DO GOVERNADOR E SE TORNARÁ PÚBLICO PARA SEU EFETIVO CUMPRIMENTO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA ANUAL DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS A CTI	C= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3083	ELABORAÇÃO DO PLANO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM CTI.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3237	IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

QUADRO 231 – FINALÍSTICO – 0102

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Objetivo:	PROMOVER A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DE MODO A ATENDER ANUALMENTE JOVENS E ADULTOS TOCANTINENSES DIRETAMENTE EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO.
Justificativa:	EMBORA O GOVERNO DO ESTADO E DA UNIÃO VENHAM PAULATINAMENTE INVESTINDO NA IMPLANTAÇÃO DE UMA REDE PARA ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, AINDA É INSIPIENTE O ESFORÇO DIANTE DA GRANDE DEMANDA DO MERCADO DE TRABALHO E DAS POTENCIALIDADES EXISTENTES NO ESTADO DO TOCANTINS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA IMPLICARÁ NA ESCASSEZ DE FALTA DE UMA MÃO DE OBRA QUALIFICADA, LOGO EM IMPEDIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO. POR ISSO, É IMPORTANTE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO REALIZADAS DE FORMA DIRETA COM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TENDO COMO REFERÊNCIA AS NECESSIDADES REGIONAIS. O ACOMPANHAMENTO IN LOCO E ELABORAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO PARA CADA UMA DAS AÇÕES, SERÃO ALGUNS DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO GERENCIAMENTO DAS AÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDAS	IC=TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
PORCENTAGEM DE JOVENS E ADULTOS ATENDIDOS DIRETAMENTE EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO P	I= TAXA DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS X= NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS Y= NÚMERO DE VAGAS PREENCHIDAS I= (X / Y) X 100	-	-	-

	NÚMERO DE VAGAS OFERECIDA DIVIDIDO (/) NÚMERO DE VAGAS PREENCHIDAS VEZES (X) 100			
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3042	IMPLANTAÇÃO DOS PÓLOS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E DE APOIO PRESENCIAL AOS ESTUDANTES.	46.610,00	46.610,00	100,00	UNIDADE	6	6	100,00
3086	REFORMA DE CENTROS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	1.763.946,00	0,00	0,00	UNIDADE	7	0	0,00
3232	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	2.767.743,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
3335	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – EMENDA PARLAMENTAR.	12.872.273,00	12.284.272,54	95,43	EMENDA PARLAMENTAR			
4012	REPASSE FINANCEIRO A ESCOLA TECNICA PRESENCIAL.	300.000,00	300.000,00	100,00	UNIDADE	2	2	100,00
4190	CONCESSÃO DE BOLSAS DE QUALIFICAÇÃO.	710.400,00	703.200,00	98,99	UNIDADE	79	57	72,15
4191	CONCESSÃO DE CRÉDITOS EDUCATIVOS A ESTUDANTES CARENTES.	5.422.124,00	5.422.122,96	100,00	UNIDADE	2.888	1.882	65,17
4192	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	37.449,00	37.447,10	99,99	UNIDADE	17	17	100,00
4193	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	118.610,00	113.515,35	95,70	UNIDADE	17	17	100,00
4195	SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	62.863,00	62.863,00	100,00	UNIDADE	17	17	100,00
TOTAL		**24.102.018,00**	**18.970.030,95**	**78,71**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

QUADRO 232 – FINALÍSTICO – 0124

PROGRAMA – POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Objetivo:	POPULARIZAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA QUE OS CIDADÃOS POSSAM CONHECER E SE BENEFICIAR DAS DESCOBERTAS, PRODUTOS E SERVIÇOS PRODUZIDOS PELA COMUNIDADE CIENTÍFICA.
Justificativa:	APESAR DE O ESTADO DO TOCANTINS FAZER PARTE DA REDE NORTE E NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, EVIDENCIA-SE A BAIXA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, BEM COMO REDUZIDA SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO POR PARTE DA SOCIEDADE CIVIL QUANTO AOS BENEFÍCIOS GERADOS PELA PRODUÇÃO CIENTÍFICA. CONSEQÜENTEMENTE OCORRE A PRECÁRIA UTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, FATO QUE LEVA À NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA QUE DESENVOLVA AÇÕES QUE POPULARIZEM A CTI DE FORMA LÚDICA, CLARA E ACESSÍVEL A TODOS OS PÚBLICOS, QUE POR SUA VEZ, PODERÃO TER CONHECIMENTO E USUFRUIR DESTAS DESCOBERTAS.
Estratégia:	REALIZAR PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS, FAZER CONTRATOS E PROJETOS PARA A PROMOÇÃO DE EVENTOS E AÇÕES QUE DIVULGUEM O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO À SOCIEDADE UTILIZANDO PARA ISSO OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO BEM COMO A CRIAÇÃO DE MUSEUS E OUTROS ESPAÇOS POPULARES QUE ESTIMULEM O INTERESSE E VIABILIZE O ACESSO DA POPULAÇÃO AO SABER E AINDA INVESTIR NA CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO BÁSICA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE INTERESSE POPULAR POR C&T	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE PESSOAS INTERESSADAS EM C&T EM MOMENTO ATUAL	-	-	-

TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS CONTEMPLADAS EM EVENTOS DE C&T	Y= NÚMERO DE PESSOAS INTERESSADAS EM C&T EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE PESSOAS INTERESSADAS EM C&T EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE PESSOAS INTERESSADAS EM C&T EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PESSOAS INTERESSADAS EM C&T EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100. IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE PESSOAS CONTEMPLADAS NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE PESSOAS CONTEMPLADAS NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE PESSOAS CONTEMPLADAS NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE PESSOAS CONTEMPLADAS NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PESSOAS CONTEMPLADAS NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE EVENTOS DE C&T REALIZADOS NOS MUNICÍPIOS	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4196	PROMOÇÃO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS.	58.669,00	40.044,94	68,26	UNIDADE	10	7	70,00
4197	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	10	0	0,00
4198	CONTRIBUIÇÃO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS.	133.205,00	68.611,00	51,51	UNIDADE	10	5	50,00
4199	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MOMENTO CIÊNCIA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	10	0	0,00
TOTAL		**191.874,00**	**108.655,94**	**56,63**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

QUADRO 233 – FINALÍSTICO – 0125

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	
Objetivo:	DINAMIZAR O SISTEMA DE CTI PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TOCANTINS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS CONTA COM UM SISTEMA ESTADUAL DE CTI EM CONSOLIDAÇÃO. IDENTIFICA-SE A CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS COM REQUISITOS ESPECÍFICOS VOLTADOS À PRODUÇÃO DE CTI, O QUE GERA REDUZIDA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PROVOCANDO DEFICIÊNCIAS NOS SETORES PRODUTIVOS. AS INSTITUIÇÕES VOLTADAS À PRODUÇÃO CIENTÍFICA BUSCAM A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A CTI, DESTA FORMA, É NECESSÁRIO UM PROGRAMA QUE IMPLANTE E DESENVOLVA POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VISEM DINAMIZAR O REFERIDO SISTEMA, COM VISTAS A PROMOVER A PRODUÇÃO, DIFUSÃO E UTILIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS E TECNOLOGIAS QUE PERMITAM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO. AS AÇÕES EM CTI DEVEM SER ESTRATÉGICAS/INTEGRADORAS CAPAZES DE SUBSIDIAR O AVANÇO TECNOLÓGICO NOS SETORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E ERCIÁRIO, DETECTANDO DEMANDAS, DESENVOLVENDO PRODUTOS E NORTEANDO AÇÕES GOVERNAMENTAIS.
Estratégia:	PROMOVER AÇÕES QUE ESTIMULEM A INTEGRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES LOCAIS QUE DESENVOLVEM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, BEM COMO BUSCAR E ESTIMULAR PARCERIAS ESTRATÉGICAS COM ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, PRIVADOS E ICTS REGIONAIS E NACIONAIS QUE AUXILIEM NO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES TOCANTINENSES, VIA PROGRAMAS E PROJETOS QUE TRAGAM BENEFÍCIOS PARA O ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA ANUAL DE ATRAÇÃO DE PESQUISADORES DOUTORES	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE PESQUISADORES DOUTORES ATRAÇÃO PARA O ESTADO EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE PESQUISADORES DOUTORES ATARÇÃO PARA O ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE PESQUISADORES DOUTORES ATRAÍDOS PARA	-	-	-

	O ESTADO EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) NÚMERO DE PESQUISADORES DOUTORES ATRAÍDOS PARA O ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PESQUISADORES DOUTORES ATRAÍDOS PARA O ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100. FÓRMULA: IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= VALOR INVESTIDO EM DESENVOLVIMENTO DAS APLS NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ATUAL Y= VALOR INVESTIDO EM DESENVOLVIMENTO DAS APLS NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100			
TAXA DE INVESTIMENTO FINANCEIRO VOLTADAS PARA APLS	NÚMERO DE PESQUISAS VOLTADAS PARA APLS NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE PESQUISAS VOLTADAS PARA APLS NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PESQUISAS VOLTADAS PARA APLS NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100. FÓRMULA: IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE EMPRESAS BASE TECNOLÓGICA EXISTENTES NO ESTADO EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA EXISTENTES NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100	-	-	-
TAXA DE INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA INSTALADAS	NÚMERO DE EMPRESAS BASE TECNOLÓGICA EXISTENTES NO ESTADO EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) NÚMERO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA EXISTENTES NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA EXISTENTES NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100. FÓRMULA: IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100	-	-	-
TAXA DE PESQUISAS REALIZADAS NO ESTADO DO TOCANTINS	NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NO ESTADO EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100. FÓRMULA: IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE EMPRESAS BASE TECNOLÓGICA APOIADAS NO ESTADO EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA APOIADAS NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100	-	-	-
TAXA DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA APOIADAS NO ESTADO	NÚMERO DE EMPRESAS BASE TECNOLÓGICA APOIADAS NO ESTADO EM MOMENTO ATUAL EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) NÚMERO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA APOIADAS NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA APOIADAS NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100. FÓRMULA: IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE PESSOAS QUALIFICADAS EM SERVIÇO DE BASE TECNOLÓGICA NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE PESSOAS QUALIFICADAS EM SERVIÇO DE BASE TECNOLÓGICA NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100	-	-	-
TAXA DE PESSOAS QUALIFICADAS EM SERVIÇOS DE BASE TECNOLÓGICA	NÚMERO DE PESSOAS QUALIFICADAS EM SERVIÇO DE BASE TECNOLÓGICA NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) NÚMERO DE PESSOAS QUALIFICADAS EM SERVIÇO DE BASE TECNOLÓGICA NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PESSOAS QUALIFICADAS EM SERVIÇO DE BASE TECNOLÓGICA NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100. FÓRMULA: IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE LABORATÓRIOS IMPLANTADOS NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE LABORATÓRIOS IMPLANTADOS NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100	-	-	-
TAXA ANUAL DE IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIOS NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOG	NÚMERO DE LABORATÓRIOS EXISTENTES NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) NÚMERO DE LABORATÓRIOS EXISTENTES NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE LABORATÓRIOS EXISTENTES NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3203	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESTRUTURANTES.	3.896.471,00	850.159,23	21,82	UNIDADE	3	1	33,33
3238	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS.	800.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
3239	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES TECNOLÓGICOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4200	FOMENTO AO CENTRO DE PESQUISA – UNITINSAGRO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4201	FOMENTO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4202	FOMENTO A PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS.	1.203.349,00	726.015,57	60,33	UNIDADE	5	4	80,00
4204	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**5.899.820,00**	**1.576.174,80**	**26,72**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

QUADRO 234 – FINALÍSTICO – 0126

PROGRAMA – TOCANTINS DIGITAL	
Objetivo:	PROMOVER A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMO MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL E DIGITAL DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Justificativa:	A ATENÇÃO À DIRETRIZ DO GOVERNO FEDERAL DE QUE NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO SEM INCLUSÃO SOCIAL, LEVOU O GOVERNO DO ESTADO A LANÇAR PROGRAMAS E AÇÕES QUE TÊM COMO OBJETIVO COMUM OFERECER ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, E AO ACERVO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS, CONTRIBUINDO PARA A INCLUSÃO SOCIAL DOS CIDADÃOS TOCANTINENSES. VISA TAMBÉM PROMOVER A GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, DEMOCRATIZANDO O ACESSO, MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA E PROPICIANDO O CONTROLE SOCIAL DO ESTADO E CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA EDUCAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS.
Estratégia:	A IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA SE DARÁ A PARTIR DA SINERGIA ENTRE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS E SOCIEDADE CIVIL, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA QUE POSSIBILITE O ACESSO, VIA BANDA LARGA, ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. SERÁ FOMENTADA A OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS POR MEIO DA INTERNET E DAS MÍDIAS INSTALADAS EM PONTOS PÚBLICOS A SEREM IMPLANTADOS NOS DIVERSAS CIDADES DO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE USUÁRIOS CONTEMPLADOS COM ACESSO À INTERNET	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS PELAS REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS PELAS REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELAS REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELAS REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELAS REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE IMPLANTAÇÃO DE PONTOS PÚBLICOS PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE PONTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE PONTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE PONTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE PONTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PONTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3241	IMPLANTAÇÃO DA CIDADE DIGITAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3242	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS POPULARES DE INCLUSÃO DIGITAL E INFORMAÇÃO.	1.205.980,00	0,00	0,00	UNIDADE	18	0	0,00
TOTAL		**1.205.980,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
31.399.692,00	20.654.861,69	65,78	10.744.830,31

3.2.3.13 FUNDO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO - FUNCASE

O Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo – FUNCASE, tem como missão assegurar a captação de recursos para garantir a continuidade efetiva da política de capacitação, promovendo a implantação e manutenção do Sistema de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Executivo – SICAP em virtude da necessidade de melhoria da qualidade de atendimento aos usuários dos serviços públicos.

As atribuições do FUNCASE foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 770.000,00**, com execução de **26,02%,** ou seja, **R$ 200.325,45**, como demonstrado nos quadros abaixo.

QUADRO 235 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	385.640,00	113.512,02	29,43	272.127,98
Manutenção de Serviços de Transportes	17.000,00	4.155,89	24,45	12.844,11
Ações de Informática	61.000,00	36.627,84	60,05	24.372,16
TOTAL	**463.640,00**	**154.295,75**	**33,28**	**309.344,25**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo - FUNCASE.

QUADRO 236 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0055

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA GESTÂO PÚBLICA	
Objetivo:	BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO SERVIDOR E SOCIEDADE ATREAVÉS DA GESTÃO INSTITUCIONAL, DE LOGÍSTICA E DE RECURSOS HUMANOS.
Justificativa:	NO DIAGNÓSTICO ELABORADO POR OCASIÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS REALIZADOS NO ESTADO, FORAM IDENTIFICADOS, DENTRE OUTROS, PROBLEMAS DE DEFICIÊNCIA GERENCIAL, AUSÊNCIA DO SETOR PÚBLICO, CENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E BUROCRACIA. NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DESSES PROBLEMAS, FOI CONCEBIDO O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉGIDE DA VONTADE POLÍTICA DO GOVERNO ESTADUAL, SURGINDO COM ISSO A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO MODELO GERENCIAL VOLTADO PARA O CUMPRIMENTO DE METAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO COMO PRINCÍPIOS BÁSICOS A GESTÃO PARTICIPATIVA, A GERÊNCIA DE PROCESSOS, A TRANSPARÊNCIA, A MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS E A GARANTIA DA SATISFAÇÃO DO CIDADÃO. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA APRESENTA COMO CONDICIONANTES FAVORÁVEIS À SUA IMPLEMENTAÇÃO, DENTRE OUTROS, A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E O GOVERNO FEDERAL, NO TOCANTE À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DO PORTE DO PNAGE - PROGRAMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO GESPÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO, AMBOS VOLTADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E CONSEQUENTEMENTE, PARA A EXCELÊNCIA DA PERFORMANCE DA MÁQUINA PÚBLICA. A NÃO-PRIORIZAÇÃO DO PROGRAMA PROPOSTO E SUAS AÇÕES ESTRUTURANTES PODERÁ ACARRETAR EM CONSEQÜÊNCIAS IMPREVISÍVEIS QUANTO À VIDA ÚTIL DOS SISTEMAS DESATUALIZADOS QUE ORA OPERAMOS E, EM FACE DA MODERNIZAÇÃO PREVISTA PARA O ESTADO, EM ENTRAVES E DANOS SIGNIFICATIVOS PARA AS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DEPENDENTES DIRETAMENTE DA EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE-MEIO PARA O ALCANCE DOS SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.
Estratégia:	APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS, DOS MODELOS E SISTEMAS DE GESTÃO, DOS SISTEMAS DE PESSOAL E DE PATRIMÔNIO, BEM COMO O APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE UMA FUNÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, REGIDA PELOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, FORMATANDO ASSIM UMA GESTÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA RESULTADOS E PARA O CIDADÃO, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM A SEPLAN, SEFAZ E OUTROS ÓRGÃOS DE GESTÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	(TOTAL DE CIDADÃOS SATISFEITOS / TOTAL DE CIDADÃOS ATENDIDOS) * 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4094	CAPACITAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO TOCANTINS.	306.360,00	46.029,70	15,02	UNIDADE	1.660	1.204	72,53
TOTAL		**306.360,00**	**46.029,70**	**15,02**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo - FUNCASE.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
770.000,00	200.325,45	26,02	569.674,55

3.2.3.15 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS - FUNPREV

O Fundo de Previdência do Estado do Tocantins – FUNPREV, foi instituído pela Lei Complementar n.º 36, de 28 de novembro de 2003, destinado:

I - à captação e aplicação dos recursos financeiros necessários ao implemento do Regime Próprio de Previdência Social do Tocantins - RPPS - TO;

II - ao pagamento dos benefícios previdenciários do RPPS;

III - a atender aos gastos de custeio e de capital do IPETINS;

IV - à compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social;

V - à restituição, quando ordenada, de contribuições previdenciárias arrecadadas na vigência desta Lei.

As atribuições do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Previdência Social, Serviço ao Estado e de Gestão de Políticas Públicas. Para estes programas foram destinados recursos na ordem de **R$ 428.031.968,00**, com execução de **37,69%**, ou seja, de **R$ 161.336.298,96**, conforme demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 237 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	2.346.000,00	853.265,38	36,37	1.492.734,62
Manutenção de Serviços de Transportes	275.000,00	81.674,44	29,70	193.325,56
Manutenção de Recursos Humanos	3.710.000,00	2.776.787,13	74,85	933.212,87
Ações de Informática	1.359.000,00	192.722,50	14,18	1.166.277,50
TOTAL	**7.690.000,00**	**3.904.449,45**	**50,77**	**3.785.550,75**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins - FUNPREV.

QUADRO 238 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Reserva Financeira para o Regime Próprio de Previdência Social	231.335.000,00	0,00	0,00	231.335.000,00
Pagamento de Benefícios pelo Regime Próprio de Previdência Social	184.506.968,00	155.925.371,53	84,51	28.581.596,47
TOTAL	**415.841.968,00**	**155.925.371,53**	**37,50**	**259.916.596,47**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins - FUNPREV.

QUADRO 239 - SERVIÇO AO ESTADO - 0039

PROGRAMA - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	
Objetivo:	OFERECER INFRA-ESTRUTURA PARA PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES PÚBLICOS; OFERECER MELHOR ATENDIMENTO E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA À POPULAÇÃO.
Justificativa:	CONSTRUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.

Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO, EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, LAUDOS, EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS E MANUTENÇÕES DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS E PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE METROS QUADRADOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDOS	NÚMERO DE METROS QUADRADOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDOS	5.001,40	out/2010	19.695,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3246	CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA UNIDADE GESTORA DO RPPS-TO.	900.000,00	574.305,98	63,81	m²	70	70	100,00
TOTAL		**900.000,00**	**574.305,98**	**63,81**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins - FUNPREV.

QUADRO 240 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0055

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA GESTÂO PÚBLICA	
Objetivo:	BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO SERVIDOR E SOCIEDADE ATREAVÉS DA GESTÃO INSTITUCIONAL, DE LOGÍSTICA E DE RECURSOS HUMANOS.
Justificativa:	NO DIAGNÓSTICO ELABORADO POR OCASIÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS REALIZADOS NO ESTADO, FORAM IDENTIFICADOS, DENTRE OUTROS, PROBLEMAS DE DEFICIÊNCIA GERENCIAL, AUSÊNCIA DO SETOR PÚBLICO, CENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E BUROCRACIA. NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DESSES PROBLEMAS, FOI CONCEBIDO O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉGIDE DA VONTADE POLÍTICA DO GOVERNO ESTADUAL, SURGINDO COM ISSO A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO MODELO GERENCIAL VOLTADO PARA O CUMPRIMENTO DE METAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO COMO PRINCÍPIOS BÁSICOS A GESTÃO PARTICIPATIVA, A GERÊNCIA DE PROCESSOS, A TRANSPARÊNCIA, A MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS E A GARANTIA DA SATISFAÇÃO DO CIDADÃO. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA APRESENTA COMO CONDICIONANTES FAVORÁVEIS À SUA IMPLEMENTAÇÃO, DENTRE OUTROS, A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E O GOVERNO FEDERAL, NO TOCANTE À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DO PORTE DO PNAGE - PROGRAMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO GESPÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO, AMBOS VOLTADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E CONSEQUENTEMENTE, PARA A EXCELÊNCIA DA PERFORMANCE DA MÁQUINA PÚBLICA. A NÃO-PRIORIZAÇÃO DO PROGRAMA PROPOSTO E SUAS AÇÕES ESTRUTURANTES PODERÁ ACARRETAR EM CONSEQÜÊNCIAS IMPREVISÍVEIS QUANTO À VIDA ÚTIL DOS SISTEMAS DESATUALIZADOS QUE ORA OPERAMOS E, EM FACE DA MODERNIZAÇÃO PREVISTA PARA O ESTADO, EM ENTRAVES E DANOS SIGNIFICATIVOS PARA AS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DEPENDENTES DIRETAMENTE DA EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE-MEIO PARA O ALCANCE DOS SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.
Estratégia:	APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS, DOS MODELOS E SISTEMAS DE GESTÃO, DOS SISTEMAS DE PESSOAL E DE PATRIMÔNIO, BEM COMO O APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE UMA FUNÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, REGIDA PELOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, FORMATANDO ASSIM UMA GESTÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA RESULTADOS E PARA O CIDADÃO, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM A SEPLAN, SEFAZ E OUTROS ÓRGÃOS DE GESTÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	(TOTAL DE CIDADÃOS SATISFEITOS / TOTAL DE CIDADÃOS ATENDIDOS) * 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3097	APARELHAMENTO DA SEDE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS – TO.	3.600.000,00	932.172,00	25,89	UNIDADE	1	0,2589	25,89

TOTAL	**3.600.000,00**	**932.172,00**	**25,89**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins - FUNPREV.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
428.031.968,00	161.336.298,96	37,69	266.695.669,04

3.2.3.15 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO TOCANTINS - FUNSAÚDE

O FUNSAÚDE, por intermédio da Secretaria da Administração, tem como missão garantir aos segurados e dependentes a assistência à saúde, por meio dos serviços de medicina preventiva e curativa e serviços odontológicos com atendimento e cobertura em todo o território Tocantinense, no Estado de Goiás, Maranhão, Distrito Federal e em todo Território Nacional, nos casos caracterizados como urgência ou emergência, utilizando-se de profissionais, clinicas, hospitais e laboratórios próprios e/ou contratados/credenciados.

As atribuições do FUNSAÚDE foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para estas ações foram autorizados recursos na ordem de **R$ 141.443.575,00**, com execução de **82,55%,** ou seja, **R$ 116.764.142,05**, como demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 241 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	763.500,00	224.541,82	29,41	538.958,18
Manutenção de Serviços de Transportes	79.000,00	7.249,41	9,18	71.750,59
Manutenção de Recursos Humanos	2.103.250,00	1.558.838,20	74,12	544.411,80
Ações de Informática	1.361.500,00	43.028,79	3,16	1.138.471,21
TOTAL	**4.307.250,00**	**1.833.658,22**	**42,57**	**2.473.591,78**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - FUNSAÚDE.

QUADRO 242 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0055

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA GESTÂO PÚBLICA	
Objetivo:	BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO DA COORDENAÇÃO, GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS À GESTÃO INSTITUCIONAL, DA LOGÍSTICA E DOS RECURSOS HUMANOS, PROMOVENDO A MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL.
Justificativa:	NO DIAGNÓSTICO ELABORADO POR OCASIÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS REALIZADOS NO ESTADO, FORAM IDENTIFICADOS, DENTRE OUTROS, PROBLEMAS DE DEFICIÊNCIA GERENCIAL, AUSÊNCIA DO SETOR PÚBLICO, CENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E BUROCRACIA. NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO

	DESSES PROBLEMAS, FOI CONCEBIDO O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉGIDE DA VONTADE POLÍTICA DO GOVERNO ESTADUAL, SURGINDO COM ISSO A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO MODELO GERENCIAL VOLTADO PARA O CUMPRIMENTO DE METAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO COMO PRINCÍPIOS BÁSICOS A GESTÃO PARTICIPATIVA, A GERÊNCIA DE PROCESSOS, A TRANSPARÊNCIA, A MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS E A GARANTIA DA SATISFAÇÃO DO CIDADÃO. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA APRESENTA COMO CONDICIONANTES FAVORÁVEIS À SUA IMPLEMENTAÇÃO, DENTRE OUTROS, A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E O GOVERNO FEDERAL, NO TOCANTE À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DO PORTE DO PNAGE - PROGRAMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO GESPÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO, AMBOS VOLTADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E CONSEQUENTEMENTE, PARA A EXCELÊNCIA DA PERFORMANCE DA MÁQUINA PÚBLICA. A NÃO-PRIORIZAÇÃO DO PROGRAMA PROPOSTO E SUAS AÇÕES ESTRUTURANTES PODERÁ ACARRETAR EM CONSEQÜÊNCIAS IMPREVISÍVEIS QUANTO À VIDA ÚTIL DOS SISTEMAS DESATUALIZADOS QUE ORA OPERAMOS E, EM FACE DA MODERNIZAÇÃO PREVISTA PARA O ESTADO, EM ENTRAVES E DANOS SIGNIFICATIVOS PARA AS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DEPENDENTES DIRETAMENTE DA EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE-MEIO PARA O ALCANCE DOS SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.
Estratégia:	APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS, DOS MODELOS E SISTEMAS DE GESTÃO, DOS SISTEMAS DE PESSOAL E DE PATRIMÔNIO, BEM COMO O APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE UMA FUNÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, REGIDA PELOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, FORMATANDO ASSIM UMA GESTÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA RESULTADOS E PARA O CIDADÃO, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM A SEPLAN, SEFAZ E OUTROS ÓRGÃOS DE GESTÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	(TOTAL DE CIDADÃOS SATISFEITOS / TOTAL DE CIDADÃOS ATENDIDOS) * 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3225	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PLANSAÚDE.	2.000.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	50	0	0,00
4017	GESTÃO DO PLANSAUDE.	9.528.200,00	8.440.126,38	88,58	UNIDADE	1	1	100,00
4093	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO TOCANTINS.	117.608.125,00	106.490.357,45	90,55	UNIDADE	1.500.000	2.065.555	137,70
4282	RESERVA DE SEGURANÇA	8.000.000,00	0,00	0,00	-	-	-	-
TOTAL		**137.136.325,00**	**114.930.483,83**	**83,81**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - FUNSAÚDE.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
141.443.575,00	116.764.142,05	82,55	24.679.432,95

3.2.3.17 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - FUNGESP

O Fundo de Modernização da Gestão Pública – FUNGESP foi instituído pela Lei n.° 1.594, de 04 de julho de 2.005.

O FUNGESP tem como missão assegurar a realização de projetos que visem a modernização da gestão pública com a realização de projetos; aquisição, desenvolvimento, criação e aplicação de novas tecnologias e metodologias voltadas

para a modernização administrativa; melhoria tecnológica na área de administração de Recursos Humanos; ampliação do acervo da biblioteca dos servidores públicos estaduais e realização de outras atividades relacionadas à melhoria da gestão pública.

As atribuições do Fundo de Modernização da Gestão Pública foram desenvolvidas por meio das ações estruturadas no Programa de Gestão de Políticas Públicas - Modernização da Gestão Pública. Para essas ações foram autorizados recursos na ordem de **R$ 2.124.000,00**, com execução de **4,67%**, ou seja, de **R$ 99.112,19,** como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 243 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0055

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA GESTÂO PÚBLICA	
Objetivo:	BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO SERVIDOR E SOCIEDADE ATREAVÉS DA GESTÃO INSTITUCIONAL, DE LOGÍSTICA E DE RECURSOS HUMANOS.
Justificativa:	NO DIAGNÓSTICO ELABORADO POR OCASIÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS REALIZADOS NO ESTADO, FORAM IDENTIFICADOS, DENTRE OUTROS, PROBLEMAS DE DEFICIÊNCIA GERENCIAL, AUSÊNCIA DO SETOR PÚBLICO, CENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E BUROCRACIA. NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DESSES PROBLEMAS, FOI CONCEBIDO O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉGIDE DA VONTADE POLÍTICA DO GOVERNO ESTADUAL, SURGINDO COM ISSO A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO MODELO GERENCIAL VOLTADO PARA O CUMPRIMENTO DE METAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO COMO PRINCÍPIOS BÁSICOS A GESTÃO PARTICIPATIVA, A GERÊNCIA DE PROCESSOS, A TRANSPARÊNCIA, A MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS E A GARANTIA DA SATISFAÇÃO DO CIDADÃO. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA APRESENTA COMO CONDICIONANTES FAVORÁVEIS À SUA IMPLEMENTAÇÃO, DENTRE OUTROS, A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E O GOVERNO FEDERAL, NO TOCANTE À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DO PORTE DO PNAGE - PROGRAMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO GESPÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO, AMBOS VOLTADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E CONSEQUENTEMENTE, PARA A EXCELÊNCIA DA PERFORMANCE DA MÁQUINA PÚBLICA. A NÃO-PRIORIZAÇÃO DO PROGRAMA PROPOSTO E SUAS AÇÕES ESTRUTURANTES PODERÁ ACARRETAR EM CONSEQÜÊNCIAS IMPREVISÍVEIS QUANTO À VIDA ÚTIL DOS SISTEMAS DESATUALIZADOS QUE ORA OPERAMOS E, EM FACE DA MODERNIZAÇÃO PREVISTA PARA O ESTADO, EM ENTRAVES E DANOS SIGNIFICATIVOS PARA AS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DEPENDENTES DIRETAMENTE DA EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE-MEIO PARA O ALCANCE DOS SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.
Estratégia:	APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS, DOS MODELOS E SISTEMAS DE GESTÃO, DOS SISTEMAS DE PESSOAL E DE PATRIMÔNIO, BEM COMO O APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE UMA FUNÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, REGIDA PELOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, FORMATANDO ASSIM UMA GESTÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA RESULTADOS E PARA O CIDADÃO, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM A SEPLAN, SEFAZ E OUTROS ÓRGÃOS DE GESTÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	(TOTAL DE CIDADÃOS SATISFEITOS / TOTAL DE CIDADÃOS ATENDIDOS) * 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3053	REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA O PODER EXECUTIVO ESTADUAL.	300.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3224	REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA SECAD.	1.200.000,00	16.948,69	1,41	PERCENTUAL	50	0,7	1,41
4095	APARELHAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECAD.	426.915,00	82.163,50	19,25	UNIDADE	8	2	25,00
4096	GESTÃO PATRIMONIAL.	197.085,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	25	0	0,00
TOTAL		**2.124.000,00**	**99.112,19**	**4,67**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Modernização da Gestão Pública.

3.2.3.18 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO - FUNSEFAZ

O Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário – FUNSEFAZ foi instituído pela Lei n.° 1.387, de 9 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins n.° 1.472, de 10 de julho de 2003.

Tem como objetivo financiar o Programa de Modernização da Administração Fiscal da Secretaria da Fazenda, com vistas a assegurar os resultados colimados e criar condições para promover sua efetividade. Este fundo é administrado pela própria SEFAZ.

As atribuições do FUNSEFAZ foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa de Gestão de Políticas Públicas. Para este programa foram destinados recursos na ordem de **R$ 3.167.254,00,** com execução de **46,94%**, ou seja, de **R$ 1.486.710,72**, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 244 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0021

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO FISCAL	
Objetivo:	DOTAR A SECRETARIA DA FAZENDA DE CONDIÇÕES TÉCNICAS, TECNOLÓGICAS, INSTRUMENTAIS E DE INSTALAÇÕES, OBJETIVANDO O INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO, APRIMORANDO A EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA O MELHOR ATENDER AO CIDADÃO.
Justificativa:	A SECRETARIA DA FAZENDA ESTÁ REALIZANDO ESFORÇOS NO SENTIDO DE APRIMORAR O PLANEJAMENTO, O QUE IRÁ PROPORCIONAR MAIOR AGILIDADE NA GESTÃO DE SUA ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MELHORAR O DESEMPENHO DOS SERVIDORES E A SEGURANÇA NO ACESSO AS INFORMAÇÕES, NECESSÁRIAS AO BOM ATENDIMENTO AO CIDADÃO, OBJETIVANDO O CONSTANTE CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO.
Estratégia:	IMPLEMENTAR AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E COLOCÁ-LAS EM FUNCIONAMENTO; DOTAR AS DELEGACIAS, POSTOS FISCAIS E AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO E SEDE DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS NECESSÁRIOS PARA O SEU FUNCIONAMENTO; CONTRATAR CONSULTORIA PARA REDESENHAR PROCESSOS E DESENVOLVER SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÕES; INTERLIGAR AS UNIDADES DA SEFAZ; CONSTRUIR, REFORMAR, MANTER E MOBILIAR A SEDE E UNIDADES DA SEFAZ; FIRMAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM ÓRGÃOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL; TODAS AS AÇÕES SERÃO REALIZADAS DENTRO DAS NORMAS VIGENTES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PREVISÃO E REALIZAÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA	(RECEITA REALIZADA / RECEITA PREVISTA) X 10	109	31/12/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3080	MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA SECRETARIA DA FAZENDA.	2.437.254,00	1.153.142,21	47,31	UNIDADE	180	525	291,67
3090	SISTEMATIZAÇÃO DE TRABALHO DE INTELIGÊNCIA E CONTRA-INTELIGÊNCIA DA SEFAZ.	70.000,00	0,00	0,00	PERCENTAGEM	20	0	0,00
3105	MODERNIZAÇÃO DA ESCOLA DE GESTÃO FAZENDÁRIA.	20.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3106	SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO DA SEFAZ.	70.000,00	0,00	0,00	PERCENTAGEM	20	0	0,00
4005	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE GESTÃO FAZENDÁRIA.	70.000,00	14.259,50	20,37	UNIDADE	1	1	100,00
4243	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES.	500.000,00	319.309,01	63,86	UNIDADE	850	1.536	180,71
TOTAL		**3.167.254,00**	**1.486.710,72**	**46,94**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário – FUNSEFAZ.

3.2.3.19 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

O Fundo Estadual de Saúde do Tocantins (FES/TO) foi instituído pela Lei n.º 429, de 28 de julho de 1992. Em 2004, após ampla discussão e com o apoio do Ministério da Saúde, foi revisado e submetido à Assembléia Legislativa um projeto de lei propondo sua alteração, tendo sido aprovado pela Lei n.º 1.508, de 18 de novembro de 2004, revogando-se a Lei n.º 429/1992. Sua missão consiste em viabilizar, desenvolver e garantir o cumprimento das Políticas de Saúde, através de ações individuais e coletivas de promoção, prevenção e recuperação da saúde visando à melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Tocantins.

O Decreto n.° 2.405, de 26 de abril de 2005, dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Fundo a Fundo.

As atribuições do Fundo Estadual de Saúde foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Finalísticos e Gestão de Política Públicas. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 819.746.814,00**, com execução de **87,10%**, ou seja, de **R$ 714.006.797,44**, conforme demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 245 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DA SAÚDE – SESAU - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.663.564,00	3.021.416,49	82,47	642.147,51
Manutenção de Serviços de Transportes	1.634.823,00	1.187.350,29	72,63	447.472,71
Manutenção de Recursos Humanos	406.401.267,00	392.169.132,98	96,50	14.232.134,02
Ações de Informática	131.031,00	131.029,28	100,00	1,72
TOTAL	**411.830.685,00**	**396.508.929,04**	**96,28**	**15.321.755,96**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 246 - APOIO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL - FMT - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais – FMT	508.630,00	0,00	0,00	508.630,00
Manutenção de Serviços de Transportes – FMT	85.000,00	0,00	0,00	85.000,00
Manutenção de Recursos Humanos – FMT	4.458.080,00	0,00	0,00	4.458.080,00
Manutenção da Representação da Fundação de Medicina Tropical	4.500,00	0,00	0,00	4.500,00
Ações de Informática – FMT	234.870,00	0,00	0,00	234.870,00
TOTAL	**5.291.080,00**	**0,00**	**0,00**	**5.291.080,00**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 247 - APOIO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS - ETSUS - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais – ETSUS	280.100,00	0,00	0,00	280.100,00
Manutenção de Serviços de Transportes – ETSUS	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
Manutenção de Recursos Humanos – ETSUS	3.373.756,00	0,00	0,00	3.373.756,00
Manutenção dos Serviços de Informática – ETSUS	190.000,00	0,00	0,00	190.000,00
TOTAL	**3.963.856,00**	**0,00**	**0,00**	**3.963.856,00**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 248 – FINALÍSTICO - 0001

PROGRAMA - VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO À SAÚDE

Objetivo:	FORTALECER O SISTEMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, DAS SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE SAÚDE, PARA REDUZIR A MORBIMORTALIDADE, BEM COMO OS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS À SAÚDE.
Justificativa:	DEVIDO A INSUFICIÊNCIA DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA EM SAUDE, NÃO É POSSÍVEL TER O CONHECIMENTO OPORTUNO DOS EVENTOS DE RELEVÂNCIA PARA A SAÚDE E A TOMADA DE DECISÃO PARA O DESENCADEAMENTO DAS MEDIDAS DE INTERVENÇÃO NECESSÁRIAS, OCASIONANDO O SURGIMENTO DE EPIDEMIAS E/OU SURTOS QUE PODERIAM SER EVITADOS. PARA A SUA EFETIVAÇÃO EXISTEM INSTRUMENTOS DE GESTÃO (PLANO DIRETOR DE REGIONALIZAÇÃO - PDR E A PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PAP-VS), DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS AOS MUNICÍPIOS E AO ESTADO DENTRE OUTROS. ENTRETANTO, A DEFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS, A AUSÊNCIA DE REGIONAIS DE SAÚDE, A FALTA DE SENSIBILIZAÇÃO E DE CONHECIMENTOS POR PARTE DE ALGUNS PROFISSIONAIS E GESTORES, REPRESENTAM UMA GRANDE DIFICULDADE QUE PRECISA SER SUPERADA.
Estratégia:	DIRETA OU DESCENTRALIZADA, CABENDO À SESAU PRESTAR ASSESSORIA TÉCNICA, CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO EM SERVIÇO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA DESENVOLVIDAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
% DE MUNICÍPIOS SUPERVISIONADOS, MONITORADOS E/OU COOPERADOS TECNICAMENTE	Nº DE MUNICÍPIOS SUPERVISIONADOS, MONITORADOS E/OU COOPERADOS/ TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO X 100	100	31/12/2009	100
APOIO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM PLANO DE AÇÃO ELABORADO EM VISA / NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO X 100	56	31/12/2009	70
EXAMES REALIZADOS NO LACEN E LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA DE ARAGUAÍNA	NÚMERO DE EXAMES REALIZADOS NO LACEN	85.968	31/12/2009	196.000
% DE INSPEÇÕES SANITÁRIAS REALIZADAS	Nº DE INSPEÇÕES+REINSPEÇÕES REALIZADAS/ Nº DE ESTABELECIMENTOS CADASTRADOS NO SINAVISA SUJEITOS À INSPEÇÃO SANITÁRIA PELA VISA ESTADUAL X 100	56	31/12/2009	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3063	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS.	1.635.470,00	404.569,95	24,74	UNIDADE	3	2	66,67
3094	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E INSUMOS DAS VIGILÂNCIAS.	938.667,00	597.996,26	63,71	UNIDADE	150	309	206,00
3284	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E INSUMOS DAS VIGILÂNCIAS – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3389	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO À SAÚDE NOS	90.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			

	MUNICÍPIOS E ESTADO – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.							
4119	REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA ATUAÇÃO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE.	**2.382.370,00**	**1.511.219,72**	63,43	UNIDADE	80	140	175,00
4120	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO À SAÚDE NOS MUNICÍPIOS E ESTADO.	5.572.693,00	4.026.928,10	72,26	UNIDADE	139	139	100,00
4121	AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O GERENCIAMENTO DO RISCO SANITÁRIO.	251.395,00	191.295,50	76,09	UNIDADE	520	838	161,15
4122	APOIO À DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA AO NÍVEL MUNICIPAL.	60.000,00	22.865,75	38,11	UNIDADE	90	129	143,33
4123	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO ESTADO.	474.205,00	379.174,73	79,96	UNIDADE	11	40	363,64
TOTAL		**11.404.800,00**	**7.134.050,01**	**62,55**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 249 – FINALÍSTICO - 0002

PROGRAMA - SANGUE É VIDA	
Objetivo:	ASSEGURAR A QUALIDADE E AUTO-SUFICIÊNCIA EM SANGUE, COMPONENTES, E GARANTIR A ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS DE COAGULAÇÃO SANGUÍNEA E DE MÁ FORMAÇÃO DE HEMÁCEAS.
Justificativa:	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS AMBULATÓRIOS E LABORATÓRIOS DE COAGULOPATIAS E HEMATOLOGIA NO HEMOCENTRO COORDENADOR DE PALMAS E HEMOCENTRO REGIONAL DE ARAGUAÍNA PARA O ATENDIMENTO E DIAGNÓSTICO DE PACIENTES COM COMPLEXIDADES HEMATOLÓGICAS, PARA QUE ESTES TENHAM AMPARO NO PRÓPRIO ESTADO, POIS ESTES SE DESLOCAM PARA OUTRAS REGIÕES, SENDO QUE O ESTADO TEM POTENCIAL PARA SER UM CENTRO DE REFERÊNCIA. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA HEMORREDE, EVITANDO A INSUFICIÊNCIA DE DOADORES DE SANGUE QUE PROVOCARIAM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA NA REDE HOSPITALAR, JÁ QUE COM A CONCLUSÃO DO HOSPITAL GERAL DE PALMAS E O AUMENTO DA COMPLEXIDADE HOSPITALAR A DEMANDA SE AMPLIARÁ, SENDO NECESSÁRIA UMA MAIOR MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO. ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES HEMOTERÁPICAS E DISPONIBILIDADE DE CAPACITAÇÕES AOS SERVIDORES.
Estratégia:	SERÁ DE FORMA DIRETA, OU SEJA, O HEMOCENTRO COORDENADOR ATRAVÉS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E COMPRAS DIRETA COORDENARÃO AS UNIDADES BENEFICIADAS. ESTAS PARTICIPARÃO NO PLANEJAMENTO E ENCAMINHARÃO RELATÓRIOS MENSAIS DE PRODUÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES ATENDIDOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE FIDELIZAÇÃO DE DOADORES	NÚMERO DE DOADORES DE REPETIÇÃO / NÚMERO TOTAL DE DOADORES X 100	59,42	31/12/2009	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3064	ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	650.762,00	421.465,68	64,76	UNIDADE	2	1	50,00
4124	MANUTENÇÃO DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	819.882,00	741.674,02	90,46	UNIDADE	15	15	100,00
4125	CAPTAÇÃO DE DOADORES VOLUNTÁRIOS DE SANGUE E MEDULA ÓSSEA.	86.877,00	57.027,00	65,64	PERCENTUAL	120	78	65,00
4126	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	50.000,00	2.520,00	5,04	UNIDADE	15	15	100,00
4127	MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	1.144.633,00	349.447,98	30,53	UNIDADE	15	5	33,33
4128	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	114.448,00	6.055,25	5,29	PERCENTUAL	40	40	100,00
TOTAL		**2.866.602,00**	**1.578.189,93**	**55,05**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 250 – FINALÍSTICO - 0003

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL	
Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO NO ÂMBITO DA SAÚDE. PROPORCIONAR ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÕES PERIÓDICAS, DE MANEIRA INTEGRADA COM DIVERSOS SETORES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E DEMAIS CENTROS DE PESQUISAS, BUSCANDO A RESOLUÇÃO DE SEUS PROBLEMAS E NECESSIDADES. FORMAR CAPITAL INTELECTUAL COM VISÃO CRÍTICA PARA APOIO A GESTÃO E A ATIVIDADES FINS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL, DEVIDO À DIFICULDADE DE ACESSO AOS CENTROS FORMADORES E ELEVADO CUSTO RELACIONADO QUANTO À IMPORTAÇÃO

	DE CURSOS. CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS COM TITULAÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO QUE POSSAM ATUAR NA PESQUISA, ENSINO E SERVIÇOS, COM VISÃO CRÍTICA PARA DETECÇÃO E RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS REGIONAIS. DIFICULDADE DE CONTRATAÇÃO E FIXAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA POR QUESTÕES REGIONAIS E OU FINANCEIRAS.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS, IMPLANTAÇÃO ATRAVÉS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS NECESSÁRIOS E ADAPTAÇÃO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS POR MEIO DE PARCERIAS, INTERCÂMBIOS, CONVÊNIOS, ESTÁGIOS E OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO. ____X100 NÚMERO DE TAXAS	-	-	-
ÍNDICE DE GESTÃO DO ENSINO	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE FORMAÇÃO DE CAPITAL INTELECTUAL, CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS EM SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO. ____X100 NÚMERO DE TAXA	128	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3020	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE ENSINO.	101.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4070	CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS EM SAÚDE.	750.198,00	0,00	0,00	UNIDADE	300	577	192,33
4071	DESENVOLVIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE MEDICINA TROPICAL.	337.144,00	0,00	0,00	UNIDADE	30	27	90,00
TOTAL		**1.188.342,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 251 – FINALÍSTICO - 0004

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL

Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA. PROMOVER O CONHECIMENTO, A INVESTIGAÇÃO E A DETECÇÃO DOS FATORES DETERMINANTES E CONDICIONANTES DA SAÚDE INDIVIDUAL E COLETIVA. DESENVOLVER E APRIMORAR METODOLOGIAS, ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES QUE VISEM A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO E CONTROLE DAS DOENÇAS E AGRAVOS. INTEGRAR AS ATIVIDADES DE PESQUISA COM A PÓS-GRADUAÇÃO E DEMAIS CAPACITAÇÕES DO PROGRAMA DE ENSINO, NO PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA. FORMAR E FORTALECER GRUPOS DE PESQUISADORES QUE DESENVOLVAM LINHAS DE INVESTIGAÇÃO LOCAIS E/OU MULTICÊNTRICAS PARA ATENDER NECESSIDADES EM SAÚDE. PRODUZIR MATERIAIS E INSUMOS A PARTIR DE RECURSOS NATURAIS REGIONAIS DE FORMA SUSTENTÁVEL. REALIZAR VISITAS TÉCNICAS DE/E PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES COM A FINALIDADE DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, VISANDO À IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRAESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL REGIONAL. NECESSIDADE DE CARACTERIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DETERMINANTES E CONDICIONANTES NA SAÚDE INDIVIDUAL E COLETIVA. MELHOR APROVEITAMENTO DA BIODIVERSIDADE DA REGIÃO. APOIO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE OFERECIDOS À POPULAÇÃO NA BUSCA DE MAIOR EFETIVIDADE E QUALIDADE. NECESSIDADE DE FORMAR E FORTALECER GRUPOS DE PESQUISADORES QUE DESENVOLVAM LINHAS DE INVESTIGAÇÃO LOCAIS E/OU MULTICÊNTRICAS. NECESSIDADE DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS ENTRE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS, IMPLANTAÇÃO DAS ESTRUTURAS LABORATORIAIS ATRAVÉS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS NECESSÁRIOS E ADAPTAÇÃO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO. REALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS, INTERCÂMBIOS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS. FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA. ADEQUAÇÃO DAS METODOLOGIAS NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÕES E INSTALAÇÕES ESPECIAIS. _____X 100 NÚMERO DE TAXAS	63	31/12/2007	100
ÍNDICE DE GESTÃO DA PESQUISA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA E EXPANSÃO INTERINSTITUCIONAL. _____X100 NÚMERO DE TAXAS	100	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3102	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL.	10.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3227	ADEQUAÇÕES E INSTALAÇÕES ESPECIAIS.	300.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
4038	MANUTENÇÃO DO COMPLEXO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL.	60.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
4072	EXPANSÃO INTERINSTITUCIONAL.	100.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	15	10	66,67
4073	REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL.	430.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	15	11	73,33
TOTAL		900.000,00	0,00	0,00	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 252 – FINALÍSTICO - 0005

PROGRAMA - INFORMAÇÃO EM SAÚDE	
Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE; PROPORCIONAR ECONOMICIDADE E QUALIDADE AO TRABALHO DA FMT, PELA CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS FACILITADORAS DE PROCESSOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA; PROMOVER O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA REGIÃO PELA DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS, GARANTINDO A RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; APOIAR E DIVULGAR AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO INSTRUMENTAR, CAPACITAR, DESENVOLVER E FORTALECER O CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE; AVALIAR COM OS DEMAIS SETORES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS OS PROGRAMAS, AÇÕES, TECNOLOGIAS E SITUAÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE. NECESSIDADE DE CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS FACILITADORAS DE PROCESSOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA; DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FORUNS E SEMINARIOS; DE RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; DE APOIO E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO DE INSTRUMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, LICITAÇÃO PARA VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS. IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS, REALIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS; RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; APOIO E DIVULGAÇÃO (BOLETINS TÉCNICO-CIENTÍFICO, BOLETINS COMUNITÁRIOS, VÍDEOS, PERIÓDICOS, LIVROS, REVISTAS) DAS AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO INSTRUMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO. _____X 100 NÚMERO DE TAXAS	33	31/12/2007	100
ÍNDICE DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE TRATAMENTO DE INFROMAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE. _____X100 NÚMERO DE TAXAS	100	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3021	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE INFORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FMT.	101.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3022	IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO DE INFORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FMT.	60.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
4074	PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE.	75.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	2	200,00
4075	TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO.	82.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	3	75,00
TOTAL		318.000,00	0,00	0,00	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 253 – FINALÍSTICO - 0024

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO TÉCNICO EM SAÚDE	
Objetivo:	PROMOVER A QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM NÍVEL BÁSICO, TÉCNICO E PÓS-TÉCNICO.
Justificativa:	AS MUDANÇAS DA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DO SETOR SAÚDE (PACTO DA SAÚDE) EXIGEM CLARAMENTE NO QUE SE REFERE ÀS NECESSIDADES DE OFERTA E DE QUALIDADE DE RECURSOS HUMANOS, O QUE TRAZ ENORMES PREJUÍZOS A SAÚDE PÚBLICA E AO ESTABELECIMENTO DE UMA REDE DE PROMOÇÃO A SAÚDE. PARA SUPRIR A DEMANDA EXISTENTE EM DETERMINADAS ÁREAS, O ESTADO DO TOCANTINS CONTA COM A ETSUS QUE POSSUI POTENCIALIDADES E COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS AO LONGO DESSES ANOS QUE FORTALECEM SUA POSIÇÃO DE ESCOLA PROFISSIONAL A SERVIÇO DO SUS, EM TERMOS DE FORMAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E PÓSTÉCNICA. NESTE SENTIDO A ETSUS PRIMA POR UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM VISTA À PROMOÇÃO DE UM ATENDIMENTO MAIS HUMANIZADO E DE MELHOR QUALIDADE.
Estratégia:	IMPLEMENTAR ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE TODA EQUIPE E PRESTADORES DE SERVIÇOS DA ETSUS. ORGANIZAR FÍSICA E ADMINISTRATIVAMENTE OS CURSOS: TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS, TÉCNICO EM RADIOLOGIA, TÉCNICO EM VIGILÂNCIA DA SAÚDE, TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, TÉCNICO EM HEMOTERAPIA, TÉCNICO DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE, TÉCNICO EM GESSO, TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA E PÓS-TÉCNICO EM INSTRUMENTAÇÃO CIRÚRGICA QUE SERÃO REALIZADOS EM PALMAS E ALGUNS DESCENTRALIZADOS DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA REGIÃO. ORGANIZAR FÍSICA E ADMINISTRATIVAMENTE OS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL QUE SERÃO REALIZADOS EM PALMAS E ALGUNS DESCENTRALIZADOS DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA REGIÃO. AMPLIAR A FROTA DE VEÍCULOS DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE. COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS SERÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS DO ESTADO. PROMOVER A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COMO TAMBÉM A AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS ADMINISTRATIVOS GERAIS DE ACORDO COM AS NORMAS DO ESTADO PARA OTIMIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA ETSUS. ARTICULAÇÃO DA DIRETORIA FINANCEIRA DA ETSUS COM A SECAD E SEFAZ, PARA GERAR FOLHA DE PAGAMENTO DA ETSUS. REALIZAR A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E COMPRA DE ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, SOFTWARES E OUTROS PARA O DESENVOLVIMENTO PLENO DAS ATIVIDADES ESCOLARES. ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E OUTROS PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE EM PALMAS E EXPANSÃO DOS PÓLOS DE ARAGUAÍNA E GURUPI.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ALCANCE DA QUALIFICAÇÃO E DA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	TOTAL DE SERVIDORES DO SUS E DA COMUNIDADE HABILITADOS	2.465	03/09/2009	3.042

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4292	FORMAÇÃO TÉCNICA E PÓS-TÉCNICA EM SAÚDE – ETSUS.	1.577.588,00	0,00	0,00	UNIDADE	13	13	100,00
4293	CAPACITAÇÃO DO CORPO INTEGRANTE DA ETSUS.	60.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	85	74	87,06
4294	REALIZAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.	1.375.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	10	12	120,00
TOTAL		**3.012.588,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 254 – FINALÍSTICO - 0058

PROGRAMA - SAÚDE PARA TODOS	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E A REDUÇÃO DOS CONDICIONANTES QUE AFETAM A SAÚDE DA POPULAÇÃO.
Justificativa:	CONSIDERANDO QUE O ESTADO E MUNICÍPIOS, ENQUANTO PROVEDORES DAS CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS AO PLENO EXERCÍCIO DO DIREITO A SAÚDE, NO ÂMBITO INDIVIDUAL E COLETIVO ASSEGURANDO A POPULAÇÃO ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE. A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE POR MEIO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA Nº 648/06 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE QUE DEFINE E REGULAMENTA A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA, COMO EIXO ESTRUTURANTE NA REORIENTAÇÃO DO MODELO DE ATENÇÃO A SAÚDE, NESTE SENTIDO O ESTADO VEM DESENVOLVENDO AÇÕES CONJUNTAS INTRA E INTERSETORIAIS, ESTABELECENDO METAS E PRIORIDADES PARA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO A REDUÇÃO DOS CONDICIONANTES QUE AFETAM A SAÚDE DA POPULAÇÃO.
Estratégia:	DESENVOLVER AS POLÍTICAS DA ATENÇÃO BÁSICA E PROMOÇÃO DA SAÚDE POR MEIO DOS CICLOS DE VIDA: CRIANÇA, ADOLESCENTE, MULHER, IDOSO, ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, HIPERTENSÃO E DIABETES E DAS ESTRATÉGIAS: SAÚDE DA FAMÍLIA, SAÚDE BUCAL E PRISIONAL, ACOMPANHADAS E AVALIADAS PELO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA. DE ACORDO COM A PORTARIA 648/06.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS NA ATENÇÃO BÁSICA	NÚMERO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS EM DETERMINADO PERÍODO / NÚMERO DE PROFISSIONAIS CADASTRADOS X 100	86	25/01/2010	70
MÉDIA ANUAL DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESPECIALIDADES BÁSICAS POR HABITANTE	NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESPECIALIDADES BÁSICAS EM DETERMINADO LOCAL E PERÍODO / A POPULAÇÃO TOTAL NO MESMO LOCAL E PERÍODO	1,72	25/01/2010	2
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ACOMPANHADOS E MONITORADOS NA ATENÇÃO BÁSICA	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ACOMPANHADOS E MONITORADOS EM UM DETERMINADO PERÍODO / TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO X 100	97	25/01/2010	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3285	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO.	560.000,00	60.000,00	10,71	EMENDA PARLAMENTAR			
3339	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO.	650.000,00	485.000,00	74,62	EMENDA PARLAMENTAR			
3400	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	650.000,00	397.600,00	61,17	EMENDA PARLAMENTAR			
3401	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO TOINHO ANDRADE.	650.000,00	100.000,00	15,38	EMENDA PARLAMENTAR			
3402	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO ANGELO AGNOLIM.	540.000,00	499.200,00	92,44	EMENDA PARLAMENTAR			
3403	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO SARGENTO ARAGÃO – SUPLENTE EM EXERCÍCIO.	750.000,00	420.000,00	56,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3404	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO IDERVAL.	445.000,00	90.000,00	20,22	EMENDA PARLAMENTAR			
3405	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	690.000,00	380.000,00	55,07	EMENDA PARLAMENTAR			
3406	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADA SOLANGE DUALIBE.	500.000,00	180.000,00	36,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3407	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	460.000,00	316.800,00	68,87	EMENDA PARLAMENTAR			
3409	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	790.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3410	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO FABIO MARTINS.	320.000,00	290.000,00	90,63	EMENDA PARLAMENTAR			
3411	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO AMELIO CAYRES.	830.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3412	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADA LUANA RIBEIRO.	843.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3413	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO OSIRES DAMASO.	900.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3414	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO PAULO ROBERTO.	825.000,00	825.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3415	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	750.000,00	450.000,00	60,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3416	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO ZE VIANA.	938.000,00	300.000,00	31,98	EMENDA PARLAMENTAR			
3418	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO MARCELO LELIS.	750.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3419	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO SANDOVAL CARDOSO.	520.000,00	260.000,00	50,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3420	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO.	850.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3421	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO STALIN BUCAR.	750.000,00	640.000,00	85,33	EMENDA PARLAMENTAR			
3422	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	570.180,00	395.200,00	69,31	EMENDA PARLAMENTAR			

3423	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADA JOSI NUNES.	700.000,00	700.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3424	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO EDUARDO BONAGURA.	750.000,00	190.000,00	25,33	EMENDA PARLAMENTAR			
4129	FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO ESTADO DO TOCANTINS.	285.250,00	128.894,57	45,19	UNIDADE	120	58	48,33
4130	DIVULGAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE CARÁTER EDUCATIVO E INFORMATIVO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS DE VIDA.	139.297,00	31.012,40	22,26	PERCENTUAL	110	198	180,00
4131	QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA.	769.573,00	444.161,43	57,72	UNIDADE	450	603	134,00
4132	ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO TOCANTINS.	202.957,00	33.887,75	16,70	PERCENTUAL	60	42,43	70,72
TOTAL		**18.378.257,00**	**7.616.756,15**	**41,44**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 255 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0064

PROGRAMA - GESTASUS	
Objetivo:	PROVER A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO TOCANTINS PASSANDO PELA REDEFINIÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE ENQUANTO PRIORIDADE DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL, PELA REDEFINIÇÃO, MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL, GERENCIAL DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, POR NOVOS MODELOS DE GESTÃO E DOS COLEGIADOS DE GESTÃO REGIONAIS QUE VENHAM DAR CONTA DA PROMOÇÃO, EDUCAÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO, BEM COMO OUVIDORIA, REGULAÇÃO, CONTROLE, E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUS PARA UM MELHOR DESEMPENHO DOS SERVIÇOS OFERTADO À POPULAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS.
Justificativa:	A IMPLEMENTAÇÃO DESSA ESTRATÉGICA VISA REORIENTAR O MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE, DE FORMA MAIS EFICIENTE E EFICAZ, CONSOLIDANDO A MISSÃO DA INSTITUIÇÃO ENQUANTO ÓRGÃO FORMADOR DE POLITICAS DE SAÚDE PUBLICA, COORDENADOR, NORMATIZADOR, REGULADOR DE COOPERAÇÃO TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS NO PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.
Estratégia:	APOIO INTEGRADO À GESTÃO ATRAVÉS CO-GESTÃO, CO-FINANCIAMENTO, HUMANO, ENVOLVENDO AS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO E CONTROLE SOCIAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
4133	IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA.	**260.893,00**	**137.851,47**	52,84	UNIDADE	44	44	100,00
4134	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DESEMPENHO E DA REGULAÇÃO DO TRABALHO NAS UNIDADES SOB A GESTÃO DA SESAU.	**40.275,00**	**17.041,50**	42,31	UNIDADE	3	1	33,33
4135	QUALIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE GESTÃO E REGULAÇÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUS.	**42.112,00**	**37.314,50**	88,61	UNIDADE	3	3	100,00
4136	FOMENTAR A ESTRUTURAÇÃO DE NÚCLEOS DE GESTÃO E REGULAÇÃO DO TRABALHO.	**5.750,00**	**0,00**	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
4137	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE GESTÃO DA SAÚDE.	**1.933.018,00**	**544.528,41**	28,17	UNIDADE	7	6	85,71
4138	MANUTENÇÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB.	60.074,00	15.624,60	26,01	UNIDADE	11	11	100,00
4139	IMPLEMENTAR A EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM ÁREAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA PARA O SISTEMA DE SAÚDE DO TOCANTINS.	**3.876.666,00**	**1.565.554,61**	40,38	UNIDADE	400	408	102,00
4140	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS E GESTORES DE SAÚDE.	**94.760,00**	**4.320,00**	4,56	UNIDADE	300	50	16,67
4143	PROMOVER A DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE.	**412.000,00**	**187.339,36**	45,47	UNIDADE	45	30	66,67
4145	DIVULGAÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS E DE INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO DO TOCANTINS.	**1.737.445,00**	**1.420.529,49**	81,76	PERCENTUAL	12	12	100,00

4146	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE OUVIDORIA DA SAÚDE.	**243.300,00**	**117.230,28**	48,18	UNIDADE	4	4	100,00
4147	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE.	**484.884,00**	**142.714,84**	29,43	UNIDADE	8	8	100,00
4422	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE.	**24.008,00**	**17.574,00**	73,20	UNIDADE	20	9	45,00
TOTAL		**9.215.185,00**	**4.207.623,06**	**45,66**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 256 – FINALÍSTICO - 0072

PROGRAMA - REMÉDIO PARA TODOS	
Objetivo:	AQUISIÇÃO, MANUTENÇAO E APOIO PARA GARANTIR AOS USUÁRIOS DO SUS SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA INTEGRAL ATRAVÉS DO ATENDIMENTO HUMANIZADO, FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE QUALIDADE E ÊNFASE NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS.
Justificativa:	AS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL (PALMAS, PORTO NACIONAL, GURUPI, ARAGUAÍNA,AUGUSTINÓPOLIS E DIANÓPOLIS) NECESSITAM DE ESTRUTURAÇÃO FÍSICA ADEQUADA E ADMINISTRATIVA PARA A MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO DA REGIÃO.
Estratégia:	REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL EXISTENTES E IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES EM AUGUSTINÓPOLIS E DIANÓPOLIS; COOPERAÇÃO TÉCNICA E SUPERVISÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS ASSISTÊNCIAS FARMACÊUTICAS MUNICIPAIS; ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PROTOCOLOS CLÍNICOS E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS PARA TRATAMENTOS COM MEDICAMENTOS PADRONIZADOS PELA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL; PARCERIAS COM OS CONSELHOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL DE SAÚDE, COLEGIADOS DE GESTÃO, ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DIVERSAS (MINISTÉRIO PÚBLICO, UNIVERSIDADES, ONGS E ETC.), ALÉM DE PARCERIAS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE COM RECURSO FINANCEIROS, VISANDO A MELHORIA DO ACESSO DA POPULAÇÃO DE FORMA HUMANIZADA A MEDICAMENTOS E SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS DIVIDIDO PELO NÚMERO DE MUNICÍPIOS EXISTENTES X 100	89	25/01/2010	80
TAXA DE PACIENTES ATENDIDOS	NÚMERO DE PACIENTES ATENDIDOS DIVIDIDO PELO NÚMERO DE PACIENTES CADASTRADOS X 100	92	25/01/2010	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3286	APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS - E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3376	ATENDIMENTO A DEMANDAS DE MEDICAMENTOS, PRODUTOS NUTRACÊUTICOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3388	ATENDIMENTO A DEMANDAS DE MEDICAMENTOS, PRODUTOS NUTRACÊUTICOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3426	APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS - E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	100.000,00	100.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3427	APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS - E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
4148	ATENDIMENTO A DEMANDAS DE MEDICAMENTOS, PRODUTOS NUTRACÊUTICOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS.	1.976.059,00	1.850.648,94	93,65	UNIDADE	742	518	69,81
4149	APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.	1.429.084,00	1.091.916,98	76,41	UNIDADE	139	70	50,36
4150	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO COMPONENTE DE MEDICAMENTOS DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL.	6.020.608,00	4.931.352,89	81,91	UNIDADE	51.600	41.859	81,12
4151	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA REDE PÚBLICA.	72.426,00	69.641,76	96,16	UNIDADE	4	4	100,00

TOTAL	9.758.177,00	8.043.560,57	82,43	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 257 – FINALÍSTICO - 0077

PROGRAMA - VIDASUS	
Objetivo:	REALIZAR AÇÕES DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO, REABILITAÇÃO E AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO DAS DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS E DE SEUS FATORES DE RISCO, CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE DESTES. CRIAR E/OU ESTRUTURAR UNIDADES DE SAUDE DO SUS NO ESTADO DO TOCANTINS, COM CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E CONDIÇÕES DE RESOLVER OS PROBLEMAS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO, CONTRIBUINDO PARA A PRODUÇÃO E OFERTA DE NOVOS SERVIÇOS, APOIANDO ASSIM A DESCENTRALIZAÇÃO DE SAÚDE. OFERECER CONSULTAS, EXAMES, INTERNAÇÕES HOSPITALARES À POPULAÇÃO DO ESTADO. OFERECER CAPACITAÇÕES A GESTORES E PROFISSIONAIS INERENATES A ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE.
Justificativa:	AS DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS SÃO AS QUE APRESENTAM MAIOR TAXA DE MORTALIDADE E CADA VEZ SE APRESENTAM EM IDADES MAIS PRECOSES, FAZ-SE NECESSÁRIO O DESENVOLVIMENTO DE ACÕES ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO, INFORMAÇÃO E DETECÇÃO QUE PERMITAM DIMINUIR SEUS EFEITOS NEGATIVOS, ALÉM DE REDUZIR OS CUSTOS PARA O SISTEMA DE SAÚDE DO ESTADO. ROTATIVIDADE DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE E GESTORES DO ESTADO. O BAIXO NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO DA REDE AMBULATORIAL; A CENTRALIZAÇÃO DA OFERTA DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS, A AUSÊNCIA DE ALGUNS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E A INEXISTÊNCIA DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.
Estratégia:	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, EM CONFORMIDADE COM OS COLEGIADOS DE GESTÃO, COM CO-GESTÃO, CO-FINANCIAMENTO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE CENTRAIS DE REGULAÇÃO EM FUNCIONAMENTO	NÚMERO TOTAL DE CENTRAIS DE REGULAÇÃO EM FUNCIONAMENTO X 100 / NÚMERO TOTAL DE CENTRAIS DE REGULAÇÃO PREVISTAS PARA O ESTADO	100	25/01/2010	70
PERCENTUAL DE SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS	NÚMERO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS CONTRATUALIZADOS X 100 / NÚMERO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS PREVISTOS	120	25/01/2010	90
PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO IMPLANTADOS	NÚMERO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO IMPLANTADOS X 100 / NÚMERO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PREVISTOS	64	25/01/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3067	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS.	15.094.489,00	12.864.102,51	85,22	UNIDADE	9	167	1.855,56
3248	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3249	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO TOINHO ANDRADE.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3251	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO ANGELO AGNOLIM.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3252	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO SARGENTO ARAGÃO – SUPLENTE EM EXERCÍCIO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3255	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO IDERVAL SILVA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3261	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3264	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADA SOLANGE DUALIBE.	250.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3268	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			

3269	ABASTECIMENTO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3271	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3282	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO FABIO MARTINS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3292	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO AMÉLIO CAYRES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3295	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADA LUANA RIBEIRO.	107.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3296	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO OSIRES DAMASO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3299	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3304	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3307	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO ZE VIANA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3309	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO JUNIOR COIMBRA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3311	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO MARCELO LELIS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3315	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO SANDOVAL CARDOSO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3316	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E LABORATORIAIS – EMENDA PARLAMENTAR.	230.000,00	150.000,00	65,22	EMENDA PARLAMENTAR
3317	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3321	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3324	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	119.820,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3326	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADA JOSI NUNES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3327	PROMOÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS - E. P. DEPUTADA JOSI NUNES.	60.000,00	30.000,00	50,00	EMENDA PARLAMENTAR
3329	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS – E. P. DEPUTADO EDUARDO BONAGURA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3333	PROMOÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS - E. P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3340	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3346	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO TOINHO ANDRADE.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3347	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO ANGELO AGNOLIM.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR
3348	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO SARGENTO ARAGÃO – SUPLENTE EM EXERCÍCIO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR

3349	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO IDERVAL SILVA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3350	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO CACILDO VASCONCELOS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3351	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADA SOLANGE DUALIBE.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3352	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3354	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3355	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO FABIO MARTINS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3356	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO AMÉLIO CAYRES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3357	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADA LUANA RIBEIRO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3365	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3375	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO OSIRES DAMASO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3377	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO PAULO ROBERTO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3378	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3379	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO ZE VIANA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3380	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO JUNIOR COIMBRA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3381	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO MARCELO LELIS.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3382	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO SARGENTO ARAGÃO – SUPLENTE EM EXERCÍCIO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3383	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO JOSE GERALDO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3384	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO SATLIN BUCAR.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3385	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO PALITO.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3386	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADA JOSI NUNES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3387	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO EDUADO BONAGURA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3425	PROMOÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS - E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3428	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	130.000,00	130.000,00	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
4152	CONTRATUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.	85.850.004,00	80.654.416,81	93,95	UNIDADE	176	137	77,84
4153	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.	81.542,00	69.998,68	85,84	UNIDADE	120	112	93,33
4154	ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS ENCAMINHADOS PARA TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO ESTADUAL.	**2.042.043,00**	**1.884.469,74**	92,28	UNIDADE	3.960	4.702	118,74
4155	PROMOÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.	3.135.356,00	2.145.854,82	68,44	UNIDADE	13	9	69,23
4156	MANUTENÇÃO DA REDE PRÓPRIA DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE.	179.833.652,00	143.390.268,39	79,73	UNIDADE	22	22	100,00
4157	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS.	1.135.000,00	950.000,00	83,70	UNIDADE	3	3	100,00

4158	OPERACIONALIZAÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR.	1.848.395,00	824.002,00	44,58	UNIDADE	2	1	50,00
4423	ABASTECIMENTO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES.	51.481.941,00	45.824.575,73	89,01	UNIDADE	22	22	100,00
TOTAL		**341.619.242,00**	**288.917.688,68**	**84,57**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Saúde.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
819.746.814,00	714.006.797,44	87,10	105.740.016,56

3.2.3.20 FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

O Fundo de Defesa Agropecuária - FUNPEC, criado pela Lei n.º 503, de 28 de dezembro de 1992. A partir do Decreto n.º 1.029, de 1º de setembro de 2000, passou a ser operacionalizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC, cujos recursos são destinados a operacionalização de ações entre as áreas administrativas, vegetal e animal, que operacionalizam as ações de Defesa Sanitária do Estado, com objetivos voltados ao apoio das ações que garantem a segurança sanitária.

Suas atividades de Sanidade Animal e Vegetal são fundamentadas respectivamente na Lei n.º 1.082, de 1º de julho de 1999, regulamentadas pelo Decreto Estadual n.º 860, de 11 de novembro de 1999, que dispõe sobre a defesa da sanidade animal no Estado do Tocantins e no Decreto Estadual n.º 1.634, de 28 de novembro de 2002, que dispõe sobre o regulamento da defesa sanitária vegetal no Estado do Tocantins e o Decreto n.º 3.561, de 13 de novembro de 2008, que aprova o regulamento das normas higiênico sanitárias para elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal no Estado do Tocantins.

As atribuições do FUNPEC foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em programas Finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 4.502.619,00**, com execução de **72,81%**, ou seja, de **R$ 3.278.330,01**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 258 – FINALÍSTICO - 0012

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL	
Objetivo:	PROMOVER O SISTEMA DE DEFESA, INSPEÇÃO E SANIDADE ANIMAL, GARANTINDO A OFERTA DE PRODUTOS DENTRO DOS PADRÕES DE SANIDADE E A SUA COMERCIALIZAÇÃO COM A QUALIDADE NECESSÁRIA PARA O CONSUMIDOR FINAL, PREVENINDO, CONTROLANDO E/OU ERRADICANDO ENFERMIDADES INFECTOCONTAGIOSAS DE REBANHO, CARÊNCIAS E PARASITÁRIAS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS POSSUI DIVISAS COM 06 (SEIS) ESTADOS DA FEDERAÇÃO E UMA LOGÍSTICA PRIVILEGIADA PARA O ESCOAMENTO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, SENDO NECESSÁRIO A CONSTANTE VIGILÂNCIA ATIVA E PASSIVA DOS PROGRAMAS SANITÁRIOS E O FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, E GARANTIR PRODUTOS DENTRO DOS PADRÕES DE SANIDADE E INSPEÇÃO VISANDO UM PRODUTO FINAL DE MAIOR QUALIDADE PARA O CONSUMIDOR, BUSCANDO COM ISSO NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES E CONSEQUENTEMENTE UMA MAIOR GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGOS, BEM COMO UM ESPECIAL CUIDADO COM A SAÚDE PÚBLICA. O SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONSISTE PRINCIPALMENTE NA INSPEÇÃO VETERINÁRIA EM ABATEDOUROS, INSPEÇÃO A PROPRIEDADES RURAIS, FISCALIZAÇÃO EM EVENTOS COM AGLOMERAÇÕES DE

	ANIMAIS, FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM PRODUTOS VETERINÁRIOS E BIOLÓGICOS, FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, ATENDIMENTO A NOTIFICAÇÕES DE SUSPEITAS DE OCORRÊNCIAS DE ENFERMIDADES DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA, RASTREABILIDADE, RÁPIDO ATENDIMENTO A EMERGÊNCIA SANITÁRIA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DE PROPRIEDADES, AVALIAÇÃO SOROEPIDEMIOLÓGICO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE ESTUDO E/OU DIAGNÓSTICOS DE ENFERMIDADES. ISTO POSTO, E VISUALIZANDO QUE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA ANIMAL FAZEM PARTE DO ALICERCE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO, NÃO MAIS OBSERVADO COMO APENAS UM COMPONENTE ISOLADO DO SISTEMA, E CONSIDERANDO QUE TANTO O MERCADO INTERNO E O MERCADO DE EXPORTAÇÃO SÃO CADA DIA MAIS EXIGENTE, TRANSFORMANDO AS BARREIRAS SANITÁRIAS EM EMPECILHOS COMERCIAIS, SE FAZEM NECESSÁRIAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E/OU ERRADICAÇÃO DE ENFERMIDADES E UMA INSPEÇÃO VETERINÁRIA NOS ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM E MANIPULAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, PRESERVANDO A QUALIDADE SANITÁRIA DOS PRODUTOS, ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA.
Estratégia:	O PROGRAMA UTILIZA A ESTRUTURA FÍSICA DA AUTARQUIA E CONTINGENTE DOS SEUS MÉDICOS VETERINÁRIOS (INSPETORES AGROPECUÁRIOS), JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS (FISCAIS AGROPECUÁRIOS), QUE ATRAVÉS DE TREINAMENTOS SÃO MUNICIADOS DO APARATO TÉCNICO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, INSPEÇÃO, SUPERVISÃO, PREVENÇÃO, CONTROLE E/OU ERRADICAÇÃO DE ENFERMIDADES, MONITORAMENTO, LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO, ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO (DEFESA AGROPECUÁRIA). AS ATIVIDADES TAMBÉM SERÃO REALIZADAS NAS TRINTA BARREIRAS FIXAS ZOOSANITÁRIAS, 15 BARREIRAS VOLANTES E 10 BARREIRAS FLUVIAIS. A ADAPEC POSSUI 139 ESCRITÓRIOS LOCALIZADOS EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO. O PROGRAMA SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE DEFESA INSPEÇÃO E SANIDADE ANIMAL E AS AÇÕES SERÃO GERENCIADAS PELAS COORDENADORIAS E PELAS GERÊNCIAS DOS PROGRAMAS SANITÁRIOS. A ADAPEC-TO CONTARÁ COMO PARCEIROS O MAPA, A INICIATIVA PRIVADA, O SEBRAE, O SENAR, O CRMV, SOVETO, ENTRE OUTROS; A PARCERIA SERÁ FIRMADA EM TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CONVÊNIOS. TODAS AS ATIVIDADES SÃO REGISTRADAS E/OU COMPILADAS EM RELATÓRIOS E FORMULÁRIOS ESPECÍFICOS PARA CONTROLE DAS MESMAS, BEM COMO UM BANCO DE DADOS PARA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES PERTINENTES A DEFESA NO ESTADO, VISANDO UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO RÁPIDO E BUSCANDO UMA MAIOR CONFIABILIDADE DOS MERCADOS CONSUMIDORES. AS AÇÕES CONTIDAS NO PROGRAMA RECEBERÃO O APOIO DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ENTIDADE COMO TELEFONES, INTRANET, SISTEMA DE REDE DE COMPUTADORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS TÉCNICOS COMO GPS, MICROCOMPUTADORES, APARELHOS AUDIOVISUAIS DATA SHOW, TELEFONIA CELULAR, ENTRE OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	SOMA DO TOTAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EXPORTADO POR ANO (EM TONELADAS)	14,49	2010	40
ÍNDICE DE VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA NO ESTADO	REBANHO VACINADO DIVIDIDO PELO TOTAL DO ESTADO, MULTIPLICADO POR CEM	99,52	2010	99,21

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4046	REALIZAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE INSUMOS PECUÁRIOS, DAS AGLOMERAÇÕES E DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS.	471.417,00	372.485,15	79,01	UNIDADE	111.276	124.483	111,87
TOTAL		**471.417,00**	**372.485,15**	**79,01**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Defesa Agropecuária.

QUADRO 259 – FINALÍSTICO - 0045

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ADAPEC	
Objetivo:	PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO PARA ASSEGURAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AOS PRODUTORES E COMERCIANTES RURAIS.
Justificativa:	A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PROMOVE MELHOR QUALIDADE AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVE ENFOCAR SEMPRE A SIMPLIFICAÇÃO DOS SEUS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE FORMA A TORNAR-SE UMA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL COM A BUSCA DE MELHORES RESULTADOS NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ATENDENDO AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PARA UM ATENDIMENTO DE QUALIDADE AOS CIDADÃOS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO E GERENCIAMENTO DESTE PROGRAMA FICARÃO A CARGO DA ADAPEC, POR MEIO DE SUAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ACORDO COM SUAS COMPETÊNCIAS. SERÁ CONSTRUÍDA A SEDE DA ADAPEC E ALGUMAS UNIDADES LOCAIS DE SERVIÇOS NO INTERIOR DO ESTADO, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA SOB RESPONSABILIDADE DA SEINF. TAMBÉM SERÁ AMPLIADA E REALIZADA A MANUTENÇÃO DA FROTA QUE FAZ ATENDIMENTO ÀS UL-S, SERÁ IMPLEMENTADO UM PROJETO DE INFORMATIZAÇÃO QUE INTEGRARÁ TODAS AS UNIDADES, ADQUIRIDOS TRAILERS PARA APOIAR AS AÇÕES DAS BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS VOLANTES, APARELHAMENTO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS E REALIZADA A CAPACITAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES EM RELAÇÃO AS ATIVIDADE-MEIO DESTA ENTIDADE.

Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE RECLAMAÇÕES CONTRA SERVIDORES DA ADAPEC	SOMATÓRIO DO NÚMERO DE RECLAMAÇÕES APURADAS CONTRA SERVIDORES DA ADAPEC NO DISQUE-DENÚNCIA DIVIDIDO PELO NÚMERO DE SERVIDORES DO ÓRGÃO MULTIPLICADO POR CEM	0,41	2010	0,4

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4047	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS.	4.005.394,00	2.890.355,86	72,16	UNIDADE	139	139	100,00
TOTAL		**4.005.394,00**	**2.890.355,86**	**72,16**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Defesa Agropecuária.

QUADRO 260 – FINALÍSTICO - 0073

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL	
Objetivo:	PROMOVER A SANIDADE E INSPEÇÃO VEGETAL PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO FITOSSANITÁRIO DO ESTADO POR MEIO DO MONITORAMENTO DE PRAGAS REFERENCIADAS OU REGULAMENTADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), DA FISCALIZAÇÃO VEGETAL INTERNA E DAS FRONTEIRAS DO ESTADO, PARA IMPEDIR A INTRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PRAGAS NAS CULTURAS TOCANTINENSES, E DO CONTROLE DO TRÂNSITO DE VEGETAIS E SUAS PARTES E DAS DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS E DO SISTEMA DE SEMENTES E MUDAS.
Justificativa:	COMO UMA DAS ÚLTIMAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS A SEREM EXPLORADAS E O POTENCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS, COM UMA POSIÇÃO LOGISTICAMENTE PRIVILEGIADA PARA O ESCOAMENTO DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS VINCULADOS AS EXCELENTES CONDIÇÕES CLIMÁTICAS PREDOMINANTES, DESPONTA COMO UM IMPORTANTE CELEIRO AGRÍCOLA NACIONAL QUIÇÁ PARA ATENDER A DEMANDA MUNDIAL POR ALIMENTOS E ENERGIA RENOVÁVEL. DITO ISTO, E VISUALIZANDO QUE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA VEGETAL FAZEM PARTE DO ALICERCE DA PRODUÇÃO E NÃO MAIS OBSERVADO COMO APENAS UM COMPONENTE ISOLADO DO SISTEMA, E CONSIDERANDO QUE TANTO O MERCADO INTERNO, MAS O MERCADO DE EXPORTAÇÃO É CADA DIA MAIS EXIGENTE, TRANSFORMANDO AS BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS (BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS) EM EMPECILHOS COMERCIAIS, SE FAZEM NECESSÁRIAS ATIVIDADES QUE MINIMIZEM A ENTRADA E DISPERSÃO DE PRAGAS, PRESERVANDO A QUALIDADE SANITÁRIA DOS PRODUTOS, ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE CONTROLE DE TRÂNSITO DE VEGETAIS, PROFILAXIA E CONTROLE DE PRAGAS, E PARALELAMENTE O INCREMENTO NOS MECANISMOS QUE ATENDAM A LEGISLAÇÃO VIGENTE NO TOCANTE AOS AGROTÓXICOS E AFINS E DO SISTEMA DE SEMENTES E MUDAS, CONSOLIDANDO UM PROCESSO PRODUTIVO LIVRE DE PRAGAS, COM ABERTURA DE MERCADOS, PREOCUPADO COM A SAÚDE DA POPULAÇÃO E DO MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	O PROGRAMA UTILIZA A ESTRUTURA FÍSICA DA AUTARQUIA E CONTINGENTE DOS SEUS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS (INSPETORES AGROPECUÁRIOS), JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS (FISCAIS AGROPECUÁRIOS), QUE ATRAVÉS DE TREINAMENTOS SÃO MUNICIADOS DO APARATO TÉCNICO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, INSPEÇÃO, SUPERVISÃO, CONTROLE DE PRAGAS, MONITORAMENTO, LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO, ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO (DEFESA AGROPECUÁRIA). AS ATIVIDADES TAMBÉM SERÃO REALIZADAS NAS BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS, ATRAVÉS DAS 30 BARREIRAS FIXAS, 15 BARREIRAS VOLANTES E 10 BARREIRAS FLUVIAIS. NESTE CONTEXTO TAMBÉM É EVIDENCIADO TODO O SEGMENTO DE CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA VEGETAL, ONDE OS PROCEDIMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO SEGUEM OS DETERMINADOS PELA INSTÂNCIA SUPERIOR DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA), QUE PRECONIZA A SUPERVISÃO DE DOCUMENTAÇÕES SANITÁRIAS COMO: PERMISSÃO DE TRÂNSITO DE VEGETAIS - PTV, CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM - CFO, CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM CONSOLIDADO - CFOC, BEM COMO DOCUMENTOS DE CONTROLE ESTADUAL: AUTORIZAÇÃO INTERNA DE TRANSPORTE DE MUDAS DE ABACAXI, LAUDO DE INSPEÇÃO DE CAMPO DE ABACAXI, DECLARAÇÃO DE DESINFECÇÃO, DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SANITÁRIAS, CONTROLE INTERESTADUAL DE TRÂNSITO DE VEGETAIS, TERMO DE NOTIFICAÇÃO, AUTO DE INFRAÇÃO, TERMO DE APREENSÃO, AUTO DE DESTRUIÇÃO E RECIBOS. TAMBÉM É EVIDENCIADO O QUE ESTABELECE AS LEGISLAÇÕES QUE REGEM O SISTEMA DE PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS, JUNTAMENTE COM AS DETERMINAÇÕES DOS AGROTÓXICOS E AFINS, COM O CONTROLE DA HORA DA VENDA DOS PRODUTOS ATÉ A DEVOLUÇÃO DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS. AS AÇÕES CONTIDAS NO PROGRAMA RECEBERÃO O APOIO DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ENTIDADE COMO TELEFONES, INTRANET, SISTEMA DE REDE DE COMPUTADORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS TÉCNICOS COMO GPS, MICROCOMPUTADORES, APARELHOS AUDIOVISUAIS DATA SHOW, TELEFONIA CELULAR, ENTRE OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS ENCAMINHADAS À DESTINAÇÃO FINAL	SOMA DA QUANTIDADE DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS ENCAMINHADAS	175.727	2010	80.000

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE PRODUTOS DE CULTIVO TEMPORÁRIO NO TO	SOMA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE PRODUTOS DE CULTIVO TEMPORÁRIO	1,5	2010	1,5
DIAGNÓSTICO DE PHAKOPSORA PACHYRHIZI (FERRUGEM ASIÁTICA)	NÚMERO DE DIAGNÓSTICOS RELATADOS OFICIALMENTE DA OCORRÊNCIA, EM TERRITÓRIO TOCANTINENSE, DA PRAGA FERRUGEM DA SOJA	200	2010	180

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4048	FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE VEGETAIS.	25.808,00	15.489,00	60,02	UNIDADE	10.000	17.614	176,14
TOTAL		**25.808,00**	**15.489,00**	**60,02**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Defesa Agropecuária.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
4.502.619,00	3.278.330,01	72,81	1.224.288,99

3.2.3.21 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FDE

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico – FDE, foi criado pela Lei n.° 1.746, de 15/12/2006, alterada pela Lei n.° 2.273, de 29/12/2009, o qual é administrado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CDE instituído pela mesma lei, cujo Regimento Interno foi estabelecido pelo Decreto nº 3.012, de 26/04/2007. Cabe destacar que os recursos orçamentários do FDE são geridos pela Secretaria da Indústria e Comércio, Decretos n.º 2.915, de 02/01/2007, n.º 3.460, de 12/08/2008, cuja estrutura foi recentemente alterada pelo Decreto n.º 3.831, de 15/10/2009, os Decretos n.º 3.454 e n.° 3.456, de 08/08/2008, que vinculam as estruturas operacionais da ASCOM e do NUSCIN, respectivamente, à estrutura operacional da SIC.

O Decreto nº 3.831 de 15/10/2009 manteve inalteradas as competências e a estrutura operacional estabelecida no Decreto anterior, promovendo apenas a redução na quantidade de vagas disponíveis, que passaram de 78 para 53 vagas.

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico tem a missão de subsidiar o desenvolvimento econômico do Estado, mediante a arrecadação de recursos que possibilitem a execução de ações que objetivem o crescimento econômico e que contribuam efetivamente para a geração de emprego e renda da população tocantinense. É administrado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CDE, que é o órgão responsável pela concessão e administração dos programas de benefícios fiscais do Estado do Tocantins.

As suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em programas Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas. Para estes programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 34.340.384,00,** com

execução de **82,07%**, ou seja, de **R$ 28.181.955,18**, conforme demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 261 – FINALÍSTICO - 0111

PROGRAMA - TOCANTINS COMPETITIVO	
Objetivo:	FOMENTAR O EMPREGO DE TECNOLOGIAS ADEQUADAS E A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA PRODUÇÃO POSSIBILITANDO GERAR CAPACIDADE COMPETITIVA AOS SETORES INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS, QUE ATUAM NO ESTADO DO TOCANTINS, RESULTANDO EM MELHORIAS NA GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA, ARRECADAÇÃO FISCAL E ERRADICAÇÃO DA INFORMALIDADE.
Justificativa:	A ECONOMIA DO ESTADO AINDA SE BASEIA NO SETOR PRIMÁRIO COM BAIXO EMPREGO DE MODERNAS TECNOLOGIAS E MÉTODOS DE GESTÃO PRODUTIVA. O GOVERNO ESTADUAL DEVE CONTRIBUIR PARA A SUPERAÇÃO DESTE QUADRO BUSCANDO DISPONIBILIZAR RECURSOS PÚBLICOS E OUTROS MEIOS QUE POSSIBILITEM AOS EMPREENDEDORES O ACESSO A TAIS TECNOLOGIAS E INSTRUMENTOS MODERNOS, GARANTINDO-LHES MAIS POSSIBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA NESSE MERCADO CADA VEZ MAIS COMPETITIVO. PRETENDE-SE TAMBÉM PROMOVER E DIVULGAR AS NOSSAS POTENCIALIDADES ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E OUTROS EVENTOS.
Estratégia:	DIAGNOSTICAR OPORTUNIDADES E POTENCIALIDADES DE NEGÓCIOS; PROMOVER A IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE CENTROS PRODUTIVOS E PEQUENOS NEGÓCIOS, ATRAVÉS DE PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA, CAPACITAÇÃO, PROMOÇÃO DO ACESSO A LINHAS DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO DE CAPITAL FIXO E DE GIRO PARA IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇO, OFERECIDAS POR INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E FOMENTO VINCULADAS AO ESTADO; PATROCÍNIO PARA REALIZAÇÃO DE FEIRAS, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE, ETC.; PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO DOS PRODUTOS TOCANTINENSES E FACILITAÇÃO DO ACESSO A NOVAS TECNOLOGIAS E GESTÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
INDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	153,66	31/12/2010	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3085	REALIZÇÃO DE FEIRAS.	3.184.500,00	3.005.941,75	94,39	UNIDADE	12	63	525,00
3230	PROJETO ZIG ZAG – REVITALIZAÇÃO DE NOVAS UNIDADES.	82.500,00	79.300,41	96,12	UNIDADE	25	0	0,00
4109	IMPLANTAÇÃO DOS POSTOS DE INFORMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI - NO TOCANTINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
TOTAL		**3.267.000,00**	**3.085.242,16**	**94,44**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

QUADRO 262 – FINALÍSTICO - 0114

PROGRAMA - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
Objetivo:	ATRAIR INVESTIDORES PARA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE INTERESSE ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO, PROMOVENDO A DIVULGAÇÃO DAS POTENCIALIDADES E OPORTUNIDADES QUE O ESTADO OFERECE PRINCIPALMENTE NO SETOR DE LOGÍSTICA, INCENTIVOS FISCAIS E OUTROS, COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Justificativa:	O NOSSO ESTADO DISPÕE DE RECURSOS NATURAIS E POTENCIAL LOGÍSTICO QUE LHE CONFEREM GRANDES POSSIBILIDADES NOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO. PORÉM, NA ATUAL ETAPA DO SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO A POUCA DISPONIBILIDADE DE POUPANÇA INTERNA EXIGE A ATRAÇÃO DE INVESTIDORES COM CAPITAL E TECNOLOGIA CAPAZES DE OCUPAR ESSE ESPAÇO.
Estratégia:	REALIZAR MISSÕES EMPRESARIAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, RODADAS DE NEGÓCIOS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS TANTO NO ESTADO QUANTO NOS CENTROS DESENVOLVIDOS DO PAÍS E DO EXTERIOR, ONDE HAJA POTENCIAIS INVESTIDORES E MANIFESTAÇÃO DE INTERESSES PARA EMPREENDIMENTOS QUE POSSAM CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO. PREVÊ-SE RECORRER A PALESTRAS, EVENTOS EMPRESARIAIS, INSTRUMENTOS DE MÍDIA, VISITAS TÉCNICAS A INDÚSTRIAS, DEPARTAMENTOS COMERCIAIS DE EMBAIXADAS, PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E OUTROS EVENTOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	16,71	03/01/2011	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3091	IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS TECNOLÓGICOS NO TOCANTINS.	1.315.350,00	15.350,00	1,17	PERCENTUAL	10	1	10,00
3099	IMPLANTAÇÃO DE PÓLO ÓTICO NO TOCANTINS.	100.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	5	0	0,00
3220	MISSÃO INTERNACIONAL DE ATRAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO ESTADO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
4111	ACOMPANHAMENTO DAS EMPRESAS BENEFICIADAS POR PROGRAMA DE INCENTIVOS.	9.432,00	6.623,25	70,22	UNIDADE	220	218	99,09
4433	INCENTIVOS A IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS.	23.355.604,00	22.246.964,08	95,25	UNIDADE	5	3	60,00
TOTAL		**24.780.386,00**	**22.268.937,33**	**89,87**	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

QUADRO 263 – FINALÍSTICO - 0117

PROGRAMA - ESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL	
Objetivo:	IMPLANTAR, VIABILIZAR, REVITALIZAR E MANTER AS ESTRUTURAS DE SUPORTE E LOGÍSTICA PARA RECEBER PLANTAS INDUSTRIAIS EM DISTRITOS JÁ EXISTENTES OU A SEREM INSTALADOS, COM IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA QUE VENHA DAR SUPORTE E VIABILIDADE AOS INVESTIDORES, GARANTINDO CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA ATRAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS NO TOCANTINS.
Justificativa:	O TOCANTINS AINDA NÃO DISPÕE DE INFRA-ESTRUTURA EM TERMO DE DISTRITOS E ÁREAS DESTINADAS A EMPREENDIMENTOS COM OFERTA DE LOGÍSTICA, TECNOLOGIAS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA ABRIGAR INVESTIMENTOS DOS MAIS DIFERENTES SEGUIMENTOS PRODUTIVOS. APRESENTA-SE COMO NECESSÁRIA A AÇÃO DO ESTADO NO PREPARO DESSAS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES PARA ATRAIR EMPRESAS, POSSIBILITAR E ACELERAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.
Estratégia:	PREPARAR A INFRA-ESTRUTURA PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO, INCLUINDO OFERTA DE ENERGIA, ILUMINAÇÃO, ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIOS, ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS PARA DISTRITOS E/OU LOCAIS ONDE SEJA NECESSÁRIO, SISTEMA VIÁRIO PAVIMENTADO, SINALIZAÇÃO, ACOSTAMENTOS, PÁTIOS, ESTACIONAMENTOS, ALAMBRADOS, GUARITAS, SISTEMAS DE SEGURANÇA, COMUNICAÇÃO, SAÚDE, CRECHES, ÁREAS DE LAZER, ARMAZÉNS OU GALPÕES; PROMOÇÃO DO ACESSO A LINHAS DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO DE CAPITAL FIXO E DE GIRO PARA IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇO, OFERECIDAS POR INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E FOMENTO VINCULADAS AO ESTADO. É PREVISTA A CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS E/OU CONVÊNIOS COM O SETOR PRIVADO. AS EXECUÇÕES SERÃO FEITAS POR APLICAÇÃO DIRETA OU CONVÊNIO COM PREFEITURAS OU INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS DE CLASSE SEM FINS LUCRATIVOS, NA FORMA DA LEI.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	60,01	31/12/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3060	ESTRUTURAÇÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	2	0	0,00
3061	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PARA APOIO EMPRESARIAL.	3.000,00	906,75	30,23	UNIDADE	2	0	0,00
3062	REESTRUTURAÇÃO DE PRÉDIOS PARA APOIO EMPRESARIAL.	215.183,00	215.147,22	99,98	UNIDADE	2	2	100,00
3100	VIABILIZAÇÃO DE CENTROS LOGÍSTICOS.	2.187.268,00	18.557,58	0,85	PERCENTUAL	14	6	42,86
3229	IMPLANTAÇÃO DE DISTRITOS INDUSTRIAIS OU ÁREAS	3.487.547,00	2.535.418,19	72,70	UNIDADE	2	3	150,00

	EMPRESARIAIS.							
4015	REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
TOTAL		**5.892.998,00**	**2.770.029,74**	**47,01**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Desenvolvimento Econômico.

QUADRO 264 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0118

PROGRAMA - PROGRAMA DE GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS	
Objetivo:	COORDENAR, AVALIAR E CONTROLAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PROGRAMAS FINALÍSTICOS DA SECRETARIA, MENSURANDO OS RESULTADOS E FAZENDO AS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE NECESSIDADES DE READEQUAÇÕES DOS MESMOS DE MODO A PROMOVER O SEU APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SEGMENTOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS.
Justificativa:	A SECRETARIA NECESSITA DE AVALIAÇÕES, DIAGNÓSTICOS ATUALIZADOS, ESTUDOS E PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS SEUS PROGRAMAS E AÇÕES PARA DESENVOLVER UM PROCESSO CONTÍNUO DE MELHORIAS DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS. TENDO POR FINALIDADE SEU PERMANENTE APERFEIÇOAMENTO, A PRODUÇÃO DE DADOS COMPATÍVEIS SERVIRÁ PARA SUBSIDIAR A REVISÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES E A ELABORAÇÃO DE PLANOS SETORIAIS VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.
Estratégia:	SERÃO REALIZADOS ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÕES PERIÓDICAS DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA SECRETARIA, ATRAVÉS DE ANÁLISES DE DESEMPENHOS E RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS MESMOS, DE FORMA A OFERTAR SUBSÍDIOS AOS GESTORES PARA TOMADAS DE DECISÃO SOBRE AS FORMAS DE GESTÃO OU EVENTUAIS NECESSIDADES DE REDIMENSIONAMENTO OU REDIRECIONAMENTO AS DAS POLÍTICAS SETORIAIS. ESSAS ATIVIDADES SERÃO EXECUTADAS POR TÉCNICOS DA UNIDADE GESTORA. AS ATIVIDADES QUE TIVEREM MAIOR COMPLEXIDADE PODERÃO SER OBJETO DE PARCERIAS COM OS ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO, DE FISCALIZAÇÃO DAS SUAS EXECUÇÕES OU, CONTRATADAS INSTITUIÇÕES OU ESPECIALISTAS ATRAVÉS DE CONVÊNIO OU CONSULTORIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	100,00	31/12/2010	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4434	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E FINALÍSTICAS FDE.	400.000,00	57.745,95	14,44	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**400.000,00**	**57.745,95**	**14,44**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
34.340.384,00	28.181.955,18	82,07	6.158.428,82

3.2.3.22 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS

A Lei n.º 567, de 9 de julho de 1993, criou o Fundo Estadual do Bem-Estar Social, vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, tendo sua denominação alterada para Fundo Estadual de Assistência Social, por meio da Lei n.º 808, de 19 de dezembro de 1995, com suas atribuições embasadas em seu Artigo 4º.

O objetivo desta Unidade amparada juridicamente pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, por meio das deliberações e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Assistência Social é de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas na área social. Promover e desenvolver ações de atendimento às necessidades humanas e sociais, melhorando, assim as condições de vida das famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social, priorizando atendimento às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas portadoras de deficiências e trabalhadores empregados e desempregados.

As atribuições da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, executadas na Unidade Orçamentária FEAS, foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 15.602.130,00**, com execução de **49,08**%, ou seja, **R$ 7.657.139,54**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 265 – FINALÍSTICO - 0032

PROGRAMA - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
Objetivo:	ATENDER FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL POR OCORRÊNCIA DE ABANDONO, MAUS TRATOS FÍSICOS E, OU, PSÍQUICOS, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL, USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL, SITUAÇÃO DE RUA E DE TRABALHO INFANTIL.
Justificativa:	A REALIDADE NACIONAL NOS APRESENTA FAMÍLIAS EM DIFERENTES SITUAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS, AGRAVADAS PRINCIPALMENTE PELAS DISPARIDADES REGIONAIS, QUE PODEM PROVOCAR VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DE SEUS MEMBROS, EM ESPECIAL, DE SUAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, IDOSOS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA. HÁ TAMBÉM, OUTROS FENÔMENOS RESULTANTES DOS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: MORADORES DE RUA, MIGRANTES, IDOSOS ABANDONADOS. PERCEBE-SE QUE ESTAS SITUAÇÕES, NEM SEMPRE DECORRENTES DA AUSÊNCIA DE RENDA, SE AGRAVAM NAS PARCELAS DA POPULAÇÃO COM MAIORES ÍNDICES DE DESEMPREGO E POBREZA. A SITUAÇÃO ATUAL DO ESTADO DO TOCANTINS NOS MOSTRA EM PESQUISA RECENTEMENTE REALIZADA PELO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICO - DIEESE, APONTA A INCIDÊNCIA DE QUASE SESSENTA MIL CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL. EM RELAÇÃO À CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL, SEGUNDO LEVANTAMENTO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT, HÁ OCORRÊNCIA DE VINTE OITO PONTOS VULNERÁVEIS NO ESTADO, SENDO QUE 90% DESTES SE ENCONTRAM NA BR 153. EXISTE TAMBÉM NO ESTADO CERCA DE 178.614 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, APROXIMADAMENTE 40% É PÚBLICO ALVO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. NO ESTADO AINDA HÁ REGISTRO DE QUINZE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA - ILP, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PESSOAS IDOSAS QUE SE ENCONTRAM COM REFERENCIA E, OU EM SITUAÇÃO DE AMEAÇA, NECESSITANDO SEREM RETIRADOS DO SEU NÚCLEO FAMILIAR OU COMUNITÁRIO. DESSA FORMA, EM CONSONÂNCIA COM A NOB/SUAS NO ITEM 23 GESTÃO DO ESTADO, LETRA "L" , É PRIORIDADE REALIZAR AS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, E O NÃO CUMPRIMENTO PODEM LEVAR AO ACIRRAMENTO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA E CONSEQÜENTEMENTE O AUMENTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS. ASSIM, AS LINHAS DE ATUAÇÃO COM AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO DEVEM ABRANGER DESDE O PROVIMENTO DE SEU ACESSO A SERVIÇOS DE APOIO E SOBREVIVÊNCIA, ATÉ SUA INCLUSÃO EM REDES SOCIAIS DE ATENDIMENTO E DE SOLIDARIEDADE.
Estratégia:	A ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGUNDO A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS, É DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO, É POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA, QUE PROVÊ OS MÍNIMOS SOCIAIS, REALIZADA ATRAVÉS DE UM CONJUNTO INTEGRADO DE AÇÕES DE INICIATIVA PÚBLICA E DA SOCIEDADE, PARA GARANTIR O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS E TEM POR OBJETIVO A PROTEÇÃO À FAMÍLIA, À MATERNIDADE, À INFÂNCIA, À ADOLESCÊNCIA E À VELHICE. DESTA FORMA, OS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS APRESENTAM CRITÉRIOS DE EXIGIBILIDADE DIFERENCIADOS. O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) VISA ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATÉ 16 ANOS, EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL. O SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PRIMEIRO SERVIÇO A SER OFERTADO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, ATENDENDO ESTE PÚBLICO ALVO VÍTIMAS DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL. NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL TAMBÉM É ATENDIDO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VÍTIMA DE MAUS TRATOS, ABANDONO E EM REGIME DE ABRIGO QUE SE ENCONTRAM COM OS VÍNCULOS FAMILIARES ROMPIDOS OU FRAGMENTADOS. JÁ O ATENDIMENTO DAS PESSOAS IDOSAS, QUE, SEGUNDO O ESTATUTO DO IDOSO, ACIMA DE 60 ANOS, SÃO ATENDIDAS NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA, VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E EM SITUAÇÃO DE ROMPIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS É DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENTRETANTO OS MUNICÍPIOS QUE ESTÃO SOB A GESTÃO DO ESTADO, A EXECUÇÃO DOS RECURSOS É DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SEGUNDO A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O MONITORAMENTO DEVERÁ SER REALIZADO NO ÂMBITO DAS 3 ESFERAS DE GOVERNO. ESTÁ EM DISCUSSÃO O SISTEMA ESTADUAL DE MONITORAMENTO COM A ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTAL PARA AVALIAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANCIA CO-FINANCIADOS	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA CO-FINANCIADAS	1	2006	15
PERCENTUAL DE APAE CO-FINANCIADA	QUANTIDADE DE APAE CO-FINANCIDA / QUANTIDADE DE APAE EXISTENTE NO ESTADO X 100	63	2006	100

TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES RETIRADAS DO TRABALHO INFANTIL	QUANTIDADE DE CRIANÇAS BENEFICIÁRIAS DO PETI / NÚMERO DE CRIANÇAS NA CONDIÇÃO DE TRABALHO INFANTIL X 100	44	2006	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3071	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.	16.008,00	14.008,00	87,51	UNIDADE	182	3	1,65
3072	IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
3254	IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – E. P. DEPUTADO SARGENTO ARAGÃO – SUPLENTE EM EXERCÍCIO.	125.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3312	IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – EMENDA PARLAMENTAR.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3332	IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – E. P. DEPUTADO EDUARDO BONAGURA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3429	IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – EMENDA PARLAMENTAR.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
4162	ENFRENTAMENTO À VIOLAÇÃO DOS DIREITOS.	61.877,00	49.376,45	79,80	UNIDADE	23	17	73,91
4163	IMPLEMENTAÇÃO DO ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA.	76.367,00	66.935,00	87,65	UNIDADE	18	12	66,67
4164	IMPLEMENTAÇÃO DE ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.	1.699.864,00	392.051,37	23,06	UNIDADE	31	20	64,52
TOTAL		**2.039.116,00**	**522.370,82**	**25,62**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

QUADRO 266 – FINALÍSTICO - 0033

PROGRAMA - PROVIDA	
Objetivo:	REDUZIR A DESNUTRIÇÃO NO ESTADO POR MEIO DE AÇÕES QUE PROMOVAM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, NA REALIZAÇÃO DO DIREITO DE TODOS AO ACESSO REGULAR E PERMANENTE A ALIMENTOS DE QUALIDADE, EM QUANTIDADE SUFICIENTE, SEM COMPROMETER O ACESSO A OUTRAS NECESSIDADES ESSENCIAIS, TENDO COMO BASE PRÁTICAS ALIMENTARES PROMOTORAS DE SAÚDE QUE RESPEITEM A DIVERSIDADE CULTURAL, ECONÔMICA E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL.
Justificativa:	NO ESTADO DO TOCANTINS EXISTE UM ALTO ÍNDICE DE DESNUTRIÇÃO, SEGUNDO O SISTEMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - SISVAN EM 2006, O ÍNDICE FOI DE 6.01%, ENTRE CRIANÇAS E GESTANTES, O MESMO ÍNDICE CHEGA AO PERCENTUAL DE 20% NAS REGIÕES SUDESTE E EXTREMO NORTE. A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS, PRECONIZA UM ÍNDICE INFERIOR A 10%. A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL VISAM ERRADICAR A DESNUTRIÇÃO NO ESTADO, PROPORCIONANDO CONHECIMENTO, CAPACITAÇÃO, AVALIAÇÃO, FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS QUE ASSEGUREM ATENDIMENTO NUTRICIONAL A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, CONTRIBUINDO PARA O ACESSO PERMANENTE A ALIMENTOS SAUDÁVEIS RESPEITANDO AS CARACTERÍSTICAS E HÁBITOS ALIMENTARES DE CADA REGIÃO.
Estratégia:	PARA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA SERÃO IMPLEMENTADAS AÇÕES QUE PREVÊEM A AQUISIÇÃO, ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONSELHOS DE ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PROMOÇÃO DE EVENTOS, CAPACITAÇÃO DE ORGANISMOS SOCIAIS, ALÉM DA UTILIZAÇÃO DE PLANTAS NÃO-CONVENCIONAIS NA ALIMENTAÇÃO, VISANDO O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, PARA TANTO SERÃO FIRMADAS PARCERIAS COM ALGUNS ÓRGÃOS COMO: ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAIS, PREFEITURAS MUNICIPAIS, SEDUC, SEPLAN, RURALTINS, FUNASA, BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL DO BICO DO PAPAGAIO - CONSAD, A RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO E DO PROVIDA, ATRAVÉS DO DESLOCAMENTO DE SUA EQUIPE ATE OS MUNICÍPIOS ALVO. A RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS E DE FORNECER INFRA-ESTRUTURA LOCAL PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES BEM COMO MOBILIZAR EQUIPES LOCAIS E SOCIEDADE PARA AS MESMAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS E GESTANDES DESNUTRIDAS	ÍNDICE INFORMADO PELO SISVAN	6,01	2006	5

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3073	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO ALIMENTAR.	842.860,00	11.559,21	1,37	UNIDADE	9	0	0,00
3074	REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	21.807,00	21.806,75	100,00	UNIDADE	33	7	21,21
3287	SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA FAMÍLIAS COM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
4021	INCENTIVO A UTILIZAÇÃO DE PLANTAS NÃO CONVENCIONAIS.	67.042,00	67.040,80	100,00	UNIDADE	40	304	760,00
4165	MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO ALIMENTAR.	150.674,00	143.346,92	95,14	UNIDADE	25	23	92,00
4168	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ORIENTAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	928.844,00	598.145,23	64,40	UNIDADE	139	100	71,94
4169	SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA FAMÍLIAS COM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	6.297.178,00	4.958.373,86	78,74	UNIDADE	15.234	15.234	100,00
TOTAL		**8.368.405,00**	**5.800.272,77**	**69,31**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

QUADRO 267– FINALÍSTICO - 0034

PROGRAMA - INCLUSÃO PRODUTIVA	
Objetivo:	CRIAR OPORTUNIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA DE FORMA SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DE UNIDADES PRODUTIVAS PARA PESSOAS E FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA PRIORITARIAMENTE AS ASSISTIDAS POR PROGRAMAS SOCIAIS.
Justificativa:	NO TOCANTINS, MAIS DE 80% DOS MUNICÍPIOS POSSUI POPULAÇÃO INFERIOR A 10.000 HAB, DESSAS PESSOAS, 5,88% RECEBEM ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO DE RENDA MENSAL E 21,42% NÃO POSSUEM RENDIMENTOS (IBGE/PNAD/2000). CONTRARIANDO ESTA REALIDADE SOCIAL CONSTATADA, O ESTADO POSSUI RICO POTENCIAL PRODUTIVO QUE NECESSITA SER EXPLORADO E RACIONALIZADO PARA O DESENVOLVIMENTO DESSAS COMUNIDADES CARENTES. A ESCASSEZ DE EMPREGO E RENDA GERA FORTE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO PODER PÚBLICO, TORNANDO-SE COMUNS PEDIDOS DE CESTAS BÁSICAS, PASSAGENS, REMÉDIOS E OUTRAS SOLICITAÇÕES. DAÍ, A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS, ATRAVÉS DO PROGRAMA INCLUSÃO PRODUTIVA, MINIMIZANDO A VULNERABILIDADE SOCIAL BEM COMO A DESONERAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS TENDO COMO CRITÉRIO DE ELEGEBILIDADE A VOCAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS, DE FORMA DIRETA, TENDO COMO PARCEIROS AS PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES AFINS, ENTRE OUTROS. OS MESMOS FARÃO A TRIAGEM DAS FAMÍLIAS A SEREM CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA, SENDO QUE O CRITÉRIO DE INSERÇÃO DAS FAMÍLIAS ELABORADO A PARTIR DOS ÍNDICES OFICIAIS QUE MEDEM O NÍVEL DE POBREZA E RESPECTIVO GRAU DE RISCO SOCIAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE UNIDADES PRODUTIVAS IMPLANTADAS E IMPLEMENTADAS EM RELAÇÃO ÀS METAS	TOTAL DE UNIDADES PRODUTIVAS IMPLANTADAS DIVIDIDO PELA META ESTIPULADA	16	2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3075	CAPACITAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DOS PROJETOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA.	26.313,00	26.312,25	100,00	UNIDADE	170	15	8,82
3076	REVITALIZAÇÃO DE UNIDADES DE INCLUSÃO PRODUTIVA.	143.714,00	63.712,81	44,33	UNIDADE	8	17	212,50
3078	PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO EMPREENDEDORISMO.	2.341.087,00	450.200,67	19,23	UNIDADE	26	15	57,69
3217	TROCA SOLIDÁRIA.	7.937,00	0,00	0,00	UNIDADE	50	0	0,00
TOTAL		**2.519.051,00**	**540.225,73**	**21,45**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

QUADRO 268 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0035

PROGRAMA - GESTÃO DAS POLÍTICAS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Objetivo:	FORMULAR E COORDENAR POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE GESTORES TÉCNICOS E CONSELHEIROS; REALIZAR EVENTOS E PESQUISAS SOCIAIS; ELABORAR ESTUDOS, PESQUISA E PROJETOS TÉCNICOS; MONITORAR, AVALIAR E DIVULGAR PROGRAMAS E AÇÕES; BEM COMO, IMPLANTAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO QUE CONTRIBUA PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Justificativa:	O NOVO SISTEMA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRAZ MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS A PARTIR DA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS - LEI Nº 8.742 DE 07/12/1993 E DA NOB-SUAS, QUE ESTABELECEM DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS. ESSES INSTRUMENTOS LEGAIS DISCIPLINAM RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO DE FORMA COMPARTILHADA. O ESTADO ASSUME A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DENTRO DO SEU ÂMBITO DE COMPETÊNCIA TENDO A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APOIO TÉCNICO PARA A ESTRUTURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS. QUANTO A POLÍTICA PÚBLICA DO TRABALHO O ESTADO TAMBÉM ASSUME NO ÂMBITO DE SUA COMPETÊNCIA A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA REDUÇÃO ÍNDICE DE DESEMPREGO, AMPLIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR. NESSE SENTIDO A IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA PREVENIRÁ O OCASIONAMENTO DE DISFUNÇÕES NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS E NA PRECARIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E, AINDA, POSSIBILITARÁ AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DE CONTROLE SOCIAL NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Estratégia:	A SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL CRIOU NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O NÚCLEO DE GESTÃO DO SUAS, ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 105 EM 30 DE MAIO DE 2007, QUE COORDENARÁ A GESTÃO DE POLÍTICAS DO SUAS, PROPORCIONANDO ASSESSORIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PAS. O NÚCLEO SERÁ RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAMENTADO NA REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA A PARTIR DAS REFERÊNCIAS: VIGILÂNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL E DEFESA SOCIAL E INSTITUCIONAL. O CUMPRIMENTO DAS REFERÊNCIAS ACIMA MENCIONADAS SERÁ EFETIVADO A PARTIR DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA, IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA, SISTEMA DE INFORMAÇÃO, CAPACITAÇÕES, ARTICULAÇÕES REGIONAIS E MUNICIPAIS, APOIO ÀS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL, REALIZAÇÃO DE PESQUISAS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL E OUTROS SERVIÇOS QUE FORTALEÇAM OS DIREITOS SÓCIO-ASSISTÊNCIAS. NO ÂMBITO DO TRABALHO O PLANEJAMENTO E A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS DE FORMA INTEGRADA PELA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO, AS DIRETORIAS DE GESTÃO DOS NÚCLEOS DO SINE, DE EMPREGOS E PROGRAMAS ESPECIAIS, DE QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E COM O CONSELHO ESTADUAL DE RELAÇÕES DO TRABALHO. O MINISTÉRIO DO TRABALHO AINDA SERÁ PARCEIRO NO CO-FINANCIAMENTO DA QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E GESTORES, BEM COMO NO FORNECIMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS ATRAVÉS DO CADASTRO GERAL DE EMPREGO E DESEMPREGO - CAGED, E DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DAS AÇÕES DE EMPREGO - SIGAE. A SUPERINTENDÊNCIA DO TRABALHO, ATRAVÉS DA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, CABERÁ O GERENCIAMENTO, A EXECUÇÃO E A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DO PROGRAMA, BEM COMO O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ESTÍMULO AO EMPREGO E INCLUSÃO PRODUTIVA E O DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DA METAS FÍSICAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS / PELO NÚMERO DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS	65,52	2007	80
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS METAS FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DAS METAS FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS / PELO NÚMERO DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS	59,03	2007	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3101	IMPLANTAR O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO SUAS.	120.000,00	43.052,00	35,88	UNIDADE	1	0	0,00
4170	EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS TRABALHADORES DO SUAS.	525.958,00	272.154,81	51,74	UNIDADE	200	150	75,00
4171	FORTALECIMENTO ÀS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL E DE PACTUAÇÃO.	180.478,00	69.347,85	38,42	UNIDADE	4	4	100,00
4172	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL.	162.538,00	77.717,22	47,81	UNIDADE	139	80	57,55
TOTAL		**988.974,00**	**462.271,88**	**46,74**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

QUADRO 269 – FINALÍSTICO - 0044

PROGRAMA - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Objetivo:	PROMOVER AÇÕES DE PREVENÇÃO ÀS SITUAÇÕES DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL PARA ASSEGURAR O FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES, COMUNITÁRIOS E EMANCIPAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA.
Justificativa:	PARA CONSOLIDAR E FORTALECER A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO, FOI PENSADO UM NOVO MODELO DE GESTÃO QUE VEM SENDO IMPLEMENTADO NO DECORRER DE DOIS ANOS, O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS, QUE ASSEGURA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS UNIVERSAIS, ESTABELECENDO NOVAS DIRETRIZES E REORGANIZANDO SEUS PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS. BASEADO NESSA PERSPECTIVA DE AVANÇOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL, CAPAZ DE PROMOVER DE FORMA INTEGRADA ÀS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS O PROCESSO DE PROMOÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DOS CIDADÃOS BRASILEIROS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, DESPROVIDOS DE MEIOS PARA A SUA SOBREVIVÊNCIA, POR IMPERAR AS DESIGUALDADES E A DISPARIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.PARA TANTO, O SUAS É UM MODELO DE GESTÃO QUE REORGANIZA UMA ESTRUTURA DESCENTRALIZADA, PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA, CONSTITUINDO UMA REDE DE SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS, QUE SE RELACIONA COM AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS. A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR A PROMOÇÃO E O ACESSO DAS FAMÍLIAS AOS BENS E SERVIÇOS OFERTADOS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS, PORTANTO, A AUSÊNCIA DESTES SERVIÇOS PREVENTIVOS QUE ABRANGEM A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PODERÁ ACIRRAR O CICLO INTERGERACIONAL DA POBREZA. SUGESTÕES: DEMONSTRAR A REALIDADE SOCIAL DO ESTADO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO BÁSICA, CITAR ÍNDICES QUE EVIDENCIAM ESSA REALIDADE; APRESENTAR AS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS OU DESFAVORÁVEIS QUE CONTRIBUAM OU NÃO PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS POR MEIO DE PARCERIAS COM A UNIÃO, OS MUNICÍPIOS E COM A REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS, POR MEIO DO APRIMORAMENTO DA GESTÃO MEDIANTE OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APOIO TÉCNICO, ATRAVÉS DE PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS, TRANSFERÊNCIA DE RENDA E INCLUSÃO PRODUTIVA. SUGESTÕES: DESCREVER OS CRITÉRIOS DE EXIGIBILIDADE PARA ACESSO AOS PRODUTOS E BENEFÍCIOS DO PROGRAMA; RESPONSABILIDADE PELO GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES; FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES, EXPLICITANDO OS AGENTES E PARCEIROS; MECANISMOS (SISTEMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO) PARA ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL IMPLANTADOS	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL IMPLANTADOS	44	2007	93

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3289	PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3303	REALIZAÇÃO DE CO-FINANCIAMENTO À GESTÃO MUNICIPAL PARA A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	10.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3314	PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – E. P. DEPUTADO MARCELO LELIS.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3322	REALIZAÇÃO DE CO-FINANCIAMENTO À GESTÃO MUNICIPAL PARA A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – EMENDA PARLAMENTAR.	75.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3394	PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3431	REALIZAÇÃO DE CO-FINANCIAMENTO À GESTÃO MUNICIPAL PARA A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – E. P. DEPUTADO MARCELO LELIS.	200.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3432	PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – E. P. DEPUTADO EDUARDO BONAGURA.	100.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
4175	PROMOÇÃO DA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS.	224.978,00	126.743,40	56,34	UNIDADE	139	70	50,36
4177	PROMOÇÃO DO ACESSO AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	139	0	0,00

4187	PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.	1.016.606,00	205.254,94	20,19	UNIDADE	139	65	46,76
TOTAL		**1.686.584,00**	**331.998,34**	**19,68**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Estadual de Assistência Social.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
15.602.130,00	7.657.139,54	49,08	7.944.990,46

3.2.3.23 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DO TOCANTINS - FUST

O Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins – FUST, foi criado pela Lei n.º 1.524, de 17 de dezembro de 2004, vinculado a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, destinado ao atendimento da despesa, total ou parcial, com o implemento de políticas, ações, projetos e serviços sociais a cargo do Secretário Extraordinário para Políticas Governamentais de Desenvolvimento Social, que tenham por finalidade:

- A melhoria da qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população;
- A solidariedade educativa com resgate da dignidade humana, à capacitação profissional e à geração de emprego e renda;
- A ampliação de parcerias com entidades públicas e privadas;
- A coordenação e a execução complementares das ações e serviços voltados para a proteção aos carentes, à família, à maternidade, à criança, ao adolescente e às pessoas portadoras de necessidades especiais; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais e a promoção de sua integração à vida comunitária e a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- Apoiar técnica e financeiramente os serviços, programas e projetos de enfrentamento da pobreza; em conjunto com os municípios, às ações assistenciais em caráter de emergência.

As atribuições do Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico - Tocantins Solidário. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 3.314.436,00**, com execução de **82,88%**, ou seja, **R$ 2.746.946,86**, como demonstrados a seguir.

QUADRO 270 – FINALÍSTICO - 0041

PROGRAMA - TOCANTINS SOLIDÁRIO	
Objetivo:	PROMOVER ATENDIMENTO EMERGENCIAL A FAMÍLIAS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL, CONTRIBUINDO PARA QUE ESTAS ESTABELEÇAM OS ALICERCES DA CIDADANIA PLENA.
Justificativa:	A DÍVIDA SOCIAL PROVOCADA POR DÉCADAS DE AUSÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS, ECONÔMICAS E DE SAÚDE PÚBLICA EFICIENTES, FAVORECEU PARA QUE TENHAMOS BAIXO NÍVEL EDUCACIONAL, ALTO ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA E DEFICIENTE ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA. DADA A FRAGILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA DE PARTE SIGNIFICATIVA DA SOCIEDADE TOCANTINENSE, É QUE AÇÕES SOLIDÁRIAS E EMERGÊNCIAS SÃO FUNDAMENTAIS PARA MINIMIZAR OS EFEITOS DESTA DÍVIDA SOCIAL.
Estratégia:	O PROGRAMA DEVE ATENDER PRIORITARIAMENTE PESSOAS OU FAMÍLIAS SOCIAIS E ECONOMICAMENTE VULNERÁVEIS, BEM COMO A COMUNIDADE EM GERAL EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA. O ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES SERÁ POR DEMANDA E POR CONSTATAÇÃO DAS NECESSIDADES EM OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS DE PRIORIDADE JÁ ESTABELECIDOS. A SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EXECUTARÁ DIRETAMENTE AS AÇÕES QUE CUMPRAM O OBJETIVO DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS EM ESTADO DE CALAMIDADE ATENDIDOS PELA SETAS	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA SETDS / QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS DOS QUAIS FORAM DECRETADOS ESTADO DE CALAMIDADE	100	2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3277	ATENDIMENTO EMERGENCIAL A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL – E. P. DEPUTADO MANOEL QUEIROZ.	58.646,00	58.645,39	100,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3288	ATENDIMENTO EMERGENCIAL A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3433	ATENDIMENTO EMERGENCIAL A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL – E. P. DEPUTADO ELI BORGES.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
4232	ATENDIMENTO EMERGENCIAL A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.	2.979.515,00	2.440.407,04	81,91	UNIDADE	139	139	100,00
4233	MANUTENÇÃO DA CASA DE APOIO VERA LÚCIA.	276.275,00	247.894,43	89,73	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**3.314.436,00**	**2.746.946,86**	**82,88**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins - FUST.

3.2.3.24 FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA

A Lei n.º 1.251, de 20 de setembro de 2001, criou o Fundo Estadual de Defensoria Pública, e suas atribuições de gestão estão vinculadas à Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

O objetivo desta unidade é prover os recursos necessários ao desenvolvimento das ações de Defensoria Pública por meio da aquisição de equipamentos, implantação e implementação de Núcleos Regionais de Defensoria Pública, treinamento de servidores, promoções e eventos científicos e educativos e edição de material técnico-educativo.

As atribuições do Fundo Estadual de Defensoria Pública foram desenvolvidas por meio da ação estruturada no Programa de Gestão de Políticas Públicas, como demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 271 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0128

PROGRAMA – GESTÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	
Objetivo:	FORTALECER A INSTITIIÇÃO EM PAPEL POLÍTICO E SOCIAL, RELEVANTE PARA O CONTEXTO NACIONAL, BEM COMO, MANTER RELAÇÕES INSTITUCIONAIS CONSTANTES COM OS DEMAIS PODERES, ATÉ MESMO COM INSTITUIÇÕES SIMILARES EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL, CONTRIBUINDO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO DE SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.
Justificativa:	O PROGRAMA VISA ESTRUTURAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA NOS MUNICIPIOS,PROMOVENDO A QUALIDADE NOS ATENDIMENTOS, DIVULGANDO OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA INSTITUIÇÃO, ENVOLVENDO ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS EM PROGRAMAS SÓCIO-EDUCATIVOS PARA OS MUNICIPIOS DE DIFÍCIL ACESSO E DE BAIXA RENDA PER CAPTA, PROPORCIONANDO A COMUNICADE LOCAL ACESSO AOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS, OBJETIVANDO AMENIZAR OS PROBLEMAS REGIONAIS APRESENTADOS COMO: MOROSIDADE NOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS, DIFICULDADE DA POPULAÇÃO AO ACESSO À JUSTIÇA, ALTO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE, ENTRE OUTROS PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELA POPULAÇÃO DE CADA LOCALIDADE TOCANTINENSE.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO POR MEIO DE PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS, COOPERAÇÃO TÉCNICA COM OS SETORES PÚBLICOS: FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, ALÉM DO SETOR PRIVADO E COMUNIDADE EM GERAL. O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA COMPREENDENDO CONSTRUÇÕES, REFORMAS, MELHORIAS E AMPLIAÇÕES NAS ESTRUTURAS FÍSICAS DA SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL E DAS UNIDADES DE ATENDIMENTOS INSTALADAS EM DIVERSOS MUNICIPIOS DO TOCANTINS, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA ATENDER AS COMARCAS NO INTERIOR DO ESTADO , AS COORDENADORIAS E A SEDE ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA; APARELHAR E EQUIPAR COM MOBILIÁRIOS AS REFERIDAS UNIDADES; E MODERNIZAR O SISTEMA DA INFORMAÇÃO COM INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS INDISPENSÁVEIS AO DESEMPENHO DOS SERVIÇOS DA INSTITUIÇÃO. PROMOVER CURSOS E CAPACITAÇÕES PARA OS DEFENSORES PÚBLICOS E SERVIDORES VISANDO MANTER OS PROFISSIONAIS CAPACITADOS E ATUALIZADOS PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO	SOMATORIO DAS TAXAS DE TODAS A AÇÕES DIVIDIDO PELA QUANTIDADE DE AÇÕES	17,5	30/09/2008	88

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4425	APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA.	59.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	10	0	0,00
TOTAL		**59.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2010 da Fundo Estadual de Defensoria Pública.

3.2.3.25 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A Lei n.º 1.226, de 06 de junho de 2001, que instituiu a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em seu Art. 6º, criou o Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental do Estado do Tocantins.

Tem como base legal: Lei n.º 1.128, de 1º de fevereiro de 2000 - institui o projeto orla e adota outras providências; Lei nº 1.363, de 31 de dezembro de 2002 - dispõe sobre aporte ao capital da sociedade orla participações e investimentos s.a. em bens imóveis que especifica; Lei n.º 1.757, de 2 de janeiro de 2007 - Dispõe sobre a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano e adota outras providências; Lei n.º 1.950, de 7 de agosto de 2008 - Dispõe sobre a organização da estrutura básica do Poder Executivo e adota outras providências; Decreto n.º 3.460, de 12 de agosto de 2008 - Dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do Poder Executivo e adota outras providências.

A missão do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental, é conferir suporte financeiro às ações da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, no que tange às obras de infra-estrutura, paisagismo e preservação ambiental do Projeto Orla, de maneira a disciplinar a ocupação e o uso do solo nas margens do Lago de Palmas, de forma a assegurar a conservação dos ecossistemas locais, a harmonia social e a melhoria da qualidade de vida da população.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico – Cidade para Todos. Para este programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 1.730.704,00,** com execução de **100,00%** do montante autorizado.

QUADRO 272 – FINALÍSTICO - 0098

PROGRAMA – CIDADE PARA TODOS	
Objetivo:	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE CIDADES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, REDUZIR OS RISCOS AMBIENTAIS E DE PROLIFERAÇÕES DE DOENÇAS ENDÊMICAS ORIUNDAS DE AUSÊNCIA DE URBANIZAÇÃO MEDIANTE SUA URBANIZAÇÃO E SUA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INTEGRANDO-AS AO TECIDO URBANO E A CIDADE LEGALMENTE CONSTITUÍDA.
Justificativa:	A EXTENSÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS URBANOS PARA ESSA CLIENTELA SERÁ UM PODEROSO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS, POIS ALEM DA HABITAÇÃO AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO CONSISTEM NOS SERVIÇOS URBANOS, TAIS COMO, REDE DE ÁGUA TRATADA, REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO ESGOTO, INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA VIÁRIO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS, A METODOLOGIA E A CONCEPÇÃO DOS PROGRAMAS PODEM VARIAR CONFORME AS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO, PODENDO OS MESMOS, SEREM COMBINADOS PARA MELHOR ATENDER A DEMANDA.
Estratégia:	O GOVERNO ESTADUAL COORDENARÁ AÇÕES SETORIAIS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO AMBIENTAL, INFRA-ESTRUTURA, E SERVIÇOS URBANOS, A FIM DE PRODUZIR GANHOS DE ESCALA NO EQUACIONAMENTO DE PROBLEMAS URBANOS, ESPECIALMENTE OS VOLTADOS ÀS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA; A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS URBANOS NAS REGIÕES CRÍTICAS DEPENDE ESSENCIALMENTE DO EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DESSES INVESTIMENTOS; A ALAVANCAGEM DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS EM COMPLEMENTAÇÃO AOS RECURSOS DE CONTRAPARTIDA DO ESTADO E MUNICÍPIOS CONTARÁ COM O APOIO DO GOVERNO FEDERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
AUMENTO DA INCLUSÃO SOCIAL URBANA	NÚMERO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA COM MELHORIA URBANA / NÚMERO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS X 100	0	2009	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3205	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS.	1.290.607,00	1.290.606,86	100,00	m²	17.000	131.747	774,98
3206	IMPLANTAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIIÇÃO DE ÁGUA.	95.276,00	95.275,39	100,00	m	17.000	14.376	84,56
3207	CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL.	270.244,00	270.243,96	100,00	m	30.000	7.778	25,93
3208	INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA.	74.577,00	74.576,91	100,00	m	15.000	8.378	55,85
3209	INSTALAÇÃO DE REDE DE ESGOTO.	0,00	0,00	0,00	m	15.000	0	0,00
3210	ABERTURA DE VIAS DE ACESSO.	0,00	0,00	0,00	m²	20.000	0	0,00
3211	DEMARCAÇÃO DE MACROPARCELAMENTO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	8	0	0,00
3212	CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS E MELHORIA URBANA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
3213	IMPLANTAÇÃO DE MICROPARCELAMENTO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	8	0	0,00
6025	RESSARCIMENTO DO CANCELAMENTO DE CONTRATO DE LOTES.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	7	0	0,00
TOTAL		**1.730.704,00**	**1.730.703,12**	**100,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental.

3.2.3.26 FUNDO DE APOIO A MORADIA POPULAR

A Lei n.° 1.128, de 1° de fevereiro de 2000, que instituiu o Projeto Orla, em seu art. 5º, criou o Fundo de Apoio a Moradia Popular, inicialmente vinculado à AD-Tocantins que, por meio do Decreto n.º 1.303, de 27 de setembro de 2001, passou a vincular-se a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado, tendo como finalidade a edificação de moradias, a melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda e a reinclusão social. Posteriormente, passou a ser denominado Fundo de Apoio a Moradia Popular, Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental – FUNDEPAM, por meio da Lei Nº 2.330, de 30 de março de 2010, com a incorporação do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental.

O Fundo de Apoio à Moradia Popular é destinado à edificação de moradias e à melhoria das condições habitacionais. Sua missão é promover a melhoria da qualidade de vida da sociedade e a gestão eficiente das cidades, utilizando como estratégia a captação de recursos com o objetivo de contribuir para o fortalecimento dos programas habitacionais, beneficiando as famílias de baixa renda com a reinclusão social.

As atribuições do Fundo de Apoio a Moradia Popular foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico – Habitação para Todos Nós. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 5.023.329,00,** com execução de **85,09%** do montante disponibilizado.

QUADRO 273 – FINALÍSTICO - 0097

PROGRAMA – MINHA CASA	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO E QUALITATIVO, VIABILIZANDO O ACESSO À MORADIA DIGNA.
Justificativa:	COM A DIVISÃO DO ESTADO DE GOIÁS, OS MUNICÍPIOS INCORPORADOS AO ESTADO DO TOCANTINS,APRESENTAVAM DEMASIADA CARÊNCIA HABITACIONAL, SITUAÇÃO AGRAVADA COM O PROCESSO MIGRATÓRIO CHEGANDO AO DÉFICIT DE 70.000 UNIDADES HABITACIONAIS (FONTE MIN.DAS CIDADES/2000). ATÉ 2002 OS PROGRAMAS HABITACIONAIS DESENVOLVIDOS NO ESTADO ERAM CONCENTRADOS E VINCULADOS A POLÍTICAS CLIENTELISTAS, NÃO INTEGRADAS E DESCONTÍNUAS. APÓS ESSE PERÍODO, INSTITUI-SE NO ESTADO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL DESCENTRALIZADA E DEMOCRÁTICA QUE SERÁ CONSOLIDADA A PARTIR DO PROGRAMA HABITAÇÃO PARA TODOS NÓS, ONDE A INCLUSÃO SOCIAL, A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DO RECURSO PÚBLICO, DARÁ CUMPRIMENTO AO COMANDO CONSTITUCIONAL E PLENO ATENDIMENTO À LEI Nº 10.257/2001 QUE REGE O ESTATUTO DAS CIDADES GARANTINDO O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.
Estratégia:	O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS POR MEIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANOSEHAB, ESTARÁ DESENVOLVENDO A POLÍTICA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADES E MOVIMENTOS DE LUTA PELA MORADIA, ATENDENDO O MÁXIMO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO INADEQUADA DE MORADIA: CASAS DE ADOBE/LONA/PALHA/MADEIRA OU EM ÁREAS DE RISCO. ESSAS PARCERIAS DOS ENVOLVIDOS NA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA E TÉCNICA NA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA, NA CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO, NO APOIO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS QUANTO À ELABORAÇÃO/EXECUÇÃO DO PROJETO TÉCNICO SOCIAL, FISCALIZAÇÃO DAS ETAPAS INERENTES AO PROGRAMA E AINDA A MOBILIZAÇÃO, FORTALECIMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS SERÃO EFETIVADAS POR MEIO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E/OU OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS, SENDO FUNDAMENTAIS PARA A CONSECUÇÃO DO OBJETIVO DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL CONSIDERADA A EVOLUÇÃO NACIONAL	NÚMERO DE FAMÍLIAS CONTEMPLADAS COM UNIDADES HABITACIONAIS E CHEQUE MORADIA / DÉFICIT HABITACIONAL NO TOCANTINS X 100	28,14	2007	60

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3214	IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS URBANAS.	211.501,00	42.351,14	20,02	UNIDADE	5	1	20,00
3215	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE MÚLTIPLO USO.	189.152,00	169.904,71	89,82	UNIDADE	4	1	25,00
3256	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE MÚLTIPLO USO – E. P. DEPUTADO IDERVAL SILVA.	500.000,00	102.583,11	20,52	EMENDA PARLAMENTAR			
3290	IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS URBANAS – E. P. DEPUTADO PEDRO LIMA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3336	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – E. P. DEPUTADO RAIMUNDO MOREIRA.	0,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
3337	IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS URBANAS – E. P. DEPUTADO CESAR HALUM.	60.000,00	0,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR			
TOTAL		960.653,00	314.838,96	32,77	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Apoio a Moradia Popular.

QUADRO 274 – FINALÍSTICO - 0098

PROGRAMA – CIDADE PARA TODOS	
Objetivo:	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE CIDADES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, REDUZIR OS RISCOS AMBIENTAIS E DE PROLIFERAÇÕES DE DOENÇAS ENDÊMICAS ORIUNDAS DE AUSÊNCIA DE URBANIZAÇÃO MEDIANTE SUA URBANIZAÇÃO E SUA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INTEGRANDO-AS AO TECIDO URBANO E A CIDADE LEGALMENTE CONSTITUÍDA.
Justificativa:	A EXTENSÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS URBANOS PARA ESSA CLIENTELA SERÁ UM PODEROSO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS, POIS ALEM DA HABITAÇÃO AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO CONSISTEM NOS SERVIÇOS URBANOS, TAIS COMO, REDE DE ÁGUA TRATADA, REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO ESGOTO, INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA VIÁRIO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS, A METODOLOGIA E A CONCEPÇÃO DOS PROGRAMAS PODEM VARIAR CONFORME AS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO, PODENDO OS MESMOS, SEREM COMBINADOS PARA MELHOR ATENDER A DEMANDA.
Estratégia:	O GOVERNO ESTADUAL COORDENARÁ AÇÕES SETORIAIS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO AMBIENTAL, INFRA-ESTRUTURA, E SERVIÇOS URBANOS, A FIM DE PRODUZIR GANHOS DE ESCALA NO EQUACIONAMENTO DE PROBLEMAS URBANOS, ESPECIALMENTE OS VOLTADOS ÀS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA; A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS URBANOS NAS REGIÕES CRÍTICAS DEPENDE ESSENCIALMENTE DO EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DESSES INVESTIMENTOS; A ALAVANCAGEM DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS EM COMPLEMENTAÇÃO AOS RECURSOS DE CONTRAPARTIDA DO ESTADO E MUNICÍPIOS CONTARÁ COM O APOIO DO GOVERNO FEDERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
AUMENTO DA INCLUSÃO SOCIAL URBANA	NÚMERO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA COM MELHORIA URBANA / NÚMERO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS X 100	0	2009	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3205	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS.	545.393,00	545.392,77	100,00	m²	17.000	131.747	774,98
3206	IMPLANTAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIIÇÃO DE ÁGUA.	0,00	0,00	0,00	m	17.000	14.376	84,56
3207	CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL.	29.322,00	29.321,91	100,00	m	30.000	7.778	25,93
3208	INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA.	562.111,00	562.110,07	100,00	m	15.000	8.378	55,85
3209	INSTALAÇÃO DE REDE DE ESGOTO.	0,00	0,00	0,00	m	15.000	0	0,00
3210	ABERTURA DE VIAS DE ACESSO.	0,00	0,00	0,00	m²	20.000	0	0,00
3211	DEMARCAÇÃO DE MACROPARCELAMENTO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	8	0	0,00
3212	CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS E MELHORIA URBANA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
3213	IMPLANTAÇÃO DE	7.572,00	7.572,00	100,00	UNIDADE	8	0	0,00

	MICROPARCELAMENTO.							
4252	ADMINISTRAÇÃO DO TESOURO IMOBILIÁRIO DO ESTADO.	1.938.648,00	1.938.648,00	100,00	UNIDADE	432	0	0,00
4253	ADMINISTRAÇÃO DO TESOURO IMOBILIÁRIO DO ESTADO / TERRA NUA.	979.630,00	876.380,00	89,46	UNIDADE	270	0	0,00
6025	RESSARCIMENTO DO CANCELAMENTO DE CONTRATO DE LOTES.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	7	0	0,00
TOTAL		**1.730.704,00**	**1.730.703,12**	**97,46**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Apoio a Moradia Popular.

(*) OBSERVAÇÃO: NÃO HOUVE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS DEVIDO A EXTINÇÃO DA AHDU/TO POR MEIO DA LEI N.º 2.331 DE 30/03/2010. OS VALORES LIQUIDADOS REPRESENTAM DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO ANTERIOR (2009).

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
5.023.329,00	4.274.263,71	85,09	749.065,29

3.2.3.27 FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE POPULAR

A Lei n.° 1.935, de 17 de junho de 2008, criou o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, vinculado à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB é destinado a programas, projetos e ações que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão e melhoria de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas como interesse social;

IV – implantação e melhoria de saneamento ambiental, infra-estrutura urbana e equipamentos urbanos complementares aos programas habitacionais;

V – aquisição de materiais para construção e reforma de moradias;

VI – intervenção em imóveis deteriorados, visando a recuperação para fins habitacionais de interesse social;

VII – produção e aquisição de imóveis para locação social, inclusive sob forma de arrendamento residencial;

VIII – estudos e pesquisas voltados ao conhecimento das necessidades habitacionais e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de métodos de gestão e tecnologias, a fim de melhorar a qualidade e redução dos custos das unidades habitacionais;

IX – capacitação dos beneficiários e agentes promotores, com vistas à implementação dos programas e das ações previstos nesta Lei;

X – aquisição de terrenos e glebas destinados a projetos habitacionais;

XI – aquisição de imóveis tombados, visando a sua recuperação para fins habitacionais de interesse social;

XII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FEHIS/TO ou pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Não houve execução orçamentária no Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social no exercício de 2010.

QUADRO 275 – FINALÍSTICO - 0097

PROGRAMA – MINHA CASA	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO E QUALITATIVO, VIABILIZANDO O ACESSO À MORADIA DIGNA.
Justificativa:	COM A DIVISÃO DO ESTADO DE GOIÁS, OS MUNICÍPIOS INCORPORADOS AO ESTADO DO TOCANTINS,APRESENTAVAM DEMASIADA CARÊNCIA HABITACIONAL, SITUAÇÃO AGRAVADA COM O PROCESSO MIGRATÓRIO CHEGANDO AO DÉFICIT DE 70.000 UNIDADES HABITACIONAIS (FONTE MIN.DAS CIDADES/2000). ATÉ 2002 OS PROGRAMAS HABITACIONAIS DESENVOLVIDOS NO ESTADO ERAM CONCENTRADOS E VINCULADOS A POLÍTICAS CLIENTELISTAS, NÃO INTEGRADAS E DESCONTÍNUAS. APÓS ESSE PERÍODO, INSTITUI-SE NO ESTADO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL DESCENTRALIZADA E DEMOCRÁTICA QUE SERÁ CONSOLIDADA A PARTIR DO PROGRAMA HABITAÇÃO PARA TODOS NÓS, ONDE A INCLUSÃO SOCIAL, A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DO RECURSO PÚBLICO, DARÁ CUMPRIMENTO AO COMANDO CONSTITUCIONAL E PLENO ATENDIMENTO À LEI Nº 10.257/2001 QUE REGE O ESTATUTO DAS CIDADES GARANTINDO O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.
Estratégia:	O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS POR MEIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANOSEHAB, ESTARÁ DESENVOLVENDO A POLÍTICA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADES E MOVIMENTOS DE LUTA PELA MORADIA, ATENDENDO O MÁXIMO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO INADEQUADA DE MORADIA: CASAS DE ADOBE/LONA/PALHA/MADEIRA OU EM ÁREAS DE RISCO. ESSAS PARCERIAS DOS ENVOLVIDOS NA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA E TÉCNICA NA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA, NA CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO, NO APOIO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS QUANTO À ELABORAÇÃO/EXECUÇÃO DO PROJETO TÉCNICO SOCIAL, FISCALIZAÇÃO DAS ETAPAS INERENTES AO PROGRAMA E AINDA A MOBILIZAÇÃO, FORTALECIMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS SERÃO EFETIVADAS POR MEIO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E/OU OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS, SENDO FUNDAMENTAIS PARA A CONSECUÇÃO DO OBJETIVO DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL CONSIDERADA A EVOLUÇÃO NACIONAL	NÚMERO DE FAMÍLIAS CONTEMPLADAS COM UNIDADES HABITACIONAIS E CHEQUE MORADIA / DÉFICIT HABITACIONAL NO TOCANTINS X 100	28,14	2007	60

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3216	CONSTRUÇÃO DE MORADIA POPULAR.	3.233.520,00	0,00	0,00	UNIDADE	180	0	0,00
TOTAL		**3.233.520,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

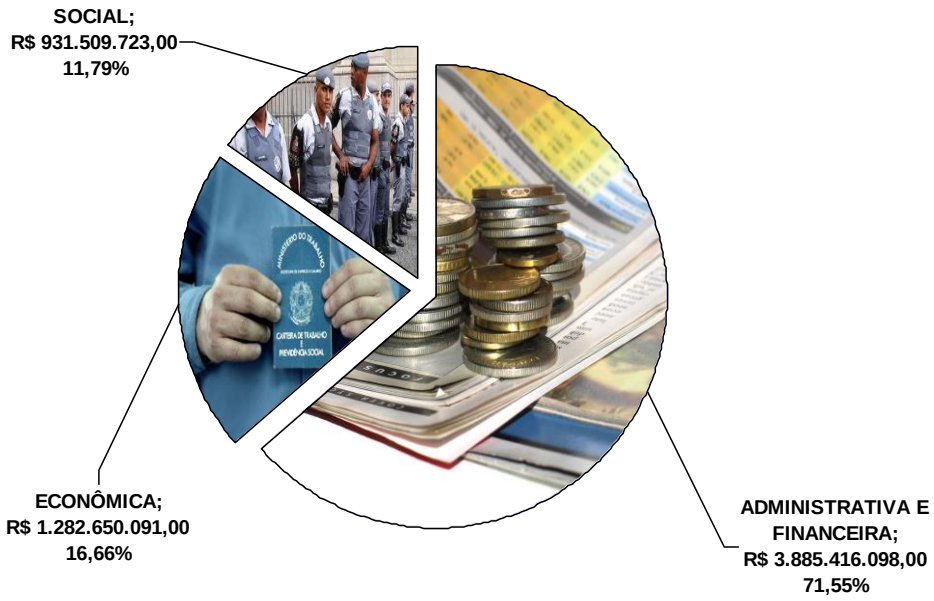
FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2010 do Fundo de Habitação de Interesse Popular - FEHIS.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA E SOCIAL.

Visando garantir o cumprimento das políticas públicas o Plano de Governo, composto por programas, ações, atividades e projetos, foi elaborado dando prioridade a melhoria da gestão pública, a recuperação da infraestrutura de serviços essenciais e o desenvolvimento econômico e social.

Em estrita observância aos princípios da administração pública, direcionou-se a execução orçamentária no montante de **R$ 4.634.733.882,62** às áreas administrativo-financeira, social e econômica, nos valores e percentuais a seguir demonstrados no Gráfico n.° 10.

GRÁFICO 10 – Percentual de utilização dos recursos por área Econômica, Administrativo-Financeira e Social



A Gestão da Política de Governo, no exercício de 2010, teve como ponto de partida à busca de um Estado como referência em **modernidade, democracia e desenvolvimento humano**, baseando-se no instrumento de gestão para o quadriênio 2008-2011, que define a linha estratégica estruturada em cinco macroobjetivos, envolvendo, por meio de estratégias de desenvolvimento, as diversas áreas administrativo-financeira, social e econômica.

MACROOBJETIVOS

- Consolidar o Tocantins como estado competitivo, propiciando a atração e manutenção de investimentos nos diversos setores da economia, com ênfase na multimodalidade de transporte, agronegócio e turismo.
- Promover o desenvolvimento social do estado do Tocantins, garantindo acesso da população a serviços públicos de qualidade, especialmente em áreas essenciais como saúde e educação.
- Buscar a ocupação adequada dos espaços visando a harmonização na expansão produtiva e social ao desenvolvimento tecnológico e à preservação ambiental.
- Ampliar e preservar a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando elevado grau de auto-estima em todos os tocantinenses.
- Desenvolver uma cultura moderna de gestão pública, transparente, democrática e orientada para resultados.

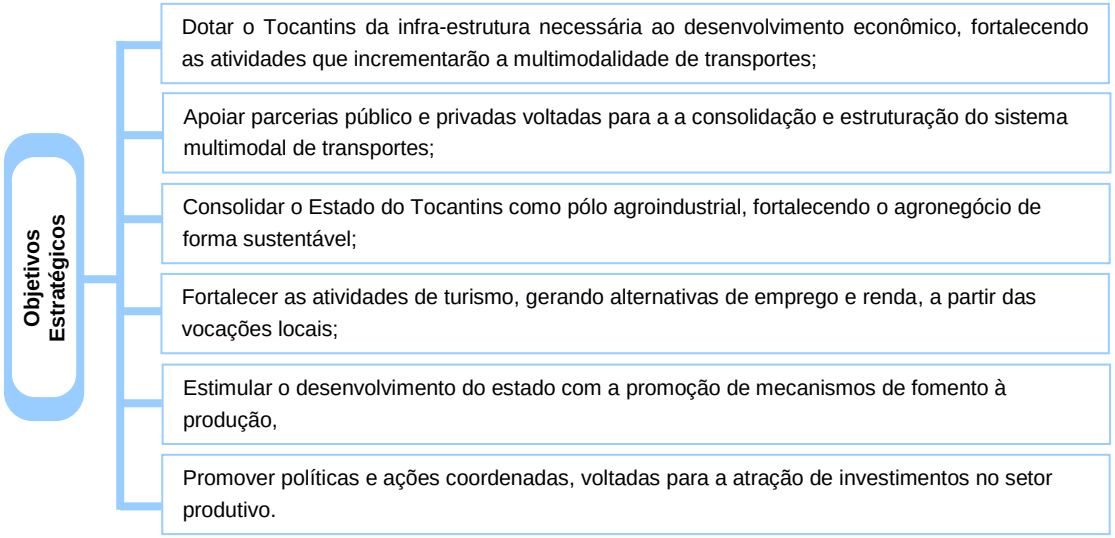
Assim, o Governo do Estado do Tocantins adotou as seguintes estratégias de desenvolvimento:

- Fortalecimento das atividades econômicas sustentáveis, com ênfase no agronegócio e na infraestrutura econômica, aumentando as oportunidades de emprego e renda em todas as cidades e regiões do Estado;
- Desenvolvimento humano e social, garantia dos direitos humanos, valorização do cidadão e sua identidade regional e cultural;
- Gestão pública moderna, transparente, democrática e orientada para resultados, aproximando governo estadual à sociedade, aos governos municipais e federal, e às instituições públicas e privadas, visando estabelecer boas práticas de governança;

– Preservação, conservação e uso adequado dos recursos naturais, com gestão das águas em busca do desenvolvimento sustentável.

4.1 ÁREA ECONÔMICA

No caso da área econômica, as ações do governo tiveram como objetivo consolidar o Estado do Tocantins como estado competitivo, propiciando a atração e manutenção de investimentos nos diversos setores da economia, com ênfase na multimodalidade de transporte, agronegócio e turismo.



Para a implementação dos programas da área econômica foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R$ 771.954.951,27**, conforme discriminação no quadro a seguir:

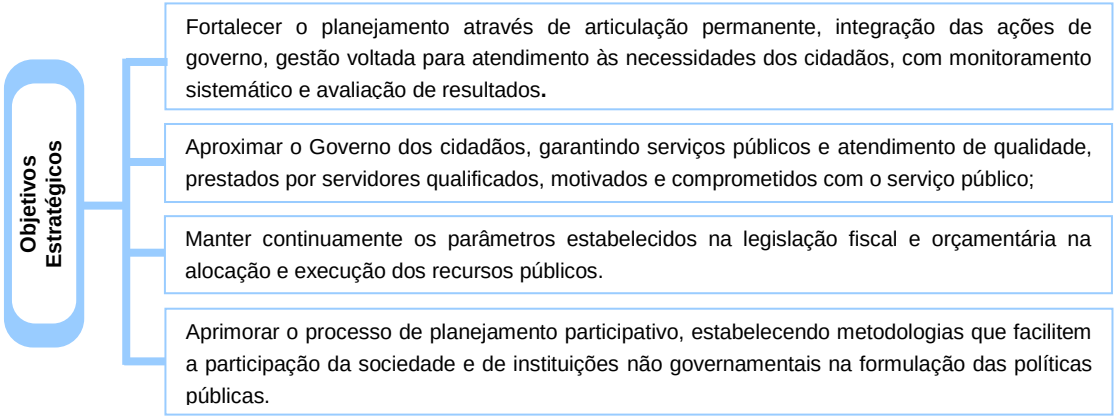
QUADRO 276– PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA ECONÔMICA

PROGRAMA		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		AUTORIZADO	EMPENHADO	% DE EXECUÇÃO
Nº	NOME					
0012	DEFESA E INSP. SANITÁRIA ANIMAL	344300/345300	ADAPEC/FUNPEC	5.980.453,00	2.830.030,05	47,32%
0017	BANCO DA GENTE	101100	FUNDES	5.085.000,00	4.076.584,54	80,17%
0019	DESENV. REGIONAL SUSTENTÁVEL	130100/384500	SEPLAN/DERTINS	68.197.415,00	22.315.608,28	32,72%
0025	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTADUAL	090600/345100	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO/ITERTINS	2.933.539,00	1.587.814,56	54,13%
0029	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	370100	SEINF	22.288.485,00	901.978,01	4,05%
0030	EBERGIZAÇÃO URBANA	370100	SEINF	3.720.618,00	2.941.734,58	79,07%
0040	ELETRIFICAÇÃO RURAL	370100	SEINF	6.647.155,00	6.341.606,63	95,40%
0048	EDUCAÇÃO SANITÁRIA E COMUNICAÇÃO	344300	ADAPEC	145.969,00	125.813,06	86,19%
0050	TOCANTINS BIODIVERSIDADE E FLORESTAS	103300/390100	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE/SRHMA	10.509.887,00	2.126.211,12	20,23%
0060	CONTROLE AMBIENTAL	103300	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	5.623.249,00	886.107,90	15,76%
0063	VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - ORGANIZAR, PRODUZIR E AGREGAR	330100/344900/345100	SEAGRO/RURALTINS/ITERTINS	17.893.185,00	11.303.906,71	63,17%
0066	ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	369300	ADTUR	1.877.047,00	-	-
0068	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	369300	ADTUR	5.771.509,00	2.466.375,89	42,73%
0071	PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO - PED	370100	SEINF	16.751.050,00	7.113.556,98	42,47%
0073	DEFESA E INSP. SANITÁRIA VEGETAL	345300	FUNPEC	1.649.634,00	632.469,22	38,34%
0079	PAVIMENTAR PARA MELHORAR	384500	DERTINS	610.584.247,00	469.912.428,76	76,96%
0080	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	384500	DERTINS	209.327.102,00	199.516.528,73	95,31%
0085	GESTÃO DA POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO - TOCANTINS RURAL	330100	SEAGRO	8.448.163,00	3.876.198,76	45,88%
0090	INFRA-ESTRUTURA HÍDRICAS PARA USO MÚLTIPLOS	370100/390100	SEINF/SRHMA	232.512.347,00	4.271.394,30	1,84%
0111	TOCANTINS COMPETITIVO	350100/366000	SIC/FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	5.318.099,00	3.233.238,71	60,80%
0114	ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	350100/366000	SIC/FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	24.787.796,00	22.276.346,58	89,87%
0117	ESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL	366000	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	5.892.998,00	2.770.029,74	47,01%

0119	FOMENTO AO CAPITAL DE EMPRESAS ESTATAIS	250100/370100	SEFAZ/SEINF	10.000.000,00	-	-
0123	GESTÃO DAS CIDADES - MORAR BEM	510100	SHDU	705.144,00	448.988,16	63,67%
0134	FOMENTO AO CAPITAL DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	370100	SEINF	-	-	-
TOTAL				**1.282.650.091,00**	**771.954.951,27**	60,18%

4.2 ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

No campo administrativo e financeiro as medidas implementadas obedeceram ao norteamento definido no Macroobjetivo que busca desenvolver uma cultura moderna de gestão pública, transparente, democrática e orientada para resultados.



Com base nesses objetivos estratégicos foram desenvolvidos importantes programas para consolidar os avanços nas áreas administrativa e financeira, com execução de dotações orçamentárias no valor de **R$ 3.316.325.965,06,** discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 277 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

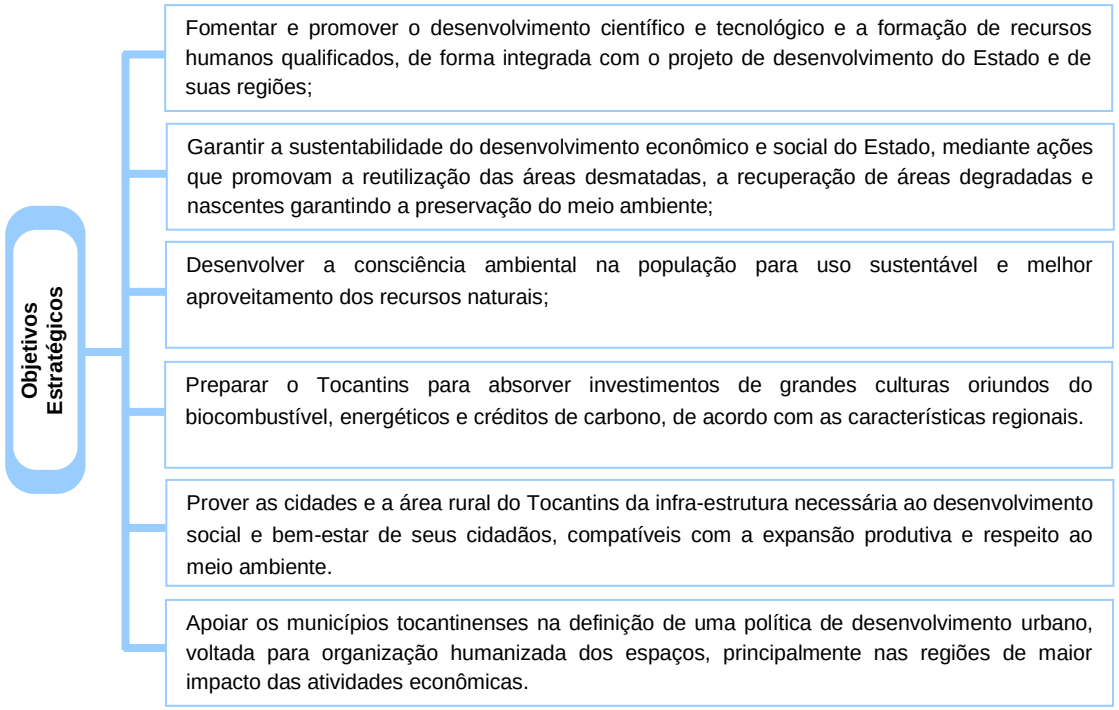
PROGRAMA		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		AUTORIZADO	EMPENHADO	% DE EXECUÇÃO
Nº	NOME					
0005	INFORMAÇÕES EM SAÚDE	305501/306900	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE/FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL	323.000,00	63.748,80	19,74%
0014	GESTÃO POL. DE CONTROLE INTERNO P. EXEC.	090400	CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	49.000,00	4.337,50	8,85%
0015	DEFESA DOS INTER. JUR. E PATRIMONIAIS	090600/102700	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO/FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA	14.200.736,00	13.718.369,09	96,60%
0018	GESTÃO PARA RESULTADOS	130100/090100	SEPLAN/GABINETE DO GOVERNADOR	19.670.351,00	1.079.183,98	5,49%
0021	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA FISCAL	250100/267900	SEFAZ/FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO	26.284.281,00	6.176.250,91	23,50%
0022	GESTÃO FISCAL E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL	450100	RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEFAZ	528.103.717,00	506.826.843,18	95,97%
0023	PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL	250100	SEFAZ	58.847,00	56.027,00	95,21%
0026	MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO ITERTINS	345100	ITERTINS	512.584,00	280.674,87	54,76%
0027	QUALIDADE DA ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS	270100	SEDUC	79.386.209,00	36.401.798,23	45,85%
0035	GESTÃO DAS POLÍTICAS DA SEC. TRABALHO E DESENV. SOCIAL	410100/426500	SETAS/FEAS	1.071.442,00	512.738,63	47,86%
0037	MODERNIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS DO DETRAN	324700	DETRAN	931.615,00	905.713,12	97,22%
0039	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	248300/370100	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS/SEINF	12.916.437,00	8.708.927,15	67,43%
0045	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ADAPEC	344300/345300	ADAPEC/FUNPEC	4.077.972,00	2.946.177,74	72,25%
0049	VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	270100	SEDUC	553.533.731,00	520.097.537,85	93,96%
0053	REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	109900	ATR	2.861.027,00	388.042,67	13,56%
0055	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	248700/249500/248300/230100	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS/FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA/FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS/SECAD	144.205.209,00	116.746.587,27	80,96%
0062	APRIMORAMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL	270100	SEDUC	43.791.118,00	27.231.577,09	62,19%
0064	GESTASUS	305500	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	9.215.185,00	4.207.623,06	45,66%
0070	PROGRAMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO	369300	ADTUR	732.231,00	186.813,76	25,51%
0074	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO RURALTINS	344900	RURALTINS	1.867.805,00	1.113.604,68	59,62%
0076	GESTÃO DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	103100/103300	NATURATINS/FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	5.492.935,00	1.791.417,76	32,61%

0078	CONTROLE E QUALIDADE	366100	IPEM	297.128,00	294.973,48	99,27%
0083	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS	365700	JUCETINS	275.000,00	73.134,90	26,59%
0086	GESTÃO DA GOVERNADORIA	090100/090800	GABGOV/VICE-GOVERNADORIA	1.955.532,00	1.824.619,30	93,31%
0092	GESTÃO DO ATENDIMENTO AO HOMEM DO CAMPO - NOSSO CLIENTE - CIDADÃO RURAL	330100	SEAGRO	1.394.768,00	118.356,12	8,49%
0093	DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS	090100/110100	GABGOV/SECOM	42.924.258,00	39.241.829,34	91,42%
0103	MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO CONTRA SINISTROS	100700	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS	750.000,00	302.517,51	40,34%
0104	MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E REAPARELHAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA	310100	SSP	22.048.723,00	13.892.973,85	63,01%
0115	INFORMAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO	130100	SEPLAN	8.300,00	4.088,67	49,26%
0118	GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS	350100/366000	SIC/FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	500.226,00	147.890,50	29,56%
0120	LIQUIDAÇÃO DE ENTES ESTATAIS	510100	SHDU	14.589,00	12.135,25	83,18%
0131	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE INFRA-ESTRUTURA	010100/370100	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/SEINF	-	-	-
0132	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE GOVERNO	210100	SEGOV	22.670,00	22.667,65	99,99%
0195	APOIO ADMINISTRATIVO		TODAS AS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	1.949.405.782,00	1.854.380.135,60	95,13%
0196	PREVIDÊNCIA SOCIAL	103300/248300/324700/344900/345100/365700/421300	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE/FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS/DETRAN/RURALTINS/ITERTINS/JUCETINS/PRODIVINO	416.533.690,00	156.566.648,55	37,59%
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	470100	RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEPLAN	-	-	-
TOTAL				**3.885.416.098,00**	**3.316.325.965,06**	**85,35%**

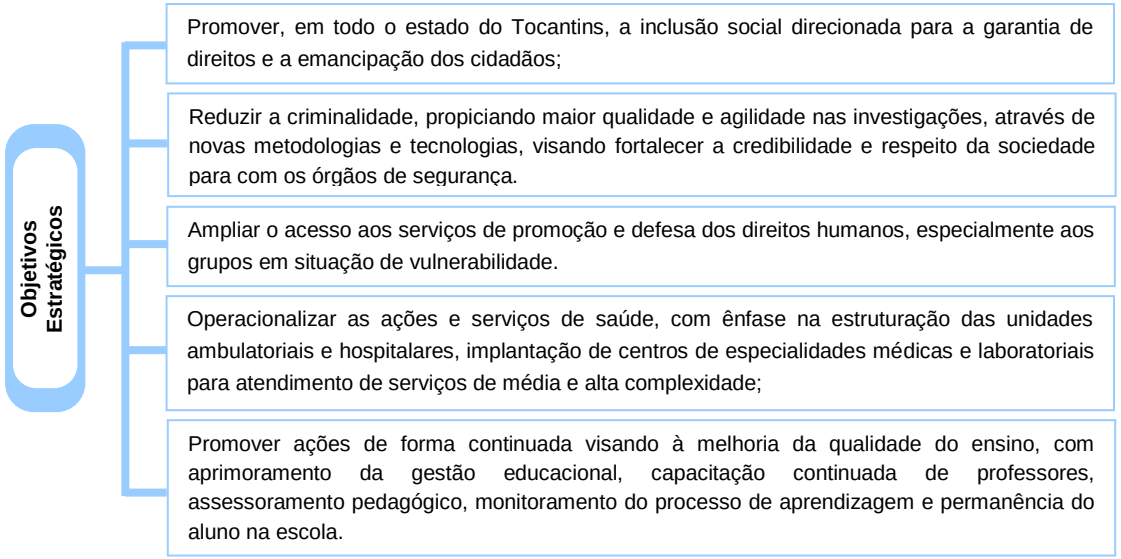
4.3 ÁREA SOCIAL

A linha de ação do Governo no campo social norteou-se pelo balizamento definido em três macroobjetivos, sendo traçado como objetivos estratégicos

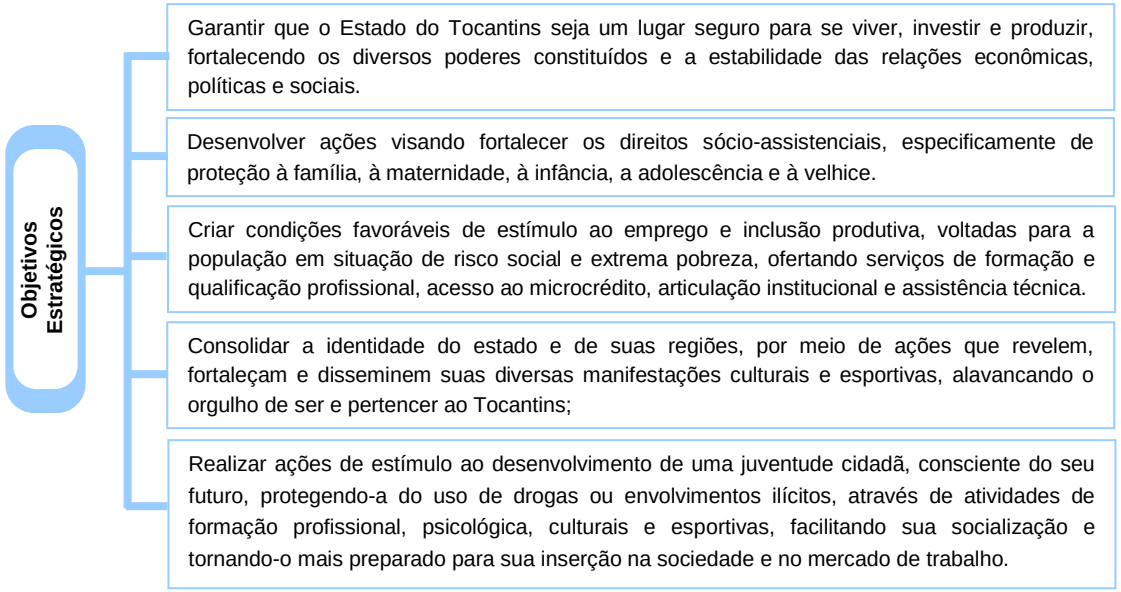
Macroobjetivo: Buscar a ocupação adequada dos espaços visando a harmonização da expansão produtiva e social ao desenvolvimento tecnológico e à preservação ambiental.



Macroobjetivo: Promover o desenvolvimento social do Estado do Tocantins, garantindo acesso da população a serviços públicos de qualidade, especialmente em áreas essenciais como saúde e educação.



Macroobjetivo: Ampliar e preservar a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando elevado grau de auto-estima em todos os tocantinenses.



No exercício de 2010 foram implementados programas importantes para consolidar os avanços da atual situação social do Estado do Tocantins. Nesses programas foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R$ 546.452.966,29,** discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 278 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA SOCIAL

PROGRAMA		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		AUTORIZADO	EMPENHADO	% DE EXECUÇÃO
Nº	NOME					
0001	VIGILÂNCIA E PROT. À SAÚDE	305500	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	11.404.800,00	7.134.050,01	62,55%
0002	SANGUE É VIDA	305500	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	2.866.602,00	1.578.189,93	55,05%
0003	DESENV. ENS. EM MEDICINA TROPICAL	305501/306900	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE/FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL	1.203.342,00	353.464,77	29,37%
0004	DESENV. PESQ. EM MEDICINA TROPICAL	305501	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	900.000,00	114.364,76	12,71%
0006	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	287101	FUNDAÇÃO CULTURAL	17.957.290,00	7.470.212,84	41,60%
0007	POLÍCIA MILITAR NA DEFESA SOCIAL	090300/101700/101900	POLÍCIA MILITAR/FUMPM / FUNFARDA	45.841.032,00	28.257.863,83	61,64%
0008	DEFESA CONTRA SINITROS	090900/101500	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR/FUNDO FARDAMENTO - CBM	17.666.306,00	1.790.803,96	10,14%
0016	ASSIST. FINANC. AO SERV. PÚBLICO	101100	FUNDES	2.693.000,00	2.537.241,92	94,22%
0024	DESENV. TÉCNICO EM SAÚDE	305500/307700	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE/ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE	3.078.588,00	1.425.713,10	46,31%
0028	ESTÍMULO AO EMPREGO	410100	SETAS	13.872.914,00	1.691.220,51	12,19%
0031	PIONEIROS MIRINS	270100/287300	SEDUC/FUNDAÇÃO PIONEIROS MIRINS	19.186.598,00	18.406.686,96	95,94%
0032	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	426500	FEAS	2.039.116,00	522.370,82	25,62%
0033	PROVIDA	426500	FEAS	8.368.405,00	5.800.272,77	69,31%
0034	INCLUSÃO PRODUTIVA	426500	FEAS	2.519.051,00	540.225,73	21,45%
0036	SANEAMENTO BÁSICO	370100	SEINF	1.048.488,00	494.451,72	47,16%
0038	TRÂNSITO SEGURO	324700	DETRAN	10.017.832,00	9.376.043,52	93,59%
0041	TOCANTINS SOLIDÁRIO	428900	FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DO TO	3.314.436,00	2.746.946,86	82,88%
0043	ESPORTE PARA TODOS	150100	SESPO	10.846.341,00	3.685.755,01	33,98%
0044	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	426500	FEAS	1.686.584,00	331.998,34	19,68%

0052	ÁGUAS DO TOCANTINS	103300/390100	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE/SRHMA	7.043.078,00	5.138.878,40	72,96%
0056	JOVEM CIDADÃO	430100	SEJUV	16.480.592,00	9.007.421,50	54,65%
0058	SAÚDE PARA TODOS	305500	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	18.378.257,00	7.616.756,15	41,44%
0059	GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS	390100	SRHMA	8.946.862,00	378.268,66	4,23%
0061	PROG. ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	270100/390100/103300	SEDUC/SRHMA/FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	866.323,00	323.761,51	37,37%
0065	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	270100	SEDUC	1.293.078,00	1.158.507,55	89,59%
0067	ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	270100	SEDUC	18.520.092,00	11.975.378,57	64,66%
0069	MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO	270100	SEDUC	58.708.743,00	48.031.297,93	81,81%
0072	REMÉDIO PARA TODOS	305500	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	9.758.177,00	8.043.560,57	82,43%
0077	VIDASUS	305500	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	341.619.242,00	288.917.688,68	84,57%
0081	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	384500	DERTINS	2.909.009,00	157.501,35	5,41%
0096	GESTÃO EM CTI	202900	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-	-	-
0097	MORADIA	510100/522500/524100	SHDU/FUNDO DE APOIO À MORADIA POPULAR/FUNDO ESTADUAL HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	148.916.630,00	14.701.345,77	9,87%
0098	DESENVOLVIMENTO URBANO	522100/522300/522500 /510100	AHDU/FUNDO DE DESENV. URBANO E PRESERV. AMBIENTAL/FUNDO DE APOIO À MORADIA POPULAR/SHDU	8.636.740,00	8.347.050,20	96,65%
0100	ADMINISTRAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENDIÁRIO	170100	SECIJU	32.196.165,00	6.577.062,11	20,43%
0102	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	101100/202900	FUNDES/FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	24.177.018,00	18.970.030,95	78,46%
0105	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	310100	SSP	6.073.154,00	2.415.581,46	39,77%
0106	PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	183700	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	1.670.000,00	681.418,94	40,80%
0107	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	170100	SECIJU	2.644.223,00	1.064.050,56	40,24%
0108	TOCANTINS SEM DROGAS	170100/189100	SECIJU/FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS	318.358,00	38.708,25	12,16%
0110	PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A SINISTROS E EMERGÊNCIAS	090900/100900	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR/FUNDO ESTADUAL DE COMBATE AS CALAMIDADES PÚBLICAS	217.236,00	216.270,95	99,56%
0116	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	170100/188100	SECIJU/FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER	379.246,00	43.379,27	11,44%
0122	DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO	390100	SRHMA	12.074.191,00	6.175.118,04	51,14%
0124	POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	202900	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	191.874,00	108.655,94	56,63%
0125	DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	202900	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.899.820,00	1.576.174,80	26,72%

0126	TOCANTINS DIGITAL	202900	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.205.980,00	-	0,00%
0127	ACESSO À JUSTIÇA INTEGRAL E GRATUITA	490100	DEFENSORIA PUBLICA	3.753.904,00	2.168.793,89	57,77%
0128	GESTÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	490100/503500	DEFENSORIA PUBLICA/FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA	16.613.166,00	5.755.736,07	34,65%
0129	ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	186700	FECA	1.407.046,00	1.006.260,78	71,52%
0130	ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	186700/170100	FECA/SECIJU	1.717.407,00	983.307,61	57,26%
0133	SEGURANÇA COMUNITÁRIA ESCOLAR	270100/310100/170100 /090300	SEDUC/SSP/SECIJU/POLÍCIA MILITAR	2.383.387,00	617.122,47	25,89%
TOTAL				**931.509.723,00**	**546.452.966,29**	**58,66%**

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório Gerencial das Contas do Governo do Estado do Tocantins tem como objetivo precípuo certificar, para efeito do artigo 4º, inciso XI, alínea "a" da Lei nº 1.415, de 20 de novembro de 2003, as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, exercício de 2010, em cumprimento ao artigo 40, inciso VII, da Constituição Estadual, mostrando, por meio de dados e informações técnicas, os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de governo.

As receitas arrecadadas no ano de 2010 totalizaram R$ 5,11 bilhões, alcançando um índice de realização de 83,17% em relação à previsão atualizada. As despesas liquidadas totalizaram R$ 4,71 bilhões, correspondendo a 75,86% do orçamento autorizado para o exercício. O referido exercício fechou com um superávit orçamentário de R$ 402,29 milhões.

Da análise da composição patrimonial do Estado, constata-se que o passivo permanente apresentou um aumento das obrigações em 41,40% em 2010 comparado com o ano de 2009, bem superior ao aumento dos ativos. Esta situação, influenciada pela previsão matemática previdenciária, contribuiu significativamente para a queda do ativo real líquido do exercício atual em 78,15% em relação ao do ano anterior.

A Receita Corrente Líquida, que se constitui pelo somatório das receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais, as contribuições de servidores para o plano de seguridade social, e as receitas oriundas de compensação entre sistemas de previdência, evoluiu 13,94%, passando de R$ 3.406.416.318,08, em 2009, para R$ 3.881.229.046,02, no exercício de 2010.

As funções de governo que tiveram maior destinação de recursos foram: Administração com R$ 1.144.622.092,57; Educação com R$ 739.601.308,27; Saúde com R$ 721.821.628,44; Transporte com R$ 685.081.560,28 e Segurança Pública com R$ 467.483.743,39, que em percentual representaram, respectivamente, 24,29%, 15,69%, 15,32%, 14,54% e 9,92% do total da despesa realizada.

As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino atingiram 25,45% da receita líquida de impostos, superando em 0,45% o percentual mínimo de aplicação previsto no art. 212 da Constituição Federal.

Os recursos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, no exercício de 2010, alcançaram um percentual de 17,26%, ultrapassando em 5,26% o mínimo previsto no art. 77, inc. II do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Comparando-se o período 2010 com o de 2009, constata-se que a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais apresentaram uma evolução de 15,88% e a aplicação de recursos na Saúde teve um implemento de 27,68%.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Estado corresponderam a 55,86% da Receita Corrente Líquida – RCL, ficando 4,14%

abaixo do limite permitido. Todavia, as despesas do Poder Executivo com pessoal ficaram situadas em 47,74% sobre a RCL, excedendo o limite prudencial em 1,19%.

O Estado encontra-se em situação bastante favorável em relação à dívida consolidada líquida e operações de crédito, pois a dívida consolidada líquida é de R$ 634,9 milhões e só representa 16,36% da Receita Corrente Líquida - RCL, bem inferior ao limite fixado na Resolução n° 40 do Senado Federal, em seu art. 3°, inc. I. As operações de crédito, contraídas no exercício, cujo o limite máximo definido pela Resolução nº 43, artigo 7º, do Senado Federal é de 16% da RCL, tiveram índice de 6,05% da RCL.

A meta de resultado nominal fixada para o Estado no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para 2010, foi de 189,3 milhões de reais, embora tenha havido um aumento da dívida fiscal líquida de aproximadamente R$ 70 milhões além da referida meta prevista para o exercício.

A meta de resultado primário fixada para o Estado, no anexo de metas fiscais da LDO, para o exercício de 2010, foi de 14,7 milhões de reais. No entanto, esta meta pretendida não foi alcançada, pois o valor realizado foi negativo na ordem de R$ 121,3 milhões, representando um déficit de aproximadamente R$ 136,0 milhões.

No que se refere aos programas, os índices, em sua grande parte, não foram atualizados ou não avaliados, como ocorreu no programa “TOCANTINS SEM DROGAS” que, além de informar um índice de apuração de 31/12/2005, teve execução de recursos muita baixa, ou seja, de apenas R$ 38.708,25, correspondendo a 12,16% do orçamento autorizado para o referido programa, o que certamente deixou de contribuir para a redução das práticas delituosas de tráfico e consumo de entorpecentes no Estado.

Observou-se, ainda, que constam da Lei Orçamentária nº 2.251/2009 ações governamentais identificadas com nome do deputado autor da respectiva emenda parlamentar, a exemplo daquelas apresentadas no anexo 11 às fls. 102 a 303, volume I do processo de prestação de contas do Governo, o que parece contrariar o princípio constitucional da impessoalidade.

Em síntese, os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal não mostraram-se tão satisfatórios sob os aspectos formais, contábeis e operacionais, até porque não foram observadas as seguintes exigências:

a) Cumprimento do limite de gastos com pessoal do Poder Executivo;

b) Cumprimento das metas de resultado nominal e primário;

c) Balanço Social (art. 3º, II, Decreto nº. 2.595/2005);

d) Conciliações bancárias e do almoxarifado referentes ao mês 12, por unidade da Administração Direta e Indireta (art. 3º, II, Decreto nº. 2.595/2005);

e) Extrato das contas correntes e aplicações financeiras, por unidade da Administração Direta e Indireta (art. 3º, II, Decreto nº. 2.595/2005);

f) Medidas adotadas para o retorno da despesa com pessoal, se excedente, ao respectivo limite (art. 3º, II, IN TCE 007/2004).

Assim, com essas considerações finais, esta Controladoria-Geral, pelo seu corpo técnico, opina pela regularidade, com ressalva, das contas ora analisadas.

GABINETE DO SECRETÁRIO, em Palmas, aos 29 dias do mês de março do ano de 2011.

ISMAEL CARVALHO DO NASCIMENTO
Diretor de Avaliação das Contas Consolidadas

EDIVALDO GOMES DA SILVA SOUSA
Superintendente de Gestão e Supervisão do Controle Interno

JUVENAL GOMES SANTOS
Subsecretário da Controladoria Geral

ÉLDON MANOEL BARBOSA CARVALHO
Secretário-Chefe da Controladoria Geral